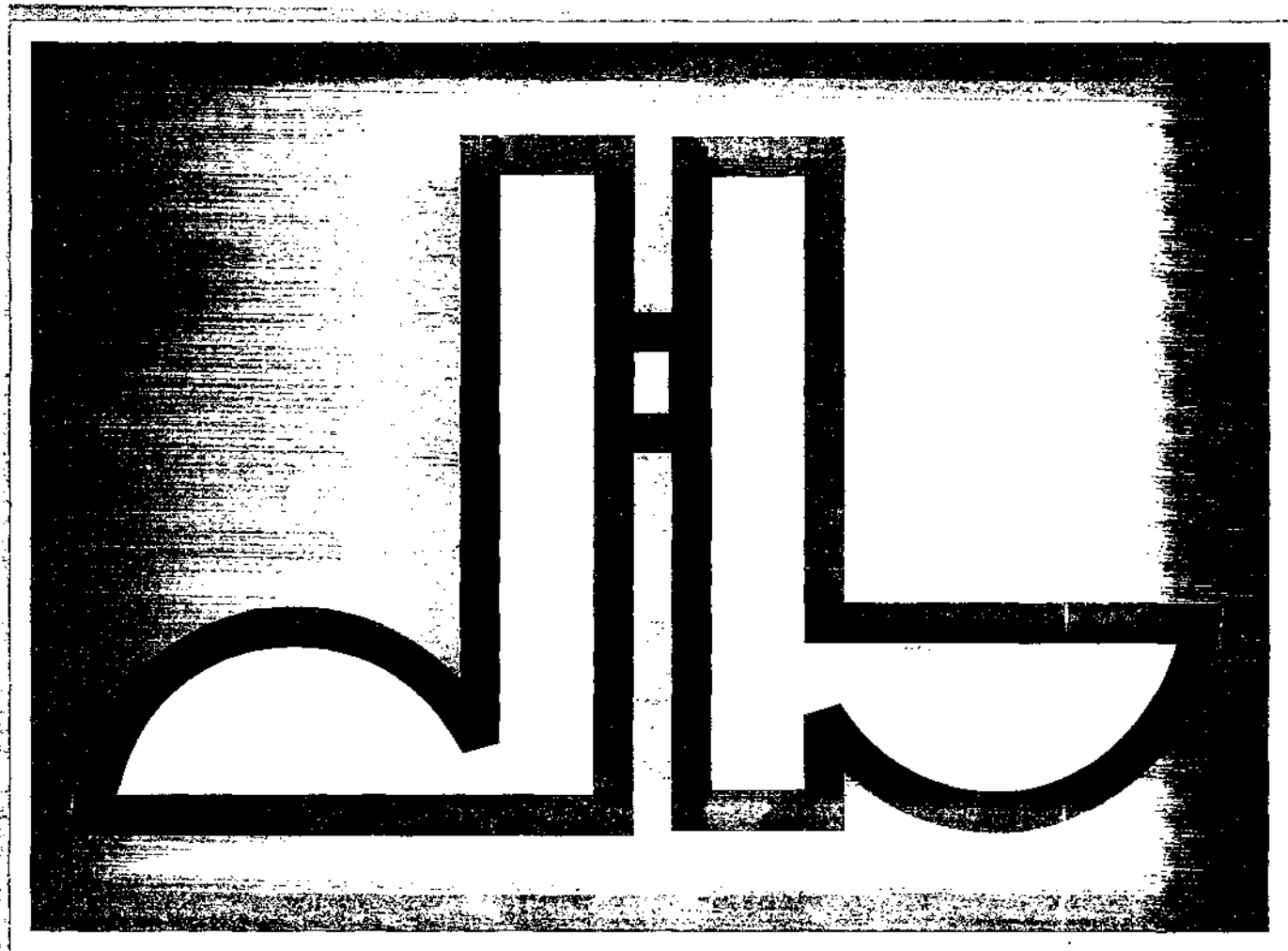




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENTE

***Senador* ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – PFL – BA**

1º VICE-PRESIDENTE

***Deputado* HERÁCLITO FORTES – PFL – PI**

2º VICE-PRESIDENTE

***Senador* ADEMIR ANDRADE – Bloco (PT/PDT/PSB/PPS) – PA**

1º SECRETÁRIO

***Deputado* UBIRATAN AGUIAR – PSDB – CE**

2º SECRETÁRIO

***Senador* CARLOS PATROCÍNIO – PFL – TO**

3º SECRETÁRIO

***Deputado* JAQUES WAGNER – Bloco (PT/PDT/PSB/PPS) – BA**

4º SECRETÁRIO

***Senador* CASILDO MALDANER – PMDB – SC**

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 1ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 15 DE FEVEREIRO DE 2000

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada à instalação dos trabalhos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

1.3 – LEITURA DE CARTA E MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

1.4- FALA DA PRESIDÊNCIA (Senador Antonio Carlos Magalhães)

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

3 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 1ª Sessão Conjunta (Solene) em 15 de fevereiro de 2000

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência do Sr. Antonio Carlos Magalhães

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 20 minutos.)

Compõem a Mesa: à direita do Presidente Antonio Carlos Magalhães: o Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados, e o Deputado Ubiratan Aguiar, 1º Secretário do Congresso Nacional; a sua esquerda: o Deputado Jacques Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Declaro aberta a sessão e instalados os trabalhos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

Convido os presentes para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Encontra-se na Casa o Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dr. Pedro

Pullen Parente, portador da Mensagem do Exmo. Sr. Presidente da República.

Convido S. Exa. a trazer a mensagem e ao mesmo tempo a participar da Mesa.

(O Sr. Ministro faz a entrega da Mensagem ao Presidente do Senado Federal e passa a compor a Mesa.)

O SR. PRESIDENTE – (Antonio Carlos Magalhães) – O Sr. Presidente da República enviou ontem ao Presidente do Congresso Nacional, como complemento da sua Mensagem para a abertura dos trabalhos legislativos, uma carta sobre a atuação do Congresso Nacional, sobretudo no período da convocação extraordinária.

Convido o Sr. Primeiro Secretário, Deputado Ubiratan Aguiar, a fazer a leitura da carta, antes mesmo da Mensagem.

É lida a seguinte:

Brasília, 14 de fevereiro de 2000

Excelentíssimo Senhor
Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente do Senado Federal
Senhor Presidente,

A antecedência com que deve ser preparada impediu que a mensagem anual do Presidente da República ao Congresso Nacional registrasse, com a ênfase merecida, o êxito da sessão extraordinária que vem de se encerrar. Valho-me desta carta para expressar a cada Membro do Congresso, na figura dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, minhas congratulações e o reconhecimento que, tenho certeza, não é só meu, mas de todos os brasileiros que acompanham com atenção os acontecimentos políticos.

Dentre as matérias que constavam da pauta da convocação extraordinária, destaco a proposta de emenda à Constituição que trata da desvinculação de recursos da União e o projeto de lei complementar que institui normas de responsabilidade fiscal para a gestão pública nas esferas da União, dos Estados e Municípios. A primeira proposição abre caminho para a execução equilibrada do Orçamento da União neste e nos próximos. A segunda consagra o equilíbrio das contas públicas como um princípio permanente do bom governo em nosso País. A aprovação de ambas por ampla maioria da Câmara e sua boa acolhida no Senado têm o significado de consolidar politicamente o resgate da confiança no Brasil, depois do abalo causado pela crise financeira internacional.

Eu poderia me deter em outras proposições relevantes, cuja discussão registrou avanços significativos durante a convocação extraordinária. Mas a ocasião me parece propícia para uma reflexão sobre o pano de fundo desses resultados positivos. Refiro-me ao ambiente de franca harmonia que temos tido a felicidade de manter entre os Poderes que representamos – e destes com o Judiciário. Se contarmos os cinco anos desde a inauguração do meu primeiro mandato, mais os dois anos de meu antecessor na Presidência da República, não creio que o Brasil moderno tenha conhecido período tão longo de tranquilidade política. Isto, cabe notar, sem prejuízo da livre manifestação das divergências normais numa sociedade plural, e numa fase de profundas transformações econômicas e sociais no Brasil e no mundo.

Entendo que essa tranquilidade se deve antes de mais nada ao amadurecimento da opinião pública brasileira. Não posso, contudo, deixar de pensar que de algum modo tenho contribuído, como têm contribuído decisivamente os Senhores Membros do Congresso Nacional, para propiciar ao País condições de

governabilidade à altura das suas necessidades e das expectativas de sua cidadania.

Digo isso sem jactância, mas para reconhecer um desafio que a história nos apresenta. O entendimento que soubemos cultivar entre nós – os Srs. Congressistas e o Presidente da República – permitiu-nos conduzir o Brasil, ao longo desses anos, pelos caminhos da mudança com estabilidade, ouvindo a opinião pública e nossas próprias consciências para contornar, aqui e ali, as reconhecidas imperfeições de nossas instituições políticas. Seremos capazes – este é o desafio – de legar ao País instituições menos falhas, mais aptas ao exercício da governabilidade democrática?

O Congresso Nacional, por sua iniciativa, tem avançado na discussão das reformas políticas. Os projetos de lei aprovados pelo Senado no ano passado, dando nova disciplina ao funcionamento dos partidos políticos e às coligações eleitorais, apontam na direção da necessária consolidação do nosso sistema partidário, ainda excessivamente fragmentado. Alternativas para a substituição do sistema eleitoral proporcional vigente têm sido discutidas, embora ainda falte o consenso necessário para uma mudança mais profunda. A reforma do Judiciário e a reforma tributária afetam, em aspectos sensíveis, o equilíbrio entre os Poderes da República e entre as Unidades da Federação. As propostas de nova disciplina constitucional para a edição de medidas provisórias apresentadas pelo Senado e pela Câmara podem e devem convergir para uma fórmula que compatibilize mais claramente esse instrumento com o nosso sistema presidencialista de governo.

A pauta das reformas políticas de algum modo está posta. O momento de abordá-la mais conclusivamente amadurece, a meu ver, à medida que o ciclo de reformas econômicas iniciado pelo Plano Real está perto de se completar.

O que realizamos até aqui – os Srs. Congressistas e o Presidente da República – nos credencia a dar mais esse passo no processo de modernização do País. E ao nos credenciar nos responsabiliza perante a história.

Da minha parte, espero poder contribuir mais intensamente para o amadurecimento dos consensos necessários ao avanço dessa nova rodada de reformas. Sem outra aspiração que a de legar aos que nos venham a suceder à frente do Executivo e do Legislativo, um lastro institucional sólido para a estabilidade de que o Brasil necessita para atender às aspirações de desenvolvimento e justiça social do povo.

Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República Federativa do Brasil.

É lida a seguinte:

MENSAGEM

DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Senhores Membros do Congresso Nacional,

O Brasil entra no ano 2000 com a sua confiança revigorada, deixando para trás os temores excessivos e as ameaças reais trazidas pela crise financeira internacional.

Há pouco mais de um ano, ao tomar posse perante o Congresso Nacional, eu garanti que não havia sido eleito para administrar crises, e sim para conduzir um projeto de transformação do Brasil.

Começo por reafirmar essa certeza e partilhá-la com cada representante desta Nação nesta Casa.

Fomos capazes de tomar as medidas necessárias, no âmbito do Executivo e do Legislativo, para defender a economia brasileira dos efeitos da turbulência externa.

Com a mesma determinação, vamos continuar as mudanças que atendem às aspirações de desenvolvimento e justiça social do povo brasileiro.

A recuperação da economia brasileira desmentiu as previsões alarmistas do começo de 1999. Que tenhamos enfrentado e vencido dificuldades realmente graves é algo que nos orgulha, mas não nos leva a baixar a guarda.

O Brasil foi o ponto de inflexão de uma onda de instabilidade que engolfou a Ásia e a Rússia, castigou toda a América Latina, abalou a Europa e os Estados Unidos.

O apoio dos governos dos países desenvolvidos e das instituições multilaterais, fundamental para que saíssemos da crise da maneira como saímos, não decorreu apenas das nossas boas relações internacionais. Foi ditado pelo senso de autopreservação dos nossos aliados. Se a onda não parasse no Brasil, nenhum país estaria a salvo do risco de quebra em cadeia do sistema financeiro.

A crise teve proporções verdadeiramente globais. Seria um erro esquecer ou subestimar suas lições na relativa calma que se observa um ano depois.

A crise evidenciou de uma vez por todas o que já era sabido: os mecanismos de regulação de que dispõem os governos e as instituições multilaterais tornaram-se frágeis diante do volume e da velocidade de movimentação do capital financeiro pelo mundo.

Para os países em desenvolvimento, a fuga em massa de capitais depois da moratória da Rússia, em agosto de 1998, marcou o fim do longo período de oferta abundante de financiamento, do qual o Brasil se beneficiou na década passada. Essa oferta, tudo indica, não voltará tão cedo aos níveis anteriores à crise.

Os países em desenvolvimento sofreram ainda com a queda dos preços internacionais de commodities devido à recessão na Ásia e na Rússia.

O Brasil, além disso, teve que absorver um aumento de mais de 120% nos preços do petróleo importado. A evolução desfavorável dos preços das nossas exportações e importações em 1999, na comparação com 1998, impôs uma perda líquida de receita da ordem de US\$ 9,4 bilhões.

A economia mundial tornou-se um ambiente mais difícil para os países em desenvolvimento. As consequências, para aqueles que não conseguiram adaptar-se a tempo, podem ser traumáticas. Não é preciso ir longe para ver exemplos disso.

Contar menos com a poupança externa e mais com os recursos do próprio País para sustentar o crescimento: este é o sentido geral da estratégia seguida pelo Brasil para se adaptar à mudança da conjuntura internacional.

Temos a nosso favor o tamanho e o grau de integração já alcançado pela economia brasileira, que a fazem menos vulnerável à turbulência externa do que outras economias emergentes.

Também nos beneficiamos – o que foi fundamental – do fato de que as medidas conjunturais que tomamos para enfrentar a crise, longe de serem reações improvisadas, foram consistentes com as reformas estruturais em que estávamos empenhados desde o início do Plano Real.

A mudança do regime cambial teve uma resposta positiva porque encontrou o terreno preparado pela desindexação de preços e salários, pela reestruturação do sistema financeiro e por um conjunto de iniciativas – cujo estado atual esta mensagem retrata – voltadas para aumentar a competitividade de empresas e reduzir o custo-Brasil.

O esforço de ajuste fiscal que fizemos em 1999 e que continuamos a fazer, difícil como tem sido, seria muito mais penoso se não partisse dos resultados que já conseguimos na reforma da previdência, na reforma administrativa, no saneamento das finanças estaduais.

O Congresso Nacional completou ou está em vias de completar novos avanços com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, da emenda de Desvinculação de Recursos da União e das medidas que complementam as reformas administrativas e da previdência. Isso reforça o equilíbrio estrutural das contas públicas, facilita o esforço de ajuste daqui por diante e amplia, na mesma medida, nossas perspectivas de crescimento econômico sustentado.

Todos os dados neste início de ano confirmam a melhora das expectativas sobre a economia brasileira:

- superávit primário do setor público dentro da meta do Programa de Estabilidade Fiscal para 1999;
- inflação sobre controle, com índices de preços ao consumidor na faixa dos 8%;
- taxa de câmbio e reservas estabilizadas em níveis confortáveis;
- entrada recorde de investimentos diretos, garantindo o fechamento das contas externas, independentemente de capitais de curto prazo;
- retomada gradual do acesso ao crédito externo, com revisão para baixo das taxas de risco do País;
- taxa básica de juros domésticos no nível real mais baixo desde 1994;
- exportações em alta e importações em queda, permitindo uma melhora substancial da balança comercial, apesar da relação de preços desfavorável;
- crescimento estimado de 0,8% em 1999, com a produção industrial e o nível de emprego em franca recuperação no último trimestre.

O mundo e os próprios brasileiros voltam a apostar francamente nas perspectivas do Brasil neste começo de ano 2000. Crescimento da economia a taxas de 4% e mais; recuperação do emprego; inflação e juros declinantes; superávit da balança comercial; equilíbrio das contas públicas – tudo isso que parecia um puro exercício de otimismo um ano atrás, hoje é o cenário com que trabalha a imensa maioria dos analistas e investidores.

Tão importante quanto o desempenho da economia, para melhora das expectativas, foi a percepção de que não faltaria ao Governo o apoio da maioria das forças políticas organizadas para enfrentar a crise sem perder o rumo das reformas estruturais, da responsabilidade fiscal e da defesa da moeda nacional.

Nada mais justo do que dividir o crédito pelo êxito da travessia com todos aqueles que me deram esse apoio no Congresso Nacional.

Se a crise não desviou o Brasil do caminho da estabilidade, tampouco nos impediu de avançar na consolidação e ampliação das bases do desenvolvimento nacional.

Submeti à apreciação desta Casa o Plano Plurianual de Investimentos para 2000-2003 – Avanço Brasil. Depois de passar pelas retificações cabíveis por parte dos Senhores Congressistas, ele representará um enorme salto de qualidade na nossa capacidade de projetar o futuro do País. Um verdadeiro projeto nacional de desenvolvimento econômico e social.

O Avanço Brasil é um instrumento de planejamento inovador em vários sentidos:

- na forma de selecionar e articular seus 365 programas prioritários nas áreas de infra-estrutura, produção, desenvolvimento social e informação e conhecimento, partindo do estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento;
- na origem dos recursos envolvidos, com participação crescente da iniciativa privada, indispensável para assegurar a expansão necessária da infra-estrutura econômica, diante da exaustão da capacidade de investimento do setor público;
- na destinação dos recursos públicos por programas com resultados sociais claramente especificados, o que levou à reformulação da técnica de preparo do Orçamento anual;
- no gerenciamento das ações, introduzindo na administração pública brasileira os métodos de gestão empreendedora usados pelas organizações públicas e privadas mais bem sucedidas no mundo de hoje.

Sempre será possível – e oportuno – questionar a definição das prioridades e a qualidade da execução do Avanço Brasil. Mas, a partir dele, não se pode mais insistir na tecla de que este Governo não oferece ao País um projeto nacional de desenvolvimento.

Voltar a crescer de forma sustentada permite que o Brasil também volte a avançar naquilo que mais importa do ponto de vista da inclusão social: a ampliação das oportunidades de emprego e geração de renda.

Apesar da crise, contrariando as previsões, a taxa de desemprego manteve-se estável em 1999. A criação líquida de empregos chegou a 418 mil, o melhor resultado desde 1995, sendo 78 mil na indústria de transformação.

A recuperação da confiança do País permitiu que o Banco Central, além de reduzir a taxa básica de juros, tomasse medidas para aumentar a oferta de crédito e baixar os juros para os tomadores finais – empresas e pessoas físicas – estimulando a retomada da atividade e do emprego.

Estamos tomando medidas específicas, nos marcos do programa Brasil Empreendedor, para estimular a pequena empresa e os setores agrícola, de turismo e de construção civil, que são empregadores intensivos de mão-de-obra.

A retomada do emprego também é muito significativa nos setores exportadores, estimulados pelo câmbio mais favorável e pelas medidas destinadas a garantir isonomia competitiva à produção nacional.

Outras medidas em curso vão dar igualdade de condições à indústria nacional para disputar as encomendas geradas pelos investimentos programados nos setores de petróleo, energia elétrica e telecomunicações, que montam a R\$150 bilhões nos próximos quatro anos. Também desse ponto de vista, a continuidade do programa de privatização é crucial para a retomada da atividade econômica e do emprego.

Os ganhos que o Plano Real trouxe para os assalariados foram duradouros, diferentemente das tentativas anteriores de controlar a inflação. Em 1999, com todos os efeitos da crise, a massa de salários manteve um valor médio real 45% maior do que nos doze meses anteriores a julho de 1994. A retomada sustentada do crescimento a partir deste ano cria condições para novos ganhos reais de renda.

É preciso qualificar trabalhadores para preencher as vagas que se abrirão com a retomada do crescimento. Além disso, a reestruturação da economia elimina postos de trabalho na indústria e cria nos serviços modernos, o que exige a requalificação dos trabalhadores em trânsito de um tipo para outro de atividade..

Nos últimos cinco anos, o Governo Federal, em parceria com os Estados, sindicatos, universidades e instituições de formação profissional, qualificou mais de 8 milhões de trabalhadores. O êxito do programa levou à sua ampliação para qualificar 20 milhões de trabalhadores nos próximos quatro anos.

A qualificação profissional é condição básica da empregabilidade. A educação geral, mais que isso, é a porta de ingresso na cidadania plena. De todas as políticas de inclusão social conduzidas pelo meu Governo, a de maior significado é a universalização do acesso ao ensino fundamental de boa qualidade.

O Plano Decenal de Educação previa que em 2003 o Brasil tivesse 94% de suas crianças de sete a quatorze anos matriculadas no ensino fundamental. Essa meta já foi superada. Em 1999, a proporção de matrículas chegou a cerca de 96%.

Os avanços na qualidade do ensino são ainda mais significativos. Um conjunto de políticas, incluindo a difusão dos Parâmetros Curriculares Nacionais, o programa de aceleração da aprendizagem, o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, a ampliação e aperfeiçoamento dos programas da merenda escolar e do livro didático, a TV-Escola, possibilitou melhoras substanciais dos índices de permanência e aproveitamento no ensino fundamental.

Há mais jovens concluindo o primeiro grau e há mais jovens querendo prosseguir nos estudos, para

fazer frente às exigências do mercado de trabalho. Com isso o aumento da matrícula no ensino médio tem sido vertiginoso: 57% de 1994 a 1999. Apenas no ano passado a expansão foi de mais 11%; em alguns Estados chegou a 24%.

Com todos os sacrifícios do ajuste fiscal, conseguimos – Executivo e Congresso – preservar os recursos orçamentários dos programas sociais essenciais. O grande desafio nessa área continua sendo, de fato, a qualidade mais do que o volume do gasto.

O Brasil gasta hoje em programas sociais, nos diferentes níveis de governo, cerca de 21% do PIB. Muito poucos países da América Latina se aproximam disso. Acontece que a distribuição dos recursos é falha. No Chile, por exemplo, 36% dos gastos com saúde, educação e habitação destinam-se aos 20% mais pobres da população, e apenas 4% aos mais 20% mais ricos. No Brasil, somente 15% desses recursos vão para os 20% mais pobres, e 21% vão para os 20% mais ricos.

Gastar melhor significa antes de mais nada focalizar o gasto social nos programas que têm maior impacto na redução da miséria e na melhoria da distribuição de renda. Um bom exemplo disso é a priorização efetiva do ensino fundamental nos gastos da União, Estados e Municípios por meio do Fundef. Esta mensagem retrata os avanços que temos conseguido no mesmo sentido em outras áreas, como saúde, previdência e assistência social, reforma agrária e apoio à agricultura familiar.

Os Senhores Congressistas sabem como é difícil praticar a verdadeira justiça na distribuição do gasto público. Nossa capacidade de enfrentar cotidianamente esse desafio, com a paciência e a persistência necessárias dentro das regras do jogo democrático, vai determinar em que medida o período de crescimento econômico que está começando no Brasil será também um período de progressos decisivos no sentido da inclusão social.

Preparamos o terreno para isso, o Governo, o Congresso e a própria sociedade. Graças às reformas estruturais que realizamos e à travessia segura da crise do último ano, o Brasil está pronto para crescer e para distribuir os frutos do crescimento numa escala sem precedentes.

Temos uma oportunidade histórica diante de nós. Saberemos aproveitá-la.

Brasília, 15 de fevereiro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso**, Presidente da República.

É a seguinte a íntegra da mensagem:



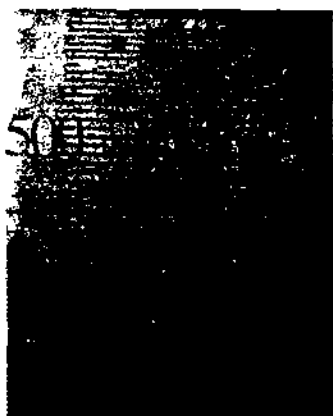
Presidente Fernando Henrique Cardoso

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

Brasília
2000

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso
Vice-Presidente da República
Marco Antônio de Oliveira Maciel
Ministro de Estado da Justiça
José Carlos Dias
Ministro de Estado da Defesa
Geraldo Magela da Cruz Quintão
Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Luiz Felipe Palmeira Lampreia
Ministro de Estado da Fazenda
Pedro Sampaio Malan
Ministro de Estado dos Transportes
Eliseu Lemos Padilha
Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento
Marcus Vinicius Pratti de Moraes
Ministro de Estado da Educação
Paulo Renato Souza
Ministro de Estado da Cultura
Francisco Correa Weffort
Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Francisco Oswaldo Neves Dornelles
Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social
Waldeck Vieira Ornelas
Ministro de Estado da Saúde
José Serra
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Alcides Lopes Tâpas
Ministro de Estado de Minas e Energia
Rodolpho Tourinho Neto
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Martus Antônio Rodrigues Tavares
Ministro de Estado das Comunicações
João Pimenta da Veiga Filho
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia
Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg
Ministro de Estado do Meio Ambiente
José Sarney Filho
Ministro de Estado do Esporte e Turismo
Rafael Valdomiro Greca de Macedo
Ministro de Estado da Integração Nacional
Fernando Luiz Gonçalves Bezerra
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Raul Belens Jungmann Pinto
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Pedro Pullen Parente
Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
General-de-Divisão Alberro Mendes Cardoso
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Aloysio Nunes Ferreira
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo da Presidência da República
Angelo Andrea Matarazzo
Advogado-Geral da União
Gilmair Ferreira Mendes
Secretário Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República
Ovidio Antônio de Ágelis
Secretário de Estado dos Direitos Humanos
José Gregori
Secretária de Estado de Assistência Social
Wanda Engel Aduan



SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	VII
I	A GESTÃO EMPREENDEDORA PARA O DESENVOLVIMENTO	1
	PROGRAMA BRASIL EM AÇÃO.....	2
	A CONSTRUÇÃO DO AVANÇA BRASIL.....	3
	COMUNIDADE ATIVA.....	9
II	A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA	11
	UM PANORAMA DA POLÍTICA ECONÔMICA EM 1999.....	11
	INFLAÇÃO E TAXA DE CÂMBIO: A MUDANÇA DOS PREÇOS RELATIVOS.....	18
	POLÍTICA MONETÁRIA. QUEDA DA TAXA DE JUROS E DESCOMPRESSÃO DO CRÉDITO.....	22
	PIB: FIM DA RECESSÃO E INÍCIO DA RETOMADA.....	24
	EMPREGO E RENDA.....	26
	CONSUMO.....	29
	SETOR EXTERNO: REMOVENDO A RESTRIÇÃO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS.....	31
	CONTAS PÚBLICAS: A VIRADA DO LADO FISCAL.....	36
	AS REFORMAS ESTRUTURAIS.....	38
III	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	45
	EDUCAÇÃO.....	45
	SAÚDE.....	61
	TRABALHO.....	77
	PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	86
	ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	93
	DESENVOLVIMENTO URBANO.....	99
	SEGURANÇA E DIREITOS DA CIDADANIA.....	108
	CULTURA.....	120
	ESPORTES.....	128
IV	INFRA-ESTRUTURA.....	133
	TRANSPORTES.....	133
	ENERGIA.....	140
	COMUNICAÇÕES.....	150
V	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO NACIONAL.....	157
	FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO.....	157
	DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	161
	AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO.....	165
	INDÚSTRIA E COMÉRCIO.....	173
	MINERAÇÃO.....	181
	TURISMO.....	182
VI	INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO.....	187
VII	MEIO AMBIENTE	199
	RECURSOS HÍDRICOS.....	208
VIII	DEFESA NACIONAL.....	213
IX	POLÍTICA EXTERNA.....	219



INTRODUÇÃO

Senhores Membros do Congresso Nacional,

O Brasil entra no ano 2000 com sua confiança revigorada, deixando para trás os temores excessivos e as ameaças reais trazidas pela crise financeira internacional.

Há pouco mais de um ano, ao tomar posse perante o Congresso Nacional, eu garanti que não havia sido eleito para administrar crises, e sim para conduzir um projeto de transformação do Brasil.

Começo por reafirmar essa certeza e partilhá-la com cada representante da Nação nesta Casa.

Fomos capazes de tomar as medidas necessárias, no âmbito do Executivo e do Legislativo, para defender a economia brasileira dos efeitos da turbulência externa.

Com a mesma determinação, vamos continuar as mudanças que atendem às aspirações de desenvolvimento e justiça social do povo brasileiro.

A recuperação da economia brasileira desmentiu as previsões alarmistas do começo de 1999. Que tenhamos enfrentado e vencido dificuldades realmente graves é algo que nos orgulha, mas não nos leva a baixar a guarda.

O Brasil foi o ponto de inflexão de uma onda de instabilidade que engolfou a Ásia e a Rússia, castigou toda a América Latina e abalou a Europa e os Estados Unidos.

O apoio dos governos dos países desenvolvidos e das instituições multilaterais, fundamental para que saíssemos da crise da maneira como saímos, não decorreu apenas das nossas boas relações internacionais. Foi ditado pelo senso de autopreservação dos nossos aliados. Se a onda não parasse no Brasil, nenhum país estaria a salvo do risco de quebra em cadeia do sistema financeiro.

A crise teve proporções verdadeiramente globais. Seria um erro esquecer ou subestimar suas lições na relativa calma que se observa um ano depois.

A crise evidenciou de uma vez por todas o que já era sabido: os mecanismos de regulação de que dispõem os governos e as instituições multilaterais tornaram-se frágeis diante do volume e da velocidade de movimentação do capital financeiro pelo mundo.

Para os países em desenvolvimento, a fuga em massa de capitais depois da moratória da Rússia, em agosto de 1998, marcou o fim do longo período de oferta abundante de financiamento, do qual o Brasil se beneficiou na década passada. Essa oferta, tudo indica, não voltará tão cedo aos níveis anteriores à crise.

Os países em desenvolvimento sofreram ainda com a queda dos preços internacionais de *commodities* devido à recessão na Ásia e na Rússia.

O Brasil, além disso, teve que absorver um aumento de mais de 120% nos preços do petróleo importado. A evolução desfavorável dos preços das nossas exportações e importações em 1999, na comparação com 1998, impôs uma perda líquida de receita da ordem de US\$ 9,4 bilhões.

A economia mundial tornou-se um ambiente mais difícil para os países em desenvolvimento. As consequências, para aqueles que não conseguiram adaptar-se a tempo, podem ser traumáticas. Não é preciso ir longe para ver exemplos disso.

Contar menos com a poupança externa e mais com os recursos do próprio País para sustentar o crescimento: este é o sentido geral da estratégia seguida pelo Brasil para se adaptar à mudança da conjuntura internacional.

Temos a nosso favor o tamanho e o grau de integração já alcançado pela economia brasileira, que a fazem menos vulnerável à turbulência externa do que outras economias emergentes.

Também nos beneficiamos – o que foi fundamental – do fato de que as medidas conjunturais que tomamos para enfrentar a crise, longe de serem reações improvisadas, foram consistentes com as reformas estruturais em que estávamos empenhados desde o início do Plano Real.

A mudança do regime cambial teve uma resposta positiva porque encontrou o terreno preparado pela desindexação de preços e salários, pela reestruturação do sistema financeiro e por um conjunto de iniciativas – cujo estado atual esta mensagem retrata – voltadas para aumentar a competitividade das empresas e reduzir o custo-Brasil.

O esforço de ajuste fiscal que fizemos em 1999 e que continuamos a fazer, difícil como tem sido, seria muito mais penoso se não partisse dos resultados que já conseguimos na reforma da previdência, na reforma administrativa, no saneamento das finanças estaduais.

O Congresso Nacional completou ou está em vias de completar novos avanços com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, da emenda de Desvinculação dos Recursos da União e das medidas que complementam as reformas administrativa e da previdência. Isso reforça o equilíbrio estrutural das contas públicas, facilita o esforço de ajuste daqui por diante e amplia, na mesma medida, nossas perspectivas de crescimento econômico sustentado.

Todos os dados neste início de ano confirmam a melhora das expectativas sobre a economia brasileira:

- superávit primário do setor público dentro da meta do Programa de Estabilidade Fiscal para 1999;
- inflação sob controle, com índices de preços ao consumidor na faixa dos 8%;
- taxa de câmbio e reservas estabilizadas em níveis confortáveis;
- entrada recorde de investimentos diretos, garantindo o fechamento das contas externas independentemente de capitais de curto prazo;

- retomada gradual do acesso ao crédito externo, com revisão para baixo das taxas de risco do País;
- taxa básica de juros domésticos no nível real mais baixo desde 1994;
- exportações em alta e importações em queda, permitindo uma melhora substancial da balança comercial, apesar da relação de preços desfavorável;
- crescimento estimado de 0,8% em 1999, com a produção industrial e o nível de emprego em franca recuperação no último trimestre.

O mundo e os próprios brasileiros voltam a apostar francamente nas perspectivas do Brasil neste começo de ano 2000. Crescimento da economia a taxas de 4% e mais; recuperação do emprego; inflação e juros declinantes; superávit da balança comercial; equilíbrio das contas públicas — tudo isso que parecia um puro exercício de otimismo um ano atrás, hoje é o cenário com que trabalha a imensa maioria dos analistas e investidores.

Tão importante quanto o desempenho da economia, para a melhora das expectativas, foi a percepção de que não faltaria ao Governo o apoio da maioria das forças políticas organizadas para enfrentar a crise sem perder o rumo das reformas estruturais, da responsabilidade fiscal e da defesa da moeda nacional.

Nada mais justo do que dividir o crédito pelo êxito da travessia com todos aqueles que me deram esse apoio no Congresso Nacional.

Se a crise não desviou o Brasil do caminho da estabilidade, tampouco nos impediu de avançar na consolidação e ampliação das bases do desenvolvimento nacional.

Submeti à apreciação desta Casa o Plano Plurianual de Investimentos para 2000-2003 — Avança Brasil. Depois de passar pelas retificações cabíveis por parte dos Senhores Congressistas, ele representará um enorme salto de qualidade na nossa capacidade de projetar o futuro do País. Um verdadeiro projeto nacional de desenvolvimento econômico e social.

O Avança Brasil é um instrumento de planejamento inovador em vários sentidos:

- na forma de selecionar e articular seus 365 programas prioritários nas áreas de infra-estrutura, produção, desenvolvimento social e informação e conhecimento, partindo do estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento;
- na origem dos recursos envolvidos, com participação crescente da iniciativa privada, indispensável para assegurar a expansão necessária da infra-estrutura econômica, diante da exaustão da capacidade de investimento do setor público;
- na destinação dos recursos públicos por programas com resultados sociais claramente especificados, o que levou à reformulação da técnica de preparo do Orçamento anual;

- no gerenciamento das ações, introduzindo na administração pública brasileira os métodos de gestão empreendedora usados pelas organizações públicas e privadas mais bem sucedidas no mundo de hoje.

Sempre será possível – e oportuno – questionar a definição das prioridades e a qualidade da execução do Avança Brasil. Mas, a partir dele, não se pode mais insistir na tecla de que este Governo não oferece ao país um projeto nacional de desenvolvimento.

Voltar a crescer de forma sustentada permite que o Brasil também volte a avançar naquilo que mais importa do ponto de vista da inclusão social: a ampliação das oportunidades de emprego e geração de renda.

Apesar da crise, contrariando as previsões, a taxa de desemprego manteve-se estável em 1999. A criação líquida de empregos chegou a 418 mil, o melhor resultado desde 1995, sendo 78 mil na indústria de transformação.

A recuperação da confiança no País permitiu que o Banco Central, além de reduzir a taxa básica de juros, tomasse medidas para aumentar a oferta de crédito e baixar os juros para os tomadores finais – empresas e pessoas físicas – estimulando a retomada da atividade e do emprego.

Estamos tomando medidas específicas, nos marcos do programa Brasil Empreendedor, para estimular a pequena empresa e os setores agrícola, de turismo e de construção civil, que são empregadores intensivos de mão-de-obra.

A retomada do emprego também é muito significativa nos setores exportadores, estimulados pelo câmbio mais favorável e pelas medidas destinadas a garantir isonomia competitiva à produção nacional.

Outras medidas em curso vão dar igualdade de condições à indústria nacional para disputar as encomendas geradas pelos investimentos programados nos setores de petróleo, energia elétrica e telecomunicações, que montam a R\$ 150 bilhões nos próximos quatro anos. Também desse ponto de vista, a continuidade do programa de privação é crucial para a retomada da atividade econômica e do emprego.

Os ganhos que o Plano Real trouxe para os assalariados foram duradouros, diferentemente de tentativas anteriores de controlar a inflação. Em 1999, com todos os efeitos da crise, a massa de salários manteve um valor médio real 45% maior do que nos doze meses anteriores a julho de 1994. A retomada sustentada do crescimento a partir deste ano cria condições para novos ganhos reais de renda.

É preciso qualificar trabalhadores para preencher as vagas que se abrirão com a retomada do crescimento. Além disso, a reestruturação da economia elimina postos de trabalho na indústria e cria nos serviços modernos, o que exige a requalificação dos trabalhadores em trânsito de um tipo para outro de atividade.

Nos últimos cinco anos, o Governo Federal, em parceria com Estados, sindicatos, universidades e instituições de formação profissional, qualificou mais de 8 milhões de trabalhadores. O êxito do programa levou à

sua ampliação para qualificar 20 milhões de trabalhadores nos próximos quatro anos.

A qualificação profissional é condição básica da empregabilidade. A educação geral, mais que isso, é a porta de ingresso na cidadania plena. De todas as políticas de inclusão social conduzidas pelo meu Governo, a de maior significado é a universalização do acesso ao ensino fundamental de boa qualidade.

O Plano Decenal de Educação previa que em 2003 o Brasil tivesse 94% de suas crianças de sete a quatorze anos matriculadas no ensino fundamental. Essa meta já foi superada. Em 1999, a proporção de matrículas chegou a cerca de 96%.

Os avanços na qualidade do ensino são ainda mais significativos. Um conjunto de políticas, incluindo a difusão dos Parâmetros Curriculares Nacionais, o programa de aceleração da aprendizagem, o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, a ampliação e aperfeiçoamento dos programas da merenda escolar e do livro didático, a TV-Escola, possibilitou melhoras substanciais dos índices de permanência e aproveitamento no ensino fundamental.

Há mais jovens concluindo o primeiro grau e há mais jovens querendo prosseguir nos estudos, para fazer frente às exigências do mercado de trabalho. Com isso o aumento da matrícula no ensino médio tem sido vertiginoso: 57% de 1994 a 1999. Apenas no ano passado a expansão foi de mais de 11%; em alguns Estados chegou a 24%.

Com todos os sacrifícios do ajuste fiscal, conseguimos – Executivo e Congresso – preservar os recursos orçamentários dos programas sociais essenciais. O grande desafio nessa área continua sendo, de fato, a qualidade mais do que o volume do gasto.

O Brasil gasta hoje em programas sociais, nos diferentes níveis de governo, cerca de 21% do PIB. Muito poucos países da América Latina se aproximam disso. Acontece que a distribuição dos recursos é falha. No Chile, por exemplo, 36% dos gastos com saúde, educação e habitação destinam-se aos 20% mais pobres da população, e apenas 4% aos 20% mais ricos. No Brasil, somente 15% desses recursos vão para os 20% mais pobres, e 21% vão para os 20% mais ricos.

Gastar melhor significa antes de mais nada focalizar o gasto social nos programas que têm maior impacto na redução da miséria e na melhora da distribuição de renda. Um bom exemplo disso é a priorização efetiva do ensino fundamental nos gastos da União, Estados e Municípios por meio do FUNDEF. Esta mensagem retrata os avanços que temos conseguido no mesmo sentido em outras áreas, como saúde, previdência e assistência social, reforma agrária e apoio à agricultura familiar.

Os Senhores Congressistas sabem como é difícil praticar a verdadeira justiça na distribuição do gasto público. Nossa capacidade de enfrentar cotidianamente esse desafio, com a paciência e a persistência necessárias dentro das regras do jogo democrático, vai determinar em que medida o

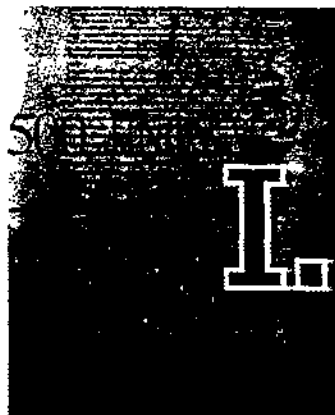
período de crescimento econômico que está começando para o Brasil será também um período de progressos decisivos no sentido da inclusão social.

Preparamos o terreno para isso, o Governo, o Congresso e a própria sociedade. Graças às reformas estruturais que realizamos e à travessia segura da crise do último ano, o Brasil está pronto para crescer e para distribuir os frutos do crescimento numa escala sem precedentes.

Temos uma oportunidade histórica diante de nós. Saberemos aproveitá-la.

Brasília, 15 de fevereiro de 2000

Fernando Henrique Cardoso
Presidente da República



A GESTÃO EMPREENDEDORA PARA O DESENVOLVIMENTO

O Estado brasileiro passou por profundas mudanças nos últimos cinco anos. Ao mesmo tempo em que a consolidação da estabilidade econômica requer a incorporação da responsabilidade fiscal como um valor permanente, as transformações sociais internas e os desafios do ambiente externo globalizado reclamam um Estado ágil, flexível e preparado para lidar com antigas e novas demandas.

O processo de transformação do Estado ainda não está concluído, mas já é possível vislumbrar hoje uma nova relação Estado-sociedade. Implementou-se, nos últimos anos, um programa de privatizações e concessões de serviços públicos com vistas a aumentar os investimentos, a eficiência, a qualidade e a cobertura desses serviços, permitindo ao Estado concentrar-se em suas atividades precípua: regulação, fiscalização, atendimento às necessidades sociais básicas da população, formulação e implementação de políticas públicas, de geração de emprego e renda, além de ações compensatórias voltadas para os grupos sociais e regiões mais carentes.

Como agente do desenvolvimento econômico e social do País, o Estado tem enormes desafios pela frente. É necessário construir um modelo que permita o crescimento sustentado e a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Urge aumentar a competitividade da economia, promover a descentralização das decisões e o respeito ao meio ambiente. Reduzir, enfim, as disparidades regionais e sociais, criando um país mais justo, onde todos os cidadãos beneficiem-se dos frutos do crescimento econômico. Tudo isso sem abrir mão da estabilidade econômica conquistada nos últimos anos.

Essa mudança do Estado requer, por outro lado, uma transformação da gestão pública. Requer gestores empreendedores, dotados de maior autonomia, flexibilidade e motivação para o desempenho de seus objetivos. A revolução gerencial já está operando e permeia toda a concepção do Avança Brasil, o Plano Plurianual para o período 2000-2003.

Enviado ao Congresso Nacional em agosto de 1999, o Plano contempla as ações prioritárias a serem implementadas nos próximos quatro anos, tendo como meta o desenvolvimento sustentável do País.

O Avança Brasil envolve dispêndios da ordem de R\$ 1,1 trilhão no próximo quadriênio. Os programas voltados para o desenvolvimento social somam R\$ 585 bilhões, enquanto que para a área de infra-estrutura estão previstos R\$ 212 bilhões. O setor produtivo contará com R\$ 134,8 bilhões e a área de informação e conhecimento receberá R\$ 15,5 bilhões. Outras áreas serão contempladas com R\$ 153 bilhões.

O Avança Brasil envolve dispêndios da ordem de R\$ 1,1 trilhão no próximo quadriênio.

Mais importante que o volume de recursos, entretanto, é a nova concepção de gestão pública embutida no Plano Plurianual. Diante da carência crônica de recursos fiscais, especialmente a partir das crises financeiras internacionais, o Governo decidiu promover profunda racionalização dos gastos públicos, atribuindo prioridade às atividades estratégicas, ao gerenciamento intensivo, à coordenação da ação governamental e à ampliação das parcerias com os setores público e privado.

O Avança Brasil torna-se, assim, um esforço coordenado de melhoria da qualidade do gasto público. O que se busca é implantar a *gestão empreendedora* na administração federal, uma nova cultura gerencial nos moldes das organizações que estão vencendo os desafios da modernização e da globalização. O desafio do Governo Federal é fazer mais com menos recursos.

PROGRAMA BRASIL EM AÇÃO

A construção do novo modelo tomou por base a bem-sucedida experiência do programa Brasil em Ação no gerenciamento das ações de governo.

Foram escolhidos 42 projetos, 16 na área social e 26 em infra-estrutura econômica. Posteriormente, foram agregados mais 13 empreendimentos, totalizando 60 projetos.

A construção do novo modelo tomou por base a bem-sucedida experiência do programa Brasil em Ação no gerenciamento das ações de governo. Criado em agosto de 1996, o Brasil em Ação visava melhorar o desempenho dos projetos considerados prioritários para o desenvolvimento econômico e social do País, por meio de ganhos de eficiência na gestão desses empreendimentos.

Foram escolhidos 42 projetos, 16 na área social e 26 em infra-estrutura econômica. Esses projetos foram definidos com base em critérios precisos: capacidade de redução dos custos de produção e de comercialização de produtos e serviços; complementação de elos de infra-estrutura; atração de mais investimentos privados; e redução das desigualdades regionais e sociais. Posteriormente, foram agregados mais 18 empreendimentos, totalizando 60 projetos.

Após três anos, o Brasil em Ação apresenta resultados expressivos: dos 42 projetos originais, 26 foram concluídos, ou tiveram suas metas atingidas ou superadas. Os empreendimentos remanescentes terão continuidade no Avança Brasil.

Na área de infra-estrutura, foram concluídas a hidrovía Tietê-Paraná, a hidrelétrica de Xingó, a primeira etapa da ferrovia Ferronorte, a interligação dos sistemas elétricos Norte/Nordeste com o Sul/Sudeste/Centro-Oeste, a linha de transmissão de Tucuruí, a modernização do porto de Sepetiba, o gasoduto Bolívia-Brasil, o porto de Suape, a pavimentação da BR-174 (Manaus-Venezuela) e as obras de infra-estrutura turística no Nordeste.

Na área social, as ações voltadas para habitação, saneamento, geração de emprego e qualificação profissional, reforma agrária, agricultura familiar, ensino fundamental e irrigação superaram as metas definidas inicialmente. Merecem destaque os empreendimentos em habitação e saneamento, que permitiram a conclusão de 4.681 obras, beneficiando 1,7 milhão de famílias. Adicionalmente, o programa Carta de Crédito superou a meta de 500 mil famílias beneficiadas. Já o programa Qualificação

O programa Carta de Crédito superou a meta de 500 mil famílias beneficiadas. Já o programa Qualificação Profissional do Trabalhador permitiu treinamento de cinco milhões de trabalhadores, enquanto as ações no âmbito da reforma agrária permitiram o assentamento de 372 mil famílias entre 1995 e 1999.

Entre 1995 e 1999, foram aplicados nos empreendimentos do Brasil em Ação R\$ 66,1 bilhões.

O sucesso do novo modelo gerencial implantado pelo Brasil em Ação fez com que o mesmo fosse incorporado ao Avanço Brasil, sendo, estendido por toda a administração pública.

Dentre as diretrizes do Avanço Brasil estão:

- estabilidade econômica com crescimento;
- geração de empregos e oportunidades de renda;
- combate a pobreza e promoção da cidadania e inclusão social; e
- consolidação da democracia e defesa dos direitos humanos.

Profissional do Trabalhador permitiu treinamento de cinco milhões de trabalhadores, enquanto as ações no âmbito da reforma agrária permitiram o assentamento de 372 mil famílias entre 1995 e 1999.

Ao longo desse período, foram aplicados nos empreendimentos do Brasil em Ação cerca de R\$ 66,1 bilhões, dos quais R\$ 21,0 bilhões em projetos de infra-estrutura econômica, R\$ 40,8 bilhões na área de desenvolvimento social e R\$ 4,3 bilhões áreas de informação, conhecimento e meio ambiente. Desse total, o Orçamento da União (Fiscal, de Seguridade e Investimentos das Estatais) contribuiu com R\$ 17,7 bilhões, equivalente a 26,8% do valor investido. O setor privado respondeu por 22,9% dos dispêndios totais, o que reflete sua capacidade de motivar a formação de parcerias com o setor público, enquanto os Estados e os Municípios contribuíram com 6%. Já os diversos fundos oficiais e outras fontes foram responsáveis por 44,3%.

A CONSTRUÇÃO DO AVANÇO BRASIL

O sucesso do novo modelo gerencial implantado pelo Brasil em Ação fez com que o mesmo fosse incorporado ao Avanço Brasil, sendo estendido por toda a administração pública.

O primeiro passo foi reestruturar as ações de governo em um conjunto de programas orientados para a solução de problemas ou para o atendimento de demandas da sociedade. Esses programas passaram, então, a possuir objetivos quantificados e fontes de financiamento definidas, além de metas físicas e cronogramas estabelecidos.

Aos objetivos dos programas do Avanço Brasil foram associados indicadores econômicos e sociais, que permitirão aferir a efetividade de seus resultados e o aprimoramento contínuo e permanente da ação governamental.

Os 365 programas foram elaborados a partir de uma orientação estratégica global, fortalecendo as ações prioritárias e permitindo a eliminação daquelas de menor relevância.

A referência básica para a elaboração do Avanço Brasil foi o documento "Orientação Estratégica do Presidente da República", contendo as diretrizes que nortearão as ações governamentais nos próximos quatro anos:

- consolidar a estabilidade econômica com crescimento sustentado;
- promover o desenvolvimento sustentável voltado para a geração de empregos e oportunidades de renda;
- combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social; e
- consolidar a democracia e a defesa dos direitos humanos.

Às quatro diretrizes acima, o Congresso Nacional acrescentou outras duas:

- reduzir as desigualdades inter-regionais; e

- promover os direitos de minorias vítimas de preconceito e discriminação.

A construção dos programas também levou em conta um conjunto de cinco desafios, que devem mobilizar o Governo nos próximos anos, perpassando toda a ação governamental:

- Agenda dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento;
- Agenda de Gestão do Estado;
- Agenda Ambiental;
- Agenda de Empregos e Oportunidades de Renda; e
- Agenda de Informação e Conhecimento.

Uma das referências para o *Avança Brasil* foi o estudo "Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento", sob supervisão do BNDES e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A segunda referência foi o estudo "Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento", realizado por consórcio multidisciplinar liderado por empresas de reputação internacional, sob a supervisão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Concluído no primeiro semestre de 1999, o estudo permitiu a realização de radiografia dos grandes problemas nacionais e o levantamento detalhado das potencialidades e dos entraves ao desenvolvimento das regiões e do País como um todo.

O ponto de partida para o estudo foi a identificação dos fluxos nacionais e internacionais de bens, serviços, informações e conhecimentos de importância para o processo de desenvolvimento. O trabalho consistiu em encontrar propostas que permitissem maior integração entre as regiões, a consolidação da ocupação do território e a abertura de novas fronteiras de desenvolvimento, como elementos importantes para a geração de emprego e renda. Paralelamente, buscou-se estimular as vantagens competitivas de cada região, induzindo as mais desenvolvidas a contribuir para o crescimento econômico e social das menos desenvolvidas, resultando em aumento da competitividade da economia brasileira.

O estudo gerou um portfólio de investimentos públicos e privados nas áreas de infra-estrutura econômica, desenvolvimento social, informação e conhecimento, e meio ambiente, considerando as demandas do País para o período 2000-2007. São R\$ 317 bilhões em projetos estruturantes e integrados, que terão efeito multiplicador e desencadearão a realização de outros investimentos, gerando um círculo virtuoso de aumento do emprego, elevação da renda, crescimento econômico, desenvolvimento social e redução das desigualdades regionais.

O *Avança Brasil* incorpora visão estratégica de longo prazo para o desenvolvimento sustentável.

Grande parte desses empreendimentos foi incluída nos programas do *Avança Brasil*, que incorpora, assim, uma visão estratégica de longo prazo voltada para o desenvolvimento sustentável do País.

Definidos os programas prioritários, com objetivos claros a serem alcançados e indicadores capazes de medir os avanços conquistados, o Governo passou a trabalhar na montagem de um sistema de gerenciamento que, dentre outros aspectos, previu a designação de um gerente para cada programa. Esses gerentes são responsáveis pela adequada execução do

programa sob sua responsabilidade, incluindo custos e resultados, bem como pela sua avaliação permanente, de forma a garantir que as metas sejam efetivamente cumpridas. Para isso, é preciso traçar cronogramas de execução, participar da administração orçamentária e financeira dos programas e antecipar soluções para eventuais dificuldades que venham a surgir.

Para a função de gerente foram selecionados técnicos qualificados, com sólida experiência profissional, conhecimento gerencial, capacidade de negociação e espírito de liderança. Antes de assumir suas funções, os gerentes passaram por programa de treinamento, que incluiu uma reunião com o Presidente da República, diversos seminários, palestras e debates. Nesses encontros, foram explicados os fundamentos do Avança Brasil, o estágio atual da gerência de programas e o trabalho a ser desempenhado por cada gerente.

Para apoiar a gestão do Plano, foi desenvolvido um sistema de informações gerenciais que permite a comunicação e a integração, em tempo real, dos gerentes com os demais agentes envolvidos na execução dos programas. Dessa forma, torna-se possível acompanhar a execução física e financeira de cada programa, permitindo à administração pública orientar o fluxo de recursos, agilizar a tomada de decisões e avaliar permanentemente os resultados obtidos.

O Governo, com um gerenciamento mais eficiente e o estabelecimento de parcerias, almeja atrair mais investimentos do setor privado e dos organismos internacionais.

Ao longo do segundo semestre de 1999, representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão participaram de seminários e palestras no Brasil e no exterior no intuito de explicar o Avança Brasil, motivando investidores nacionais e estrangeiros a participar dos empreendimentos previstos. Esse esforço de divulgação de oportunidades de investimento no País terá continuidade ao longo do processo de implantação do Plano Plurianual.

A nova estrutura das ações de governo, por programas, deverá assegurar maior transparência e controle da sociedade sobre as atividades executadas pelo Executivo, Legislativo e Judiciário.

A nova estruturação das ações de governo, por programas, deverá assegurar maior transparência e controle da sociedade sobre as atividades realizadas pelo Executivo. O Congresso Nacional, os governos estaduais e municipais, as entidades da sociedade civil organizada, o cidadão brasileiro, enfim, vão saber onde e como estão sendo aplicados os tributos. Poderão, portanto, cobrar os resultados da ação governamental.

A implantação do novo modelo de planejamento e de gestão na administração pública exigiu a reorganização administrativa do Governo Federal. Os Ministérios do Planejamento e Orçamento e da Administração e Reforma do Estado foram unificados, surgindo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cuja principal missão é promover a gestão empreendedora de recursos para o desenvolvimento sustentável do País.

A unificação permitiu a integração das ações de governo nas três áreas, até então espalhadas pelos dois ministérios. Enquanto o primeiro encarregava-se do trabalho de planejamento de médio e longo prazos e da

elaboração do orçamento da União, o segundo era responsável pela reforma do Estado e pela gerência dos recursos humanos e materiais.

A partir de agora, um mesmo Ministério passa a contar com os instrumentos fundamentais para a implantação da gestão empreendedora na administração federal, o que se reflete nos 17 programas sob a responsabilidade do Ministério. O planejamento e o orçamento estarão vinculados a todas as funções que apoiam a gestão: administração de pessoal, logística, tecnologia da informação e organização administrativa.

Os programas **Alocação Estratégica de Recursos, Recursos para o Desenvolvimento, Brasil em Ação e Integração entre Plano e Orçamento** orientarão a implantação dos empreendimentos estratégicos para o desenvolvimento do País. O objetivo é integrar o Avanço Brasil aos orçamentos anuais, aperfeiçoar continuamente os programas, identificar os empreendimentos e ações com maior impacto sobre o desenvolvimento e viabilizar os recursos necessários à sua execução.

O Governo promoverá uma avaliação permanente dos programas e o aprofundamento do estudo "Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento".

O Governo promoverá uma avaliação permanente dos programas e o aprofundamento do estudo "Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento". O objetivo é transformar os Eixos em unidades regionais de programação de todas as ações do Governo. Dessa forma, será possível alocar recursos nos projetos considerados fundamentais para o crescimento econômico e social de cada região.

A obtenção de novas fontes de recursos e de parceiros para financiar os empreendimentos estruturantes do desenvolvimento será fundamental para o sucesso do Avanço Brasil. Assim sendo, está sendo desenvolvida estratégia de financiamento do desenvolvimento, bem como uma rede de informações e de serviços ao investidor.

Paralelamente, será implantado um modelo de gerenciamento integrado de grupos de programas, dando continuidade à experiência do Brasil em Ação. Os programas estratégicos para o desenvolvimento serão agrupados de acordo com sua abrangência espacial ou público-alvo, o que permitirá maior integração entre os gerentes, bem como a obtenção de melhores resultados.

Os programas **Gestão Pública Empreendedora, Gerências Regionais de Serviços e Redução de Custos na Aquisição de Bens, Obras e Serviços** objetivam a melhoria dos padrões de gestão, a racionalização administrativa e a redução dos custos de manutenção da administração pública. Para tanto, o Governo Federal iniciou trabalho de revisão da estrutura organizacional da administração direta e indireta, para adequá-la aos programas do Avanço Brasil.

As bases para a mudança foram dadas pelo Decreto nº 3.134, de 10 de agosto de 1999. Desde então, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão tem orientado os demais ministérios a adaptar suas estruturas à implantação dos programas. Nessa tarefa, que será desenvolvida ao longo dos próximos três anos, o Ministério contará com o auxílio de empresa de consultoria especializada em questões organizacionais.

A criação das agências reguladoras de serviços públicos é parte essencial no processo de aperfeiçoamento da gestão.

A implantação das Gerências Regionais de Serviços – GRS, permitirá a centralização regional dos serviços de apoio administrativo.

Somente para capacitação, o Avança Brasil reserva recursos da ordem de R\$ 400 milhões. A Escola Nacional de Administração Pública – ENAP terá papel fundamental nesse processo, transformando-se em centro de excelência em gestão pública.

A preocupação com o atendimento à sociedade está presente no Programa Nacional de Desburocratização.

A criação das agências reguladoras de serviços públicos é parte essencial no processo de aperfeiçoamento da gestão. Por isso, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão participou ativamente do processo de elaboração dos projetos de lei destinados à criação da Agência Nacional de Águas, da Agência Nacional dos Transportes, da Agência Nacional de Saúde Suplementar e da Agência Nacional de Serviços Postais. Ao mesmo tempo, apóia projetos estratégicos para a melhoria da gestão de órgãos dos Ministérios da Saúde, da Previdência e Assistência Social, do Desenvolvimento Agrário, da Integração Nacional e da Justiça.

A implantação das Gerências Regionais de Serviços – GRS, permitirá a centralização regional dos serviços de apoio administrativo prestados às unidades do Governo. No decorrer do ano 2000, serão instaladas 27 gerências em todos os Estados e no Distrito Federal, dedicadas à prestação de serviços nas áreas de recursos humanos, serviços gerais, tecnologia da informação e administração patrimonial.

Com a criação das GRS, será possível racionalizar e compartilhar recursos hoje espalhados por vários órgãos de governo localizados nos Estados, treinar e capacitar gerentes e servidores que atuam nas atividades-meio, além de aumentar o poder de compra do Estado. Também será possível introduzir novos métodos de gestão que permitam oferecer produtos e serviços com melhor qualidade.

O programa **Redução de Custos na Aquisição de Bens, Obras e Serviços** complementa o esforço do Governo para diminuir as despesas necessárias ao adequado funcionamento da Administração Pública federal. Prevê o aperfeiçoamento da legislação que regula as compras do setor público, a consolidação de índices de custo e a padronização de bens, obras e serviços contratados pelo Governo Federal.

A profissionalização e a capacitação de funcionários públicos e gerentes para melhorar a gestão pública são objetivos dos programas **Valorização dos Servidores Públicos e Desenvolvimento de Gerentes e Servidores**, que buscam não só aprimorar as competências essenciais ao desempenho do Estado, como melhorar a escolaridade do servidor. Somente para capacitação, o Avança Brasil reserva recursos da ordem de R\$ 400 milhões. A Escola Nacional de Administração Pública – ENAP terá papel fundamental nesse processo, transformando-se em centro de excelência em gestão pública.

A reestruturação das carreiras do Poder Executivo virá acompanhada de nova estratégia de avaliação do desempenho vinculado a resultados. Com o fortalecimento do sistema de mérito, procura-se motivar o servidor a buscar seu autodesenvolvimento e a melhorar sua atuação. Ao mesmo tempo, serão revistas diversas normas, visando aumentar a autonomia e a responsabilidade de dirigentes e servidores públicos.

A preocupação com o atendimento à sociedade está presente no **Programa Nacional de Desburocratização**, que objetiva garantir o respeito à dignidade e à credibilidade do cidadão, protegendo-o da opressão burocrática, mediante simplificação de procedimentos, redução da

interferência do Governo na vida dos indivíduos e das empresas e abreviação de soluções nos casos em que essa interferência é necessária.

O primeiro passo para a implantação do programa foi a criação, em janeiro de 2000, do Comitê Interministerial de Desburocratização, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e dos Comitês Executivos Setoriais de Desburocratização, nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, para propor e executar medidas desburocratizantes. Foi instituído um banco de idéias e sugestões aberto aos servidores públicos, por meio eletrônico. Houve ainda um esforço de sensibilização de dirigentes e servidores para a necessidade de medidas contra a burocracia excessiva.

O programa Melhoria da Qualidade dos Serviços Prestados ao Cidadão
implantar nas organizações públicas padrões de qualidade adequados para o atendimento à sociedade.

O programa prevê ainda a implantação de centros integrados de atendimento ao cidadão e a ampliação dos canais de comunicação direta entre o cidadão e o Governo.

O Censo 2000 foi idealizado para oferecer retrato mais fiel das características e peculiaridades da população.

O programa **Melhoria da Qualidade dos Serviços Prestados ao Cidadão** implantará nas organizações públicas padrões de qualidade adequados para o atendimento à sociedade. Em 1999, foram realizados diversos eventos de conscientização e mobilização das organizações públicas para a melhoria da qualidade dos serviços: Prêmio de Qualidade do Governo Federal, com oito organizações reconhecidas; cursos de sensibilização e avaliação da gestão, envolvendo 130 organizações e 2000 servidores; definição de diretrizes para o estabelecimento de padrões mínimos de qualidade nas organizações que prestam serviços diretos à população; e a primeira pesquisa nacional sobre a satisfação dos cidadãos com os serviços públicos federais. O programa prevê, ainda, a implantação de centros integrados de atendimento ao cidadão, em parceria com os governos estaduais, e a ampliação dos canais de comunicação direta entre o cidadão e o Governo.

A transformação da gestão das políticas públicas, entretanto, exige profundo conhecimento sobre a realidade do País. Um conhecimento propiciado, em grande medida, pelos censos demográficos. Eles são a principal fonte de informação sobre a vida da população nos Municípios e oferecem dados fundamentais para a formulação de políticas públicas e para a realização de investimentos públicos e privados.

O programa **Censo 2000**, portanto, foi idealizado para oferecer retrato mais fiel das características e peculiaridades da população brasileira.

Dois outros aspectos contribuem para ressaltar a importância do Censo 2000. Primeiro, o empenho da Organização das Nações Unidas – ONU em aumentar o grau de comparabilidade das informações básicas sobre cada nação na virada do milênio. Segundo, o acordo assinado entre os países-membros do Mercosul, ao qual aderiram Chile e Bolívia, prevê a adoção de um núcleo comum de questões a serem incorporadas nos próximos censos, com o objetivo de gerar um banco de dados comparáveis para a região.

O Censo Experimental, etapa fundamental para o planejamento da operação censitária, foi realizado entre agosto e outubro de 1999, em Marília (SP) e Bonito (PA), duas cidades com características bem diferentes. Com base nos seus resultados e observações, estão sendo feitos os ajustes

necessários nos documentos e procedimentos técnicos-operacionais a serem adotados na implantação do Censo 2000, entre agosto e outubro.

O planejamento também incluiu a construção da Base Territorial do Censo nas áreas urbana e rural, trabalho que contou com as unidades da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em todos os Estados. Ao longo de 1999, foram digitalizadas as bases territoriais de 1.058 Municípios com 25 mil habitantes ou mais. O objetivo é garantir o fornecimento de informações detalhadas sobre as realidades locais.

COMUNIDADE ATIVA

Com o Comunidade Ativa, o Governo pretende implantar a estratégia de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

Pela primeira vez na história do País, a estratégia de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DELIS foi assumida pelo Governo Federal como uma alternativa de desenvolvimento para o Brasil. Trata-se de buscar novo modo de promover o desenvolvimento, que contribua para a melhoria da qualidade de vida das populações das pequenas cidades e favoreça o surgimento de comunidades mais sustentáveis.

A nova estratégia foi incorporada pelo Governo por meio do programa **Comunidade Ativa**, um passo adiante do programa Comunidade Solidária que, desde 1995, busca combater a pobreza e a exclusão social por meio de parcerias entre os três níveis de governo e da sociedade civil na oferta de programas e ações na área social.

O Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável é um processo de promoção do desenvolvimento, por meio de parcerias entre Estado e sociedade.

O Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável é um processo de promoção do desenvolvimento, por meio de parcerias entre Estado e sociedade, que possibilita o surgimento de comunidades capazes de suprir suas necessidades imediatas, sem deteriorar os recursos naturais nem degradar o meio ambiente. As comunidades devem descobrir ou despertar suas vocações locais, desenvolver suas potencialidades específicas e fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens locais.

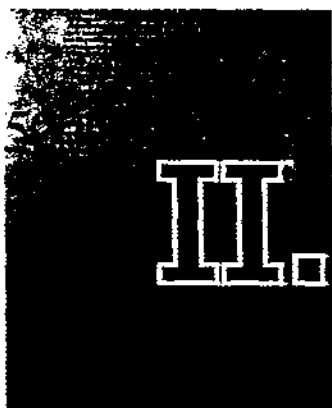
A inovação do programa consiste na participação da comunidade, que deve identificar as potencialidades, vocações e carências locais. Com base nesse diagnóstico, é elaborado um Plano de Desenvolvimento Local e são escolhidas as ações prioritárias, que constituem a chamada Agenda Local. O grande avanço dessa proposta está na execução integrada de políticas públicas, implementadas a partir das demandas de cada comunidade.

Durante o processo, ocorrerão ações multissetoriais em cada localidade visando: capacitação para a gestão; diagnóstico e planejamento participativos; articulação da oferta pública de programas com a demanda social da localidade; monitoramento e avaliação; fomento ao empreendedorismo e criação de nova institucionalidade participativa.

Lançado em 2 de julho de 1999, o **Comunidade Ativa** tem uma meta expressiva: desencadear o processo de DELIS em cerca de mil Municípios, distribuídos por todos os Estados, até o final do ano 2000. Desse total, 148 já estavam em andamento no segundo semestre de 1999, 600 serão implantados no primeiro semestre de 2000 e 250 no segundo semestre de 2000.

O programa começou a tomar corpo no primeiro semestre de 1999, quando os dirigentes da Secretaria Executiva da Comunidade Solidária visitaram todos os governos estaduais para expor *in loco* as diretrizes do **Comunidade Ativa**. Após amplos entendimentos, foram selecionadas, para a fase inicial de implantação, 133 localidades-alvo, sendo 5 consórcios de Municípios no Acre, 3 localidades no Distrito Federal e 5 Municípios nos demais Estados, totalizando 148 Municípios.

A implantação do programa nas localidades teve início no dia 13 de outubro de 1999, com a mobilização, sensibilização e capacitação de atores locais para a constituição dos Conselhos ou Fóruns de Desenvolvimento Local e das Equipes Gestoras Locais. A partir daí, foi iniciado o processo de capacitação, com o objetivo de elaborar o Diagnóstico Participativo Local e o Plano de Desenvolvimento Local.



A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA

UM PANORAMA DA POLÍTICA ECONÔMICA EM 1999

Repleto de incertezas ao seu início, pleno de dificuldades no seu transcorrer, 1999 será lembrado, no entanto, como o ano em que o Brasil consolidou em definitivo o caminho do desenvolvimento com inflação baixa.

Nenhuma das previsões alarmistas que se fizeram nos primeiros meses posteriores à desvalorização cambial se confirmou.

Repleto de incertezas ao seu início, pleno de dificuldades no seu transcorrer, 1999 será lembrado, no entanto, como o ano em que o Brasil consolidou em definitivo o caminho do desenvolvimento com inflação baixa.

Obrigado a abandonar a estratégia de eliminação gradual da sobrevalorização cambial, que cumpriu papel decisivo na primeira etapa do processo de estabilização, o país adotou o regime de câmbio flutuante. Essa mudança, traumática na forma pela qual se deu, não acarretou, porém, a perda da estabilidade monetária, tampouco do rumo do desenvolvimento, cujas bases estruturais vêm sendo construídas desde a implantação do Real.

Nenhuma das previsões alarmistas que se fizeram nos primeiros meses posteriores à desvalorização cambial se confirmou: o PIB, segundo o IBGE, apresentou crescimento de 0,82%, e não queda de até 6%; os índices de preço ao consumidor situaram-se, sem exceção, em nível igual ou inferior a 9% anuais, frustrando apostas em inflação superior a 50%; a taxa de desemprego manteve-se estável, em torno de 7,6%, muito distante da temida casa dos dois dígitos.

A economia encerrou o ano com sinais de renovado vigor, apontando para crescimento de até 4% em 2000. As taxas de juros alcançaram, em termos reais, o patamar mais baixo desde o lançamento do Real. A criação líquida de empregos foi a maior dos últimos cinco anos, 418 mil novos postos de trabalho. O emprego na indústria de transformação apresentou variação positiva pela primeira vez desde 1995.

A balança comercial reagiu de forma importante, apresentando déficit de US\$ 1,2 bilhões, substancialmente menor do que os US\$ 6,6 bilhões apurados em 1998.

Embora aquém das expectativas iniciais, a balança comercial reagiu de forma importante, apresentando déficit de US\$ 1,2 bilhões, substancialmente menor do que os US\$ 6,6 bilhões apurados em 1998. Não fosse a perda de receita decorrente da forte deterioração dos termos de troca - fruto da baixa pronunciada dos preços das "commodities" que o país exporta e da alta, superior a duas vezes, do preço do petróleo - a balança comercial teria exibido um superávit próximo a US\$ 8,2 bilhões.

Com efeito, o volume das exportações cresceu significativamente, tendência que se foi acentuando ao longo do ano: nada menos de 21,3%, na comparação do último trimestre com o mesmo período de 1998. O índice de "quantum" das exportações de manufaturados, particularmente sensíveis à taxa de câmbio, atingiu, ao final do ano, seu ponto mais alto desde 1996. As importações, por sua vez, reduziram-se drasticamente - cerca de 20% em valor e 15% em quantidade - não obstante o progressivo aquecimento da economia. São sinais contundentes de que a desvalorização cambial vai cumprindo o seu objetivo de mudar os preços relativos na economia, favorecendo as exportações e a produção substitutiva de importações.

O investimento direto estrangeiro alcançou a cifra recorde de US\$ 30 bilhões, mais do que o suficiente para financiar o déficit em transações correntes.

O investimento direto estrangeiro alcançou a cifra recorde de US\$ 30 bilhões, mais do que o suficiente para financiar o déficit em transações correntes, que diminuiu de US\$ 33,6 bilhões para US\$ 24,4 bilhões, apontando para a redução da vulnerabilidade externa da economia brasileira. O ingresso desses recursos manteve-se elevado mesmo no pior momento da crise, prova da forte atração que o Brasil exerce sobre os capitais de longo prazo.

Na base desse desempenho surpreendente da economia brasileira em 1999, está a drástica melhoria de seus fundamentos fiscais, alcançada graças ao Programa de Estabilidade Fiscal.

Na base desse desempenho surpreendente da economia brasileira em 1999, está a drástica melhoria de seus fundamentos fiscais, alcançada graças ao Programa de Estabilidade Fiscal, executado com elevada determinação. Em decorrência, o resultado primário do conjunto do setor público (Governo Central, Empresas Estatais, Estados e Municípios) passou de um déficit de 1%, em 1997, para um superávit superior a 3%, em 1999. Ou seja, considerado o período de 1997 a 1999, promoveu-se um ajuste fiscal da ordem de 4% do PIB, concentrado em 1999. Cumpriu-se, assim, a meta crucial do Programa de Estabilidade Fiscal, indispensável para assegurar a solvabilidade do Estado brasileiro, pedra angular da estratégia de retomada do crescimento em bases sustentadas.

Sob o terreno sólido do ajuste fiscal, pôde-se edificar com sucesso o regime de metas inflacionárias e de livre flutuação do câmbio.

A construção desse alicerce representou condição essencial para que se tenha obtido êxito, por intermédio do competente manejo da política monetária e cambial, no esforço de impedir a volta do processo inflacionário e pavimentar o caminho para a recuperação da economia. Sob o terreno sólido do ajuste fiscal, pôde-se edificar com sucesso o regime de metas inflacionárias e de livre flutuação do câmbio.

Como parte do mesmo processo, destacam-se os avanços obtidos na vertente estrutural do ajuste das contas públicas, com participação decisiva do Congresso Nacional. Progrediu-se na regulamentação da reforma da previdência, com a introdução do chamado "fator previdenciário", capaz de conter a expansão do déficit do INSS, assim como na regulamentação da reforma administrativa, indispensável ao equilíbrio financeiro e à

modernização gerencial do Estado. Além disso, caminhou-se muito na tramitação da Lei de Responsabilidade Fiscal, cuja aprovação dará origem a um novo regime fiscal no Brasil.

São mudanças de grande envergadura. Associadas às medidas de impacto mais imediato sobre as contas públicas, que vêm possibilitando o cumprimento reiterado das metas de superávit primário, permitem a progressiva consolidação de um novo regime de política econômica, com efeitos altamente positivos para o País.

Com a mudança do regime de câmbio, a política monetária ganhou maior liberdade, passando a orientar-se pelos efeitos do nível de atividade e do câmbio sobre a taxa de inflação ao longo do tempo, em lugar de ser determinada, como no arranjo anterior, pela necessidade de providenciar o fluxo de recursos externos necessário à sustentação de uma determinada trajetória de taxa de câmbio. A política monetária tornou-se assim um elemento-chave de coordenação das expectativas, donde a importância da adoção de metas de inflação.

A política cambial perdeu o papel de âncora da estabilidade dos preços e passou a atuar em função da necessidade de ajuste do balanço de pagamentos no longo prazo.

Por seu turno, a política cambial perdeu o papel de âncora da estabilidade dos preços e passou a atuar em função da necessidade de ajuste do balanço de pagamentos no longo prazo. O BC intervém no mercado de divisas não para sustentar uma determinada taxa ou trajetória da taxa de câmbio, mas para amortecer oscilações bruscas que eventualmente ocorram em razão de fatores de curto prazo. Nessa medida, a política cambial pode desempenhar papel coadjuvante de relevo na formação das expectativas de inflação, sobretudo no período de transição.

O ajuste fiscal é, porém, a pedra de toque da consolidação da estabilidade dos preços. Isso porque a trajetória esperada da dívida pública do setor público consolidado, a partir da evolução dos seus resultados primários correntes, é o determinante fundamental da expectativa quanto à taxa de inflação necessária para cobrir as necessidades de financiamento do Estado ao longo do tempo. Assim, se a política fiscal indica uma expectativa favorável de redução da dívida pública, como vem ocorrendo, decorre que o Estado terá pouca dependência de imposto inflacionário para financiar-se, o que gera expectativas de baixa inflação.

O País saiu fortalecido da desvalorização cambial, graças fundamentalmente à implementação do Programa de Estabilidade Fiscal.

Em suma, a análise da condução da política econômica e das principais variáveis da economia brasileira em 1999 permite afirmar que o País saiu fortalecido da desvalorização cambial, graças fundamentalmente à implementação do Programa de Estabilidade Fiscal. O Brasil caminha, assim, no rumo traçado desde a gestão do Presidente Fernando Henrique à frente do Ministério da Fazenda, para a consolidação de fundamentos econômicos mais sólidos, descortinando a perspectiva de um novo ciclo longo de desenvolvimento.

A NOVA ESTRATÉGIA DE AJUSTE FISCAL

A mudança no rumo das contas públicas data de setembro de 1998, quando o Governo se comprometeu publicamente com a aceleração do processo de ajuste fiscal. Em outubro daquele ano, anunciou-se ao País o Programa de Estabilidade Fiscal - PEF, com metas de superávit primário, para o setor público consolidado, muito superiores aos resultados observados entre 1995 e 1997. Introduziu-se, assim, uma prática de compromissos com resultados fiscais até então inédita na história do país.

O anúncio do Programa foi antecedido pela adoção de medidas que visavam assegurar no Governo Central, ainda em 1998, um superávit primário de no mínimo R\$ 5 bilhões, o equivalente a 0,8% do Produto Interno Bruto - PIB.

No âmbito do PEF, apresentou-se um amplo conjunto de iniciativas para aprofundar o ajuste e garantir o cumprimento das metas de superávit estabelecidas para o triênio 1999-2001.

No âmbito do PEF, apresentou-se um amplo conjunto de iniciativas para aprofundar o ajuste e garantir o cumprimento das metas de superávit estabelecidas para o triênio 1999-2001. Essas medidas com impacto no curto prazo eram indispensáveis, dado que as reformas estruturais não seriam suficientes para promover impacto expressivo nas contas públicas com a magnitude e velocidade necessárias.

Manteve-se a ênfase nas reformas, principalmente do sistema previdenciário, como condição indispensável para o sucesso do Programa.

Manteve-se, no entanto, a ênfase nas reformas, principalmente do sistema previdenciário, como condição indispensável para o sucesso do Programa. As medidas de impacto imediato constituíam a "ponte" que permitiria a transição para uma situação de equilíbrio duradouro das contas públicas que só as reformas estruturais poderiam consolidar. Implementá-las era fundamental para que o ajuste decorrente das medidas de curto prazo fosse percebido como permanente e, desse modo, produzisse os efeitos pretendidos na evolução do quadro macroeconômico.

A substituição de uma estratégia gradualista, implementada até então, por uma de ajuste drástico das contas públicas surgiu como resposta necessária aos efeitos da crise internacional.

A substituição de uma estratégia gradualista, implementada até então, por uma de ajuste drástico das contas públicas surgiu como resposta necessária aos efeitos da crise internacional. De fato, a abrupta elevação da taxa de juros interna - no esforço de deter a fuga de capitais iniciada logo após a moratória da Rússia - e os seus efeitos sobre o nível esperado da atividade econômica levaram a relação dívida líquida do setor público/PIB a ingressar em trajetória claramente insustentável. Nesse contexto, ficava anulada a eficácia da política monetária como instrumento de defesa da moeda e potencializava-se a crise de confiança no Real, círculo vicioso que só se poderia romper com um programa que assegurasse, de modo crível, a solvabilidade do Estado brasileiro.

A MUDANÇA DO REGIME CAMBIAL

Apesar de indispensável para a superação da crise e o restabelecimento de uma trajetória de crescimento sustentado da economia brasileira, o Programa de Estabilidade Fiscal se revelou insuficiente para sustentar a estratégia de eliminação gradual da sobrevalorização do câmbio. Episódios domésticos, como a derrota inicial na apreciação do projeto que instituiu a contribuição sobre os inativos e a moratória do governo de Minas Gerais, decretada nos primeiros dias do ano, contribuíram para precipitar o fim daquela estratégia. O fato é que, no novo ambiente de menor liquidez para os mercados emergentes, aguçou-se enormemente a desconfiança quanto à sustentabilidade de regimes de câmbio administrado. Não surpreende, assim, que ao longo de 1999, um novo conjunto de países, precedidos pelos que já o haviam feito sob o impacto da crise asiática, em 1997, abandonasse o regime de bandas cambiais.

Em face da exacerbação da fuga de capitais, processo que se havia abrandado temporariamente após a eleição de 3 de outubro e o anúncio do Programa de Estabilidade Fiscal, o governo brasileiro tomou a decisão de adotar o câmbio flutuante em 15 de janeiro de 1999. Depois de uma curta tentativa de transição para um novo tipo de regime de bandas, anunciado ao país em 13 de janeiro, não restava alternativa para proteger as reservas internacionais, reduzidas a cerca de US\$ 35 bilhões, a metade do volume disponível antes da moratória russa.

A DESVALORIZAÇÃO EXAGERADA DO CÂMBIO ("OVERSHOOTING") E SUA SUPERAÇÃO

Dadas as circunstâncias em que a mudança se fez, os dois primeiros meses posteriores à desvalorização foram críticos, em especial fevereiro, quando o valor de US\$ 1,00 chegou a ultrapassar a casa dos R\$ 2,20, em meio à revisão dos termos do acordo assinado entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional – FMI.

Nesse ambiente de aguda incerteza, expectativas altamente desfavoráveis quanto à inflação, nível de atividade e desemprego dominavam as análises econômicas. O temor de moratória, ainda que inteiramente infundado, ganhava algum fôlego.

A desvalorização exagerada do câmbio, porém, não persistiu. A partir de março, começou a ceder de modo inequívoco.

Para a superação desse momento crítico inicial quatro fatores foram de crucial importância. Em primeiro lugar, a decisão do Banco Central - BC, em 4 de março, de elevar a taxa de juros básica de 39% para 45% ao ano, não obstante a percepção existente em parte significativa do mercado financeiro de que tal medida pudesse vir a ter o efeito inverso do pretendi-

A desvalorização exagerada do câmbio não persistiu e, a partir de março, começou a ceder de modo inequívoco.

Para a superação desse momento crítico inicial quatro fatores foram de crucial importância.

Não fosse o Programa de Estabilidade Fiscal, não se poderia ter utilizado a taxa de juros para reverter a desvalorização exagerada do câmbio, tampouco contar com os benefícios do ingresso expressivo de divisas na forma de investimento direto estrangeiro ou de empréstimos externos.

em contraste com experiências anteriores, o acordo firmado com o Fundo Monetário tomou por base um programa de ajuste definido de forma autônoma pelo governo brasileiro.

Com a reversão da desvalorização exagerada da taxa nominal de câmbio ("overshooting"), melhoraram substancialmente as expectativas com relação ao comportamento da inflação.

do, em função do já referido temor de uma eventual moratória da dívida pública. Em segundo lugar, a permanência de um volume robusto de investimento direto estrangeiro, que continuou a afluir ao país mesmo no auge da crise. Em terceiro lugar, a liberação, também em março, da segunda parcela do empréstimo de US\$ 42 bilhões negociado com o Fundo e os demais participantes do esquema de assistência ao Brasil, no valor de US\$ 9,8 bilhões. Em último lugar, mas não menos importante, a definição, no âmbito do acordo, de uma regra apropriada para a intervenção do BC no mercado de câmbio, com vistas a atenuar oscilações bruscas.

Nada disso seria possível, no entanto, sem a adoção anterior de um Programa que tornava crível um significativo aumento do resultado primário do setor público e, àquela altura, já produzia os seus primeiros efeitos, graças à determinação do governo e ao apoio do Congresso Nacional. Em outras palavras, não fosse o Programa de Estabilidade Fiscal não se poderia ter utilizado a taxa de juros para reverter a desvalorização exagerada do câmbio, tampouco contar com os benefícios do ingresso expressivo de divisas na forma de investimento direto estrangeiro ou de empréstimos externos.

Cabe assinalar, a propósito, que, em contraste com experiências anteriores, o acordo firmado com o Fundo Monetário tomou por base um programa de ajuste definido de forma autônoma pelo governo brasileiro. Decerto a desvalorização do Real em janeiro obrigou à revisão dos termos do acordo, com a elevação das metas de resultado primário inicialmente estabelecidas para os anos de 1999 a 2001. Ainda assim, manteve-se a lógica e o arcabouço do Programa de Estabilidade Fiscal, que o governo brasileiro tomou a decisão de adotar, ainda em setembro de 1998, como instrumento de solução dos desequilíbrios fiscais do país.

O fato de que essa decisão tenha antecedido à mudança do regime de câmbio permitiu que, no momento em que esta se deu, o esquema internacional de assistência de liquidez ao Brasil – envolvendo não só o FMI, mas também as agências multilaterais de crédito e os governos de vários países desenvolvidos – já estivesse montado, o que, sem dúvida, representou trunfo inestimável.

Com a reversão da desvalorização exagerada da taxa nominal de câmbio (*overshooting*), melhoraram substancialmente as expectativas com relação ao comportamento da inflação. Firmou-se, assim a percepção de que os aumentos observados nos índices de preços apurados em janeiro e fevereiro haviam sido episódicos, não determinando mudança na dinâmica da inflação. De fato, não apenas o aumento inicial dos preços no atacado não foi repassado, senão marginalmente, para os preços ao consumidor, como também, em abril e maio, verificou-se deflação nos índices de preços ao atacado, bem como em alguns índices de preços ao consumidor.

A REDUÇÃO DA TAXA DE JUROS

Em vista desse novo cenário, criaram-se as condições para que o BC iniciasse movimento de redução da taxa básica de juros (taxa média referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC).

Em março, abandonou-se a antiga sistemática de banda de juros. Eliminadas a TBC (Taxa Básica do Banco Central) e a TBAN (Taxa de Assistência do Banco Central), que estabeleciam respectivamente o piso e o teto da banda, o BC passou a definir uma referência para a taxa SELIC a cada reunião, mensal, do Comitê de Política Monetária (COPOM), bem como a sua tendência, isto é, a direção da eventual intervenção da Autoridade Monetária no intervalo entre as reuniões do COPOM. Buscou, dessa maneira, assegurar, a um só tempo, previsibilidade e flexibilidade na definição da taxa de juros básica da economia, coordenando as expectativas quanto à trajetória dessa variável, na direção desejada pelo BC.

Com a inflação sob controle, os juros em queda e o ingresso de investimento direto em alta – processos respaldados pelo desempenho fiscal superior ao esperado, haja vista o resultado primário de R\$ 15,5 acumulado no primeiro semestre, quase R\$ 3 bilhões acima da meta prevista – a economia real, que chegara ao “fundo do poço” no segundo trimestre do ano, dava sinais nítidos de recuperação, configurando um quadro de superação do momento crítico da transição para o regime de câmbio flutuante.

METAS DE INFLAÇÃO E MEDIDAS PRÓ-CRESCIMENTO

Ao final de junho, o governo tornou público o seu compromisso com metas de inflação para os anos de 1999, 2000 e 2001, respectivamente de 8%, 6% e 4%, admitida variação de dois pontos percentuais para cima e para baixo, de modo a acomodar choques sazonais. Como referência para a política de metas de inflação, escolheu-se, por sua abrangência nacional e cobertura de uma larga faixa de consumo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo IBGE. Introduziu-se assim elemento central no novo arranjo da política econômica, essencial para coordenar as expectativas em relação à inflação e consagrar o compromisso do governo de, por meio da política monetária e fiscal, fazê-la convergir para os níveis observados nos países desenvolvidos.

Ao mesmo tempo, o governo intensificou esforços para estimular a atividade econômica e o emprego. Entre julho e outubro, adotou-se uma série de medidas com esse propósito, ao mesmo tempo em que se mantinha a queda da taxa básica de juros.

Promoveram-se novas reduções nas alíquotas dos compulsórios sobre depósitos a prazo e à vista. Mudou-se a sistemática de cálculo da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), reduzindo-a a 12,5% anuais, o menor nível em 1999. Tomaram-se providências voltadas especificamente para a redução dos elevados “spreads” bancários. Ademais, estruturaram-se programas destinados a estimular os segmentos intensivos em mão-de-obra, como construção civil e micro, pequena e média empresa, além de prorrogar-se, pela terceira vez, o Acordo Emergencial do Setor Automotivo.

Ao final de junho, o governo tornou público o seu compromisso com metas de inflação para os anos de 1999, 2000 e 2001, respectivamente de 8%, 6% e 4%, admitida variação de dois pontos percentuais para cima e para baixo.

O governo intensificou esforços para estimular a atividade econômica e o emprego. Entre julho e outubro, adotou-se uma série de medidas com esse propósito, ao mesmo tempo em que se mantinha a queda da taxa básica de juros.

Com esse elenco de medidas e a adoção das metas de inflação, o governo deixou claro que não abriria mão da estabilidade dos preços, nem deixaria de atuar em favor do crescimento e do aumento do emprego. Estava consciente de que, numa economia submetida a tamanhos ajustes cambial, monetário e fiscal, a retomada não se daria de modo espontâneo. Encerrou-se, assim, a polêmica sobre uma suposta contradição entre estabilidade e desenvolvimento. Também contribuiu para tanto o lançamento do Plano Plurianual – PPA para o período 2000-2003, enviado ao Congresso Nacional junto com a Proposta de Lei Orçamentária para o ano 2000, ao final de agosto. Vistos em conjunto, eles indicam com clareza os meios e os modos de, a um só tempo, assegurar a austeridade fiscal necessária e promover as ações indispensáveis ao desenvolvimento sustentado, no marco de um novo padrão de atuação do setor público.

A CONJUNTURA DO ÚLTIMO TRIMESTRE

Na passagem do terceiro para o quarto trimestre do ano, um conjunto de fatores externos começou a afetar o ingresso de divisas no país: incertezas quanto ao futuro do regime de paridade cambial na Argentina, em face da aproximação das eleições gerais de outubro naquele país; dúvidas em relação ao comportamento do *Federal Reserve* na fixação da taxa de juros básica dos EUA, diante da continuidade do vigor da economia americana; e receios ligados ao “bug do milênio”. Dado um cronograma carregado de amortizações nos últimos três meses do ano, esses fatores geraram pressão sobre a taxa de câmbio, promovendo a aceleração dos preços no atacado. Sobreveio, em seguida, certa elevação dos índices de preço ao consumidor, ensejando o temor de que poderia estar havendo uma mudança na dinâmica dos preços, deflagrada pela desvalorização do câmbio a partir de setembro.

No início do quarto trimestre de 1999 houve temor de que poderia estar havendo uma mudança na dinâmica dos preços, deflagrada pela desvalorização do câmbio a partir de setembro.

Em face desse quadro, o governo agiu de modo consistente com o novo regime de política econômica.

Em face desse quadro, o governo agiu de modo consistente com o novo regime de política econômica. No primeiro momento, ampliou moderadamente a oferta de títulos públicos atrelados ao dólar. Cuidou, em seguida, de oferecer maior margem de liberdade ao BC para atuar no mercado de câmbio, com vistas a arrefecer movimentos especulativos. Como corolário, o Banco Central estabeleceu as condições de liquidez necessárias para lidar, no último mês do ano, com o aumento da demanda por divisas associado aos temores com o “bug do milênio”. Dessa forma, a taxa de câmbio recuou, situando-se próxima a R\$ 1,80 por dólar, ao final do período. Para a formação desse quadro, contribuiu também a captação em novembro de US\$ 1,3 bilhão, no mercado europeu, com a emissão de títulos da República.

Quanto à taxa de juros básica, o BC adotou uma posição de cautela, para que se confirmasse o diagnóstico de que a elevação dos preços ao consumidor decorria de fatores circunscritos no tempo (entressafra mais prolongada em função da seca; elevação dos preços dos automóveis novos; e do álcool). Assim, na reunião de 10 de novembro, o COPOM confirmou a taxa básica de 19% e adotou o viés neutro.

O temor quanto ao ressurgimento da inflação revelou-se infundado. Tornou-se claro que as pressões de alta haviam sido transitórias e concentradas em alguns itens.

São três as razões fundamentais que explicam o porquê de não ter havido a retomada do processo inflacionário após a desvalorização.

Para uma desvalorização nominal do câmbio de aproximadamente 50%, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, encerrou 1999 com uma variação de 8,94%.

**Inflação
pós-desvalorização**
Taxa em doze meses

Os índices de preços ao consumidor apurados em dezembro vieram de fato confirmar o diagnóstico do governo de que não estava em andamento uma mudança na dinâmica da inflação. Diluídos os choques de oferta sazonais (entressafra da agropecuária) e específicos (automóvel novo e álcool combustível), houve recuo tanto do IPA, como do IPC.

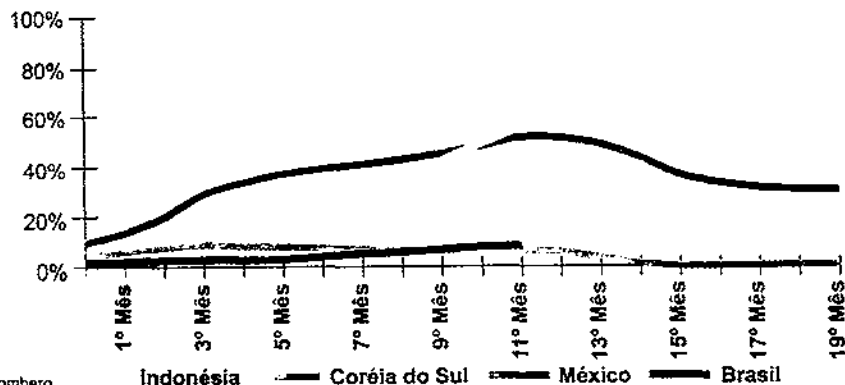
O temor quanto ao ressurgimento da inflação revelou-se infundado. Tornou-se claro que as pressões de alta haviam sido transitórias e concentradas em alguns itens.

INFLAÇÃO E TAXA DE CÂMBIO: A MUDANÇA DOS PREÇOS RELATIVOS

Como vimos, a desvalorização cambial não reativou a espiral inflacionária. Isso, não obstante a presença de fatores adversos, entre os quais um formidável choque na oferta de petróleo, cujo preço no mercado internacional mais que dobrou ao longo do ano.

São três as razões fundamentais que explicam o porquê de não ter havido a retomada do processo inflacionário após a desvalorização. Primeiro, a desaceleração da economia, que já vinha ocorrendo, por força dos efeitos da crise internacional desencadeada pela moratória russa. Segundo, a melhoria no quadro fiscal, expressão maior do compromisso do governo de manter a inflação baixa, em sintonia com o apoio popular à estabilização dos preços. Terceiro, a profundidade das mudanças estruturais ocorridas na economia brasileira nos quatro anos anteriores, em particular o desmonte do complexo sistema de indexação de preços e salários vigente até então. Foram também decisivos os próprios efeitos da estabilização sobre o comportamento dos consumidores, que passaram a memorizar e a comparar mesmo pequenas diferenças de preços, e sobre o funcionamento dos mercados, com o acirramento da concorrência.

Para uma desvalorização nominal do câmbio de aproximadamente 50%, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, encerrou 1999 com uma variação de 8,94%, dentro do intervalo admitido em torno da meta de inflação definida e muito aquém das expectativas alarmistas, de até 60% anuais, que se disseminaram logo após a adoção do câmbio flutuante. Na comparação com outros países, o Brasil está entre aqueles que se caracterizaram pelo baixo grau de transmissão da desvalorização cambial ao nível geral de preços da economia.



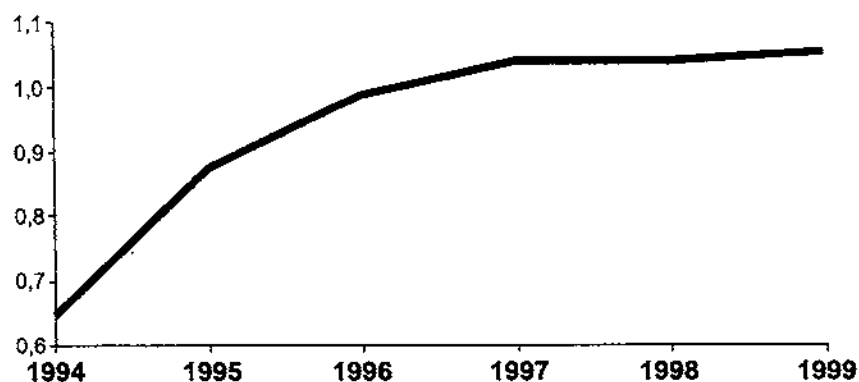
Fonte: Bloomberg
Elaboração: MPI/ASEC

Como a inflação ao consumidor ficou muito aquém da taxa de variação nominal do câmbio, o impacto sobre o poder de compra dos salários foi atenuado, reduzindo relativamente o custo social da desvalorização.

Conclui-se, assim, que a desvalorização ocorrida em janeiro cumpriu o seu objetivo, isto é, provocou uma efetiva mudança dos preços relativos na economia brasileira, em favor dos chamados bens comerciáveis, beneficiando as exportações e a produção substitutiva de importações.

Como a inflação ao consumidor ficou muito aquém da taxa de variação nominal do câmbio, o impacto sobre o poder de compra dos salários foi atenuado, reduzindo relativamente o custo social da desvalorização.

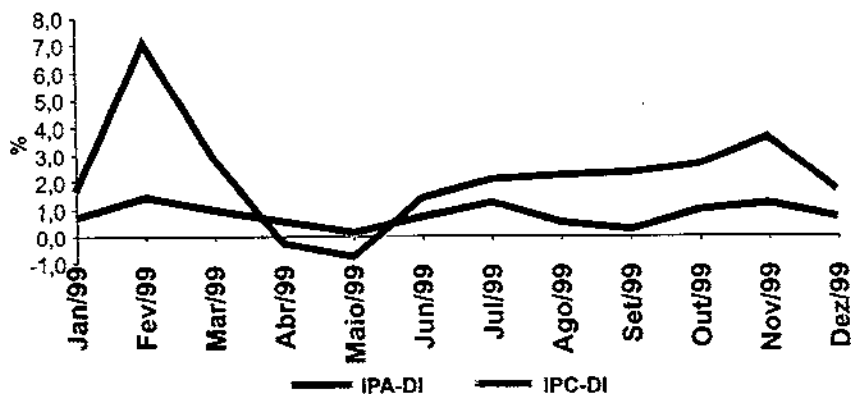
Relação Salário Mínimo/Cesta Básica



Fonte: PROCON/DIEESE
Elaboração: MF/SPE

A mudança dos preços relativos está claramente refletida nos comportamentos distintos do Índice de Preços ao Atacado – Disponibilidade Interna/IPA-DI e do Índice de Preços ao Consumidor – Disponibilidade Interna/IPC-DI. Enquanto a inflação medida pelo segundo foi de 9%, o primeiro apresentou uma variação bastante superior, de 29%. A razão dessa diferença está em que, na composição do IPA-DI, os bens comerciáveis representam 90%, ao passo que no IPC-DI, somente 37%.

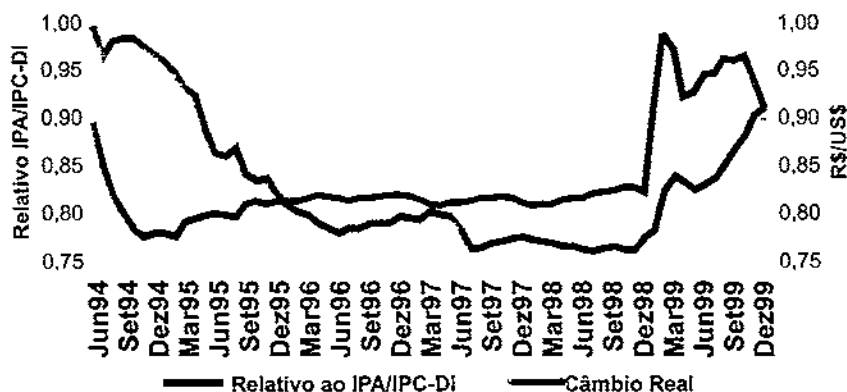
IPA-DI e IPC-DI



Fonte: PROCON/DIEESE
Elaboração: MF/SPE

Taxa de Câmbio Real e IPA/IPC-DI

Note-se que a desvalorização enseja o movimento inverso ao ocorrido logo após a implantação do Real, quando os preços dos bens não comerciáveis cresceram acima do preço dos bens comerciáveis, expressando a apreciação do câmbio.



Tendeu-se a ver no aumento dos IPCs indícios de elevação generalizada dos preços ao consumidor, quando o que havia eram choques de oferta claramente delimitados ou fatores episódicos.

A tese de que, no último trimestre de 1999, estaria em curso uma mudança na dinâmica da inflação valia-se da idéia de "inflação represada". Essa tese padece de várias falhas, e seu erro central está em interpretar a diferença entre o comportamento dos IPAs e dos IPCs como uma questão de defasagem temporal.

No último trimestre do ano, a reaceleração dos preços no atacado e a elevação concomitante dos preços ao consumidor fomentaram a tese de que estaria havendo uma mudança na dinâmica da inflação, que se acentuaria conforme a economia se aquecesse. A decorrência natural do argumento era a recomendação, implícita ou explícita, de um aperto na política monetária.

A tese de que estava em curso uma mudança na dinâmica da inflação partia de uma leitura apressada do que estava ocorrendo com os preços ao final do ano. Tendeu-se a ver no aumento dos IPCs indícios de elevação generalizada dos preços ao consumidor, quando o que havia eram choques de oferta claramente delimitados ou fatores episódicos. A partir de setembro, o preço da carne cresceu por força da entressafra prolongada pela estiagem; o dos automóveis novos, em função do fim do acordo automotivo; e o do álcool, pelo fim de parte dos incentivos fiscais. Com efeito, no caso do IPCA, as pressões dos grupos Alimentação e Transportes foram responsáveis por 87% da variação de 1,19% em outubro. Fato semelhante ocorreu em novembro, quando o mesmo índice registrou alta menor, de 0,95%, devido ainda aos dois grupos mencionados. Não fosse a contribuição de quatro de seus itens – carne bovina, frango, gasolina e álcool –, a variação do IPCA em novembro teria sido de 0,38%. Em nenhum momento houve sinal de aceleração intensa dos preços dos chamados produtos não comerciáveis competitivos, o que poderia caracterizar uma inflação de demanda.

A tese de que, no último trimestre de 1999, estaria em curso uma mudança na dinâmica da inflação valia-se da idéia de "inflação represada", ou seja, de que a aceleração dos preços no atacado acabaria por contaminar os preços ao consumidor. A elevação destes, a partir de setembro, seria o primeiro sinal de que tal fenômeno já estaria ocorrendo. Essa tese padece de várias falhas. Seu erro central está em interpretar a diferença entre o comportamento dos IPAs e dos IPCs como uma questão de defasagem temporal, como se o varejo, primeiro, absorvesse o choque de custos de

O Brasil segue o padrão observado na comparação internacional. Isto é, os picos de preços no atacado tendem a coincidir com picos de preço no varejo, com defasagens mínimas.

corrente do aumento dos preços no atacado para, depois, repassá-lo ao consumidor. Haveria, pois, no momento inicial, uma compressão das margens do comércio, que, mais à frente, quando a demanda assim o permitisse, buscaria recuperá-las.

As evidências, no entanto, jamais deixaram de apontar no sentido contrário. Nisso, aliás, o Brasil segue o padrão observado na comparação internacional, isto é, os picos de preços no atacado tendem a coincidir com picos de preço no varejo, com defasagens mínimas.

Em outras palavras, o preço dos bens finais reflete quase de imediato o aumento de preços dos bens comerciáveis, afetados diretamente pela variação da taxa de câmbio. Ocorre que os bens comerciáveis representam apenas uma fração do custo dos bens finais, uma fração tanto menor quanto mais se avança na cadeia de agregação de valor, onde é grande a participação dos serviços. É isso o que nos mostra a diferença de comportamento entre o IPA e o IPC em 1999. A razão reside em que não apenas é maior a participação dos "bens comerciáveis" no IPA, como também os bens comerciáveis que o compõem são "mais comerciáveis" do que os bens comerciáveis presentes no IPC. Não estamos, portanto, diante de um fenômeno de defasagem, mas de diferença de magnitude do impacto da desvalorização sobre os bens produzidos na economia. Essa diferença, num país continental como o Brasil, em que o total de bens comerciáveis representa menos de 30% do PIB, tende a ser bastante elevada. A tese da "inflação represada" só teria fundamento sob as seguintes condições: se estivesse em curso a reindexação da economia, deterioração fiscal e/ou superaquecimento da demanda. Aí sim, o aumento dos preços no atacado poderia traduzir-se mais à frente em elevação do nível geral de preços. Mas este definitivamente não é o caso.

POLÍTICA MONETÁRIA: QUEDA DA TAXA DE JUROS E DESCOMPRESSÃO DO CRÉDITO

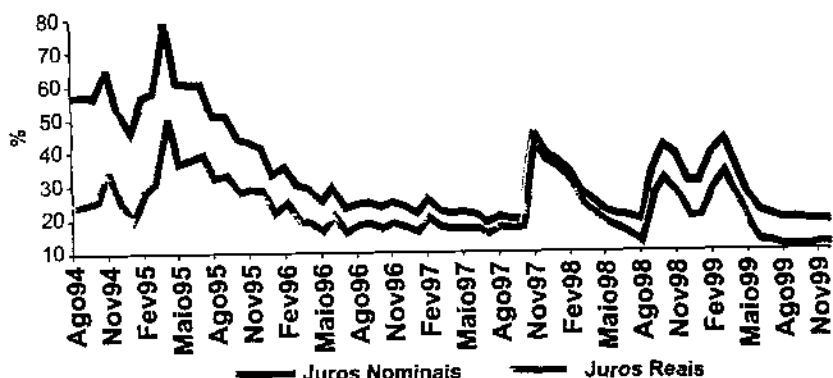
Conforme já assinalado, a superação da desvalorização exagerada da taxa de câmbio e o comportamento subsequente da inflação permitiram ao BC reduzir a taxa de juros básica.

A taxa SELIC alcançou 19% ao final de setembro, o mesmo patamar anterior ao da crise asiática, o que, em termos reais, representa a menor taxa de juros desde o início do Plano Real.

Ainda no início de abril, o COPOM decidiu-se pelo primeiro corte na taxa SELIC. Na reunião de maio, o juro básico voltou a ser reduzido. Nesses dois meses, o BC exerceu três vezes o viés de baixa, derrubando a taxa SELIC para 23,34% ao final de maio e para 21% no início de junho, totalizando uma diminuição de 24 pontos percentuais em relação ao início de março, consistente com a inexistência de pressões inflacionárias. A partir de então, as reduções passaram a ser menores, mas o movimento de queda persistiu. No final de julho, a taxa SELIC alcançou 19,5% e, ao final de setembro, 19%, o mesmo patamar anterior ao da crise asiática, o que, em termos reais, representa a menor taxa de juros desde o início do Plano Real.

Taxa de Juros Reais e Nominais (Selic)

(Taxa anual de inflação do IPCA "pra frente")



Fonte: FGV e BACEN
Elaboração: MF/SPE

Adotou-se, em outubro, um conjunto de medidas destinadas a redução do diferencial entre as operações ativas e passivas dos bancos, os chamados "spreads", essencial para diminuir o custo do crédito às empresas e pessoas físicas.

Além da redução do IOF sobre operações de crédito à pessoa física, de 6% para 1,5%, decidiu-se simplificar as exigências relativas às operações bancárias, no caso de créditos de pequeno valor.

A diminuição da taxa de juros básica veio acompanhada da redução dos compulsórios sobre depósitos a prazo e à vista, objetivando aumentar a irrigação de crédito na economia e, assim, impulsionar a retomada do nível de atividade e do emprego. Em passos sucessivos, a alíquota do compulsório sobre depósitos a prazo foi reduzida de 35% para 0% e a alíquota do compulsório sobre depósitos à vista, de 75% para 65%.

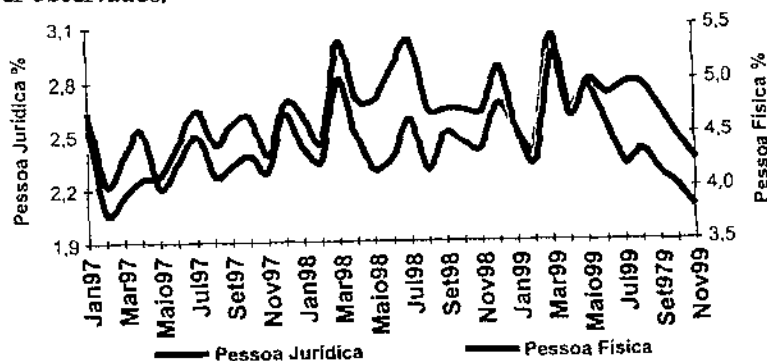
Adotou-se ademais, em outubro, um conjunto de medidas destinadas especificamente à redução do diferencial entre as operações ativas e passivas dos bancos, os chamados "spreads", essencial para diminuir o custo do crédito às empresas e pessoas físicas.

Essas medidas tomaram por base estudo do Banco Central que identificou o risco associado à precariedade de informação e os custos operacionais dos bancos, mais que a incidência de tributos, como os principais fatores na composição dos "spreads", perdendo apenas para a taxa de inadimplência (que vem caindo, conforme mostra gráfico mais à frente).

Assim, além da redução do IOF sobre operações de crédito à pessoa física, de 6% para 1,5%, decidiu-se simplificar as exigências relativas às operações bancárias, no caso de créditos de pequeno valor. Para melhorar a qualidade das informações disponíveis, determinou-se o fortalecimento da Central de Risco do BC, a implantação de um cadastro de bons devedores, a obrigatoriedade na divulgação, pelas instituições financeiras, das taxas de juros cobradas nos cheques especiais, entre outras providências.

A queda da tributação sobre o crédito é, sem dúvida, a medida de maior impacto. Estima-se que a mudança referida na alíquota do IOF venha a baixar o custo final do crédito em até 10%. Sinais disso já começam a ser observados.

Evolução do "Spread" Bancário

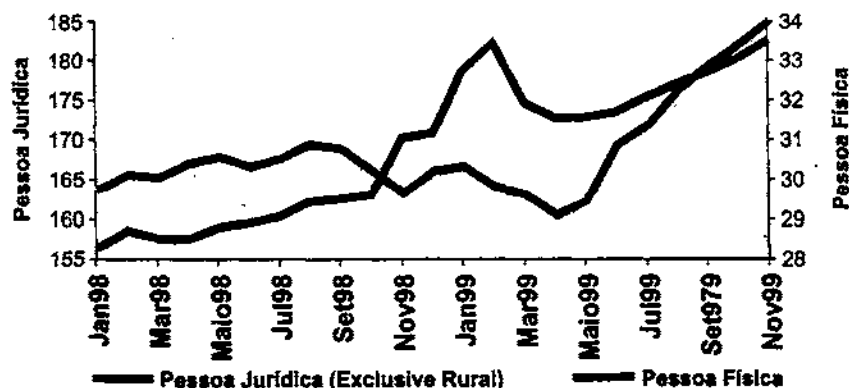


Fonte: BACEN
Elaboração: MF/SPE

Todavia, a melhoria da qualidade da informação disponível, ao reduzir o risco e promover a competição, tende a ser estruturalmente mais importante para a redução dos "spreads" bancários.

No ambiente de maior confiança que se foi firmando ao longo do segundo semestre, a redução do juro básico e dos compulsórios, somada às primeiras quedas dos "spreads", produziu os efeitos esperados sobre a concessão de crédito, sobretudo à pessoa física.

Evolução Nominal do Crédito ao Setor Privado (em R\$ bilhões)

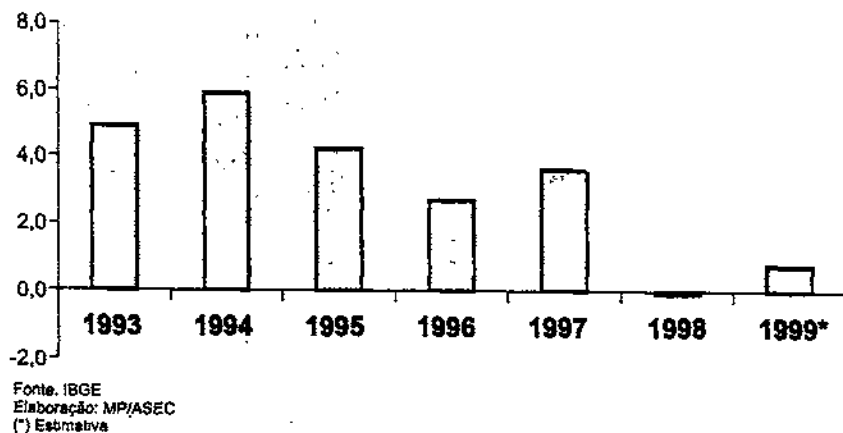


PIB: FIM DA RECESSÃO E INÍCIO DA RETOMADA

Em 1999, o PIB apresentou crescimento de 0,82%

O crescimento reduzido da inflação atenuou os impactos da desvalorização sobre o nível de atividade da economia. Com efeito, segundo o IBGE, em 1999 o PIB apresentou crescimento de 0,82% em relação ao ano anterior, frustrando as previsões de queda de até 6% que circularam logo após a desvalorização cambial.

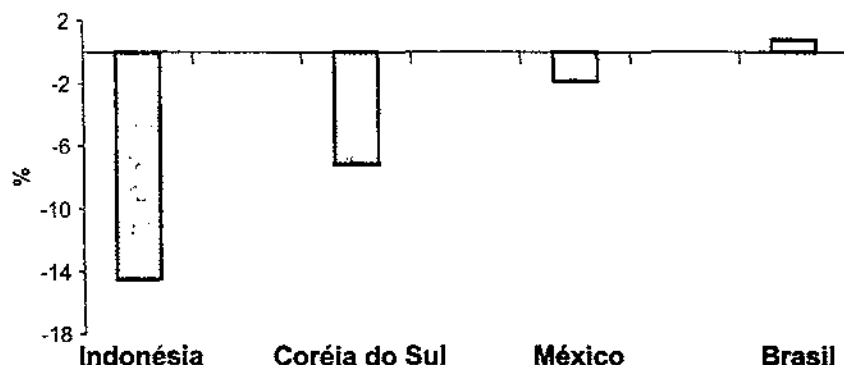
Produto Interno Bruto % real anual



Na comparação com países que experimentaram recentemente desvalorizações expressivas de suas moedas, o Brasil sobressai como aquele onde menor foi o efeito sobre a taxa de crescimento do PIB.

Produto Interno Bruto

Taxa em 12 meses após
à desvalorização



Fonte: Bloomberg
Elaboração: MP/ASEC

O comportamento da inflação impediu uma deterioração mais pronunciada das expectativas e viabilizou a redução consistente da taxa de juro básica.

Além de resguardar relativamente o poder de compra dos salários dos efeitos da mudança cambial, o comportamento da inflação impediu uma deterioração mais pronunciada das expectativas e viabilizou a redução consistente da taxa de juro básica. Constituiu, portanto, fator decisivo para o desempenho surpreendente do PIB em 1999.

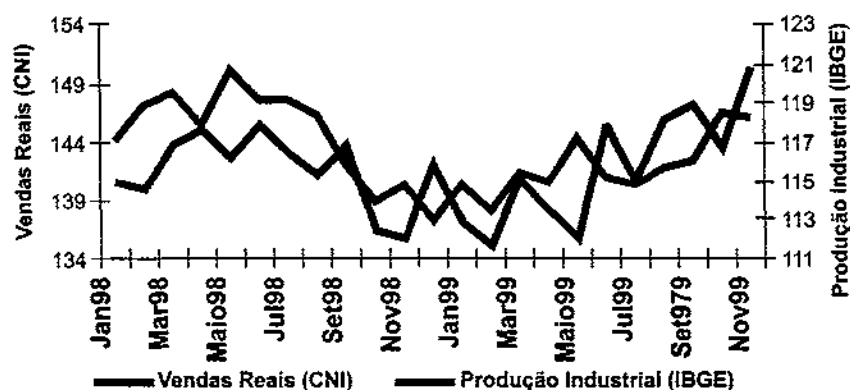
A expansão do PIB foi liderada pelo setor agrícola, que, impulsionado pela safra de 82 milhões de toneladas de grãos, cresceu 8,99% em 1999.

A expansão do PIB foi liderada pelo setor agrícola, que, impulsionado pela safra de 82 milhões de toneladas de grãos, cresceu 8,99% em 1999, segundo o IBGE. O setor de serviços apresentou discreto crescimento de 1,07%, enquanto a indústria mostrou retração de 1,66%, inferior aos prognósticos iniciais.

Em que pese o resultado negativo no acumulado do ano, a indústria apresentou nítida tendência de recuperação ao longo de 1999.

Atividade Industrial

Índice mensal
dessazonalizado



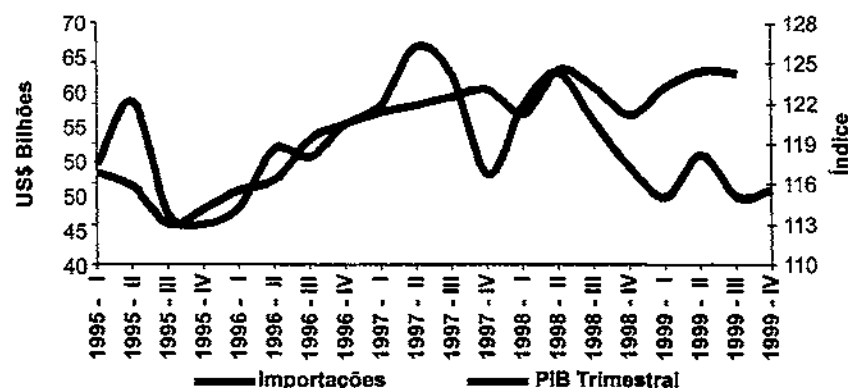
Fonte: CNI e IBGE
Elaboração: MP/ASEC

Os setores de bens semi e não duráveis foram os principais responsáveis por suavizar a queda da produção industrial num primeiro momento.

A análise do comportamento da produção industrial permite perceber que, além dos bens intermediários, positivamente afetados pelo desempenho da indústria extrativa, os setores de bens semi e não duráveis foram os principais responsáveis por suavizar a queda da produção industrial num primeiro momento. Aproveitaram-se, para tanto, do espaço aberto à

Importações e PIB trimestral

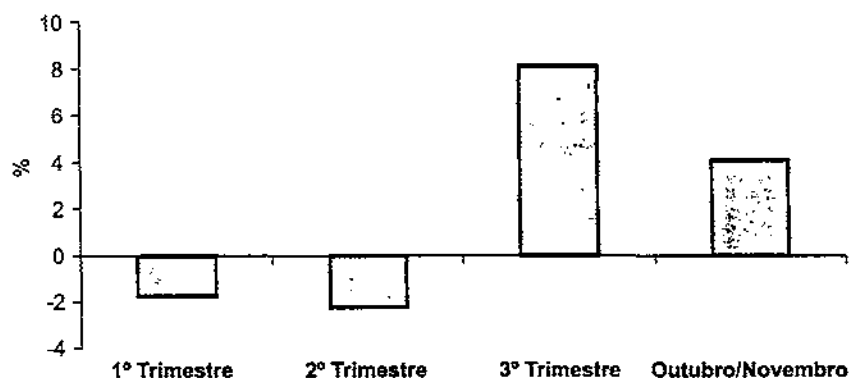
substituição de importações, retratado no gráfico abaixo pela diferença de comportamento do PIB e das importações depois da desvalorização.



Fonte: SECEX e IBGE
Elaboração: MF/SPE

A partir do terceiro trimestre, entretanto, os bens duráveis passaram a apresentar taxas de crescimento superiores na margem, com o que começam a recuperar o terreno perdido sob o impacto dos choques de juros e crédito decorrentes das crises externas do período 1997-1998.

Produção Física Industrial – 1999 Bens de Consumo Duráveis Variação trimestral dessazonalizada



Fonte: IBGE
Elaboração: MP/ASEC

Especialmente sensíveis aos estímulos da política monetária e com imensa capacidade ociosa ainda por ocupar – a produção em novembro encontrava-se 10% abaixo da média do Plano Real e 26% abaixo do patamar imediatamente anterior à crise asiática –, os setores produtores de bens duráveis surgem como o mais provável carro-chefe da recuperação da economia brasileira neste ano.

Também duramente atingidos pelos efeitos da crise internacional, com nível de produção ainda 9,5 % inferior à média do Plano Real e 16% menor que o observado antes da crise asiática, os bens de capital apresentam igualmente perspectivas favoráveis de retomada.

Nesse caso, o fator decisivo da expansão é a consolidação, que se vai observando, de uma perspectiva positiva de longo prazo para a economia brasileira. De modo específico, serão importantes os estímulos provenientes da retomada das privatizações e dos investimentos programados para

os próximos quatro anos nos setores de telecomunicações (R\$ 45 bilhões), petróleo e gás natural (R\$ 52 bilhões) e energia elétrica (R\$ 52 bilhões).

O governo tem agido para apoiar os investimentos nesses setores e criar as condições de isonomia competitiva que permitam à indústria local responder à demanda por bens de capital daí decorrentes. Exemplo maior de iniciativas dessa natureza é a política estruturada para o setor de petróleo e gás natural, que segue os passos do que já se vinha fazendo no setor de telecomunicações desde 1997.

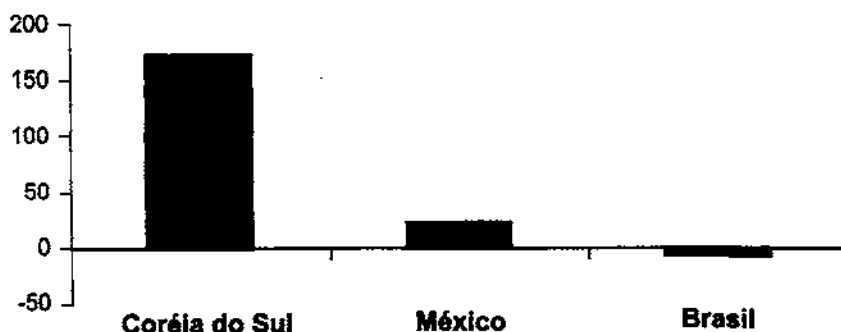
EMPREGO E RENDA

De modo consistente com o comportamento da produção, não se confirmou a expectativa de um forte impacto negativo da desvalorização sobre o nível de emprego. Ao contrário, o Índice de Desemprego do IBGE encerrou o ano com uma taxa acumulada de 7,6%, praticamente igual à de 1998.

Constatou-se uma variação da taxa de desemprego bastante menor que a observada em outros países que passaram por episódios de desvalorização no passado recente.

Não se confirmou a expectativa de um forte impacto negativo da desvalorização sobre o nível de emprego. O Índice de Desemprego do IBGE encerrou o ano com uma taxa acumulada de 7,6%, praticamente igual à de 1998.

Taxa de Desemprego Pós-Desvalorização % variação em 12 meses

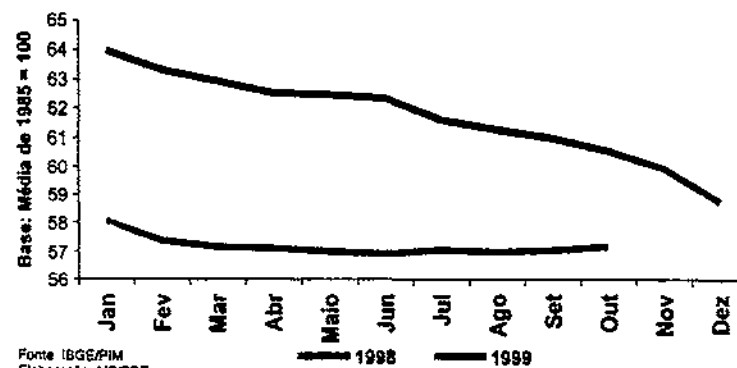


Fonte: Bloomberg
Elaboração: MP/ASEC

Embora a taxa de desemprego persista em nível significativamente mais elevado do que no período anterior à crise asiática, é de se destacar a geração líquida de 418 mil postos de trabalho no País, a maior desde 1995.

Quanto ao emprego industrial, surgiram sinais consistentes de recuperação em determinados setores, especialmente a partir do final do primeiro semestre. No acumulado do ano, pela primeira vez desde 1994, o emprego industrial apresentou variação positiva, com a criação líquida de cerca de 78 mil postos de trabalho.

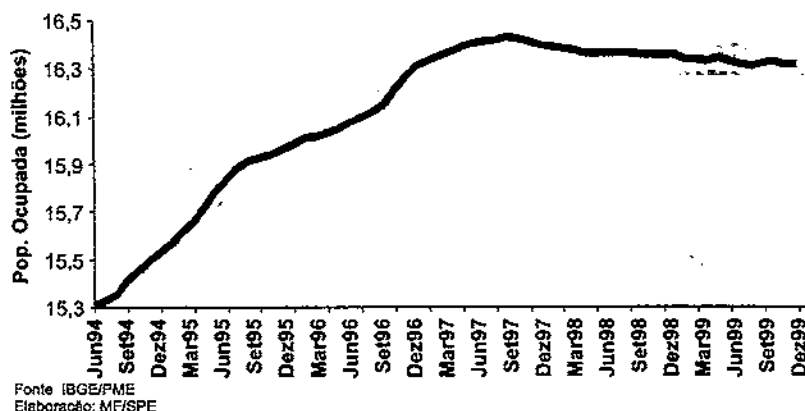
Pessoal Ocupado na Indústria



Fonte: IBGE/PIM
Elaboração: MF/SPE

População Ocupada (Média móvel dos últimos 12 meses)

A população ocupada, que desde a crise asiática se vinha reduzindo, estabilizou-se em patamar próximo a 16,3 milhões de pessoas.

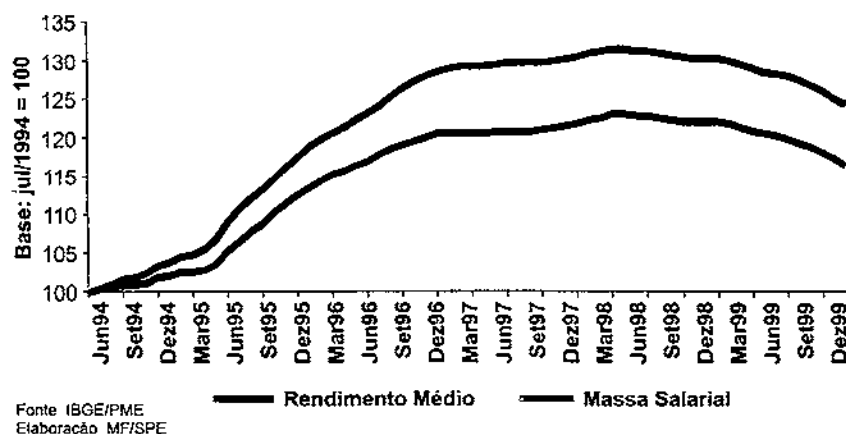


No ano passado, a massa real de salários exibiu valor médio 25% maior do que nos doze meses anteriores a julho de 1994.

A massa real de salários, por sua vez, apresentou uma queda de aproximadamente 4,5%. Apesar dessa queda, manteve-se parte substancial dos ganhos dos primeiros três anos do Plano Real, quando a massa real de salários cresceu 30%. De fato, no ano passado, a massa real de salários exibiu valor médio 25% maior do que nos doze meses anteriores a julho de 1994.

Quanto ao rendimento médio real, verificou-se, igualmente, alguma redução. Do mesmo modo, entretanto, conservou-se a maior parte dos ganhos obtidos nos primeiros três anos do Plano Real, quando o rendimento real médio cresceu cerca de 21%. Em 1999, o total dos trabalhadores pesquisados pela Pesquisa Mensal de Emprego – PME, do IBGE, apresentou rendimentos reais 17% maiores, em média, que os do período de 12 meses anteriores a julho de 1994.

Rendimento Médio Real e Massa Salárial Real (Deflacionados pelo IPCA – média móvel dos últimos 12 meses)



O governo tem atuado para fortalecer a tendência de recuperação do emprego, não só por meio dos instrumentos clássicos da política monetária e de crédito, mas também por intermédio de programas de apoio a setores intensivos em mão-de-obra.

O governo tem atuado para fortalecer a tendência de recuperação do emprego, não só por meio dos instrumentos clássicos da política monetária e de crédito, mas também por intermédio de programas de apoio a setores intensivos em mão-de-obra, como o da construção civil e o de micro, pequenas e médias empresas.

Em outubro, junto com a sanção da lei que criou o Estatuto da Micro e da Empresa de Pequeno Porte, o Governo lançou o programa **Brasil Empreendedor**. Esse programa visa assegurar 3 milhões de empregos por meio de medidas de estímulo à micro, pequena e média empresa. Foram mobilizados recursos da ordem de R\$ 8 bilhões, grande parte proveniente do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, que serão destinados à capacitação, ao crédito e à assessoria empresarial, num ciclo completo de apoio a esse segmento de empresas. Estão engajados nesse esforço vários Ministérios, sob a coordenação da Secretaria Geral da Presidência da República, as instituições federais de fomento e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, com sua rede nacional.

Além de mobilizar recursos em montante três vezes superior ao aplicado em 1998, o Programa contempla a redução do custo do financiamento – por exemplo, a eliminação da incidência do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF nas operações de crédito para micro, pequenas e médias empresas, bem como a diminuição dos juros cobrados em empréstimos a essas empresas com recursos do Programa de Integração Social – PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP. Inclui também o fortalecimento dos mecanismos de garantia, com a criação de um fundo de aval para cobrir financiamentos do Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER.

Pelo REFIS, as empresas passam a ter seu débito corrigido pela TJLP, comprometendo para a amortização do mesmo até 2% de seu faturamento mensal. Assim, habilitam-se novamente a tomar crédito para produzir e gerar empregos.

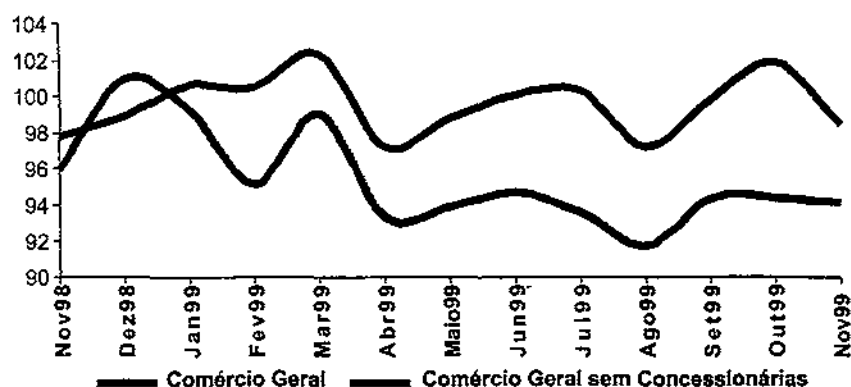
O Brasil Empreendedor compreende ainda o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, que autoriza o reescalonamento de débitos tributários, alcançando também as empresas de maior porte. Pelo REFIS, as empresas passam a ter seu débito corrigido pela TJLP, comprometendo para a amortização do mesmo até 2% de seu faturamento mensal. Assim, habilitam-se novamente a tomar crédito para produzir e gerar empregos.

CONSUMO

Após forte retração decorrente das incertezas associadas à mudança do regime de câmbio, as vendas no comércio recuperaram-se a partir de meados do ano, a despeito da pronunciada queda da venda de automóveis.

Faturamento Real do Comércio Varejista

Dados Dessazonalizados

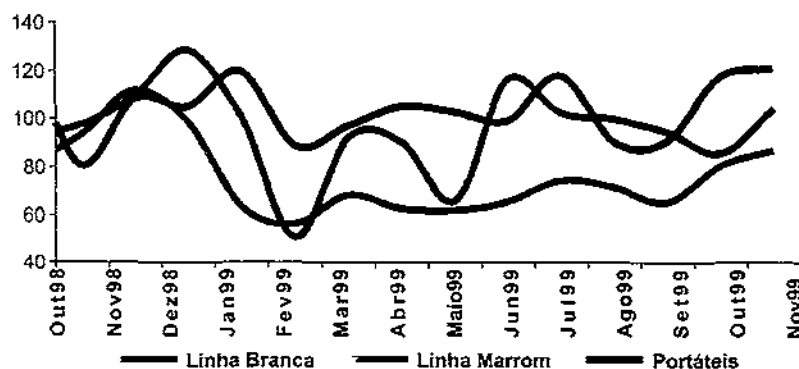


Fonte: FCESP, FCEMG, IBGE
Elaboração: MF/SPE

As vendas de bens de consumo não duráveis, aparelhos eletroeletrônicos e materiais de construção responderam positivamente à melhoria do cenário econômico. As ações do governo no sentido de reduzir os juros no comércio, desonerando o financiamento, contribuíram fortemente para a recuperação do consumo das famílias.

O efeito dessas ações se fez sentir primeiramente nas vendas dos produtos da chamada "linha marrom" (aparelhos de som e imagem), em particular dos portáteis, por serem tipicamente de valor unitário menor.

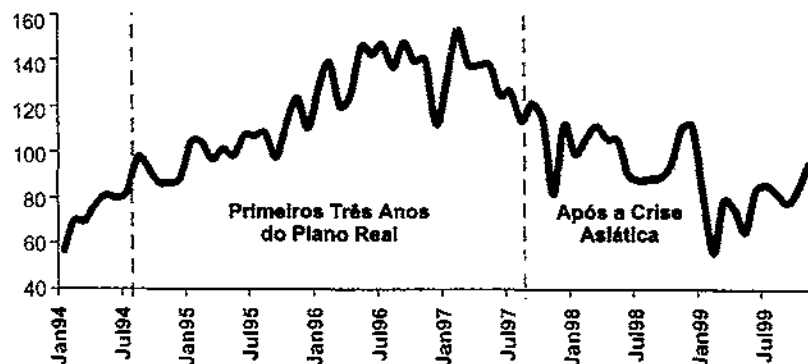
Vendas Desagregadas de Eletroeletrônicos



Fonte: Eletros
Elaboração: MF/SPE

No caso dos produtos da "linha branca" (fogão, geladeira, ar condicionado, etc), a reação é menos definida. A recuperação das vendas desses produtos deve consolidar-se com a melhora no emprego e na renda e a continuidade da redução do custo do crédito ao consumidor, fatores que devem contribuir também para a retomada da venda de automóveis. No conjunto, a venda de produtos eletroeletrônicos apresenta nítida trajetória de recuperação.

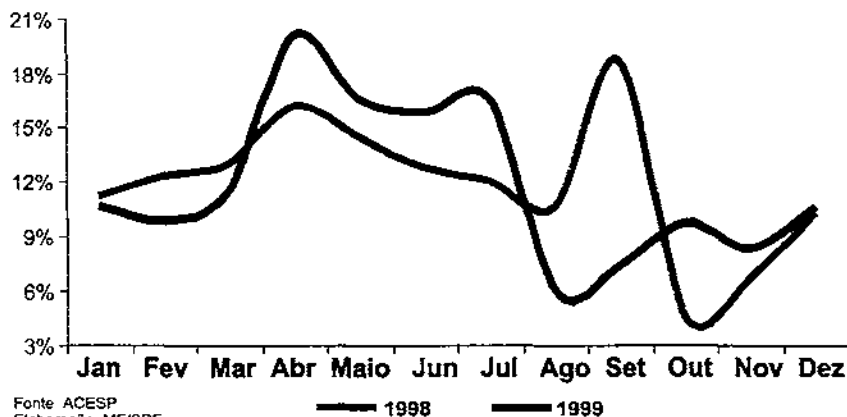
Evolução do Índice de Vendas de Produtos Eletro-Eletrônicos
Dados Dessazonalizados
Média 1998 = 100



Fonte: Eletros
Elaboração: MF/SPE

Índice de Inadimplência

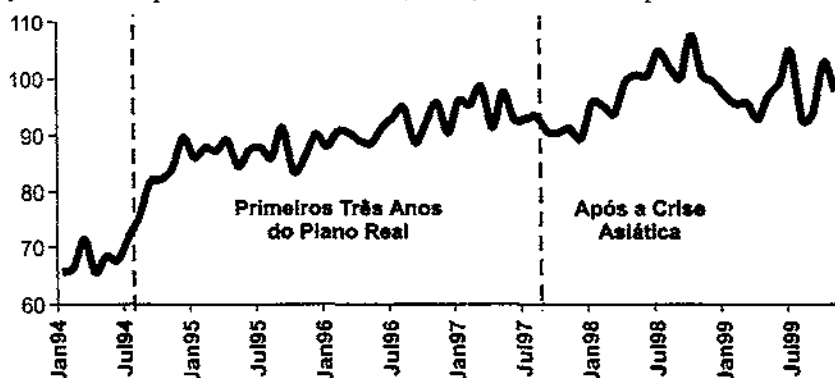
Corroborar essa expectativa de retomada generalizada do consumo a queda dos índices de inadimplência, fenômeno que já se vem verificando.



Fonte: ACESP
Elaboração: MF/SPE

Evolução do Índice de Vendas dos Supermercados
Dados Dessazonalizados
Média 1998 = 100

Pouco sensível às condições de crédito, o consumo de bens não-duráveis, tipicamente alimentos, manteve-se no mesmo patamar alcançado nos três primeiros anos do Real, isto é, 43% acima do período anterior.



Fonte: Abras
Elaboração: MF/SPE

SETOR EXTERNO: REMOVENDO A RESTRIÇÃO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS

Verificou-se um saldo negativo de US\$ 1,2 bilhão, na balança comercial, bastante inferior ao déficit de US\$ 6,6 bilhões apurado em 1998.

A economia brasileira deverá retornar ao patamar de produção anterior à crise asiática ao final de 2000. A mudança dos preços relativos alivia a restrição de balanço de pagamentos e seus efeitos já se fizeram sentir em 1999.

O valor total das importações diminuiu 14,8% em relação a 1998, acima do decréscimo de 6,1% do valor das exportações. Como resultado, verificou-se um saldo negativo de US\$ 1,2 bilhão, na balança comercial, bastante inferior ao déficit de US\$ 6,6 bilhões apurado em 1998.

Ainda que não desprezível, a reação da balança comercial à desvalorização cambial ficou aquém do esperado. A razão fundamental foi a ocorrência de um choque extraordinariamente adverso dos termos de troca, que se deterioraram nada menos de 17,1 %, com a elevação dos preços do petróleo, principal item de importação do país, e a queda dos preços das *commodities* agrícolas e minerais, responsáveis por mais de 1/3 das nossas exportações.

Se por hipótese se houvessem mantido os preços de 1998, a balança comercial teria apurado um superávit de US\$ 8,2 bilhões e não um déficit de US\$ 1,2 bilhão, conforme se pode verificar na tabela abaixo.

Balança Comercial (US\$ bilhões)

	Janeiro-Dezembro				Variação %		
	1998	1999	1999(*)	Diff.	Valor	Preço	Quant.
Exportação	51,1	48,0	54,4	6,4	-6,1	-11,4	6,4
Básicos	13,0	11,8	14,1	2,2	-8,9	-15,1	8,4
Semimanufaturados	8,1	8,0	9,4	1,4	-1,7	-15,2	15,9
Manufaturados	29,4	27,3	30,0	2,6	-7,0	-8,9	2,0
Importação	57,7	49,2	46,2	-3,0	-14,8	6,5	-19,9
Saldo	-6,6	-1,2	8,2	9,4			

Fonte: MDIC/SECEX e FUNCEX. Elaboração: MF/SPE

(*) Estimativa dos valores do comércio exterior de 1999, a preços de 1998.

A tendência das exportações é de crescimento. O comportamento das vendas externas do País segue o padrão típico de resposta a desvalorizações cambiais bem-sucedidas.

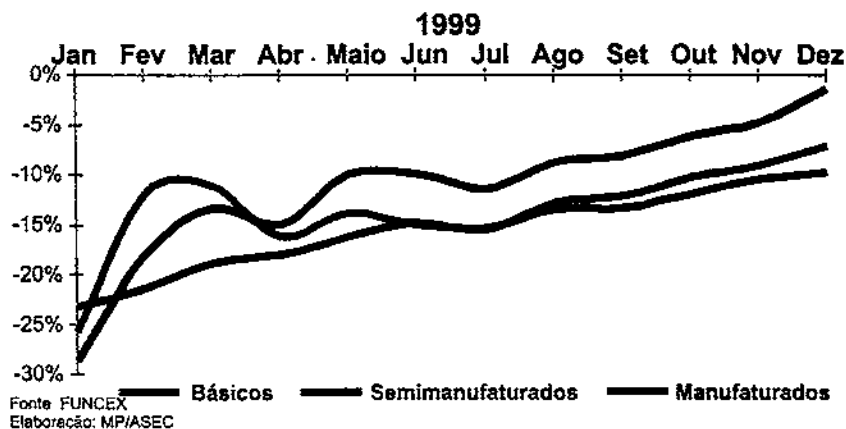
Além da deterioração dos termos de troca, as exportações sofreram em 1999 os efeitos da retração de mercados de destino importantes para nossos bens e serviços, em particular na América do Sul, região especialmente atingida pela drástica mudança do ambiente internacional a partir da moratória russa. Teve também impacto negativo sobre as vendas externas a escassez de financiamento.

A tendência das exportações é, no entanto, de crescimento. O comportamento das vendas externas do País segue o padrão típico de resposta a desvalorizações cambiais bem-sucedidas, ainda que com maior atraso, devido às circunstâncias já referidas.

O gráfico abaixo mostra que a recuperação das vendas externas é generalizada, mantendo-se mesmo ao longo do último trimestre, período sazonalmente desfavorável.

Exportações – Brasil

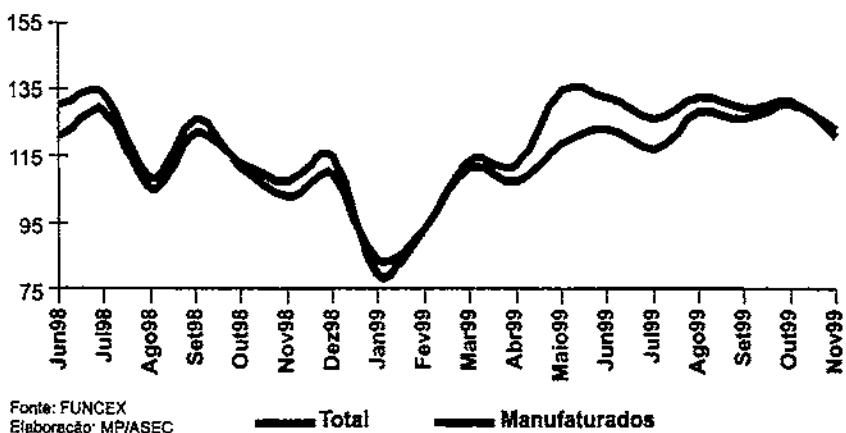
Variação acumulada no ano



Merece particular atenção a retomada das exportações de manufaturados, cuja competitividade é mais sensível à taxa de câmbio.

Exportações – Brasil

Índice de quantum



A escassez de financiamento começa a ser superada, mercê da melhoria na percepção do "risco Brasil".

Em vista da nova estrutura de preços relativos e dos ganhos intensos de produtividade e eficiência que se vêm obtendo na economia brasileira, é de todo provável a ocorrência de uma importante aceleração das vendas externas. Para tanto, deve contribuir também a elevação dos preços das *commodities* e a recuperação das economias que representam importantes mercados de destino para as exportações brasileiras, no contexto de maior crescimento da economia mundial. A escassez de financiamento, por sua vez, começa a ser superada, mercê da melhoria na percepção do "risco Brasil". Nesse contexto, o governo julgou desnecessário renovar, em setembro, o compromisso formal firmado em fevereiro com os bancos que operam linhas de financiamento interbancário ao comércio exterior brasileiro. A propósito, cabe salientar que o volume de crédito nas linhas de financiamento ao comércio exterior (incluindo as interbancárias, banco/empresa e de curto prazo) alcançou US\$ 42 bilhões, na posição de 31 de dezembro, contra US\$ 39,8 bilhões, em 28 de fevereiro, quando o compromisso de manutenção das linhas de crédito interbancário foi estabelecido.

Num período maior de tempo, a substituição de importações deverá estender-se a outros setores da economia, estimulando novos investimentos na ampliação da capacidade instalada.

Do lado das importações, o efeito substituição deve intensificar-se, contribuindo para compensar o aumento da demanda doméstica decorrente do crescimento do nível de atividade da economia. Num primeiro momento, a substituição de importações seguirá avançando com base na capacidade já instalada, em particular no segmento de bens semi e não-duráveis, no desdobramento natural do processo observado em 1999.

Num período maior de tempo, a substituição de importações deverá estender-se a outros setores da economia, estimulando novos investimentos na ampliação da capacidade instalada.

Como resultante do comportamento esperado das exportações e das importações, projetam-se superávits comerciais crescentes nos próximos anos.

Nesse processo, a variável-chave é a retomada das exportações. Em primeiro lugar, e de modo imediato, ela servirá para aliviar eventuais pressões sobre a taxa de câmbio, atuando em favor de expectativas de inflação declinante e, por conseguinte, oferecendo maior grau de liberdade para a política monetária, com repercussões positivas sobre a taxa de crescimento da economia e a situação fiscal (quer pelo aumento da receita, quer pela redução do custo da dívida pública). Em segundo lugar, de maneira crescente ao longo dos próximos anos, oferecerá estímulo direto ao consumo, por seu efeito multiplicador sobre a renda, tão mais intenso quanto maior for o superávit comercial. Em terceiro lugar, induzirá ao aumento da taxa de investimento na economia, no que constitui seu aspecto mais importante, pois que associado a uma transformação estrutural do sistema produtivo, com aumento da participação relativa dos bens comerciáveis, levando, por conseguinte, à superação da restrição externa ao crescimento sustentado.

Dado o seu papel central na construção de uma trajetória de crescimento sustentado, as exportações vêm sendo objeto de iniciativas específicas de apoio por parte do Governo. Essas iniciativas integram a política mais ampla de redução do "custo Brasil", nos seus vários componentes.

Entre as medidas na área de exportação, além da manutenção da essência da Lei Complementar nº 87/96, chamada Lei Kandir, que desonera de tributos as vendas externas de produtos primários e semi-manufaturados, destaca-se o aprimoramento dos instrumentos de apoio à pequena e média empresa.

Nesse sentido, em 1999, reformulou-se por completo o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade – FGPC, com a eliminação da exigência de garantia real para operação de até R\$ 500 mil, aumento do percentual coberto pelo fundo de aval, definição de incentivos para os bancos mais ativos na concessão de crédito à micro, pequena e média empresa, entre outras medidas visando ampliar, de fato, o acesso dessas empresas aos financiamentos cursados no âmbito do sistema BNDES. Também importante foi o avanço no trabalho de formação de consórcios de exportação desenvolvido pela Agência Especial de Promoção de Exportações – APEX, no âmbito do SEBRAE.

De maneira geral, cabe salientar, ainda, o fortalecimento das linhas do BNDES Exim, que em 1999 desembolsaram o equivalente a US\$ 2,1 bilhões de dólares, 1,73 % a mais do que em 1998, aumento significativo em vista do tamanho da desvalorização cambial. Por fim, não devem passar sem registro as ações voltadas a ampliar o número de exportadores com acesso ao Programa de Financiamento às Exportações – PROEX, num contexto de severa restrição fiscal.

Entre as medidas na área de exportação, além da desoneração de tributos das vendas externas de produtos primários e semi-manufaturados, destaca-se o aprimoramento dos instrumentos de apoio à pequena e média empresa.

A balança de serviços, em 1999, apresentou um déficit de US\$ 25,2 bilhões, contra US\$ 28,8 bilhões, em 1998.

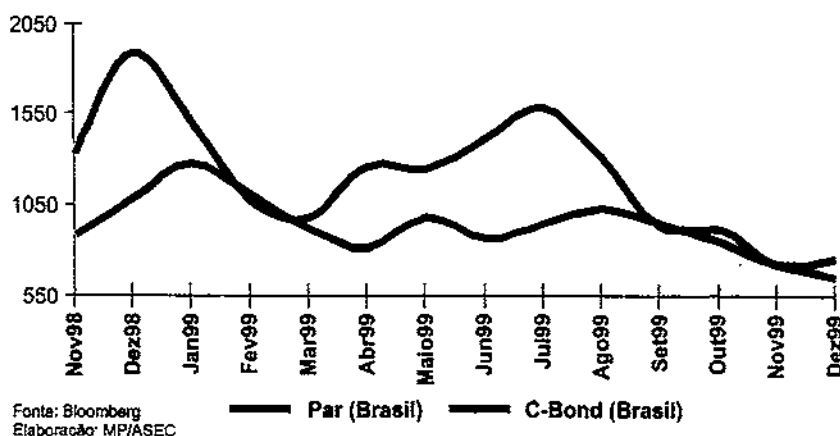
A balança de serviços, em 1999, apresentou um déficit de US\$ 25,2 bilhões, contra US\$ 28,8 bilhões, em 1998. Caíram as despesas com os chamados serviços não-fatores. A conta de turismo mostrou uma redução de 65%, fruto do encarecimento do dólar frente ao Real. A conta de transportes retraiu-se 14%, acompanhando a diminuição das importações.

A diminuição das despesas com os serviços não-fatores foi suficiente para compensar o aumento dos gastos com os serviços fatores, notadamente com remessas de juros. Estas apresentaram uma elevação de 27%.

Com a recuperação da credibilidade externa, porém, as despesas com juros devem estabilizar-se. A razão está em que o aumento do volume de novas captações será compensado pela redução do custo e alongamento do perfil da dívida em moeda estrangeira, objetivos que o Banco Central vem perseguindo por meio da colocação de bônus globais da República. Em 1999, houve seis emissões, resultando em ingressos de US\$ 7,7 bilhões.

O gráfico abaixo indica a progressiva redução do chamado "risco Brasil".

"Spread" dos títulos brasileiros sobre títulos do Tesouro americano



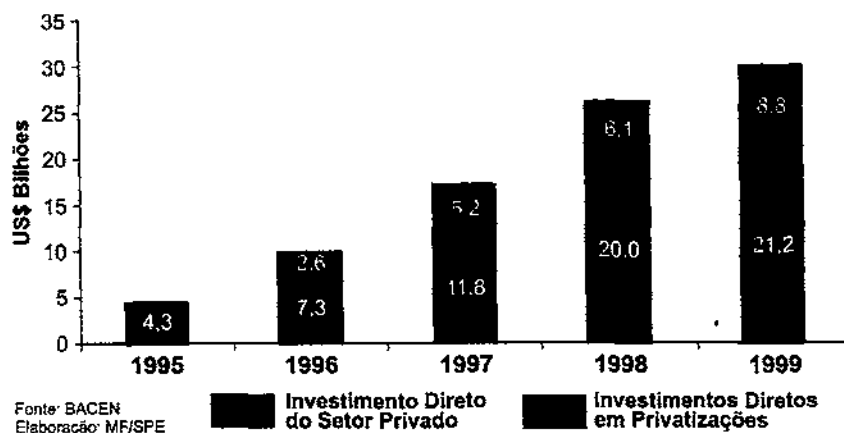
Como resultado de déficits de US\$ 1,2 bilhões na balança comercial e US\$ 25,2 bilhões na balança de serviços, e de um saldo positivo de US\$ 2 bilhões nas transferências unilaterais, as transações correntes do balanço de pagamentos apresentaram um déficit de 24,4 bilhões, em 1999. Trata-se de redução expressiva em relação a 1998, ano em que o déficit em transações correntes foi de US\$ 33,6 bilhões.

A despeito de registrar expressiva redução em valor absoluto, o déficit em transações correntes, como proporção do PIB medido em dólares, fechou o ano ligeiramente acima do observado em 1998 (4,39% contra 4,33%).

A despeito de registrar expressiva redução em valor absoluto, o déficit em transações correntes, como proporção do PIB medido em dólares, fechou o ano ligeiramente acima do observado em 1998 (4,39% contra 4,33%). Isso decorreu do efeito estatístico da redução do PIB em dólares, em função da desvalorização cambial. Note-se, no entanto, que esse indicador recuou de 5,13%, nos doze meses encerrados em agosto de 1999, para 4,39%, no final do ano, já sinalizando uma tendência de expressiva melhora também nessa forma de mensuração do déficit em transações correntes.

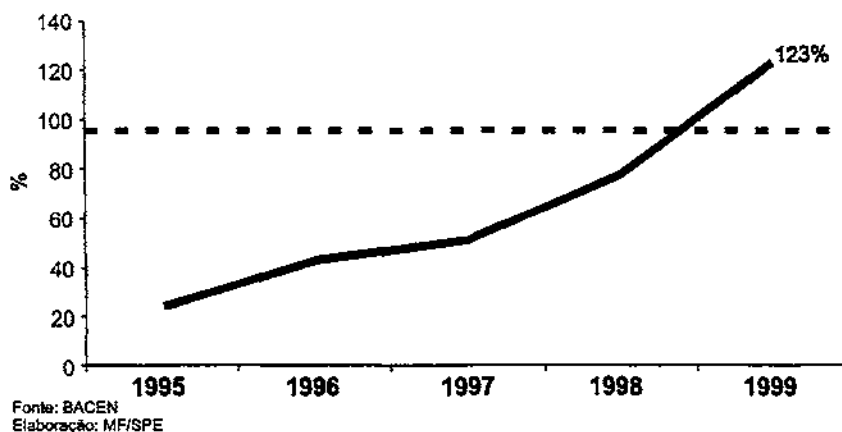
Os investimentos diretos estrangeiros continuaram a afluir em volume muito expressivo, totalizando US\$ 30 bilhões.

Investimento Direto Estrangeiro



Esses investimentos foram responsáveis pelo financiamento de 123% do déficit em transações correntes, evidência da menor dependência em relação ao capital volátil.

Relação entre Investimento Direto Estrangeiro e Déficit em Transações Correntes



Por outro lado, o Brasil teve de arcar com um cronograma pesado de amortizações em 1999. Estas foram de R\$ 47,7 bilhões, 42% a mais que em 1998. A tendência, porém, é de declínio dos gastos com amortizações, já em 2000.

A médio e longo prazos, a redução das necessidades de financiamento externo vai depender fundamentalmente da taxa de aceleração das exportações e do crescimento da poupança interna, para o que o ajuste estrutural das contas públicas é condição indispensável.

Na base do processo de convergência para uma situação de equilíbrio macroeconômico, com taxas expressivas de crescimento, está a bem sucedida execução do Programa de Estabilidade Fiscal.

Deu-se passo fundamental para restabelecer uma trajetória sustentável da relação dívida líquida/PIB, que se pretende estabilizar em 46,5%, a partir de 2001.

CONTAS PÚBLICAS: A VIRADA DO LADO FISCAL

Na base do processo de convergência para uma situação de equilíbrio macroeconômico, com taxas expressivas de crescimento, está a bem sucedida execução do Programa de Estabilidade Fiscal.

Com efeito, o resultado primário do setor público consolidado, em 1999, no acumulado até novembro, atingiu 3,6% do PIB. Deu-se, assim, passo fundamental para restabelecer uma trajetória sustentável da relação dívida líquida/PIB, que se pretende estabilizar em 46,5%, a partir de 2001. O déficit nominal, por sua vez, permaneceu elevado, no patamar de 10% do PIB no acumulado do ano, em função dos efeitos da desvalorização sobre a dívida pública denominada em dólar ou atrelada à sua variação. Foram, no entanto, efeitos concentrados no tempo. A partir da superação do auge da desvalorização, tem-se observado tendência persistente de queda do déficit nominal.

O resultado primário do setor público consolidado, revelador do enorme esforço de ajuste fiscal implementado ao longo de 1999, distribuiu-se conforme indicado na tabela abaixo.

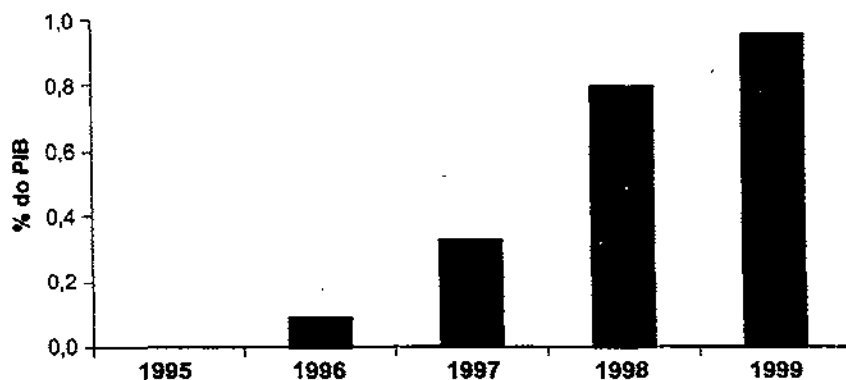
Necessidade de Financiamento do Setor Público – NFSP (Primário)
em % do PIB

Discriminação	Jan-Nov/98	Jan-Nov/99
Setor Público Consolidado	-0,1	-3,6
Governo Central	-0,5	-2,6
Estatais	0,2	-0,6
Estados	0,4	-0,2
Municípios	-0,2	-0,2

Fonte: BCB – Nota à Imprensa de 21.01.2000 Elaboração: MF/SPE Déficit (+); Superávit (-).

Importa assinalar que o resultado primário no Governo Central foi obtido a despeito do crescimento do déficit no Regime Geral de Previdência Social, que passou de R\$ 7,2 bilhões, em 1998, para R\$ 9,4 bilhões, nos 12 meses terminados em novembro de 1999. Esse crescimento, no entanto, foi menor do que nos anos anteriores, indicando os primeiros efeitos da reforma da previdência.

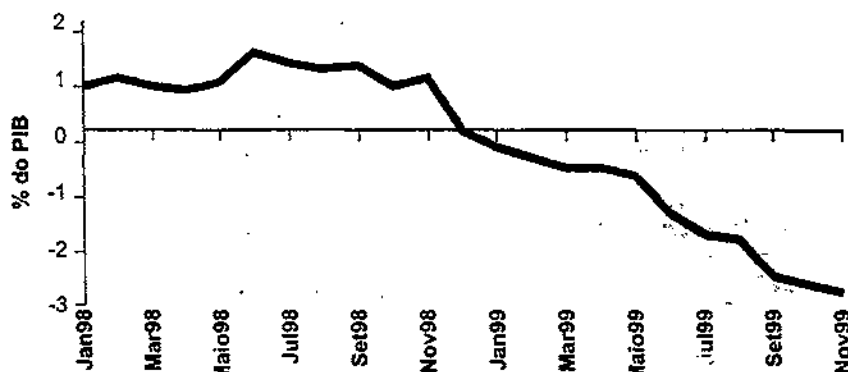
Déficit do INSS



Fonte: MF/STN, MPAS
Elaboração: MF/SPE

**NFSP – Fluxos
acumulados nos
últimos 12 meses
(até nov/99)**

A drástica melhora da situação fiscal no Governo Central fica evidenciada no quadro abaixo.



Fonte: BACEN
Elaboração: MF/SPE

Déficit = (+) Superávit = (-)

Essa melhora tornou-se possível graças à implementação de um conjunto de medidas de contração de gastos e elevação de receitas, associadas à definição, em lei, de uma meta preestabelecida de resultado primário.

A definição em lei de uma meta de resultado primário constituiu uma inovação-chave para o sucesso do ajuste fiscal em andamento.

Essa melhora tornou-se possível graças à implementação de um conjunto de medidas de contração de gastos e elevação de receitas, associadas à definição, em lei, de uma meta preestabelecida de resultado primário.

No acumulado de janeiro a novembro, em termos nominais, as despesas do governo central mantiveram-se estáveis em relação a igual período do ano anterior. O aumento das receitas líquidas, por sua vez, alcançou R\$ 19,5 bilhões nesse mesmo período. Para tanto, contribuíram receitas extraordinárias adicionais, no valor de R\$ 5,0 bilhões. No entanto, como proporção do PIB, a contribuição da queda das despesas para o ajuste fiscal tem sido superior à da elevação das receitas (positivamente afetadas, ao contrário daquelas, pela variação dos preços). Enquanto a proporção das receitas aumentou de 16,79% para 17,31% do PIB, um variação de 0,5 ponto percentual, a proporção das despesas passou de 16,35% para 14,78% do PIB, uma variação de 1,6 ponto percentual.

A definição em lei de uma meta de resultado primário constituiu uma inovação-chave para o sucesso do ajuste fiscal em andamento. No passado, esforços fiscais de grande magnitude perderam-se por falta de compromisso explícito com um resultado pré-determinado.

Como a adoção do Programa de Estabilidade Fiscal ocorreu em outubro de 1998, a meta de superávit primário para 1999 foi definida na revisão da proposta orçamentária que já tramitava no Congresso, sendo aprovada posteriormente na Lei Orçamentária. Dados os efeitos da desvalorização cambial sobre a dívida pública, tornou-se necessário adotar uma meta mais elevada para o Governo Central.

Em 1999, entretanto, a proposta de lei orçamentária do Governo Central foi elaborada desde o início com base em uma meta de resultado primário definitivamente estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (2,6% do PIB), o que deve concorrer para uma maior aproximação entre a programação e a execução do orçamento, fortalecendo-o como instrumento de definição de prioridades e indicação do grau de austeridade da política fiscal.

Para o melhor desempenho fiscal de Estados e Municípios, em 1999, tiveram papel crucial os contratos de refinanciamento das dívidas estaduais firmados com a União, os quais prevêem o comprometimento de até 13% da receita líquida real dos Estados com o pagamento da dívida renegociada.

Ainda com relação ao orçamento de 2000, cabe assinalar a substituição de receitas extraordinárias, isto é, decorrentes de eventos circunscritos no tempo, por receitas de natureza permanente. Para o próximo exercício são previstas receitas extraordinárias de menor magnitude. Por outro lado, além dos efeitos positivos da retomada do crescimento econômico, a arrecadação será beneficiada pela vigência, durante todo o ano, de medidas fiscais que não vigoraram senão em parte do ano de 1999, caso das que dizem respeito ao COFINS e à CPMF.

Para o melhor desempenho fiscal de Estados e Municípios, em 1999, tiveram papel crucial os contratos de refinanciamento das dívidas estaduais firmados com a União, os quais prevêem o comprometimento de até 13% da receita líquida real dos Estados com o pagamento da dívida renegociada. Dadas as restrições impostas ao endividamento adicional dos Estados, os contratos vêm de fato induzindo essas unidades da federação a um esforço de geração de superávits primários. Ao final de 1999, estavam em eficácia os contratos de 21 Estados.

Junto com a implementação de medidas de impacto imediato nas contas públicas, cujo peso é proporcional à magnitude e velocidade necessárias ao ajuste fiscal, vem-se avançando na realização de mudanças de cunho estrutural. Se aquelas têm peso maior no curto prazo, são estas mudanças que poderão assegurar a consolidação de um regime fiscal compatível com o equilíbrio intertemporal das contas públicas.

AS REFORMAS ESTRUTURAIS

O empenho do Executivo, com o apoio do Congresso, em favor da realização das reformas de cunho estrutural tem sido inequívoco.

O empenho do Executivo, com o apoio do Congresso, em favor da realização das reformas de cunho estrutural tem sido inequívoco. Os resultados o demonstram.

Em 1999, foi sancionada a Lei Complementar nº 96/99, que dispõe sobre os limites de despesa com pessoal nos três níveis de governo, bem como a Lei nº 9.301, que define critérios para a dispensa de servidores com vistas ao ajuste a esses limites. As regras relativas aos limites de despesa com pessoal foram incorporadas, com pequenos ajustes, à Lei de Responsabilidade Fiscal, ainda sob apreciação do Congresso. Passarão, assim, a ter vigência condições jurídicas efetivas para a redução dos gastos com a folha de pagamento, questão particularmente grave nos Estados e Municípios.

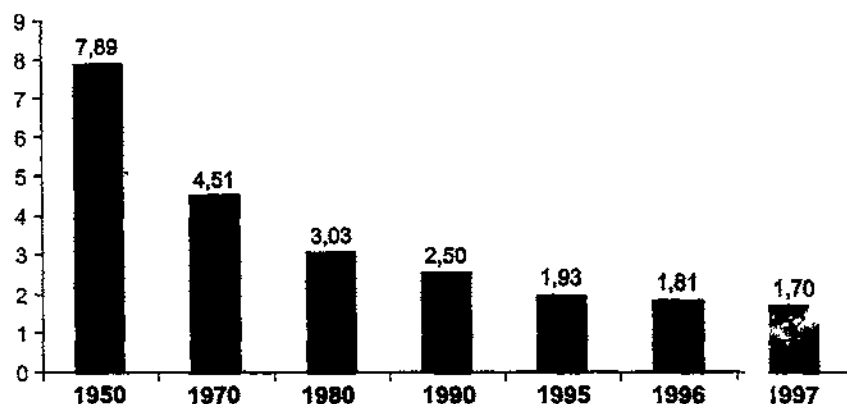
Ainda quanto à regulamentação da Reforma Administrativa (Emenda Constitucional nº 19), tramitam no Congresso os projetos de lei referentes às carreiras típicas de Estado, cujos membros são insuscetíveis de demissão por excesso de contingente, ao regime de emprego público e aos critérios para demissão por insuficiência de desempenho. Por fim, cabe chamar atenção para o envio ao Congresso de proposta de emenda constitucional que autoriza os Estados e Municípios a fixar limites inferiores aos da União, os chamados sub-tetos, para remuneração, subsídio, proventos ou pensão, nos três Poderes, e no Ministério Público.

Também no campo da reforma da previdência, incluída com Emenda Constitucional nº 20, houve progressos importantes, principalmente no âmbito do INSS. O maior desses avanços foi a aprovação da lei que introduz o chamado "fator previdenciário".

Evolução da Relação entre Contribuintes e Beneficiários da Previdência Social 1950/97

Também no campo da reforma da previdência, iniciada com Emenda Constitucional nº 20, houve progressos importantes, principalmente no âmbito do INSS. O maior desses avanços, sem dúvida, foi a aprovação da lei que introduz o chamado "fator previdenciário", à razão de 1/60 avos ao mês, nos próximos cinco anos. A mesma lei institui ainda regra que amplia progressivamente o período-base para o cálculo do benefício, além de contemplar medidas que visam ampliar o universo de contribuintes da Previdência Social.

Esse conjunto de medidas visa lidar com o problema estrutural básico do sistema previdenciário do setor privado: o aumento do número de beneficiários em relação ao de contribuintes, decorrente principalmente de fatores demográficos (aumento da expectativa de vida e diminuição da taxa de fecundidade) e de fatores relacionados ao mercado de trabalho (aumento da informalidade).



Fonte: MPAS

Com a mudança na regra referente ao período-base — até então os últimos 36 salários de contribuição — o valor das aposentadorias passa a ser calculado sobre 80% dos maiores salários de contribuição verificados entre julho de 1994 e o mês do pedido da aposentadoria. Dessa maneira, com o correr dos anos, o cálculo da aposentadoria terá por base um período de tempo crescente, o que contribui para o equilíbrio entre contribuições e benefícios e, ademais, corrige um subsídio favorável aos trabalhadores de maior nível de escolaridade, cujos salários tendem a crescer mais ao longo da vida laboral.

Com a introdução do "fator previdenciário" o valor da aposentadoria passa a depender positivamente do tempo de contribuição e negativamente da expectativa de vida no momento da passagem para a inatividade.

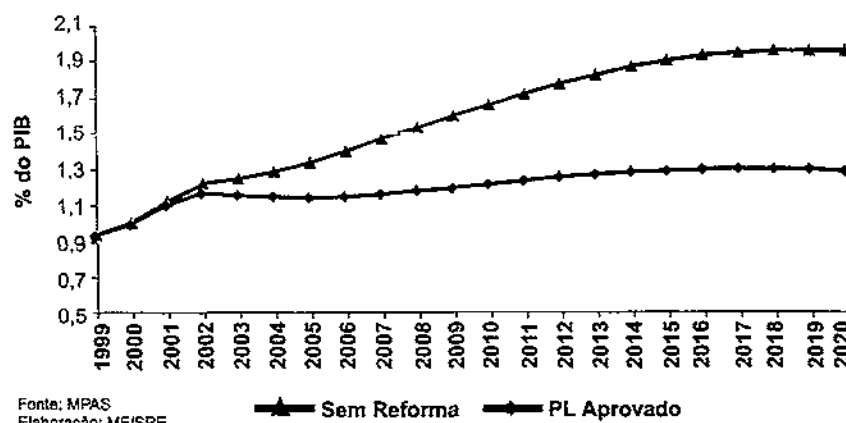
Com a introdução do "fator previdenciário", por sua vez, o valor da aposentadoria passa a depender positivamente do tempo de contribuição e negativamente da expectativa de vida no momento da passagem para a inatividade. Isto é, quanto maior o tempo de contribuição e menor a expectativa de vida, mais elevado o valor da aposentadoria. Assim, o fator previdenciário estimula o trabalhador a permanecer por mais tempo em atividade, afetando favoravelmente as contribuições arrecadadas, e introduz um mecanismo de ajuste automático do sistema previdenciário ao aumento da expectativa de vida dos brasileiros.

Por fim, as medidas voltadas a expandir o universo de contribuintes da previdência (estima-se que atualmente apenas 43% da população ocupada aí esteja incluída) têm o propósito não só de aumentar a receita do INSS,

mas também de incorporar à sua cobertura um enorme contingente, algo em torno de 19 milhões de pessoas, em especial empregadas domésticas e profissionais autônomos.

Esse conjunto de medidas permitirá interromper uma trajetória explosiva de crescimento do déficit do INSS. De fato, na ausência de qualquer reforma, este poderia passar do nível atual de 1% do PIB para 2,6% do PIB, em vinte anos.

**Regime Geral de
Previdência Social –
RGPS**
Evolução de Déficit –
1999 a 2020



Vai sendo, assim, corrigido gradualmente o rumo do sistema de previdência do setor privado, estratégia que o governo adotou e vem perseguindo com afinco.

Dificuldades maiores, no entanto, têm sido enfrentadas para prosseguir na reforma do sistema previdenciário do setor público, iniciada com a promulgação da emenda constitucional nº 20, que estabeleceu, como regra permanente, a idade mínima de aposentadoria dos servidores em 60 anos para os homens e 55 para as mulheres, prevendo ademais uma regra de transição, válida para os que já se encontravam no quadro de pessoal do setor público no momento de sua promulgação (53 e 48 anos, respectivamente, como idade mínima, mais um adicional de tempo de 20%, no caso de aposentadoria integral, e 40%, no caso de aposentadoria proporcional).

Importante para desacelerar o fluxo de crescimento da diferença entre contribuições e benefícios, tal mudança porém não resolve o problema do estoque. Donde a importância atribuída pelo governo à instituição da cobrança de contribuição previdenciária sobre os servidores inativos. Dessa forma, pretende-se minorar as necessidades de cobertura de déficits com recursos subtraídos das áreas sociais, o que constitui um dos maiores exemplos de transferência regressiva de renda por meio do setor público, dado o valor comparativamente elevado dos proventos dos servidores inativos.

Para avançar na direção de redução do déficit da previdência do setor público, não tem faltado ao governo apoio do Congresso Nacional.

Para avançar na direção de redução do déficit da previdência do setor público, não tem faltado ao governo apoio do Congresso Nacional. Com efeito, em janeiro de 1999 foi promulgada a lei 9.783, cujo ponto essencial era a instituição de cobrança sobre os servidores inativos, em bases progressivas conforme o valor dos proventos. Todavia, o Supremo Tribu-

No marco das negociações das dívidas dos governos estaduais refinanciadas com a União, avançou-se no rumo da constituição dos fundos de previdência complementar do setor público, matéria que será regulada por lei complementar em apreciação no Congresso Nacional.

Tomou curso positivo a apreciação do projeto de lei complementar que dispõe sobre a gestão fiscal responsável, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal,

Progride o processo de reformas estruturais, que se desdobra também em outras frentes, entre as quais cabe ressaltar a de natureza patrimonial, com o avanço das privatizações estaduais e do Programa de Redução da Participação do Setor Público Estadual na Atividade Financeira Bancária – PROES.

nal Federal, ao final de setembro, julgou inconstitucional a imposição de cobrança de contribuição sobre os servidores inativos, impossibilitando-a no nível federal e colocando-a sob ameaça no nível estadual, onde tem vigência em muitos casos.

Diante do revés, o governo agiu imediatamente: de um lado, para compensar a perda de receita estimada em R\$ 2,4 bilhões no Orçamento de 2.000; de outro, com vistas a indicar a firme disposição de perseverar no rumo da reforma do sistema previdenciário do setor público. Para tanto, o governo obteve o apoio da maioria dos governadores estaduais para o encaminhamento de proposta de emenda constitucional autorizando expressamente a cobrança de contribuição sobre servidores inativos e seus pensionistas. Enviada ao final de outubro ao Congresso Nacional, tal proposta de Emenda Constitucional encontra-se em apreciação na comissão especial da Câmara.

Ao mesmo tempo, no marco das negociações das dívidas dos governos estaduais refinanciadas com a União, avançou-se no rumo da constituição dos fundos de previdência complementar do setor público, matéria que será regulada por lei complementar em apreciação no Congresso Nacional. Para favorecer a capitalização desses fundos, o governo federal disciplinou a possibilidade de utilização de títulos decorrentes da antecipação de *royalties* e de receitas de privatização. Desde que cobertos por legislação apropriada, que assegure a gestão prudente de seus recursos, os fundos de previdência complementar representam um passo da maior importância para a solução estrutural dos desequilíbrios que caracterizam o regime previdenciário do setor público.

Para concluir, cabe salientar o curso positivo tomado pela apreciação do projeto de lei complementar que dispõe sobre a gestão fiscal responsável, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual estabelece limites e regras de ajuste para os principais componentes do gasto, além de normas e princípios gerais, em benefício da prudência e da transparência na gestão das finanças públicas. A referida Lei, amadurecida no correr de intensa interlocução entre o Congresso Nacional, o Executivo Federal e os governos estaduais e municipais, com a participação de entidades e profissionais representativos da sociedade, representa a possibilidade de assegurar, em bases permanentes, os frutos do imenso esforço de ajuste fiscal que se vem empreendendo no País.

Em conclusão, progride o processo de reformas estruturais, que se desdobra também em outras frentes, entre as quais cabe ressaltar a de natureza patrimonial, com o avanço das privatizações estaduais e do Programa de Redução da Participação do Setor Público Estadual na Atividade Financeira Bancária – PROES.

Em 1999, no âmbito desse programa, foram extintas sete instituições; realizado o saneamento de duas, com o que se concluiu o processo de saneamento das cinco instituições que, por opção de seus controladores, continuarão a operar como bancos estaduais; federalizadas, para posterior

O avanço das reformas estruturais, somado à substituição de receitas extraordinárias por receitas de natureza permanente, autoriza um fundamentado otimismo quanto ao cumprimento das metas de resultado primário do conjunto do setor público em 2000 (3,25% do PIB) e 2001 (3,35% do PIB).

privatização, três; e ultimados os procedimentos para privatização de outras três (das 13 instituições a serem privatizadas, cinco já o foram). Além disso, autorizou-se a criação de seis agências de fomento, em lugar de bancos estaduais extintos, privatizados ou em processo de privatização.

O avanço das reformas estruturais, somado à substituição de receitas extraordinárias por receitas de natureza permanente, autoriza um fundamentado otimismo quanto ao cumprimento das metas de resultado primário do conjunto do setor público em 2000 (3,25% do PIB) e 2001 (3,35% do PIB), bem como, mais amplamente, em relação à consolidação do ajuste estrutural das contas públicas.

Abre-se, dessa maneira, a possibilidade de progredir com maior rapidez na consecução daquele que é o objetivo maior do Governo: a redução da pobreza e das desigualdades sociais.

A propósito, dados recentemente divulgados mostram que, não obstante a sucessão de choques externos que se abateram sobre o país, preservaram-se em grande parte os ganhos alcançados a partir da implantação do Real. O Índice de Gini, por exemplo, que mede o grau de concentração da renda, caiu de 0,580, em 1997, para 0,575, em 1998, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar - PNAD, mantendo-se na trajetória de declínio, ainda que discreto, iniciada em 1995. Essa queda expressa o aumento real de 7,7% no rendimento dos 10% mais pobres e a diminuição de 1,3% no rendimento dos 10% mais ricos. A mesma pesquisa mostra, também, que o número de pobres no total da população reduziu-se de 33,9%, em 1997, para 32,7%, em 1998, percentual muito inferior aos 47,9% verificados no período imediatamente anterior ao Plano Real.

Retomar e tornar permanente o impulso de melhoria social deflagrado pelo Plano Real, cujos frutos nem três crises externas sucessivas foram capazes de destruir – eis, em última instância, o que de mais importante o Governo Federal vem buscando fazer.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EDUCAÇÃO

A partir de 1999, os esforços na área de educação concentraram-se em ações de natureza estrutural e institucional, com a finalidade de propiciar a elevação global do nível de escolaridade da população, a melhoria geral da qualidade do ensino e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Os principais desafios consistiram na diminuição da taxa de analfabetismo, na implantação de reformas no ensino médio, na modernização do modelo da educação profissional e na liberdade de gestão para as instituições federais de ensino superior que tenham capacidade para administrar e gerenciar recursos e patrimônio por meio de modelo adequado à qualificação do ensino, da pesquisa e da extensão.

Os programas constantes do Plano Plurianual 2000-2003, bem como as metas do Projeto de Lei nº 4.173/98, que versa sobre o Plano Nacional de Educação para o próximo decênio, dão sequência e consistência às ações que vêm sendo empreendidas e aprimoradas desde 1995, permitindo que a nação brasileira alcance nível de desenvolvimento educacional compatível com as demandas da sociedade e com as exigências do mundo globalizado.

Como instrumento essencial à gestão das políticas da educação, o Censo Educacional produz anualmente dados e informações estatístico-educacionais. Abrange todos os níveis e modalidades de ensino, subdividindo-se em três pesquisas distintas: o Censo Escolar, o Censo do Ensino Superior e o Censo sobre o Financiamento da Educação.

O Censo Escolar tem o objetivo de realizar o levantamento de dados e informações relativas à educação básica, em seus diferentes níveis (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e modalidades (ensino regular, educação especial e educação de jovens e adultos), além de atualizar o Cadastro Nacional de Escolas, abrangendo cerca de 51 milhões de alunos e 215 mil escolas.

A eficiência de suas informações tornou possível a viabilização de critérios transparentes e justos, traduzidos eficazmente na implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, na eliminação de desperdícios e na agilidade e melhor qualidade da execução de ações governamentais, como o Livro Didático, a Merenda Escolar e o Dinheiro na Escola.

O Censo do Ensino Superior, de 1998, mapeou cerca de 973 instituições de nível superior e 2,1 milhões de alunos; 6.950 cursos e 706 mantenedoras. Os dados apurados referem-se ao número de matrículas e de egressos, inscrições nos vestibulares, ingresso por curso e área de

O Censo Escolar tem o objetivo de realizar o levantamento de dados e informações relativas à educação básica, em seus diferentes níveis (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio).

O Censo do Ensino Superior de 1998 mapeou 973 instituições de nível superior e 2,1 milhões de alunos.

conhecimento, dados sobre os professores – por titulação e regime de trabalho – e sobre os funcionários técnico-administrativos, entre outros.

O Censo sobre o Financiamento da Educação visa ao levantamento de dados relativos aos recursos disponíveis e aplicados no setor educacional. A pesquisa abrange as três esferas de governo, envolvendo o exame e o acompanhamento dos orçamentos federal, estadual e municipal, dos repasses intergovernamentais e dos gastos efetivamente realizados.

Em 2000 será realizado o Censo da Educação Escolar Indígena, que se propõe a captar o atual modelo pedagógico, concebido de acordo com o modo de viver e pensar das sociedades indígenas.

EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação de crianças de até seis anos de idade é a primeira etapa da educação básica. Na distribuição de seu atendimento junto à sociedade, tanto a Constituição Federal quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB são explícitas na co-responsabilidade das três esferas de governo e da família.

Como consequência da urbanização, da participação da mulher no mercado de trabalho, das mudanças na organização e estrutura das famílias, considerando a importância da primeira infância no exercício da cidadania das crianças, a educação infantil está a exigir programas governamentais mais eficazes em seus objetivos educacionais e de expansão de matrículas.

É preciso analisar separadamente as faixas etárias de até 3 anos e a de 4 a 6 anos. Por determinação da LDB, as creches atenderão crianças de até 3 anos, ficando a faixa de 4 a 6 anos para a pré-escola.

Dados preliminares de 1998, sobre as creches, indicam atendimento em torno de 382 mil crianças, ainda muito aquém das demandas neste segmento populacional. Só recentemente as creches, que vinham sendo tratadas predominantemente sob a égide da assistência social, começaram a ser registradas nos órgãos de cadastro educacional.

Na faixa etária de 4 a 6 anos, em 1998, para uma população de 9,8 milhões de crianças, 3,5 milhões estavam matriculadas em pré-escolas, correspondendo a 35,7% do total, evoluindo para 3,6 milhões em 1999, ou 37,2% de cobertura.

Ainda é grande a demanda por esse nível de ensino. O Poder Público está atuando, primordialmente, na esfera municipal, que, mesmo com substancial déficit de atendimento, elevou sua participação, entre 1987 e 1999, de 1,3 milhão de matrículas para 2,8 milhões, aumentando sua parcela, no conjunto, de 39,2% para 66,2%. A Constituição de 1988 foi decisiva na configuração desse cenário, ao atribuir aos municípios a responsabilidade pela educação infantil.

O Governo Federal deverá fortalecer a assistência financeira e técnica aos Municípios e definir diretrizes nacionais e padrões mínimos de infra-estrutura para o funcionamento adequado das instituições de educação infantil. Nesse sentido, em 1999, foram implantados os Parâmetros Curriculares para a Educação Infantil. O Plano Plurianual para 2000-2003 assegura recursos que propiciam ações voltadas ao programa **Atenção à Criança**, como aquisição e distribuição de material didático, formação continuada de professores e a distribuição de merenda escolar para alunos da pré-escola.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil já é uma realidade, com a distribuição de 527.050 conjuntos na versão consolidada, apoiando o desenvolvimento de propostas pedagógicas, visando à melhoria da qualidade e à equalização do atendimento educacional a crianças de até seis anos.

ENSINO FUNDAMENTAL

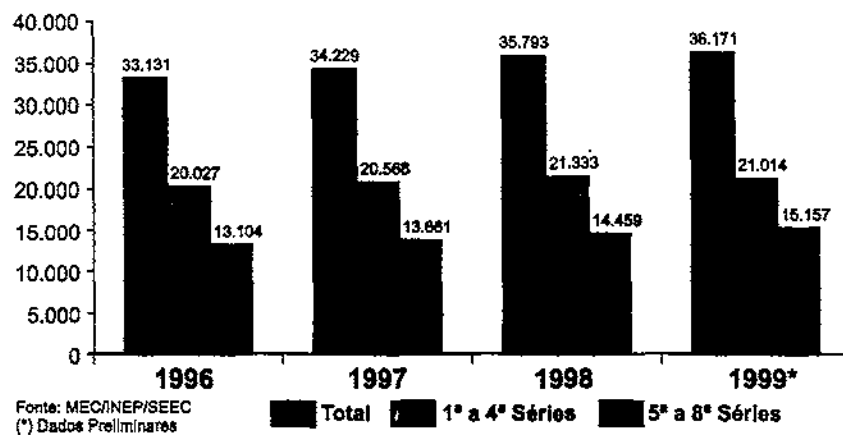
No período 1996-1998 foi irrestrita a prioridade ao ensino fundamental, tendo a matrícula, em 1998, atingido 95,8% das crianças e jovens na idade de 7 a 14 anos, nível próximo à meta de cobertura de 97%.

No período 1996-1998 foi atribuída irrestrita prioridade ao ensino fundamental. Com as campanhas de mobilização para a educação, a criação do FUNDEF, a implantação da TV-Escola, dos Parâmetros Curriculares Nacionais, do Sistema de Informação e Avaliação, e a divulgação do Censo Escolar, dentro do mesmo ano da coleta, foram registradas melhorias substanciais de eficiência e eficácia nas ações governamentais relacionadas à permanência e ao êxito escolar, tendo a matrícula, em 1998, atingido 95,8% das crianças e jovens na idade de 7 a 14 anos.

Já em 1999, as matrículas no ensino fundamental ultrapassaram a casa dos 36 milhões de alunos, cobrindo 96,1% da população em idade escolar, superando a meta de 94% prevista inicialmente para o ano de 2003, no Plano Decenal de Educação. No período 1996-1999, as matrículas subiram de 33 para 36 milhões de alunos, com absoluta predominância de crescimento nas séries finais – alunos de 5ª a 8ª série (15,7%), demonstrando melhoria dos indicadores do sistema. Entre os alunos de 1ª a 4ª série o crescimento das matrículas foi de 4,9%.

Ensino Fundamental

Alunos matriculados (em mil) Brasil – 1996-1999



Até 1998, foram distribuídos 731.508 exemplares dos PCN de 1ª a 4ª série, destinados a professores da rede pública estadual e municipal, às secretarias de Educação e a diversas entidades ligadas à educação. Foi concluída a elaboração dos PCN de 5ª a 8ª série, e feita a distribuição de 713.258 exemplares.

O projeto Parâmetros em Ação foi iniciado no 2º semestre de 1999, e envolveu 12 secretarias estaduais e 509 secretarias municipais. A previsão para 2000 é formar 166.200 professores no ensino fundamental, 20.040 na educação infantil e 13.730 na educação de jovens e adultos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN são referências de qualidade para o ensino fundamental de todo o País. O objetivo desses parâmetros é garantir a todas as crianças e jovens brasileiros, mesmo em locais com condições socioeconômicas desfavoráveis, o direito de usufruir de conhecimentos necessários para o exercício da cidadania. Não possuem caráter de obrigatoriedade e, portanto, pressupõem sua adaptação às peculiaridades locais.

Até 1998, foram distribuídos 731.508 exemplares dos PCN de 1ª a 4ª série, destinados a professores da rede pública estadual e municipal, às secretarias de Educação e a diversas entidades ligadas à educação. Foi concluída a elaboração dos PCN de 5ª a 8ª série, e feita a distribuição de 713.258 exemplares.

Com o objetivo de desencadear um processo de melhoria da qualidade da atuação docente no ensino fundamental, na educação infantil e na educação de jovens e adultos, a partir da leitura e da reflexão teórica e metodológica dos PCN, foi concebido o projeto Desenvolvimento Profissional Continuado de Professores – Parâmetros em Ação, a ser implantado pelos sistemas estaduais e municipais de ensino, com assessoria e acompanhamento técnico, além de apoio financeiro do Ministério da Educação.

O projeto Parâmetros em Ação foi iniciado no 2º semestre de 1999, e envolveu 12 secretarias estaduais e 509 secretarias municipais. A previsão para 2000 é formar 166.200 professores no ensino fundamental, 20.040 na educação infantil e 13.730 na educação de jovens e adultos.

Para as escolas indígenas, o referencial curricular próprio contém idéias, sugestões e exemplos de conteúdos a serem estudados, para que a escola indígena seja diferenciada, bilingüe, intercultural e específica. Foram distribuídos 4.871 exemplares a escolas e professores indígenas.

Com o objetivo de assegurar a equidade nas condições de acesso, permanência e êxito escolar do aluno no ensino fundamental, foi constituído o programa **Aceleração da Aprendizagem**.

A alta defasagem idade-série de 46,6% e os elevados índices de 23,2% de repetência e 3,9% de evasão, entraves à melhoria da qualidade da educação, estão sendo enfrentados com a correção do fluxo escolar. Os alunos são conduzidos ao êxito no processo de escolarização, com o domínio de conteúdos e a aquisição de habilidades nas quatro séries iniciais do ensino fundamental. Em 1999, foram atendidos 1,2 milhão de alunos com defasagem idade-série.

O programa apóia os sistemas de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federal, para que confirmem prioridade ao combate do problema da repetência e da evasão, atingindo alunos com defasagem idade-série de mais de 2 anos, com projetos de classes de aceleração.

As metas propostas pelo PPA 2000-2003 são a redução da defasagem idade-série para 45%, a taxa de repetência para 19% e a taxa de evasão para 3%.

Com a regulamentação do FUNDEF e transcorridos dois anos desde a sua implantação efetiva, são expressivos os resultados constatados. Houve crescimento substantivo das matrículas no ensino fundamental, impacto no salário e na carreira do magistério – em alguns municípios representou aumento de 428% no salário do professor e o investimento na capacitação vem repercutindo na diminuição de professores leigos.

Foram beneficiados, no primeiro ano, 2.200 municípios das regiões mais pobres do País, principalmente Norte e Nordeste, gerando 153 mil novos empregos diretos e indiretos.

Embora ainda existam denúncias de irregularidades na aplicação dos recursos, é notável a conscientização dos conselheiros municipais que têm se mobilizado no sentido de encontrar mecanismos de melhor acompanhamento e fiscalização na aplicação desses recursos.

Nessa mesma linha, com a autonomia concedida às secretarias de educação, em face da municipalização do ensino, o Ministério da Educação vem buscando capacitar os secretários e técnicos das secretarias municipais de educação e de fazenda para o gerenciamento do sistema. A capacitação consiste na visão geral da educação no Estado, em planos de carreira, no papel pedagógico das secretarias, no planejamento, orçamento e prestação de contas, visando a facilitar o trabalho de implantação de políticas racionais para a educação nos Municípios.

Com esse objetivo, foram treinados 5.500 membros dos conselhos municipais de acompanhamento e controle social do FUNDEF e ministrados cursos para os demais dirigentes municipais, prioritariamente nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Em 1999, a municipalização da alimentação escolar abrangeu 5.507 Municípios com o repasse direto do montante de R\$ 903 milhões – pela primeira vez sem necessidade de convênios –, atendendo a 36,9 milhões de alunos. Considerando-se o período 1996-1999, registra-se incremento de 68% no número de municípios beneficiados com a descentralização da merenda escolar, representando incremento de 21% na quantidade de alunos atendidos.

A distribuição do livro didático tem contribuído para a melhoria da qualidade do ensino fundamental, com a sua aquisição associada à avaliação prévia de qualidade, por especialistas das áreas. Essa avaliação resulta da consolidação dos pareceres emitidos individualmente, após análise dos conteúdos do livro didático, por especialistas de universidades brasileiras, com base em critérios estabelecidos pelas diversas áreas técnicas especializadas no assunto. De acordo com esses critérios, os livros são classificados nas categorias: recomendado com distinção, recomendado, recomendado com ressalva e excluído.

Mais de 360 milhões de livros didáticos gratuitos e de boa qualidade foram distribuídos no período 1995-1999, com grande esforço para que os livros cheguem às escolas antes do início do ano letivo e a ampliação da abrangência de quatro para oito séries.

Em 1999, a municipalização da alimentação escolar abrangeu 5.507 Municípios com o repasse direto do montante de R\$ 903 milhões, atendendo a 36,9 milhões de alunos.

Mais de 360 milhões de livros didáticos gratuitos e de boa qualidade foram distribuídos no período 1995-1999.

Em 1998, foram adquiridos, para distribuição no ano letivo de 1999, cerca de 109 milhões de exemplares, destinados ao atendimento da grade completa de 1ª e 5ª a 8ª séries, além da complementação para 2ª a 4ª séries.

Em 1999, em razão da campanha educativa *Menino Maluquinho*, os livros didáticos passaram a ter maior durabilidade, possibilitando a aquisição de apenas 73 milhões de exemplares para o ano letivo de 2000, número suficiente para atender cerca de 34 milhões de alunos.

Na área da educação à distância, o projeto TV-Escola, que inicialmente deu prioridade à distribuição de *kits* (antena parabólica, aparelho de TV e vídeo), tem como objetivo o aperfeiçoamento e a motivação do corpo docente e discente, por meio do acesso a metodologias de ensino-aprendizagem, tecnologia e material de apoio em sala de aula.

O projeto TV-Escola já beneficiou mais de 56 mil escolas com a distribuição de kits tecnológicos, tendo atingido cerca de um milhão de docentes e 27 milhões de alunos da rede pública.

Ante as dimensões continentais do Brasil, o TV-Escola constitui uma ação importante para a melhoria da qualidade do ensino. Desde sua fase inicial, já beneficiou mais de 56 mil escolas com a distribuição de *kits* tecnológicos, abrangendo em torno de 90% das instituições de ensino, tendo atingido cerca de um milhão de docentes e 27 milhões de alunos da rede pública.

Com base em avaliações realizadas no período 1996-1999, o projeto foi enriquecido com a distribuição de cerca de 14 milhões de materiais impressos: revistas, grades de programação, cadernos de apoio e uma série de estudos.

Em 1999, foram produzidos 10.215 minutos de programas de TV, mais que o dobro do que foi produzido no período 1996-1998 (4.246 minutos). A veiculação dos programas atingiu a meta de 3.399 horas. Foram adquiridos direitos de exibição de 19.380 minutos de programas de TV, representando aumento de 88% sobre a média anual do período 1996-1998.

Por meio do projeto-piloto da Rádio Escola, iniciado em dezembro de 1999, serão atendidos 200 municípios dentre os que compõem o programa de Alfabetização Solidária, nas Regiões Norte e Nordeste. Os programas terão, aproximadamente, 15 minutos diários, com conteúdos voltados para a capacitação e o aperfeiçoamento de professores de jovens e adultos.

O projeto Informática na Educação – PROINFO, desenvolvido em parceria com os governos estaduais e municipais, permite a educadores e alunos da escola pública o uso das modernas tecnologias de informática e telecomunicações.

O projeto Informática na Educação – PROINFO, desenvolvido em parceria com os governos estaduais e municipais, permite a educadores e alunos da escola pública o uso das modernas tecnologias de informática e telecomunicações. Atua na área de capacitação de recursos humanos em dois níveis: professores-multiplicadores e professores de escolas. Os multiplicadores são selecionados dentre professores da rede pública graduados em licenciatura plena e os de escolas são indicados pela direção dessas, respeitadas, em ambos os casos, as regras estabelecidas nos projetos estaduais de seleção e capacitação de recursos humanos. O treinamento dos professores-multiplicadores foi feito em cursos de especialização, em universidades, e o dos professores de escolas nos Núcleos de Tecnologia Educacional – NTE.

Em 1999, foram adquiridos 30.200 computadores, atendendo a 2.276 escolas e 223 NTEs.

Por intermédio do Dinheiro na Escola foram destinados R\$ 845,1 milhões, no período 1996-1998, diretamente para estabelecimentos públicos de ensino e escolas mantidas por organizações não-governamentais.

Em 1999, foram beneficiadas 91.113 escolas pelo FUNDESCOLA. Para 2000, a meta prevista é de 13.477 unidades a serem incorporadas ao projeto, devendo beneficiar 202.531 escolas até 2003.

Em 1999, foram adquiridos 30.200 computadores, atendendo a 2.276 escolas e 223 NTEs. Foram capacitados 1.419 professores-multiplificadores, 20.500 professores de escolas e 400 técnicos de suporte.

Com a consolidação do PROINFO, que já beneficiou 3 milhões de alunos, o TV-Escola poderá usar a rede de computadores para ganhar maior interatividade, aumentando o potencial pedagógico de ambos, bem como promover maior impacto educacional nas escolas públicas brasileiras.

A mudança no panorama da educação no Brasil teve como impulso inicial a universalização do ensino fundamental, com a descentralização de recursos e de competências para administrá-los, propiciando o fortalecimento da autonomia das escolas e o envolvimento da comunidade. O programa **Escola de Qualidade para Todos** reúne os instrumentos necessários para esse fim, contribuindo para a universalização do ensino fundamental de qualidade. Objetiva elevar a taxa líquida de escolarização no ensino fundamental de 95,3 para 98%.

Por intermédio do Dinheiro na Escola foram destinados R\$ 845,1 milhões, no período 1996-1998, diretamente para estabelecimentos públicos de ensino e escolas mantidas por organizações não-governamentais, com o objetivo de suprir suas necessidades básicas de funcionamento. Com esse total foram atendidas anualmente, em média, 134,7 mil escolas, sendo 87,7 mil nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e 47 mil nas Regiões Sul e Sudeste.

Em 1999, foram atendidas 42,5 mil escolas nas Regiões Sul e Sudeste e 96,4 mil nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, beneficiando cerca de 32 milhões de alunos com o repasse de R\$ 299,1 milhões. Para o quadriênio 2000-2003, será conferida prioridade às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, devido à expansão do número de matrículas no ensino fundamental, resultante da associação de várias medidas que visam a reduzir as desigualdades socioeducacionais entre as regiões brasileiras. Já no ano 2000 essas Regiões serão privilegiadas com o atendimento de quase 80% das escolas. Como outra consequência dessa ação, o número de associações de pais e mestres nas escolas chegou a mais de 50 mil.

Os projetos desenvolvidos pelo Fundo de Fortalecimento da Escola – FUNDESCOLA, criados com o objetivo de melhorar os resultados educacionais das crianças matriculadas na escola primária em áreas selecionadas das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, tiveram início em junho de 1998 e deverão continuar até 2003. Procura-se mudar a cultura das secretarias de educação e da comunidade escolar, incentivando o planejamento e a participação, com forte componente de mobilização social pelo direito de toda criança brasileira ter acesso a um sistema de educação de qualidade, tendo atendido a 23.162 unidades escolares no exercício de 1998.

Em 1999, foram beneficiadas 91.113 escolas pelo FUNDESCOLA. Para 2000, a meta prevista é de 13.477 unidades a serem incorporadas ao projeto, devendo beneficiar 202.531 escolas até 2003.

Em 1998, 1,1 milhão de crianças de 7 a 14 anos fora do ensino fundamental concentravam-se em bolsões de pobreza das periferias urbanas e

nas áreas rurais. Na maioria dos casos, essa situação está relacionada às condições de exclusão e marginalidade social em que vivem. Não basta, portanto, abrir vagas. É fundamental que sejam mantidas ações paralelas de assistência às famílias, como forma de assegurar o acesso e a permanência das crianças na escola, eximindo-as de participar da subsistência familiar pelo trabalho infantil.

Nesse sentido, destaca-se o apoio financeiro que o Governo Federal vem dando à implantação dos programas de renda mínima municipais. O referido apoio é destinado às famílias dos Municípios que apresentem renda familiar *per capita* e receita tributária inferiores às respectivas médias do Estado e que concedam benefício às famílias com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo e cujos filhos na faixa etária de 7 a 14 anos estejam na escola. Do total do benefício, calculado em função da renda *per capita* de cada núcleo familiar e do número de dependentes de até 14 anos, 50% serão transferidos da União às famílias, enquanto o restante será assumido pelos municípios, por meio de ações socioeducativas em horário complementar ao da frequência no ensino fundamental.

Em 1999, 1.005 Municípios foram atendidos com recursos da União, atingindo 1.088.070 crianças de 7 a 14 anos em 504.280 famílias, com benefício médio familiar mensal de R\$ 37,47.

A meta estabelecida pelo Plano Plurianual é aumentar progressivamente o número de municípios participantes, beneficiando cerca de 660.000 famílias ao final de 2003, mediante investimentos da União da ordem de R\$ 800 milhões.

A Formação Continuada de Professores caracteriza-se por oferecer aos sistemas estaduais e municipais de ensino metas de qualidade na formação de professores, levando em conta as exigências da sociedade contemporânea, a função da escola e o papel do professor.

No campo da formação inicial e continuada, de competência dos Estados, dos Municípios e das agências formadoras, o Ministério da Educação vem se colocando como indutor e estimulador de ações inovadoras, na perspectiva de subsidiar a análise e a reelaboração do currículo dos cursos de formação para docência e a definição do nível e do *locus* onde essa formação deverá ocorrer.

A redução do analfabetismo de 14,7% para 10% até 2003, melhorando as oportunidades para parcela da população de jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, é o objetivo do programa **Educação de Jovens e Adultos**, que prevê dispêndios de R\$ 171,2 milhões no período 2000-2003.

O atraso no percurso escolar, resultante da evasão e da repetência, sinaliza a necessidade de políticas destinadas a intensificar os investimentos na educação de jovens e adultos, eliminando o analfabetismo e elevando a escolaridade da população brasileira.

A Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos contempla o primeiro segmento do ensino fundamental (quatro primeiras séries) e serve de subsídio à elaboração de projetos e propostas curriculares a serem desenvolvidas pelas secretarias estaduais e municipais de Educação e organizações não-governamentais.

A redução do analfabetismo de 14,7% para 10% até 2003, melhorando as oportunidades para parcela da população de jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, é o objetivo do programa Educação de Jovens e Adultos, que prevê dispêndios de R\$ 171,2 milhões no período 2000-2003.

No período 1995-1999, o número relativo a jovens e adultos matriculados na rede regular do ensino fundamental evoluiu de 2,8 milhões para 3,1 milhões.

O Governo tem apoiado o atendimento a esse segmento da população de duas maneiras: por meio de convênios com organizações não-governamentais e, principalmente, com o projeto Alfabetização Solidária, desenvolvido pelo Conselho do Comunidade Solidária em parceria com empresas, universidades e prefeituras municipais. Os resultados já são significativos: até dezembro de 1999, foram atendidos 800 mil alunos, em 866 municípios com os maiores índices de analfabetismo, envolvendo 167 instituições de ensino superior e cerca de 65 empresas, além de 15 mil alfabetizadores. O Governo Federal participa com metade do custo por aluno, ou seja, R\$ 14,00. Para o ano 2000, a meta é atingir 1,5 milhão de alunos.

Além disso, no período 1995-1999, o número relativo a jovens e adultos matriculados na rede regular do ensino fundamental evoluiu de 2,8 milhões para 3,1 milhões, representando incremento de 11% nesse nível de ensino.

A rede pública tem sido a principal responsável pelo atendimento à educação de jovens e adultos no ensino fundamental, destacando-se os sistemas estaduais de ensino. Observa-se, ainda, que a rede municipal aumentou sua participação com o preenchimento de espaços anteriormente ocupados por escolas particulares.

No período 1995-1998, foram capacitados 14 mil professores e distribuídos mais de 1,8 milhão de exemplares de material didático-pedagógico. Em 1999, foram capacitados quase 23 mil professores para a educação de jovens e adultos.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

O Ministério da Educação, ao assumir a responsabilidade pelo programa **Desenvolvimento da Educação Especial**, destinado a ampliar e melhorar a oferta de oportunidades de atendimento aos portadores de necessidades educacionais especiais, tem mobilizado outros órgãos do Governo para constituir parcerias que envolvam o relacionamento e intercâmbio com instituições internacionais e com representantes dos segmentos sociais interessados.

Em conformidade com a política adotada para oferecimento da educação de qualidade para todos, em 1995 foram definidas linhas básicas de atuação, voltadas à integração dos alunos portadores de necessidades especiais no sistema regular de ensino e ao fortalecimento das instituições especializadas. Isso foi feito com gradativa transformação dos institutos que atuam na educação de surdos e de cegos (Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES e Instituto Benjamin Constant – IBC), em centros de referência nacional, direcionados para a pesquisa e desenvolvimento de tecnologia.

Com a edição da LDB e a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, houve redirecionamento no processo de condução dessa modalidade de ensino, visando à municipalização da educação especial, na expectativa de expandir o seu atendimento.

Investiu-se com mais intensidade na conscientização da comunidade educativa, no fortalecimento da ação pedagógica, concentrando esforços no financiamento e na realização de projetos de capacitação de

recursos humanos. Foram elaboradas e disseminadas orientações sobre as necessárias adaptações curriculares, de instalações físicas. Foram reorientados professores e escolas especializadas, estimando-se que tenham sido atingidos 62 mil profissionais da educação, agentes multiplicadores das novas diretrizes e da prática da educação especial.

Promoveu-se, também, a disseminação e a socialização do conhecimento técnico-científico sobre questões concernentes à deficiência e ao atendimento educacional para esse segmento da sociedade, alertando para o respeito aos seus direitos à educação.

Como resultado da política que vem sendo implantada para a educação especial, segundo dados preliminares do Censo Escolar – 1999, constata-se que houve acréscimo de 54,5% de alunos com necessidades especiais matriculados, de 1996 a 1999. Foram apoiadas, neste período, cerca de 4.300 instituições, prevendo-se para o período 2000-2003, a expansão para 4.603 instituições.

Matrícula, por Rede de Ensino, dos Alunos com Necessidades Educativas Especiais (Quantidade de alunos)

Rede de Ensino	1996	1997	1998	1999	Evolução (%) 99/96
Total Brasil	201.142	334.507	293.403	310.740	54,5
Rede Municipal	29.591	48.164	44.693	48.157	62,7
Rede Estadual	90.688	123.461	91.959	87.902	-3,1
Rede Federal	938	1.157	872	832	-11,3
Rede Particular	79.925	161.725	155.879	173.849	117,5

Fonte: MEC/INEP/SEEC

ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Enfrentado o desafio do ensino fundamental, que já está com o seu rumo definido, a questão do ensino médio e, hoje, a maior preocupação do Governo Federal. As matrículas alcançam valores próximos de sete milhões de alunos.

A reforma do ensino médio é ideal presente desde o início do Governo. Enfrentado o desafio do ensino fundamental, que já está com o seu rumo definido, a questão do ensino médio é, hoje, a maior preocupação do Governo Federal, em razão da grande demanda, tanto em termos de qualidade como em quantidade de vagas, uma vez que as matrículas alcançam quase sete milhões de alunos.

Para atender essa demanda crescente, o Governo Federal está implantando duas grandes reformas: a do ensino médio e a da educação profissional.

No ensino médio, o Governo aprovou e colocou em prática as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, que explicitam a clara diferenciação entre a preparação geral para o trabalho e a formação profissional. A primeira refere-se à formação básica nacional e a segunda à preparação para o desempenho profissional.

Em 1999, para divulgação e implantação das Diretrizes Curriculares referidas, foram gastos R\$ 5 milhões na produção de 300.000 parâmetros curriculares (edição do professor), 4.000 documentários e 867 kits tecnológicos. Para 2000, a previsão é de se implantar a reforma em mil escolas.

Com o objetivo de proceder à avaliação dos egressos do ensino médio, foi instituído o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Implantado em 1998, o ENEM é uma avaliação que se dirige a quem deseja

Com o objetivo de proceder à avaliação dos egressos do ensino médio, foi instituído o Exame Nacional do Ensino Médio.

Na 2ª edição do ENEM, em 1999, ficou confirmada sua importância, somando mais de 348 mil inscritos.

O Governo instituiu o programa Desenvolvimento da Educação Profissional, com dispêndios previstos de R\$ 2,5 bilhões, que objetiva ampliar a oferta de vagas e melhorar a qualidade da educação profissional, prevendo o aumento do número de matrículas das atuais 1.383 mil para 1.800 mil em 2003.

conhecer suas possibilidades individuais, sejam elas de natureza pessoal, relacionadas ao trabalho, envolvendo competências previstas para a universidade, sejam de relacionamento social. Estimula a escola a desenvolver habilidades e competências que os alunos possam assimilar e utilizar em contextos adequados.

Já são 93 instituições de ensino superior que assumiram publicamente o compromisso de adotar o ENEM como alternativa de ingresso nos cursos de graduação. Na 2ª edição do Exame, em 1999, ficou confirmada sua importância, somando mais de 348 mil inscritos, dos quais 316 mil fizeram as provas. O índice de abstenção foi de apenas 9,2%, bem abaixo do medido em 1998: 26,5%.

Desde outubro de 1999, o TV-Escola está transmitindo programas voltados para o ensino médio, orientando professores, gestores e alunos quanto aos parâmetros e diretrizes da reforma desse nível de ensino.

Na educação profissional, a ação do Governo busca enfrentar o desafio histórico de uma educação mais voltada para o trabalho, na busca da solução para questões referentes à qualificação, profissionalização, reprofissionalização e emprego. Medida de tal magnitude torna evidente a necessidade do estabelecimento de parcerias entre o Estado e a sociedade.

Para enfrentar esse desafio, o Governo instituiu o programa **Desenvolvimento da Educação Profissional**, com dispêndios previstos de R\$ 2,5 bilhões, que objetiva ampliar a oferta de vagas e melhorar a qualidade da educação profissional, prevendo o aumento do número de matrículas das atuais 1.383 mil para 1.800 mil em 2003.

Destacam-se, dentre as ações do programa, a capacitação de docentes e outros profissionais da área, a implantação de sistemas de informação, estudos e pesquisas técnico-pedagógicas e de modelos de gestão e o apoio a planos estaduais de educação, com dispêndios previstos de R\$ 721,5 milhões, até 2003.

Outra importante medida foi a transformação das Escolas Técnicas Federais – ETFs em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, com o objetivo de adequar suas estruturas à oferta de educação profissional tecnológica, que compreende cursos de nível superior destinados a egressos dos ensinos médio e técnico. Em 1999, treze escolas técnicas foram transformadas, adequadas e postas em funcionamento, formando profissionais melhor qualificados para o mercado de trabalho.

Dando suporte técnico e financeiro a projetos para a construção de centros de formação profissional e de unidades de ensino descentralizadas, o programa beneficiou 86 escolas no biênio 1998-1999.

O Centro Tecnológico Automotivo, o primeiro a ser construído no âmbito do programa, foi recentemente inaugurado em Caxias do Sul (RS). O projeto contou com a parceria do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e de outras entidades. O Centro oferecerá 2.800 vagas para cursos básicos e 200 para outros cursos destinados a estudantes que tenham concluído o ensino médio.

Em 1999, foi lançado o Censo da Educação Profissional, com o objetivo de subsidiar a implantação da reforma nesse nível de educação, realizando um mapeamento completo do mesmo, para identificar quais cursos profissionalizantes estão sendo ofertados e para saber quantos alunos são efetivamente atendidos. O levantamento vai incluir os cursos básicos, técnicos e tecnológicos.

ENSINO SUPERIOR

A matrícula nas instituições de ensino superior apresentou crescimento de 13,8% no período 1996-1998.

Como resultado conjugado das prioridades atribuídas ao ensino fundamental, das medidas de reforma e melhoria no ensino médio e na educação profissional, bem como do aumento das exigências do mercado de trabalho, evidencia-se crescimento acentuado na demanda por ensino superior, inclusive por alunos oriundos das camadas mais pobres da população.

A matrícula nas instituições de ensino superior apresentou crescimento de 13,8% no período 1996-1998. Com a instituição do programa **Desenvolvimento do Ensino de Graduação**, que objetiva ampliar a oferta de vagas e melhorar a qualidade de ensino, o número de matrículas deverá ser expandido em 25% até 2003.

Conforme pode ser verificado a seguir, as instituições privadas responderam, no período 1996-1998, em média, por 2/3 das vagas ofertadas, enquanto as instituições federais têm se mantido estáveis, em torno de 20% do alunado.

Ensino Superior
Evolução da matrícula
por dependência
administrativa
Brasil – 1980-1998

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1980	1.377.286	316.715	109.252	66.265	885.054
1981	1.386.792	313.217	129.659	92.934	850.982
1982	1.407.987	316.940	134.901	96.547	859.599
1983	1.438.992	340.118	147.197	89.374	862.303
1984	1.399.539	326.199	156.013	89.667	827.660
1985	1.367.609	326.522	146.816	83.342	810.929
1986	1.418.196	325.734	153.789	98.109	840.564
1987	1.470.555	329.423	168.039	87.503	885.590
1988	1.503.555	317.831	190.736	76.784	918.204
1989	1.518.904	315.283	193.697	75.434	934.490
1990	1.540.080	308.867	194.417	75.341	961.455
1991	1.565.056	320.135	202.315	83.286	959.320
1992	1.535.788	325.884	210.133	93.645	906.126
1993	1.594.668	344.387	216.535	92.594	941.152
1994	1.661.034	363.543	231.936	94.971	970.584
1995	1.759.703	367.531	239.215	93.794	1.059.163
1996	1.868.529	388.987	243.101	103.339	1.133.102
1997	1.945.615	395.833	253.678	109.671	1.186.433
1998	2.125.958	408.640	274.934	121.155	1.321.229
98/88 (%)	41,4	28,6	44,1	57,8	43,9

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Os desafios que se afiguram no ensino superior são mais complexos do que os verificados nos demais níveis de ensino e, por isso mesmo, os resultados tendem a aparecer a mais longo prazo.

A manutenção das atividades típicas das universidades – ensino, pesquisa e extensão –, que constituem o suporte necessário para

o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do País, não será possível sem o fortalecimento do setor público, mesmo diante da expansão do setor privado.

Não obstante essas dificuldades, o Governo formulou e implementou medidas que terão impacto decisivo na melhoria do sistema de ensino de graduação do País, tais como a redefinição dos mecanismos de credenciamento e expansão e o aperfeiçoamento e ampliação da avaliação dos cursos na graduação.

O Exame Nacional de Cursos (Provão), destinado a todos os alunos que estão em vias de concluir o curso de graduação, tem por objetivo alimentar os processos de decisão e de formulação de ações voltadas para a melhoria do ensino superior.

O Exame Nacional de Cursos (Provão), destinado a todos os alunos que estão em vias de concluir o curso de graduação, é um dos elementos da prática avaliativa que tem por objetivo alimentar os processos de decisão e de formulação de ações voltadas para a melhoria do ensino superior. Seus objetivos, conteúdos e demais especificações têm por base as atuais diretrizes e conteúdos curriculares, bem como as exigências decorrentes dos novos cenários geopolíticos, culturais e econômicos.

Implantado desde 1996, já avaliou treze cursos até 1999, devendo incorporar outros cinco até 2000. Foram sendo gradativamente incluídos na avaliação, entre 1996 e 1999, os cursos de: Administração, Comunicação Social (habilitação em jornalismo), Direito, Economia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Letras, Matemática, Medicina, Medicina Veterinária e Odontologia. Em 2000 serão incluídos: Agronomia, Biologia, Física, Psicologia e Química.

Há que se ressaltar, em relação ao sistema público federal, medidas voltadas à transparência e eficiência no uso dos recursos públicos e, em relação ao corpo docente, a ênfase de seu papel na gestão das instituições, a melhoria de sua qualificação e a definição de políticas de remuneração associadas ao mérito, à dedicação e à avaliação.

A concessão de financiamento a estudantes de ensino superior não-gratuito, por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, é a concretização da política de acesso e permanência de alunos provenientes de famílias menos abastadas.

Já no seu primeiro semestre de funcionamento, está atendendo a 50.102 alunos matriculados em instituições de ensino superior de todo o País e garantindo a cobertura de 24.634 ex-bolsistas das instituições filantrópicas, que perderam suas bolsas de estudo em virtude da adaptação dessas às determinações da Lei nº 9.732/98. O FIES está fornecendo crédito para o maior número de alunos já contemplados por linha de financiamento público no Brasil.

O processo seletivo promovido em 1999, para os estudantes beneficiados pelo FIES, foi caracterizado por critérios impessoais, transparentes e de ampla divulgação pela mídia nacional, para o qual inscreveram-se 88.489 estudantes, sendo que 50.102 foram pré-selecionados, correspondendo a dispêndio da ordem de R\$ 88,7 milhões. No período do Avanço Brasil, pretende-se assegurar anualmente o financiamento a 160 mil estudantes.

A continuidade do Crédito Educativo, nos moldes anteriores, será assegurada apenas aos alunos que já vinham usufruindo desse benefício. Entre 1996 e 1998 o mesmo beneficiou 355.099 alunos e, em 1999, foram concedidos 92.188 créditos. Para 2000, é previsto o atendimento de 50.000 alunos, com consignação orçamentária de R\$ 150 milhões.

A implantação da autonomia universitária – didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, conforme prevista na Constituição – pretende reforçar seu caráter público, sua capacidade de planejamento institucional e o aproveitamento racional dos investimentos que nela são feitos.

A LDB, ao eliminar o currículo mínimo e permitir formas diferenciadas na oferta de cursos de graduação, abriu definitivamente o caminho para a autonomia didática na estrutura das carreiras e cursos. O projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional propõe a garantia do caráter público do financiamento estável, com alocação transparente de recursos, baseada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a avaliação institucional; a auto-organização no que concerne à administração de recursos humanos e materiais; e a garantia de orçamento global, fixado a partir de critérios objetivos de desempenho institucional.

Entretanto, ainda persistem tradicionais problemas de baixa eficiência do Sistema Federal de Ensino Superior, expressos pela relação entre o número de alunos e de professores e pelo custo médio por aluno/ano.

De 1997 para 1998 foi registrada pequena melhoria nesses indicadores, conforme a seguir demonstrado:

Instituições Federais de Ensino Superior – 1997/98

	1997	1998
Relação aluno/professor	7,9	9,0
Custo médio aluno/ano	R\$ 8.922	R\$ 8.830

O programa **Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação** pretende ampliar para 15.000 o número de mestres e doutores titulados anualmente, no País e no exterior, até 2003, bem como reduzir o tempo médio de suas formações para 3 e 5 anos, respectivamente.

Quanto às condições físicas, o Ministério da Educação vem atuando junto às Instituições Federais de Ensino Superior e seus Hospitais Universitários, visando à aquisição de equipamentos de laboratórios. Já foram concluídas 5 licitações e assinados 21 contratos comerciais com empresas brasileiras e estrangeiras, no montante de US\$ 184,2 milhões. Os respectivos financiamentos foram concedidos pelo BNDES, complementados por bancos internacionais, devendo a contratação e a entrega da maioria dos bens ocorrer no exercício de 2000.

O programa **Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação** pretende ampliar para 15.000 o número de mestres e doutores titulados anualmente, no País e no exterior, até 2003, bem como reduzir o tempo médio de suas formações para 3 e 5 anos, respectivamente.

Nesse sentido, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES assegurou, no período 1996-1999, continuidade a um conjunto de ações voltadas para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da pós-graduação, enfrentando desafios para a geração e a difusão de

conhecimentos científicos e tecnológicos e para viabilizar a expansão e melhoria qualitativa do sistema educacional.

A concessão de bolsas de estudo no exterior tem por objetivo formar quadros altamente qualificados nas modalidades de doutorado, doutorado-sanduíche e pós-doutorado, voltados para o ensino superior, para a pesquisa e para o mercado de trabalho não-acadêmico.

Durante o exercício de 1999, foram mantidas 1.529 bolsas, correspondendo a investimento de US\$ 40,5 milhões. Concomitantemente, foram intensificadas, mediante convênios e acordos firmados com a Alemanha, França, Inglaterra e países latino-americanos, as atividades de intercâmbio e cooperação internacional, como instrumento de melhoria da competência científico-tecnológica do País.

O projeto de Demanda Social, posto em prática pela CAPES a partir de 1999, inclui critérios que buscam interação mais efetiva com as necessidades econômicas – demandas dos setores produtivos – e sociais, particularmente nos campos da educação e da saúde.

Durante 1999, o projeto apoiou cursos de pós-graduação em 120 instituições, mediante a concessão de 14.333 bolsas, sendo 3.762 de doutorado e 10.571 de mestrado, com dispêndios da ordem de R\$ 114,9 milhões.

Para a qualificação do corpo docente e técnico das instituições de ensino superior, o projeto de Capacitação Docente e Técnica concedeu 3.943 bolsas de doutorado e 1.125 bolsas de mestrado, contemplando 182 instituições.

Além dos projetos mencionados, outros de menor porte e de caráter complementar foram executados, em 1999, visando a acionar mecanismos apropriados para suprir carências e atender às necessidades regionais e às peculiaridades institucionais identificadas pelo processo de avaliação. Dentre esses destacam-se o de Apoio à Pós-Graduação, com dispêndios de R\$ 41,6 milhões, e o de Fomento à Pós-Graduação, com R\$ 45,6 milhões.

Em 1999, uma das principais preocupações da CAPES foi o prosseguimento do processo de reformulação do Sistema de Avaliação da Pós-Graduação, iniciado em 1998. Esse sistema desempenha papel de fundamental importância para o controle da qualidade dessa modalidade de ensino no País e para a promoção de política de investimentos públicos calçada em resultados.

A implantação do acompanhamento anual dos programas de pós-graduação expressou a decisão da CAPES de imprimir à avaliação da pós-graduação caráter de continuidade abrangente e criterioso.

Com a implantação do processo de avaliação dos programas de pós-graduação que obtiveram notas 6 ou 7 na última avaliação trienal (notas máximas da escala adotada), passou-se a contar com o parecer abalizado de grupo externo de especialistas sobre a adequação dos referenciais, critérios e parâmetros que fundamentam o sistema de avaliação, contribuição decisiva para que o processo de avaliação da pós-graduação brasileira

Para a qualificação do corpo docente e técnico das instituições de ensino superior, o projeto de Capacitação Docente e Técnica concedeu 3.943 bolsas de doutorado e 1.125 bolsas de mestrado, contemplando 182 instituições.

A definição, após ampla discussão, dos pressupostos e parâmetros de avaliação dos cursos de mestrado profissionalizantes visa ao atendimento das novas demandas de profissionais de alto nível no País.

possa considerar parâmetros internacionais e atuais na geração da ciência e tecnologia.

A definição, após ampla discussão, dos pressupostos e parâmetros de avaliação dos cursos de mestrado profissionalizantes é uma resposta à necessidade de diferenciação dos perfis de formação assegurados pela pós-graduação e de estabelecimento das condições para o atendimento das novas demandas de profissionais de alto nível no País.

O avanço do conhecimento, a utilização de novas tecnologias pelos diferentes setores da sociedade, o fenômeno da globalização e a extrema competitividade e rapidez que passaram a caracterizar os mercados de produtos e serviços vêm induzindo a procura por profissionais altamente especializados, que não poderão, certamente, ser formados como subproduto de cursos de pós-graduação vocacionados para a qualificação acadêmica.

Conforme demonstrado a seguir, o número de bolsas – no País e no exterior – concedidas no período 1996-1999, manteve-se estável, apenas merecendo destaque a inclusão de bolsas-professor de 1º e 2º graus a partir de 1998.

Evolução da Utilização de Bolsas da CAPES 1996-1999

Programa	1996	1997	1998	1999
Bolsas (País + exterior)				
Doutorado	3.072	3.556	9.022	9.032
Mestrado	11.693	12.670	12.927	12.928
Programa Especial de Treinamento Graduação	7.783	8.187	3.852	3.852
Bolsa Prof. de 1º e 2º Graus			12.776	12.824
Outros (*)	2.471	2.269	418	430
TOTAL	25.019	26.682	38.995	39.066

Fonte: MEC/CAPES/Diretoria de Administração

(*) Inclui Graduação-Sanduiche, Especialização, Doutorado-Sanduiche, Pós-Doutorado e Professor Visitante

Finalmente, o PPA 2000-2003 consigna recursos para a formação de cinco Centros de Excelência para o desenvolvimento regional do ensino de graduação e pós-graduação, configurando importante iniciativa na busca de redução das disparidades regionais, atividades de ensino de graduação e de pós-graduação em todas as regiões do País. Daí a necessidade de capacitação docente e de pesquisa em áreas prioritárias, explorando vocações relacionadas com o desenvolvimento regional e intensificando as exigências da LDB.

SAÚDE

Os recursos orçamentários e financeiros destinados ao financiamento do Sistema Único de Saúde – SUS vêm aumentando sensivelmente. Em 1999, foram orçados em R\$ 20,3 bilhões, correspondentes ao valor per capita de R\$ 123,82.

Dando seguimento aos avanços obtidos em 1999, quando foi intensificado o processo de descentralização das ações e conferida prioridade à prevenção de doenças e à preservação da saúde, o Governo busca soluções ajustadas aos desafios requeridos pelo desenvolvimento social.

Os recursos orçamentários e financeiros destinados ao financiamento do Sistema Único de Saúde – SUS vêm aumentando sensivelmente. Em 1999, foram orçados em R\$ 20,3 bilhões, correspondentes ao valor *per capita* de R\$ 123,82.

A implantação do Piso da Atenção Básica – PAB garantiu a transferência mensal e automática de um mínimo de R\$ 10,00 a um máximo de R\$ 18,00, por habitante, por ano. Foi decisivo na consolidação do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, para atenção básica e para ações de vigilância sanitária, controle epidemiológico e ambiental, assistência farmacêutica básica, agentes comunitários de saúde, equipes de saúde da família, combate às carências nutricionais e outras que venham a ser posteriormente agregadas.

Até outubro de 1999, 4.834 municípios, 88% do total, haviam se habilitado à Gestão Plena da Atenção Básica, recebendo os recursos financeiros do PAB e reponsabilizando-se pela provisão de serviços básicos a seus municípios, beneficiando, desta forma, cerca de 87 milhões de brasileiros.

Municípios Habilitados em Gestão Plena da Atenção Básica por Região

Região	Nº de Municípios	População 1999	GPAB	População Coberta
Norte	449	12.133.705	364	7.504.923
Nordeste	1.787	46.289.042	1.636	31.751.649
Centro-Oeste	445	11.220.742	420	6.203.634
Sudeste	1.666	69.858.115	1.331	24.106.718
Sul	1.159	24.445.950	1.083	17.254.755
Brasil	5.506	163.947.554	4.834	86.821.679

Fonte : Coord. Impl. Desc. / SPS
GPAB – Gestão Plena da Atenção Básica
Posição : 28/10/99

À Gestão Plena do Sistema Municipal do SUS habilitaram-se 491 municípios, onde residem mais de 65 milhões de habitantes. Esses municípios passaram a gerir, com total responsabilidade, os seus sistemas municipais de saúde, organizando-os e aperfeiçoando-os de acordo com suas necessidades. Até 2003, estima-se que 900 municípios terão assumido essa forma de gestão descentralizada, com repercussões positivas sobre a qualidade dos serviços prestados à população.

Demonstrativo dos Municípios Habilitados em Gestão Plena de Sistema Municipal por Região

Região	Nº de Municípios	População 1999	GPS	População Coberta
Norte	449	12.133.705	51	4.296.967
Nordeste	1.787	46.289.042	114	14.150.216
Centro-Oeste	445	11.220.742	20	3.010.767
Sudeste	1.666	69.858.115	264	34.752.630
Sul	1.159	24.445.950	42	6.978.099
Brasil	5.506	163.947.554	491	65.158.480

Fonte: Coord. Impl. Desc./ SPS

GPS - Gestão Plena do Sistema

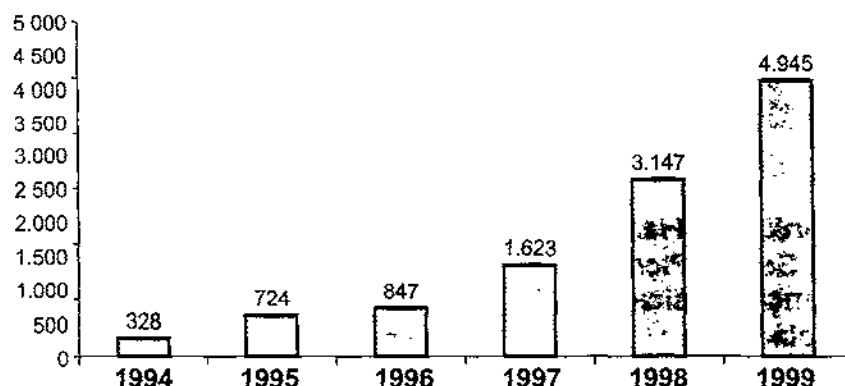
Posição: 28/10/99

O programa Saúde da Família, já implantado em 1.870 Municípios, é a principal estratégia para reorientar o modelo de assistência e ampliar o acesso da população aos serviços básicos de saúde.

O programa Saúde da Família, já implantado em 1.870 municípios, é a principal estratégia para reorientar o modelo de assistência e ampliar o acesso da população aos serviços básicos de saúde. Atuando com 4.945 Equipes de Saúde da Família já implantadas, cerca de 15 milhões de pessoas são beneficiadas pelo estreito vínculo mantido com os 111.659 Agentes Comunitários de Saúde. Sua agenda prioritária de trabalho está voltada para o grupo materno-infantil e, de forma gradativa, vem-se ampliando para ações de proteção à saúde do adulto e do idoso, cobrindo, assim, todo o ciclo de vida da pessoa.

Equipes de Saúde da Família

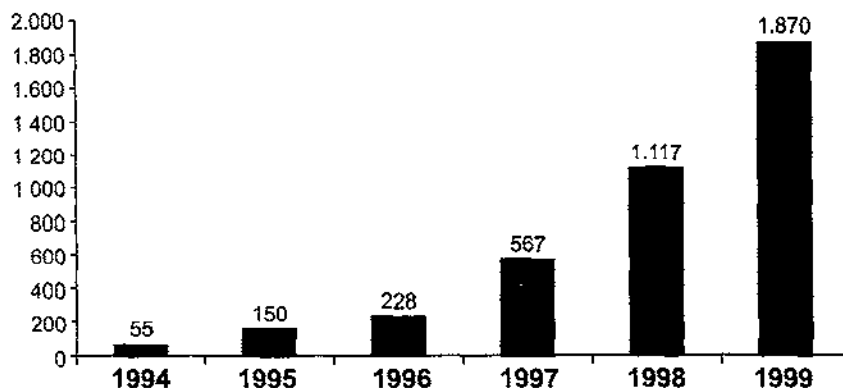
Evolução da Implantação
Nº de equipes



Fonte: Coordenação de Atenção Básica/SAS/MS

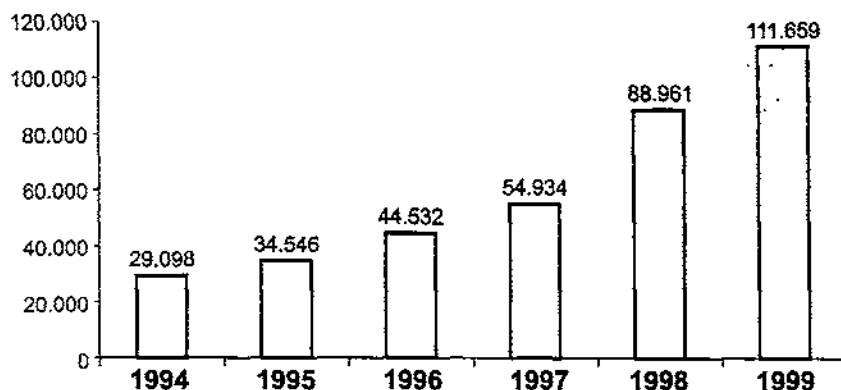
Equipes de Saúde da Família

Evolução da Implantação
Nº de Municípios



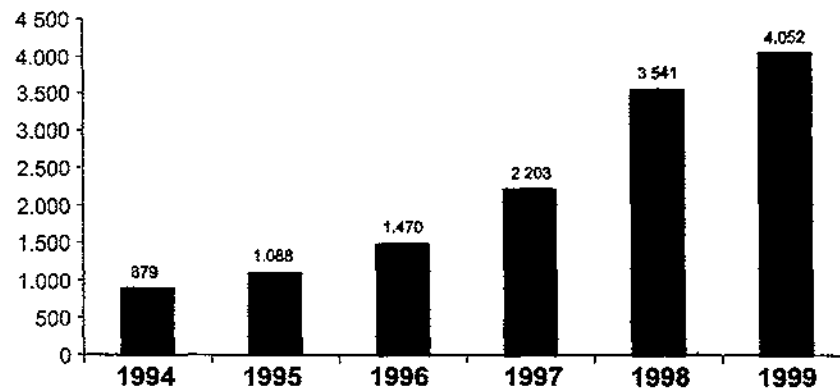
Fonte: Coordenação de Atenção Básica/SAS/MS

Agentes Comunitários de Saúde
Evolução da Implantação
 Nº de agentes comunitários de saúde



Fonte: Coordenação de Atenção Básica/SAS/MS

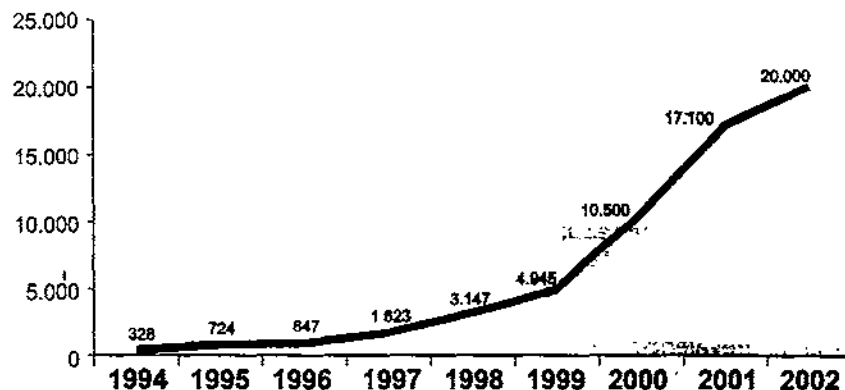
Agentes Comunitários de Saúde
Evolução da Implantação
 Nº de Municípios



Fonte: Coordenação de Atenção Básica/SAS/MS

Até 2002, espera-se contar com 20 mil Equipes de Saúde da Família e 150 mil Agentes Comunitários de Saúde operando, em todo o País, que darão cobertura, respectivamente, a 40% e 60% da população brasileira.

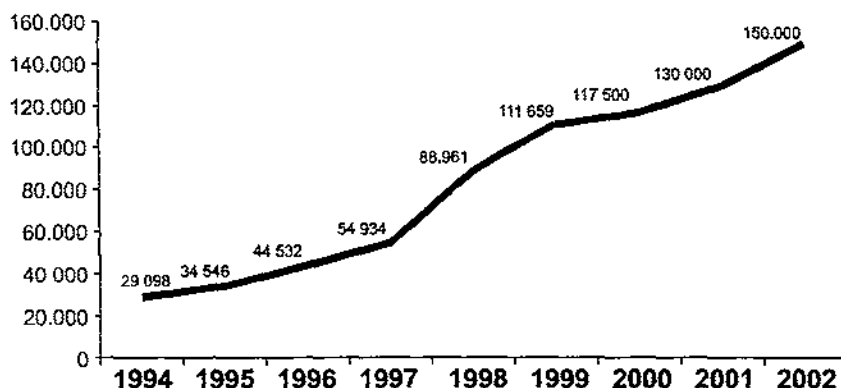
Equipes de Saúde da Família
Metas de Implantação



Fonte: Coordenação de Atenção Básica/SAS/MS

Agentes Comunitários de Saúde

Metas de implantação



Fonte: Coordenação de Atenção Básica/SAS/MS

Entre 1994 e 1998, a mortalidade infantil declinou de 39,6 para 36,1 por mil nascidos vivos, significando cerca de 60.000 óbitos de menores de 1 ano evitados no Brasil durante a década de 90. No mesmo período, diminuiu o número de microrregiões e municípios com mortalidade infantil superior a 80 óbitos por mil nascidos vivos, que estão localizados em sua quase totalidade nos Estados da Região Nordeste. Também cresceu o número de microrregiões cuja mortalidade é inferior a 20 por mil nascidos vivos.

Ao final de 2003, estima-se que a taxa de mortalidade infantil seja reduzida para 31 óbitos por cada 1.000 nascidos vivos.

Até 2003 espera-se reduzir a taxa de prevalência da desnutrição na infância de 5,7 para 3,7% e reduzir a taxa de prevalência de sobrepeso e obesidade em adultos de 20 a 59 anos de 38,5 para 35%.

Entre 1994 e 1998, a mortalidade infantil declinou de 39,6 para 36,1 por mil nascidos vivos, significando cerca de 60.000 óbitos de menores de 1 ano evitados no Brasil durante a década de 90. No mesmo período, diminuiu o número de microrregiões e municípios com mortalidade infantil superior a 80 óbitos por mil nascidos vivos, que estão localizados em sua quase totalidade nos Estados da Região Nordeste. Também cresceu o número de microrregiões cuja mortalidade é inferior a 20 por mil nascidos vivos.

Com a finalidade de melhorar a qualidade da atenção a esse grupo-alvo e, conseqüentemente, reduzir a mortalidade de menores de 5 anos, no âmbito do programa **Saúde da Criança e Aleitamento Materno**, foram capacitados cerca de 1.500 profissionais de saúde de nível superior na estratégia de atenção integrada às doenças prevalentes na infância. Ao final de 2003, estima-se que a taxa de mortalidade infantil seja reduzida para 31 óbitos por cada 1.000 nascidos vivos.

A redução e o controle da desnutrição e das carências por micronutrientes, objetivos do programa **Alimentação Saudável**, vem sendo enfrentada por amplo plano de complementação alimentar para suprir a desnutrição infantil por meio de repasses de recursos financeiros oriundos da parte variável do PAB. Já foram beneficiadas 563.000 crianças entre 6 e 23 meses em risco nutricional em 4.720 municípios, correspondendo a 91,6% da população nessa faixa etária. Outros 281.000 beneficiários, entre crianças de faixas etárias diferentes, gestantes e idosos carentes têm também recebido suplementação alimentar regularmente.

Complementando, ainda, estas ações, foi feita a distribuição de 637.000 frascos de sulfato ferroso a 4 milhões de crianças entre 6 e 59 meses, das quais cerca de 337.000 encontram-se em 512 municípios da Região Nordeste. Em 2000, serão destinados recursos para o atendimento de 926.000 crianças desnutridas, além do fornecimento de micronutrientes para 8 milhões de crianças, gestantes e idosos em áreas endêmicas de má nutrição.

Até 2003 espera-se reduzir a taxa de prevalência da desnutrição na infância de 5,7 para 3,7% e reduzir a taxa de prevalência de sobrepeso e obesidade em adultos de 20 a 59 anos de 38,5 para 35%.

O quadro observado no período de 1993-1998, quando houve aumento de 30% no total de partos de adolescentes entre 10 e 14 anos atendidas pela rede SUS, foi determinante para que esforços fossem envidados, no âmbito do programa **Saúde do Jovem**, na implementação de ações para a redução da gravidez na adolescência. Foi viabilizado o acesso dos adolescentes aos métodos contraceptivos e foram capacitados 500.000 profissionais da área de saúde para o atendimento específico a essa faixa etária.

A redução da morbimortalidade da mulher por complicações da gravidez, parto e puerpério e outros agravos da condição feminina, como o câncer ginecológico, constituem o objetivo do programa **Saúde da Mulher**.

A melhoria da qualidade da assistência e a humanização do atendimento à mulher durante a gravidez e o parto integram as principais ações nesta área. O processo de adequação de maternidades para o atendimento às gestantes de alto risco vem gradativamente se desenvolvendo em todos os Estados, induzido pelo investimento em capacitação de profissionais, reestruturação de área física, aquisição de equipamentos e melhoria do valor de remuneração pelos serviços prestados pela rede SUS.

A implantação de sistema de atenção à gestante de alto risco, aliada ao melhor acompanhamento pré-natal, são medidas imprescindíveis para se atingir, até 2003, a redução da mortalidade materna de 103 para 82,4 por 100 mil nascidos vivos e a mortalidade neonatal, de 18,72 para 15 por mil nascidos vivos.

As taxas de cesarianas praticadas no SUS declinaram de 32%, em 1997, para 28%, em 1998, e representaram 25% no primeiro semestre de 1999. Espera-se que seja de apenas 20% ao final de 2003.

Em 1999, mais de 5 milhões de mulheres, usuárias da rede pública de saúde, foram orientadas para o uso de métodos contraceptivos, tendo acesso a dispositivo intra-uterino (DIU), diafragma e anticoncepcionais orais e injetáveis.

A maturidade, também denominada terceira idade, é o ciclo de vida em que a população brasileira tem crescido em índices cada vez mais elevados, requerendo atenção diferenciada por parte do setor saúde, de forma a elevar a qualidade de vida desse grupo. No programa **Valorização e Saúde do Idoso**, ações efetivas têm sido desenvolvidas para promover a valorização da pessoa idosa no que concerne à sua saúde, independência funcional e assistência social.

Em 1999, foram destaque as ações para a humanização do atendimento na rede SUS e a vacinação de cerca de 8 milhões de pessoas com mais de 65 anos contra gripe e tétano, representando 87,3% da população dessa faixa etária, cobertura que deverá ser total até 2003.

Em 1999, além de ampliar o rol dos imunobiológicos oferecidos à população, o programa **Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis**, articulado com os programas Saúde da Mulher e Valorização e

As taxas de cesarianas praticadas no SUS declinaram de 32%, em 1997, para 28%, em 1998, e representaram 25% no primeiro semestre de 1999. Espera-se que seja de apenas 20% ao final de 2003.

Em 1999, mais de 5 milhões de mulheres, usuárias da rede pública de saúde, foram orientadas para o uso de métodos contraceptivos, tendo acesso a dispositivo intra-uterino (DIU), diafragma e anticoncepcionais orais e injetáveis.

Saúde do Idoso, intensificou a vacinação contra a rubéola nas mulheres em idade fértil, de 12 a 49 anos, objetivando o controle da Síndrome da Rubéola Congênita e implantou a vacina contra a gripe e o tétano para os maiores de 65 anos. Essa última ação superou a meta inicialmente fixada, de vacinar 70% dos idosos.

O Brasil comemorou, em 1999, 10 anos sem paralisia infantil.

O Brasil comemorou, em 1999, 10 anos sem paralisia infantil. Após receber da Organização Mundial de Saúde – OMS o certificado de erradicação da transmissão autóctone do poliovírus selvagem, o País assumiu o compromisso de adotar as ações necessárias para a manutenção da erradicação da poliomielite, quais sejam: altas e homogêneas coberturas vacinais – acima de 90% – e sistema de vigilância epidemiológica sensível, capaz de detectar e investigar todos os casos de paralisia flácida aguda (PFA) em menores de 15 anos.

A implantação do Plano Nacional de Erradicação do Sarampo no País, a partir de 1992, representou marco decisivo para o alcance da meta assumida pelo Governo brasileiro de erradicar o sarampo até o ano 2000. Entre 1992 e 1996, detectou-se declínio importante nos níveis de incidência da doença.

Ações combativas resultaram na redução da incidência nos últimos dois anos, chegando, em 1998, a 1,8 casos novos por cada 100 mil habitantes, refletindo o compromisso da Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS de erradicar o sarampo no continente americano até o ano 2000, pela intensificação da vacinação de rotina na rede de serviços, da realização de novas campanhas de vacinação em massa, além da vigilância epidemiológica ativa da doença, para zerar o número de casos novos durante o período de execução do Avança Brasil.

Durante o ano de 1999, foi implantada e implementada a vacinação contra a hepatite B. Espera-se alcançar 95% de cobertura até o final de 2003.

Durante o ano de 1999, foi implantada e implementada a vacinação contra a hepatite B para menores de 1 ano, em todo País, e menores de 15 anos, nas regiões de alta endemicidade e espera-se alcançar 95% de cobertura no total de crianças menores de um ano em todo o País, até o final de 2003.

Introduziu-se, também, a vacina dupla bacteriana, contra tétano e difteria, que está sendo aplicada em mulheres em idade fértil, de 12 a 49 anos, de maneira a erradicar o tétano neonatal. Articulado com o programa Saúde da Criança e Aleitamento Materno, as crianças menores de dois anos passaram a receber, na vacinação de rotina, a vacina contra a bactéria *Haemophilus influenzae tipo b (Hib)*, uma das principais causadoras de formas graves de meningite e pneumonia na infância.

A Marinha também prestou apoio às Campanhas Nacionais de Multivacinação e contra a paralisia infantil em 1999, tendo sido empregadas lanchas e viaturas e envolvidos 93 militares e civis na aplicação de 12.788 doses de vacinas. De igual modo, os profissionais de saúde da Força Aérea Brasileira realizaram cerca de 169 mil procedimentos vacinais.

Destaque-se ainda, em 1999, o início da operação do centro de processamento final no complexo tecnológico de vacinas da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, permitindo suprir 40% da demanda de vacinas do

O Ministério da Saúde ampliou significativamente os recursos para aquisição de imunobiológicos, com gastos da ordem de R\$ 124 milhões em 1998 e cerca de R\$ 231 milhões em 1999, possibilitando maior oferta e introdução de novas vacinas.

Na área da prevenção, foram distribuídos 200 milhões de preservativos a população.

No período 2000-2003, serão atendidos, anualmente, 5 milhões de pacientes com insulina, hipoglicemiantes orais e correlatos para diabéticos.

Ministério da Saúde, representando 60% do mercado constituído pelos laboratórios oficiais, com faturamento de R\$ 56 milhões, o triplo do faturamento de 1998.

O Ministério da Saúde ampliou significativamente os recursos para aquisição de imunobiológicos, com gastos da ordem de R\$ 124 milhões em 1998 e cerca de R\$ 231 milhões em 1999, possibilitando maior oferta e introdução de novas vacinas. Estão previstos, no programa **Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde**, investimentos para adequação de 27 plantas de produção de vacinas, até o final de 2003.

Conter o avanço do vírus da imunodeficiência humana (HIV) é uma das prioridades do Governo, razão por que foi assinado com o Banco Mundial, em dezembro de 1998, o segundo acordo de empréstimo – Aids II, no valor US\$ 300 milhões, que financiará o programa **Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis e da Aids**, cobrindo o período 1999-2002.

No atendimento e tratamento de 76 mil pessoas portadoras do HIV/Aids, foram adquiridos e distribuídos medicamentos anti-retrovirais de última geração e credenciados 150 hospitais-maternidade para tratamento com AZT injetável, a fim de reduzir em até 70% a transmissão do vírus da Aids de mães infectadas para os recém-nascidos.

Foram implantados 27 novos serviços alternativos assistenciais e 139 centros de testagem e acompanhamento, bem como distribuídos testes de detecção do HIV e de contagem da carga viral e de linfócitos a 123 laboratórios da rede pública.

Na área da prevenção, foram distribuídos 200 milhões de preservativos à população, além de outras providências voltadas para o esclarecimento sobre os riscos de contágio.

Para 2003, espera-se estabilizar os atuais coeficientes de incidência e de mortalidade por Aids, respectivamente de 12,3 e de 8,34 por 100 mil habitantes. No que diz respeito à sífilis congênita, espera-se reduzir o coeficiente de incidência de 7,1 para 1 caso novo por cada 1.000 nascidos vivos.

Dentre os agravos que fazem parte do programa **Prevenção e Controle das Doenças Crônico-Degenerativas**, as doenças cardiovasculares representam sério problema de saúde pública, com 250 mil óbitos por ano – 28% de todas as mortes, 17% das internações no SUS e 24% das aposentadorias no INSS.

A hipertensão arterial atinge 20% da população adulta, o que equivale a, aproximadamente, 15 milhões de hipertensos no Brasil. Com o objetivo de modificar o quadro vigente, o projeto Conjunto de Ações para Redução Multifatorial das Enfermidades Não-Transmissíveis, denominado projeto Carmen, representa importante estratégia para o controle dessas doenças.

No período 2000-2003, serão atendidos, anualmente, 5 milhões de pacientes com insulina, hipoglicemiantes orais e correlatos para diabéticos. Por outro lado, espera-se reduzir a taxa de incidência de cegueira por

retinopatia diabética no SUS de 2 para 1%; o número de internações anuais por diabetes *mellitus* de mais de 100 mil para 62,5 mil; o número de internações anuais por febre reumática de quase 10 mil para 5,9 mil; e a taxa de óbitos precoces por doenças cardiovasculares, na faixa de 20 a 59 anos, de 21,2 para 20,1%.

Um conjunto de medidas estruturais, no âmbito do programa **Prevenção e Controle do Câncer e Assistência Oncológica**, foram efetivadas no sentido de transferir a estados e municípios a responsabilidade de gerir a implementação e manutenção das ações de prevenção e controle da doença.

Ações precípua têm sido desenvolvidas objetivando a construção de um sistema de informação em saúde para a área do câncer, a ser implantado nos 26 Estados e no Distrito Federal.

Em 1999, a assinatura de convênios com os Estados possibilitou a expansão do projeto nacional de controle de câncer de colo de útero e de mama, que examinou cerca de 8 milhões de mulheres. Em 2003, pretende-se que a taxa de cobertura de exame Papanicolaou em mulheres de 25 a 59 anos atinja 80%.

Com semelhantes resultados, em 1999, o projeto nacional do tabagismo e outros fatores de risco foi implantado em 1.532 municípios, totalizando 3.300 no período 1996-1999, abrangendo 500 unidades de saúde, 2.000 escolas e 1.015 empresas.

A educação em cancerologia, parte integrante da Política Nacional de Controle do Câncer, vem formando agentes multiplicadores do conhecimento científico e a formação de recursos humanos para o SUS. No período 1995-1999, foram capacitados 365 médicos-residentes, 149 enfermeiros-residentes e 618 profissionais que atuam na área da saúde.

Os transtornos mentais alcançaram índices expressivos, que oscilam de 20% a 50% de prevalência em algumas cidades brasileiras. O programa **Saúde Mental** está imprimindo ampla reforma na assistência psiquiátrica, criando rede diversificada de serviços sociossanitários que respondam às diferentes necessidades dos usuários.

Suas ações estão centradas na disseminação de consciência social e de suporte à cidadania dos portadores de transtornos mentais, vigilância ao respeito dos direitos humanos e de cidadania, apoiando as iniciativas legislativas da matéria e disseminando essas práticas no seu sistema de atendimento. Nesse sentido, o programa buscará reduzir, até 2003, a média diária de permanência hospitalar no SUS de 49 para 40 dias e fornecer anualmente incentivo-bônus para assistência, acompanhamento e integração fora da unidade hospitalar de 5.500 pacientes portadores de agravo mental.

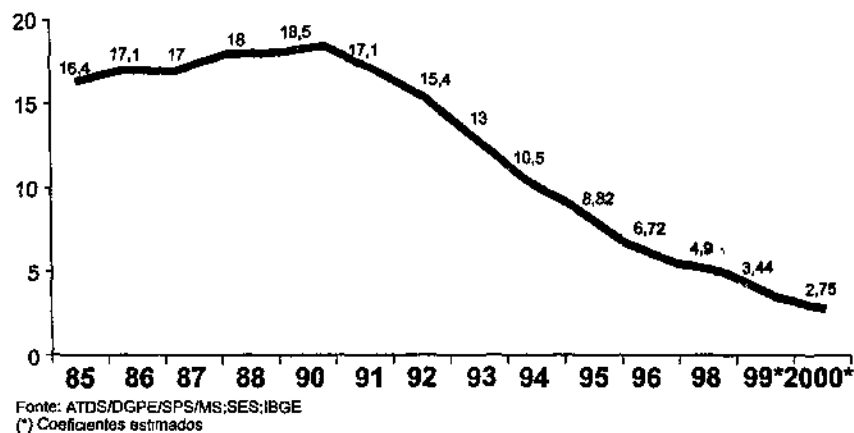
O programa **Controle da Hanseníase e de outras Dermatoses** tem tido avanços substanciais nos últimos 10 anos. O coeficiente de prevalência de hanseníase, por 10.000 brasileiros, foi reduzido em mais de 70%, passando de 17 por 10.000 habitantes, em 1986, para 4,9 em 1998. Espera-se alcançar, ao final de 2003, a taxa de 90% de casos curados de hanseníase e o índice de prevalência da doença em 2 por 10.000 habitantes.

Em 1999, a assinatura de convênios com os estados possibilitou a expansão do projeto nacional de controle de câncer de colo de útero e de mama, que examinou cerca de 8 milhões de mulheres. Em 2003, pretende-se que a taxa de cobertura de exame Papanicolaou em mulheres de 25 a 59 anos atinja 80%.

O coeficiente de prevalência de hanseníase, por 10.000 brasileiros, foi reduzido em mais de 70%, passando de 17 por 10.000 habitantes, em 1986, para 4,9, em 1998.

A hanseníase já foi considerada eliminada nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde a incidência é menor que um doente a cada 10.000 habitantes. Outros oito Estados (RN, PB, AL, SE, BA, MG, RJ, SP) e o DF prevêem a eliminação a curto prazo e cinco (PI, MA, ES, MS e PR) a médio prazo. Tal quadro conduzirá o Brasil a ter a hanseníase sob total controle, ou até a sua eliminação em 2005, de acordo com parâmetros da OMS.

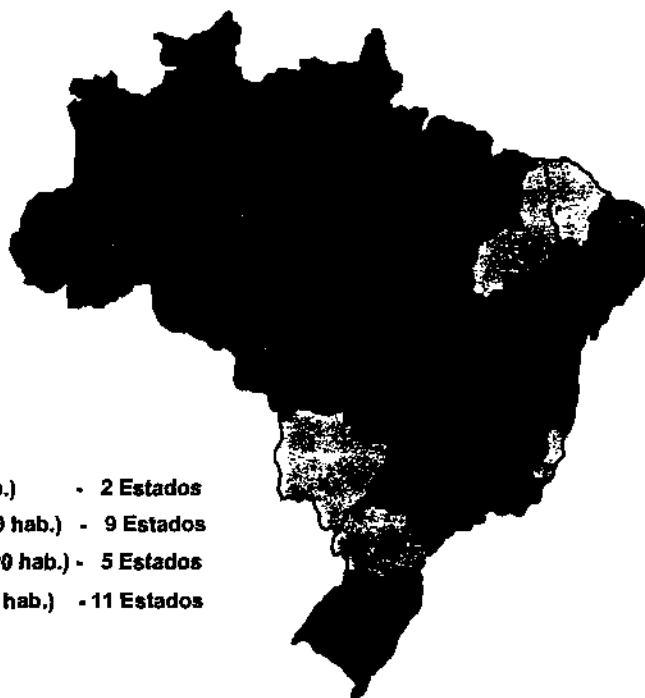
Coefficientes de Prevalência de Hanseníase Brasil, 1985-2000



Eliminação da Hanseníase

Situação por Estados até e após 2005

- | | |
|----------------|--|
| Até 2005 | ● Eliminada (prevalência < 1/10.000 hab.) - 2 Estados |
| | ● Eliminação a curto prazo (1 - 5/10.000 hab.) - 9 Estados |
| Depois de 2005 | ● Médio prazo (prevalência 5 - 10/10.000 hab.) - 5 Estados |
| | ● Longo prazo (prevalência ≥ 10/10.000 hab.) - 11 Estados |



A eliminação, em nível nacional, pode ser alcançada até 2005, pois os estados que eliminaram e que eliminarão a hanseníase, a curto e médio prazos, correspondem a 48% dos doentes do registro ativo.

Nas últimas três décadas, triplicou o número de casos de tuberculose e a mortalidade decorrente foi multiplicada por seis. A OMS estima que

80% dos casos da doença concentram-se em 22 países, inclusive o Brasil, que ocupa o 10º lugar em incidência.

A partir da meta estabelecida em 1992 pela OMS, que considera o controle da tuberculose emergência mundial, o Governo vem desenvolvendo, desde 1996, o que se chamou de plano emergencial para o controle da doença, cujas ações integram o programa **Prevenção e Controle da Tuberculose e de outras Pneumopatias**.

Para o final de 2003, espera-se obter 85% de taxa de cura da tuberculose, a redução do coeficiente de mortalidade pela doença de 3,8 para 2,51 por 100 mil habitantes e o coeficiente de incidência de 51,7 para 46,5 por 100 mil habitantes.

Frente à gravidade do problema no País, o Ministério da Saúde revisou as estratégias adotadas e propôs, em outubro de 1998, o Plano Nacional de Controle da Tuberculose, que foi efetivamente implantado em janeiro de 1999, em 230 municípios do País classificados como prioritários pela magnitude da incidência do agravo nos mesmos. Para o final de 2003, espera-se obter 85% de taxa de cura da tuberculose, a redução do coeficiente de mortalidade pela doença de 3,8 para 2,51 por 100 mil habitantes e o coeficiente de incidência de 51,7 para 46,5 por 100 mil habitantes.

Em 1991, registraram-se os primeiros casos de cólera no País e, imediatamente, as ações de prevenção e controle foram intensificadas de forma a reduzir expressivamente a força epidêmica, estabilizando o número de casos em torno de 3 a 4 mil, a partir de 1995. Entretanto, a cólera permanece exigindo investimentos em infra-estrutura urbana, particularmente de saneamento, para eliminá-la por completo. O programa **Prevenção e Controle das Doenças Transmitidas por Vetores**, que tem como objetivo reduzir a morbimortalidade por cólera, peste, tracoma, filariose, oncocercose, raiva, leptospirose, leishmaniose, doença de Chagas e esquistossomose, pretende até 2003, zerar o número de casos de raiva humana transmitida por animal doméstico, reduzir os coeficientes de incidência de cólera para 0,37 por 100 mil habitantes, a taxa de letalidade por leishmaniose visceral para 2,2% sobre o número de casos da doença, a taxa de prevalência da doença de Chagas na população de 7 a 14 anos para 0,07%, e de esquistossomose para 5% no total de exames realizados.

Para 2003, o coeficiente de detecção de casos de dengue deve estar reduzido de 345,7 para 173 casos novos por 100 mil habitantes.

Os casos de dengue no País tiveram seu ritmo de crescimento reduzido, em 1999, como resultado das ações de prevenção e combate desenvolvidas pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais, em todo o País, por meio do programa **Prevenção e Controle da Dengue**. No período 1996-1999, foram firmados convênios com 3.869 municípios em 26 estados, no valor total de R\$ 236,8 milhões, beneficiando 139,3 milhões de pessoas, com ações preventivas que evitam a disseminação da doença. Para 2003, o coeficiente de detecção de casos de dengue deve estar reduzido de 345,7 para 173 casos novos por 100 mil habitantes.

O programa **Prevenção e Controle da Malária** tem na Região Amazônica 99% dos casos de malária registrados. As condições ambientais e sócio-econômicas da Região propiciam a proliferação do mosquito transmissor da doença, além de oferecer grandes dificuldades para a atuação dos profissionais envolvidos no seu combate. O Ministério da Saúde vem realizando convênios com todos os Estados e Municípios com maior incidência da doença para o repasse direto de recursos, descentralizando as ações e

Ao final de 2003, espera-se reduzir em 50% o número de casos detectados de malária, na Amazônia Legal, de mais de 469 mil casos para 235 mil.

Em 1999, foram despendidos R\$ 12,1 bilhões para o custeio da assistência ambulatorial e hospitalar no SUS, possibilitando a realização de 12 milhões de internações e 1,4 bilhão de procedimentos ambulatoriais, inclusive os de alto custo e alta complexidade.

fortalecendo o nível local para a manutenção dos serviços de diagnóstico e tratamento, o que tem refletido positivamente na redução da incidência e número de óbitos, que baixou de 224, em 1996, para 147, em 1998. Como resultado, ao final de 2003, espera-se reduzir em 50% o número de casos detectados de malária, na Amazônia Legal, de mais de 469 mil casos para 235 mil.

O programa **Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar**, que tem como objetivo garantir o acesso equitativo e universal da população aos serviços ambulatoriais, emergenciais e hospitalares no SUS, tem recebido maior aporte de recursos financeiros, com acréscimo da ordem de 42,78%, no período de 1996-1999, representando gasto *per capita* de R\$ 73,75.

Em 1999, foram despendidos R\$ 12,1 bilhões para o custeio da assistência ambulatorial e hospitalar no SUS, possibilitando a realização de 12 milhões de internações e 1,4 bilhão de procedimentos ambulatoriais, inclusive os de alto custo e alta complexidade.

Foram implantados sistemas estaduais de referência para os serviços de urgência e emergência. Os hospitais cadastrados nos referidos sistemas recebem adicional de 50%, 35% ou 20% sobre os valores dos procedimentos de urgência e emergência, pagos com base na tabela do SUS.

Com a finalidade de reduzir as filas e de melhorar o acesso à assistência médica pelos usuários do SUS, o Ministério da Saúde, em parceria com as Secretarias de Saúde, utilizou como estratégia a realização de mutirão de cirurgias eletivas, sendo que em 1999, foram realizadas 140.337 cirurgias de catarata, 17.383 cirurgias de hérnia inguinal, 2.344 cirurgias de próstata e 5.249 cirurgias de varizes dos membros inferiores.

A Marinha realizou ações básicas de saúde dirigidas às populações ribeirinhas da Amazônia e do Pantanal Mato-Grossense, rotineiramente voltadas à prevenção, como palestras sobre higiene, tratamento da água, vacinações e distribuição de medicamentos. Até o final do primeiro semestre, foram atendidas 28.363 pessoas e visitadas 228 localidades. Dentro do projeto Amazônia Visão 2.000, foram feitos 2.844 exames oftalmológicos, 127 cirurgias e prescrições de óculos, que deverão ser doados pela Secretaria de Saúde do Estado do Pará.

Também a Força Aérea Brasileira colaborou no atendimento às populações carentes de vilas próximas às Bases Aéreas ou locais de exercício e acampamentos, com a realização de 100.000 procedimentos médicos, ambulatoriais e odontológicos.

Para elevar o padrão de qualidade e eficiência do atendimento prestado à população, o programa **Qualidade e Eficiência do SUS** desenvolve ações de modernização gerencial, física e tecnológica do SUS.

No âmbito do atendimento hospitalar, foi dada prioridade às áreas consideradas críticas: assistência ao parto, atendimento às urgências e emergências, neurocirurgia, tratamento intensivo (UTI) e transplantes.

Além dos recursos de custeio, foram investidos R\$ 150 milhões em aquisição de equipamentos, beneficiando 226 hospitais, e no treinamento de 38.000 profissionais de saúde.

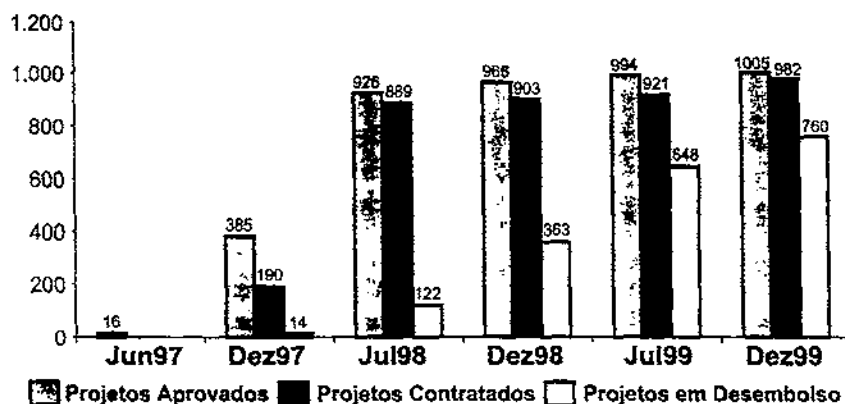
Até 2003, espera-se ter implantado ou ampliado 152 unidades de urgência e emergência e de gestantes de alto risco, enquanto 287 deverão ser modernizadas ou adequadas. Em igual período, mais de 480 unidades de saúde do SUS serão implantadas ou ampliadas e mais de 3.400 modernizadas ou adequadas.

Integram esse programa as ações do projeto Reforço à Reorganização do SUS – REFORSUS, instituído ao final de 1996, com o objetivo de investir na recuperação física, tecnológica, gerencial e operacional de unidades de saúde, prestadoras de serviços para o SUS nos estados e municípios.

A carteira de projetos do REFORSUS conta com 1.005 projetos, dos quais 760 em execução, no valor de R\$ 439 milhões, distribuídos em 837 projetos de readequação física e tecnológica de hospitais e ambulatorios; 59 projetos de aquisição de equipamentos e capacitação de recursos humanos do programa Saúde da Família, 82 projetos para a implantação da Hemorrede do programa Qualidade do Sangue e 27 projetos para laboratórios centrais de saúde pública do programa Vigilância Epidemiológica e Ambiental.

REFORSUS

Quantidade de Projetos



Fonte: Reforsus

Fonte: Reforsus

Merece destaque o aprimoramento da qualidade no atendimento hospitalar, com a implantação do Projeto Nacional de Avaliação dos Serviços Hospitalares – PNASH. Dos 6.415 hospitais cadastrados na rede SUS, 1.134 hospitais foram avaliados em 1999, totalizando 1.357 hospitais desde o início do projeto.

Dadas as características do processo de descentralização, o controle social tornou-se um dos pilares do SUS. Para este fim, cada cidadão terá um cartão identificador que facilitará o seu acesso ao Sistema. O cartão nacional do SUS possibilitará a identificação individualizada dos usuários, que assim poderão obter facilidades no agendamento prévio de consultas, exames laboratoriais e outros procedimentos, dentro da nova concepção de humanização do atendimento. Para tanto, será constituído o cadastro de

usuários do SUS, baseado nos números do Programa de Integração Social – PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP.

O cartão permitirá, ainda, ganhos de eficiência em todas as etapas da atenção à saúde, abrangendo o acesso do usuário ao Sistema, o combate a fraudes, o estabelecimento de controles, por meio de auditorias, e a integração de dados e de comunicação de vários sistemas de abrangência nacional.

Atualmente, o Ministério da Saúde está abrindo uma licitação para a primeira etapa da implantação do Cartão Nacional de Saúde, tendo como alvo 44 municípios. Pode-se prever para outubro de 2000, o início da operação experimental do sistema na grande maioria desses Municípios. Ao final de 2003, serão 38,8 milhões de cartões emitidos.

Na execução das ações de controle, avaliação e auditoria do SUS tem-se buscado desenvolver e consolidar práticas operacionais compatíveis com o papel estratégico definido para o Sistema Nacional de Auditoria do SUS. Dessa forma, os gestores do SUS têm se valido dos resultados das auditorias analíticas e de gestão como subsídios na tomada de decisão e definição do planejamento de suas ações.

Os números de auditorias realizadas têm sido crescentes a cada ano, apresentando resultados qualitativos: de 1.193 auditorias realizadas em 1996, atingiu-se em 1999, o número de 3.493 auditorias, do que resultou a emissão de notificação de débito da ordem de 9,6 milhões de Unidades Fiscais de Referência – UFIRs, devido às impugnações de valores cobrados indevidamente pelos prestadores de serviços ao SUS.

Destacam-se, também, as atuações em regime de cooperação técnica, com a capacitação de servidores municipais e estaduais para atividades de auditoria.

Ao final de 2003, o programa **Qualidade e Eficiência do SUS** pretende reduzir o coeficiente de mortalidade hospitalar na rede SUS de 26,3 para 24,3 óbitos por cada 1.000 internações no SUS, a taxa de mortalidade por causas mal definidas de 14,67 para 13,5% e a taxa de óbitos sem assistência médica de 9,47 para 9% sobre o total de óbitos.

Ao final de 2003, o programa **Qualidade e Eficiência do SUS** pretende reduzir o coeficiente de mortalidade hospitalar na rede SUS de 26,3 para 24,3 óbitos por cada 1.000 internações no SUS, a taxa de mortalidade por causas mal definidas de 14,67 para 13,5% e a taxa de óbitos sem assistência médica de 9,47 para 9% sobre o total de óbitos.

Espera-se avançar em matéria de garantias de direitos do cidadão, em que inclui o programa **Saúde Suplementar**, que pretende, pela regulamentação, esclarecer sobre os direitos dos usuários, estabelecer os requisitos para o funcionamento das operadoras e especializar a concorrência no mercado. A transparência e a credibilidade resultantes redundarão em benefício para os 40 milhões de brasileiros segurados por planos e seguros privados de assistência à saúde, operadoras e para a relação entre os setores público e privado.

Ações efetivas no âmbito do programa **Prevenção e Controle das Infecções Hospitalares** têm permitido a redução do número de pacientes que contraem infecções em ambientes hospitalares, esperando-se reduzir a taxa de infecção hospitalar ativa de 15,25 para 10,85% sobre o total de pacientes internados até o final de 2003.

O programa Assistência Farmacêutica passou, a partir de 1999, a ter suas ações descentralizadas por meio do repasse direto de R\$ 1,00 *per capita*, aos municípios para a aquisição dos medicamentos básicos, de acordo com o seu perfil epidemiológico, em vez da distribuição de *kits* de medicamentos.

Em consequência dessa nova estratégia, passou-se a suprir diretamente apenas aqueles programas de saúde definidos como prioritários: Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis e da Aids; Qualidade do Sangue; Prevenção e Controle da Tuberculose e de outras Pneumopatias; Prevenção e Controle das Doenças Crônico-Degenerativas; Controle da Hanseníase e de outras Dermatoses; e Prevenção e Controle de Doenças Transmitidas por Vetores; Prevenção e Controle da Malária, com 88 tipos de medicamentos específicos para os agravos inerentes aos programas.

Integra ainda esse programa a produção de fármacos, medicamentos e fitoterápicos pelo Instituto Far-Manguinhos, da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, e pelos laboratórios militares. O faturamento de Far-Manguinhos passou de R\$ 50,3 milhões, em 1998, para R\$ 85,0 milhões, em 1999, valor esse dez vezes maior que o observado em 1996.

Garantir a qualidade e a auto-suficiência em sangue, componentes, derivados sanguíneos e correlatos, em todo o seu processo até 2003, é o objetivo do programa Qualidade do Sangue.

Garantir a qualidade e a auto-suficiência em sangue, componentes, derivados sanguíneos e correlatos, em todo o seu processo até 2003, é o objetivo do programa Qualidade do Sangue.

Para a consecução desse ambicioso programa, vem sendo aprimorada a formação de 5.750 técnicos e implantado sistema de informações gerenciais, abrangendo 3.264 unidades componentes da rede.

Para a consecução desse ambicioso programa, vem sendo aprimorada a formação de 5.750 técnicos e implantado sistema de informações gerenciais, abrangendo 3.264 unidades componentes da rede. Até 2003, a infra-estrutura da hemorrede será expandida mediante a implantação ou ampliação de mais de 300 unidades de hematologia e hemoterapia, enquanto outras 420 serão modernizadas ou adequadas.

Cabe destacar que os projetos de hemofilia e hemoglobinopatias estão efetivando os cadastros de paciente e de unidade especializada de atendimento, em todo o País, objetivando padronizar as condutas diagnósticas, preventivas e terapêuticas a serem dispensadas aos pacientes com tais patologias. Devido ao alto custo do tratamento de hemofílicos, o Ministério da Saúde assumiu a compra e distribuição dos hemoderivados requeridos, despendendo para tal finalidade cerca de US\$ 70 milhões anuais.

O programa **Profissionalização da Enfermagem** é uma iniciativa do Ministério da Saúde, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, que visa a elevar o padrão de qualidade e eficiência do atendimento prestado à população, no âmbito do SUS, por meio da capacitação, em serviço, dos 250.000 trabalhadores da área de enfermagem e pelo fortalecimento das 27 Escolas Técnicas de Saúde, até o ano 2003. Do total de trabalhadores cerca de 95.000 irão concluir o 2º grau de escolaridade.

O programa contará com investimentos da ordem de US\$ 370 milhões, sendo US\$ 185 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e US\$ 185 milhões de contrapartida nacional, sendo US\$ 130 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e US\$ 55 milhões do Tesouro Nacional.

Para modernizar e tornar mais eficaz a ação de vigilância sanitária, foi criada a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVS, pela Lei nº 9.782/99, a Agência contará com 1.800 funcionários, sendo 1.200 alocados na área do programa **Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos e Fronteiras**, que objetiva evitar a entrada e disseminação de doenças transmissíveis em portos, aeroportos e fronteiras e garantir a qualidade dos produtos de consumo humano.

Destacaram-se nesse programa a definição da Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde – REBLAS, a normatização do controle do botulismo, o estabelecimento de padrão de qualidade dos produtos sujeitos à vigilância sanitária, a ser observado pelos fabricantes, a regulamentação da Lei dos Genéricos para medicamentos com a mesma eficácia, segurança e qualidade daqueles de marca, com preços mais acessíveis e a obrigatoriedade da presença de um farmacêutico nas distribuidoras de produtos de interesse para a saúde como forma de coibir as falsificações e adulterações.

O Ministério da Saúde passou a ser responsável pela Assistência Integral à Saúde dos Povos Indígenas, integrante do programa **Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas**, sob a gerência da Fundação Nacional do Índio, do Ministério da Justiça, que terá a responsabilidade de garantir a assistência e promover o etnodesenvolvimento das comunidades indígenas.

A organização das atividades de atenção à saúde das populações indígenas dar-se-á por intermédio dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI, considerando as especificidades etnoculturais, sociais e sanitárias dessas comunidades, garantindo aos povos indígenas o direito universal e integral à saúde.

Até o final do ano 2000, o Ministério da Saúde investirá mais de R\$ 100 milhões na assistência médico-sanitária às comunidades indígenas, com população estimada em 326 mil índios de 215 etnias.

Até o final do ano 2000, o Ministério da Saúde investirá mais de R\$ 100 milhões na assistência médico-sanitária às comunidades indígenas, com população estimada em 326 mil índios de 215 etnias, sendo que, desse montante, mais de R\$ 40 milhões foram aplicados em 1999. Para prestar essa assistência, a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA contará com equipes de saúde da família, dentistas, auxiliares de enfermagem e agentes indígenas de saúde e de saneamento, que serão responsáveis pela manutenção dos serviços de saneamento nas aldeias. Está prevista a implantação de 35 DSEI, em 24 estados, que promoverão a cobertura de assistência médico-sanitária indígena, em cerca de 2.500 Municípios.

Complementando a infra-estrutura ofertada, a FUNASA deverá: construir, reformar e equipar postos e unidades de apoio aos postos de saúde, os chamados pólos-base; reformar e equipar casas de saúde do índio

(unidade de recepção e apoio aos índios que necessitam da atenção hospitalar nos centros urbanos de maior porte); adquirir veículos e barcos; adquirir equipamentos de rádio e comunicação; executar ações de saneamento voltadas para a implementação de sistema de abastecimento de água e destino adequado de dejetos; contratar empresas aéreas para a remoção de pacientes graves em áreas de difícil acesso e adquirir medicamentos e material de consumo necessários à atenção médica e alimentos para as Casas de Saúde do Índio.

TRABALHO

A reestruturação em curso da economia brasileira, com as empresas buscando a modernização tecnológica para maior eficiência e competitividade, tem como consequência profundos impactos nas relações e no mercado de trabalho, afetando diretamente os trabalhadores menos qualificados.

Nesse contexto, o desafio do Governo Federal reside em implementar políticas públicas que produzam aperfeiçoamentos no mercado de trabalho. Consideram-se prioritárias as seguintes iniciativas: (i) fortalecer as políticas de fomento ao emprego, estimulando projetos específicos de geração de emprego e renda, complementares aos investimentos realizados pelo setor público; (ii) dar continuidade aos projetos de qualificação profissional, visando a preparar melhor o trabalhador para o mercado de trabalho em transição, aumentando sua capacidade de obter e manter um emprego; (iii) ampliar a própria eficiência do mercado de trabalho, por meio de maior articulação entre seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra e formação profissional; (iv) modernizar a legislação trabalhista, fortalecendo a via negocial nas relações entre empresas e trabalhadores, por meio de incentivos à autocomposição entre as partes; (v) intensificar as ações de fiscalização do trabalho, visando principalmente à formalização dos vínculos empregatícios e à redução dos índices de sonegação do FGTS; (vi) ampliar as ações de fiscalização, pesquisa, qualificação profissional, difusão de informações e apoio técnico nas áreas de segurança e saúde, visando à melhoria das condições e dos ambientes de trabalho.

FOMENTO AO TRABALHO

Instituído em 1995, o programa Geração de Emprego e Renda vem se consolidando como um dos principais instrumentos de que o Governo dispõe para proporcionar crédito aos pequenos e microempreendedores urbanos e rurais.

Instituído em 1995, o programa **Geração de Emprego e Renda** vem se consolidando como um dos principais instrumentos de que o Governo dispõe para proporcionar crédito aos pequenos e microempreendedores urbanos e rurais. Essa iniciativa contritui para o esforço nacional de gerar e manter ocupação e renda, oferecendo oportunidades concretas àqueles que já são empreendedores e desejam ampliar seus negócios e aos que pretendem se tornar donos de seu próprio empreendimento.

A concessão do financiamento está vinculada às ações de capacitação e assistência tecnológica e gerencial dos empreendimentos beneficiados, de forma a garantir maior transparência na aplicação dos recursos e objetivando potencializar seus impactos. O programa prevê, em seu arranjo institucional, a participação da sociedade civil organizada, por meio da

No período 1996-1999, foram realizadas mais de 400 mil operações, tendo sido aplicados R\$ 3,9 bilhões. São financiamentos cujo valor médio por empreendimento gira em torno de R\$ 5 mil.

atuação das Comissões Estaduais e Municipais de Emprego, na definição de prioridades e no acompanhamento de sua execução nos níveis estadual e municipal. As operações de crédito têm como agentes financeiros o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Em 1999, aproximadamente 53,4 mil operações de crédito foram realizadas, totalizando de R\$ 383 milhões em aplicações. No período 1996-1999, foram realizadas mais de 400 mil operações, tendo sido aplicados R\$ 3,9 bilhões. São financiamentos cujo valor médio por empreendimento gira em torno de R\$ 5 mil.

Os resultados obtidos indicam que o programa obteve êxito quanto à democratização do acesso ao crédito, considerando que 78% dos beneficiários tiveram sua primeira experiência em empréstimos bancários.

No conjunto das localidades pesquisadas foram geradas ou mantidas cerca de 5,6 ocupações por operação contratada. Vale destacar, ainda, que a renda dos beneficiários cresceu em média 17,9% após o financiamento. Para o período do PPA 2000-2003, serão realizadas 529,6 mil operações de crédito.

As exigências das instituições financeiras para concessão de crédito foram a principal dificuldade encontrada pelo programa, o que limitou o acesso de muitos demandantes, especialmente dos grupos localizados na base da pirâmide social.

Visando a corrigir essa distorção e aumentar a abrangência do programa, foi instituído o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER, constituído com aporte de recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT da ordem de R\$ 50 milhões, que permite garantir parte do risco dos financiamentos concedidos pelas instituições financeiras oficiais federais.

Seguindo a mesma orientação, foi criado o programa **Jovem Empreendedor**, que visa a ampliar as oportunidades de trabalho para jovens com idade entre 18 e 29 anos, com vocação empreendedora, formação de nível técnico profissionalizante ou profissionais recém-formados com até 5 anos de conclusão do curso de graduação ou pós-graduação. Para o período 2000-2003, serão realizadas 24,7 mil operações de crédito.

EMPREGABILIDADE

O programa Qualificação Profissional do Trabalhador tem por objetivo aumentar a empregabilidade do trabalhador. Para o período do PPA 2000-2003, pretende-se qualificar 20 milhões de trabalhadores ao custo de aproximadamente R\$ 3,97 bilhões.

Criado em 1995, o programa **Qualificação Profissional do Trabalhador**, financiado com recursos do FAT, tem por objetivo aumentar a empregabilidade do trabalhador, reduzindo os riscos de desemprego e subemprego, elevando sua produtividade e renda. Para o período do PPA 2000-2003, pretende-se qualificar 20 milhões de trabalhadores ao custo de aproximadamente R\$ 3,97 bilhões.

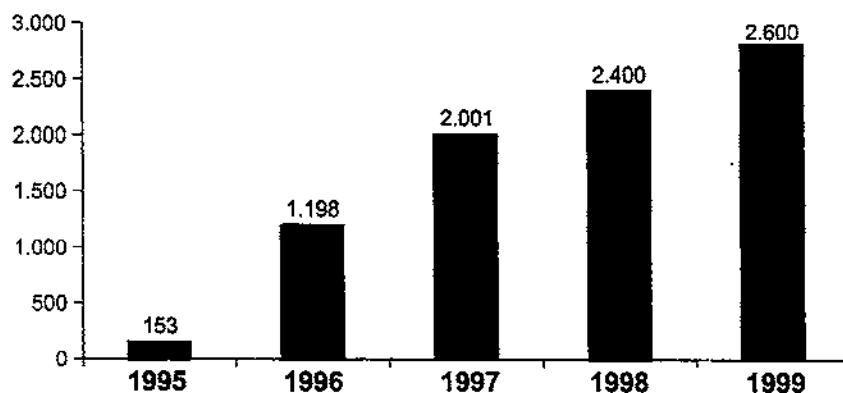
O programa é executado de forma descentralizada, por meio de dois instrumentos: os *Planos Estaduais de Qualificação – PEQs*, gerenciados pelas secretarias estaduais de trabalho, sob homologação das Comissões Estaduais de Emprego, articulando demandas negociadas com as Comissões Municipais de Emprego; e as *Parcerias Nacionais e Regionais*, executadas me-

diantes convênios, contratos, acordos de cooperação ou protocolos firmados com sindicatos, organizações empresariais, universidades e instituições de formação profissional.

O público-alvo do programa é composto por desempregados, beneficiários do seguro-desemprego, trabalhadores sob risco de perda do emprego, trabalhadores autônomos, cooperados, autogestionados, pequenos e microprodutores do setor urbano e rural e outras populações socialmente vulneráveis.

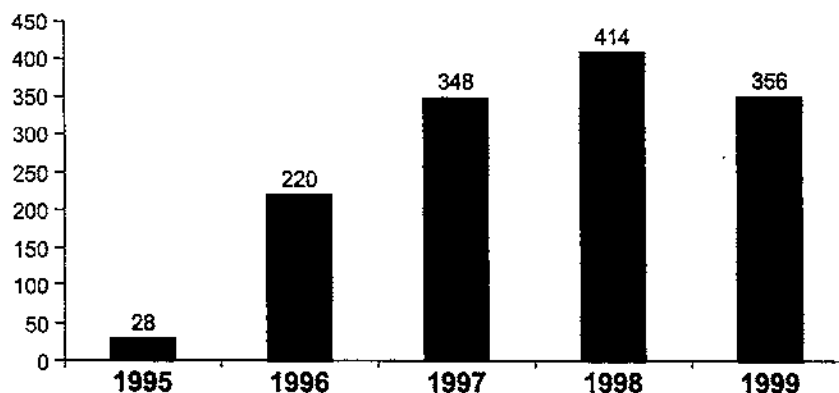
No período 1995-1998, foram qualificados 5,7 milhões de trabalhadores, tendo sido aplicados R\$ 1 bilhão. Em 1998 foram beneficiados 4.279 Municípios (78% do total do País). Para atingir esses resultados foram mobilizadas aproximadamente 1.300 entidades executoras de educação profissional. Em 1999, foram 2,6 milhões de qualificados, com aplicação de cerca de R\$ 356 milhões.

Qualificação Profissional do Trabalhador Treinandos (em milhares)



Obs.: Dados de 1999, foram estimados a partir das informações disponíveis até 11/1999
Fonte: Departamento de Qualificação Profissional - DEQP/SPPE/MTE

Qualificação Profissional do Trabalhador Recursos Aplicados (em R\$ milhões)



Obs.: Dados de 1999, foram estimados a partir das informações disponíveis até 11/1999
Fonte: Departamento de Qualificação Profissional - DEQP/SPPE/MTE

PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR

O programa **Novo Emprego e Seguro-Desemprego** visa à inserção produtiva do trabalhador no mercado de trabalho e ao atendimento dos requerentes do benefício do seguro-desemprego, envolvendo recursos da ordem de R\$ 17,4 bilhões para o período 2000-2003.

A Intermediação de mão-de-obra representa uma das linhas básicas de

**atuação do programa Novo
Emprego e
Seguro-Desemprego.**

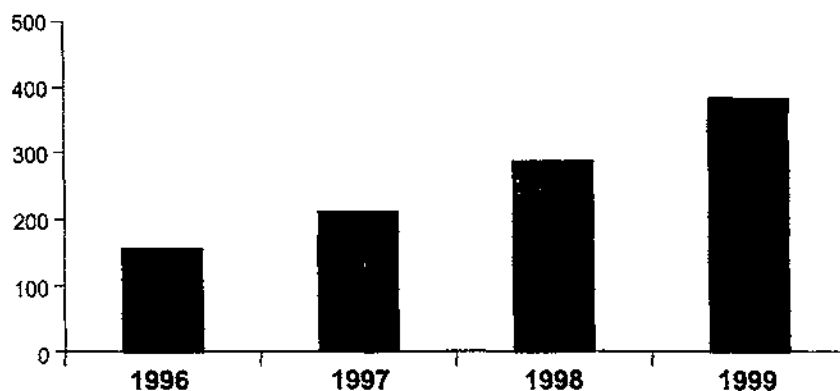
A intermediação de mão-de-obra representa uma de suas linhas básicas de atuação, por intermédio do Sistema Nacional de Emprego – SINE, procurando recolocar o trabalhador no mercado de trabalho, de forma ágil e não-onerosa, visando a reduzir os custos e o tempo de espera, tanto para o trabalhador quanto para o empregador.

Em 1999, cerca de 4,4 milhões de trabalhadores inscreveram-se no SINE e quase 400 mil foram colocados ou recolocados. No período 1996-1999, inscreveram-se nos seus postos de atendimento 10,6 milhões de trabalhadores, sendo que pouco mais de um milhão de trabalhadores foram colocados ou recolocados no mercado de trabalho, conforme pode ser observado nos quadros abaixo.

Em 1999, o desempenho da intermediação de mão-de-obra melhorou significativamente em relação a 1998 e o número de inscrições aumentou em 40%. Acompanhando o incremento da procura pelos serviços do SINE, a intermediação apresentou crescimento de 33% no número de trabalhadores colocados, comparativamente ao ano anterior.

**Sistema Nacional de
Emprego – SINE**

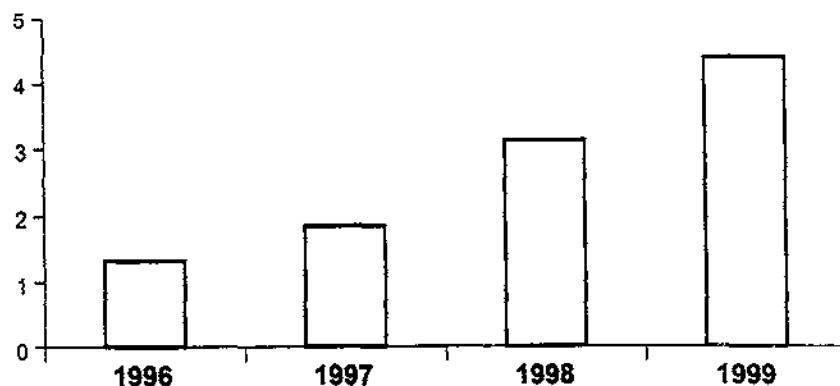
Trabalhadores
Colocados
(em milhares)



Obs.: Dados de 1999, foram estimados a partir das informações disponíveis até 01/2000
Fonte: Departamento de Emprego e Salário - DES/SPPE/MTE

**Sistema Nacional de
Emprego – SINE**

Trabalhadores Inscritos
(em milhões)



Obs.: Dados de 1999, foram estimados a partir das informações disponíveis até 01/2000
Fonte: Departamento de Emprego e Salário - DES/SPPE/MTE

Para o período 2000-2003, espera-se atingir a meta de 2,1 milhões de trabalhadores colocados no mercado de trabalho

A significativa melhora no desempenho do SINE, em 1999, deveu-se, em grande parte, à atuação dos novos parceiros: as entidades públicas não-estatais (agências dos sindicatos de trabalhadores). Dentro da lógica de competição administrada, as agências públicas estatais (sob responsabilidade das secretarias estaduais) são obrigadas a melhorar a qualidade dos serviços para não perderem espaço para as entidades públicas não-estatais. Para o período 2000-2003, espera-se atingir a meta de 2,1 milhões de trabalhadores colocados no mercado de trabalho, o que corresponde à melhora na taxa de participação do SINE nas oportunidades no mercado formal, dos atuais 3,56% para 7%, ou seja, aumento de quase 100%.

O Governo Federal vem investindo no atendimento integrado ao trabalhador, por meio das políticas de intermediação de mão-de-obra, qualificação profissional e de pagamento do benefício do seguro-desemprego, de modo a facilitar a reinserção do trabalhador no mercado de trabalho.

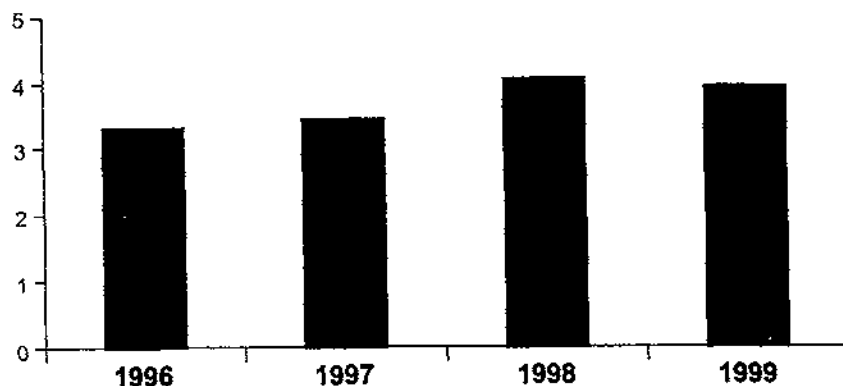
O seguro-desemprego representa benefício temporário, criado com a finalidade de prestar assistência financeira ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.

Entre 1996 e 1999, 17,3 milhões de trabalhadores tiveram acesso ao programa, totalizando algo em torno de R\$ 14,7 bilhões.

Em 1999, foram beneficiados aproximadamente 4,2 milhões de trabalhadores, tendo sido despendidos aproximadamente R\$ 4 bilhões. Entre 1996 e 1999, 17,3 milhões de trabalhadores tiveram acesso ao programa, totalizando algo em torno de R\$ 14,7 bilhões.

O valor médio do benefício, em 1999, foi de aproximadamente 1,5 salários mínimos, representando cerca de 40% do rendimento médio do trabalhador assalariado, cifra equivalente à observada em outros países. O número médio de parcelas pagas foi 4,7, compatível com o tempo médio de procura de trabalho nas áreas metropolitanas, de aproximadamente 5 meses, de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE.

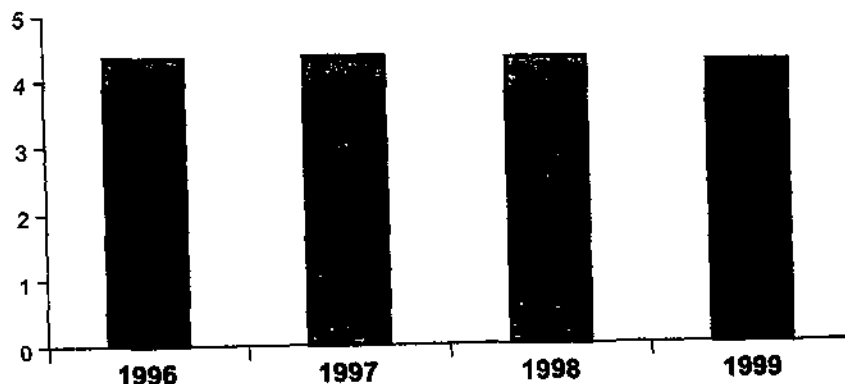
Seguro-Desemprego
Recursos Despendidos
(em R\$ bilhões)



Obs.: Dados de 1999, foram estimados a partir das informações disponíveis até 01/2000
Fonte: Departamento de Emprego e Salário - DES/SPPE/MTE

Seguro-Desemprego

Trabalhadores
Beneficiados (em
milhões)



Obs.: Dados de 1999, foram estimados a partir das informações disponíveis até 01/2000
Fonte: Departamento de Emprego e Salário - DES/SPPE/MTE

No primeiro semestre de 1999, foram concedidas em torno de 11,9 mil bolsas de qualificação, totalizando aproximadamente R\$ 7,7 milhões. No período 2000-2003, serão beneficiados 119,6 mil trabalhadores ao custo de R\$ 118,5 milhões.

O Estado desempenha importante papel na redução das desigualdades individuais de renda, mediante a concessão de benefícios aos trabalhadores.

O benefício da alimentação ao trabalhador foi criado para estimular as empresas a fornecerem refeições/alimentação aos seus empregados, permitindo a dedução dessas despesas em até 4%

Durante o primeiro semestre de 1999, em caráter excepcional, 257,1 mil trabalhadores com idade igual ou superior a trinta anos, em situação de desemprego involuntário, das regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Belém, Salvador, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Vitória e Fortaleza, foram beneficiados com a concessão de três parcelas no valor de R\$ 100,00.

Outra ação importante do programa é a concessão de bolsa de qualificação profissional ao trabalhador com contrato de trabalho suspenso, em conformidade com o disposto em convenção ou acordo coletivo, devidamente matriculado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador. No primeiro semestre de 1999, foram concedidas em torno de 11,9 mil bolsas de qualificação, totalizando aproximadamente R\$ 7,7 milhões. No período 2000-2003, serão beneficiados 119,6 mil trabalhadores ao custo de R\$ 118,5 milhões.

O Estado desempenha importante papel na redução das desigualdades individuais de renda, mediante a concessão de benefícios aos trabalhadores. O programa **Assistência ao Trabalhador** cumpre essa finalidade, por meio de suas principais ações: o abono salarial e o benefício alimentação ao trabalhador, concedidos via vínculo empregatício.

O abono salarial propicia o pagamento anual de um salário mínimo ao trabalhador de entidades privadas e órgãos públicos contribuintes do PIS e do PASEP. O trabalhador deve estar cadastrado há 5 anos ou mais no PIS/PASEP, ter trabalhado pelo menos 30 dias em emprego formal no ano anterior e receber, em média, até dois salários mínimos.

No período 1996-1999, foram pagos benefícios no valor de R\$ 2,01 bilhões, atingindo a média anual de 4,75 milhões de trabalhadores. Em 1999, 5,4 milhões de trabalhadores receberam o benefício, tendo sido despendidos R\$ 638 milhões. Estima-se que 6,5 milhões de trabalhadores estarão recebendo o benefício do abono salarial ao final do ano 2003.

O benefício da alimentação ao trabalhador foi criado para estimular as empresas a fornecerem refeições/alimentação aos seus empregados, permitindo a dedução dessas despesas em até 4% do imposto de renda de-

do imposto de renda devido. No período 1997-1999, foram beneficiados, em média, 7,5 milhões de trabalhadores por ano.

vido. No período 1997-1999, foram beneficiados, em média, 7,5 milhões de trabalhadores por ano. O desafio para o PPA 2000-2003, será aumentar o número de empresas participantes para atingir a meta de 12 milhões de trabalhadores beneficiados com o auxílio-alimentação.

A segurança e saúde do trabalhador nos ambientes de trabalho é outra preocupação do Governo Federal. A mortalidade anual por acidente de trabalho situa-se, hoje, em torno de 20 mortes por 100 mil trabalhadores segurados na Previdência Social.

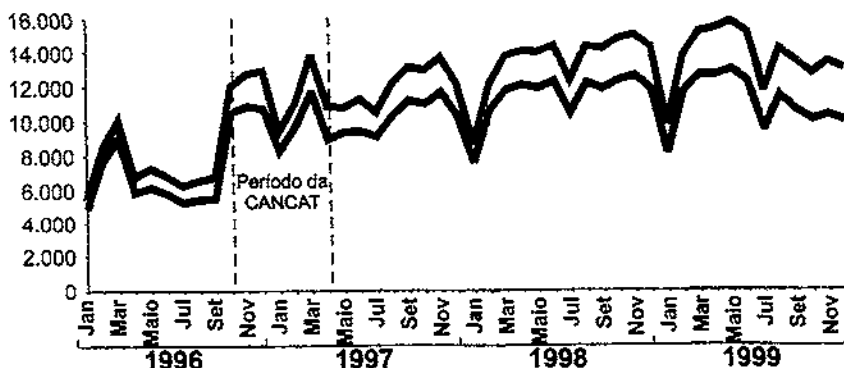
Em 1997, cerca de 400 mil trabalhadores sofreram acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. Esse problema tem resultado em danos irreparáveis à saúde dos trabalhadores e gerado custos sociais elevados para o Estado e a sociedade.

Foi criado o programa Trabalho Seguro e Saudável, com o objetivo de reduzir em 25% os acidentes de trabalho fatais até 2003.

Para combatê-lo foi criado o programa **Trabalho Seguro e Saudável**, com o objetivo de reduzir em 25% os acidentes de trabalho fatais até 2003, combinando ações diversificadas de natureza educativa, preventiva, fiscalização do cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho e pesquisa sobre as doenças e acidentes relacionados ao trabalho. Tem como diretrizes básicas a busca da eficácia das ações, focalizando-as em setores econômicos com maior incidência de acidentes e doenças profissionais e a ampliação da participação da sociedade na execução e elaboração das políticas relativas à segurança e saúde no trabalho.

No período 1996-1999, o número de fiscalizações realizadas atingiu a média anual de 12,8 milhões de trabalhadores. Foram realizadas 297 pesquisas visando ao desenvolvimento de novos métodos, tecnologias e equipamentos para a proteção do trabalhador, como o equipamento de proteção especial para aplicação de agrotóxicos, que reduz em 70% a exposição do aplicador aos produtos utilizados. Além disso, realizou-se o treinamento de 52.226 pessoas, com vistas à melhoria das condições e dos ambientes de trabalho.

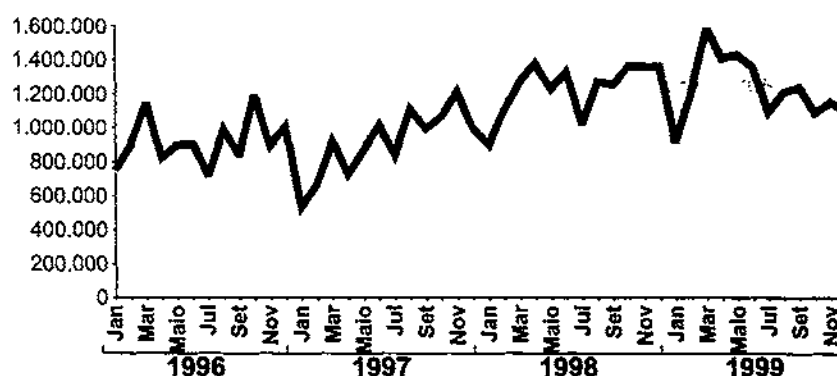
Número de Fiscalizações e Empresas Fiscalizadas na Área de Segurança e Saúde no Trabalho



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - DSST/SITIMTE
 Dados relativos ao período de Jan/1996 a Dez/1999
 CANCAT: Campanha Nacional de Combate aos Acidentes de Trabalho

— Fiscalizações
 — Empresa Fiscalizadas

Número de Trabalhadores Alcançados pela Fiscalização na Área de Segurança e Saúde no Trabalho



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - DSST/SIT/MTE
Dados relativos ao período de Jan/1996 a Dez/1999

O programa Erradicação do Trabalho Escravizador e Degradante tem por objetivo erradicar, até 2003, o trabalho escravo e quaisquer outras formas degradantes de trabalho.

No campo da proteção dos direitos e promoção da cidadania, uma das principais ações governamentais, que tem merecido o reconhecimento da sociedade e de organismos internacionais, é o combate ao trabalho escravo e degradante, executado em articulação com diferentes órgãos do Governo e entidades da sociedade civil.

O programa Erradicação do Trabalho Escravizador e Degradante tem por objetivo erradicar, até 2003, o trabalho escravo e quaisquer outras formas degradantes de trabalho, por meio da fiscalização e autuação, resguardando os direitos dos trabalhadores.

As providências adotadas desde 1995 visam a dinamizar e integrar as ações de fiscalização e prevenção. Nessa perspectiva, foi instituída a fiscalização móvel, dinamizando o funcionamento do Grupo Executivo de Erradicação do Trabalho Forçado - GERTRAF. No período de 1996 e 1999, foram visitadas por esta fiscalização especial 543 estabelecimentos, lavrando-se 1.134 autos de infração, tendo sido libertados 1.232 trabalhadores.

RELAÇÕES DE TRABALHO

A globalização e as transformações experimentadas pela economia brasileira em direção à abertura comercial provocaram apreciáveis mudanças nos padrões de organização da produção e do trabalho. No entanto, os regimes de contratação laboral vigentes no País ainda estão marcados pelo enfoque individualista e corporativista, pela intervenção das instituições do Estado e pela ênfase no potencial conflitivo das relações entre empregadores e trabalhadores.

Paradoxalmente, esse sistema, pretensamente protetor, ao enrijecer os contratos de trabalho e onerar o custo final dos bens e serviços, vem operando como fator de desestímulo à expansão das oportunidades de emprego, favorecendo formas instáveis e desprotegidas de trabalho.

A identificação desse descompasso demanda mudança radical e definitiva de conduta no sentido de promover a modernização das relações trabalhistas, elegendo a negociação coletiva como o instrumento mais eficaz de ajustamento dos interesses laborais e de manutenção dos conflitos dentro de padrões socialmente saudáveis.

O Governo Federal tem proposto ou apoiado diversas medidas de natureza legislativa, visando à modernização da legislação laboral e das relações trabalhistas.

Nesse sentido, o Governo Federal tem proposto ou apoiado diversas medidas de natureza legislativa, visando à modernização da legislação laboral, e, em consequência, das relações trabalhistas, merecendo destaque as propostas relacionadas:

- ao fortalecimento da representatividade dos sindicatos e da negociação coletiva;
- à extinção do cargo de juiz classista na Justiça do Trabalho;
- ao contrato de trabalho por prazo determinado e o “banco de horas”;
- à participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, além da autorização do trabalho aos domingos, no comércio varejista em geral;
- às alterações na Consolidação das Leis do Trabalho; e
- ao rito sumaríssimo no processo trabalhista.

Ao mesmo tempo em que se avança na modernização da legislação, é necessário garantir os direitos do trabalhador. A fiscalização das relações de trabalho objetiva assegurar o cumprimento e a observância da legislação trabalhista, dos acordos e convenções coletivas e, ainda, diminuir a sonegação do recolhimento do FGTS.

Desde 1995, a arrecadação média mensal do FGTS saltou de R\$ 600 milhões para mais de R\$ 1,43 bilhão em 1999.

Desde 1995, a arrecadação média mensal do FGTS saltou de R\$ 600 milhões para mais de R\$ 1,43 bilhão em 1999. No acumulado em cada exercício, os valores arrecadados totalizaram R\$ 9,77 bilhões em 1995, R\$ 11,67 bilhões em 1996, R\$ 12,93 bilhões em 1997, R\$ 16,78 bilhões em 1998 e R\$ 17,4 bilhões de arrecadação em 1999, com crescimento nominal de 75,5%, em relação a 1995.

Já o total de trabalhadores registrados durante as ações de fiscalização atingiu 242.333 em 1999, totalizando 1.093.774 trabalhadores e 1.433.091 empresas fiscalizadas no período de 1996 a 1999.

Espera-se que, em 2003, o grau de formalização do emprego atinja 70%, ou seja, 23,2% de aumento em relação ao valor atual de 56,8%.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Previdência Social, somente no âmbito do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, ao qual estão filiados os trabalhadores da iniciativa privada, teve déficits, em valores correntes, de R\$ 226 milhões em 1996, R\$ 3,1 bilhões em 1997, R\$ 7,1 bilhões em 1998, e R\$ 9,3 bilhões em 1999.

A Previdência Social tem dominado a agenda política nos últimos quatro anos, em função do impacto no resultado fiscal do País. Nesse período, somente em relação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, ao qual estão filiados os trabalhadores da iniciativa privada, os déficits, em valores correntes, foram de R\$ 226 milhões em 1996, R\$ 3,1 bilhões em 1997 e R\$ 7,1 bilhões em 1998.

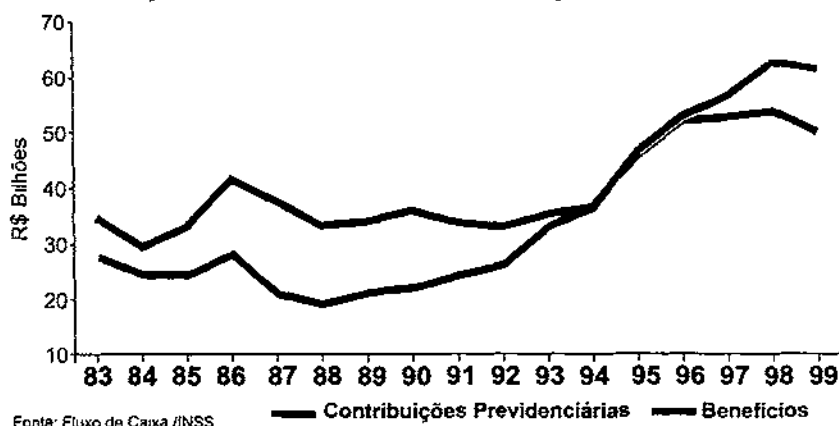
A elevação do valor do déficit previdenciário ao longo dos últimos anos deveu-se ao aumento acentuado dos dispêndios com o pagamento de benefícios, reflexo não somente da expansão do número de beneficiários, mas também do aumento do valor real médio dos benefícios pagos, especialmente em função da sistemática de reajuste adotada no período, com índices superiores à inflação.

Nem mesmo as perspectivas de déficit impediram a decisão de recompor o valor dos benefícios. No período pós-Real, aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social obtiveram ganhos reais superiores a 26%. Em 1996, o reajuste concedido aos benefícios previdenciários foi de 15%, superior ao reajuste de 12% do salário mínimo. Em junho de 1997, foi concedido outro reajuste de 7,76%, também superior ao reajuste do salário mínimo de 7,14%, efetivado em maio. Em junho de 1998, os benefícios previdenciários foram reajustados em 4,81%.

Embora com efeitos sociais desejáveis, a elevação do valor médio de benefícios, de R\$ 212, em 1996, para R\$ 252, em 1998, associada ao atraso da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional, encaminhada ao Congresso Nacional em fevereiro de 1995, foi decisiva para o agravamento do desequilíbrio financeiro da Previdência Social. O crescimento continuado da arrecadação de contribuições de empregados e empregadores no período, com taxas superiores à variação da inflação de 12%, 5% e 1,8%, respectivamente, não foi suficiente para reverter a tendência de desequilíbrio.

Em 1999, como resultado das novas regras de elegibilidade dos benefícios instituídas pela Emenda Constitucional nº 20 e da implantação de medidas legais e administrativas que concorreram para aperfeiçoar o plano de custeio, promovendo o incremento da arrecadação, o déficit do RGPS, inicialmente previsto de R\$ 13 bilhões, não ultrapassou R\$ 9,3 bilhões.

Contribuições Previdenciárias X Benefícios Evolução 1983 a 1999



Apenas com a retenção de parcela do crédito previdenciário de pessoas jurídicas que ingressaram com ações contra a Previdência, o impacto financeiro líquido foi de R\$ 687 milhões, deduzidos os valores restituídos por decisão favorável ao contribuinte.

Além dos depósitos judiciais, a competência atribuída à Justiça do Trabalho para executar sentenças referentes a contribuições sociais vem agilizando o processo de cobrança de débitos previdenciários. Em 1999, foram executados cerca de R\$ 220 milhões pela Justiça do Trabalho.

Outra iniciativa para agilizar a recuperação de créditos para a Previdência Social – a sistemática de venda de Certificados da Dívida Pública – CDP, como alternativa para quitação de débitos previdenciários, tem sido positiva. Em 1999, a arrecadação mediante CDPs alcançou R\$ 369 milhões.

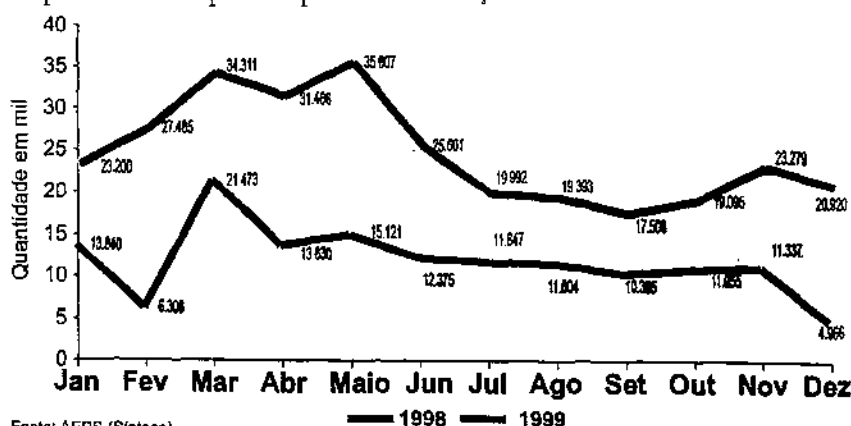
A instituição do limite mínimo de idade de 53 anos para os homens e 48 anos para mulheres, como condição para a aposentadoria proporcional, conteve o fluxo de aposentadorias por tempo de contribuição.

Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos na Modalidade Tempo de Contribuição (1998 e 1999)

Estima-se que, até 2003, serão recuperadas por meio de cobrança administrativa, no âmbito do Programa **Arrecadação de Receitas Previdenciárias**, cerca de R\$ 15,8 milhões de créditos previdenciários e R\$ 2,6 milhões de créditos inscritos na dívida ativa da Previdência Social.

A retenção de 11% do valor bruto registrado na nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, pela empresa contratante de serviços executados, mediante cessão de mão-de-obra, implantada a partir de março de 1999, também proporcionou ganhos significativos para a Previdência, totalizando R\$ 2,2 bilhões. Com esta medida, o recolhimento foi facilitado e a possibilidade de sonegação foi reduzida.

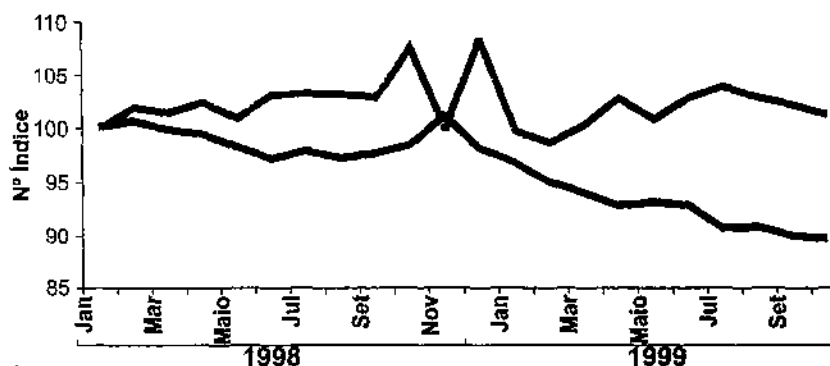
O ritmo de ingresso de novos beneficiários no sistema diminuiu em 1999: a concessão foi de 1.880 mil, contra 2.078 mil em 1998. A instituição do limite mínimo de idade de 53 anos para os homens e 48 anos para mulheres, como condição para a aposentadoria proporcional, conteve o fluxo de aposentadorias por tempo de contribuição.



Apesar de não registrar o acentuado crescimento dos anos anteriores, a trajetória comparada, ao longo de 1999, da arrecadação de contribuições previdenciárias e a massa salarial da população empregada, sobre a qual incidem as contribuições previdenciárias, medida nas principais regiões metropolitanas, revela que o desempenho da arrecadação foi positivo. Em 1999, enquanto a arrecadação manteve-se estável, a massa de salários apresentou retração de 6,1 %.

Contribuição Previdenciária X Massa Salarial

Jan/98 a Out/99 –
sem 13º Salário
Jan/98 = 100



Índice de Correção: INPC

Fonte: Nas Regiões Metropolitanas - IBGE
Elaborado pela SPO/MPAS

— Contribuição Previdenciária
— Massa Salarial

Como as mudanças no sistema previdenciário afetam milhões de pessoas, a estratégia é o aperfeiçoamento contínuo, aliando ajustes estruturais graduais e a preservação de direitos.

No entanto, esses resultados não significam que os problemas estruturais do sistema previdenciário foram equacionados. Questões como mudanças no perfil do emprego, com crescimento da informalidade, fatores demográficos e o desequilíbrio atuarial do sistema impõem ainda o aprofundamento da reforma da Previdência.

Como as mudanças no sistema previdenciário afetam milhões de pessoas, a estratégia é o aperfeiçoamento contínuo, aliando ajustes estruturais graduais e a preservação de direitos. Nesse contexto, dando continuidade ao processo de regulamentação da Emenda Constitucional nº 20, avanço importante foi a aprovação da Lei nº 9.876, em novembro de 1999, que estabelece incentivos para os trabalhadores que por conta própria se filiarem ao RGPS e altera a fórmula de cálculo dos benefícios, mediante a ampliação do período de contribuição computado para efeito de cálculo do benefício e a instituição do fator previdenciário.

Além de introduzir critérios atuariais na regra de cálculo do benefício, requisito fundamental para a viabilidade econômico-financeira do sistema, o fator previdenciário estabelece princípio de justiça: aqueles que contribuem por mais tempo terão benefício maior e os que se aposentam com idade mais elevada, recebendo, portanto, benefício por um tempo menor, terão também aposentadoria maior.

A situação anterior, em que o benefício correspondia à média dos últimos 36 salários-contribuição, apresentava fortes distorções redistributivas, pois favorecia os trabalhadores de nível de instrução mais alto e melhor inserção no mercado de trabalho, que são os que auferem rendas mais elevadas à medida que se aproximam da idade-limite de aposentadoria, em detrimento dos trabalhadores de menor preparo, que apresentam trajetória salarial descendente à medida que se aproxima o momento de sua aposentadoria.

Associada à mudança na fórmula de cálculo, a medida cria incentivos para aumentar a cobertura do sistema, visando a incorporar os não-contribuintes e a reincorporar aqueles grupos de ex-segurados que, em função da transformação do mercado de trabalho, passaram a ter relações de trabalho mais flexíveis. A escala de salário-base de contribuição, que obriga as pessoas a começarem a contribuir pelo salário mínimo, independente de seu nível de rendimento e só ao final de trinta anos poder contribuir pelo teto, foi eliminada. Foram simplificadas as categorias de contribuintes individuais. Também foram reduzidos os juros para indenização do tempo de serviço passado, relativo ao exercício de atividade remunerada, que não determinava filiação à Previdência Social ou decorrentes da não-inscrição do segurado em época própria.

A intenção é democratizar o acesso de mais de 37 milhões de trabalhadores brasileiros, que se encontram sem cobertura, à estrutura de proteção social da Previdência Social.

A intenção é uniformizar procedimentos e facilitar o relacionamento com a Previdência, democratizando o acesso de mais de 37 milhões de trabalhadores brasileiros, que se encontram sem cobertura, à estrutura de proteção social da Previdência Social. Essa parcela representa quase 60% da população economicamente ativa. As novas regras são mais flexíveis. Agora, os trabalhadores autônomos poderão escolher quanto querem contribuir para a Previdência, que seguro querem comprar para sua velhice e

em que momento desejam parar de trabalhar. Até 2003, o número de beneficiários do programa **Previdência Social Básica** deverá ultrapassar 20 milhões.

As trabalhadoras autônomas também tiveram seus direitos ampliados. O salário-maternidade, anteriormente restrito a seguradas empregadas, será estendido a todas as seguradas da Previdência Social, estimulando a permanência no sistema de 1,37 milhão de trabalhadoras que se encontram em idade fértil e ainda atraindo mais de 2,5 milhões de outras trabalhadoras, ainda não-contribuintes, nessas mesmas faixas etárias. Em 2003, cerca de 51.500 trabalhadoras filiadas ao RGPS estarão sendo beneficiadas com o salário-maternidade.

A complementaridade e a sinergia entre a política previdenciária e outras políticas sociais foi outro aspecto privilegiado na regulamentação da reforma. O salário-família, devido a famílias de baixa renda, foi condicionado à comprovação de frequência na escola do filho do segurado.

O regime de previdência rural, que responde por 1/3 dos benefícios previdenciários, também foi revisto em 1999. Após longa negociação com os diversos segmentos do meio rural, foi encaminhado projeto de lei que propõe novos critérios de contribuição do segurado especial e a equalização de direitos e obrigações deste segurado aos demais segurados do Regime Geral de Previdência Social. O objetivo é ampliar o emprego formal no campo e permitir que o segurado, mediante contribuição, receba um benefício superior ao mínimo. O projeto prevê ainda a individualização da contribuição para cada um dos membros do mesmo grupo familiar, com o respectivo recolhimento anual. Conhecendo o universo de segurados especiais, a Previdência poderá definir diretrizes mais adequadas ao segmento. Atualmente, esses segurados somente são conhecidos no momento do requerimento da aposentadoria.

O programa **Previdência Complementar** visa a estimular a ampliação do Sistema de Previdência Complementar e a garantir a segurança, a liquidez e a solvência de planos das entidades fechadas de previdência privada, assegurando o pagamento de benefícios complementares. Pretende-se, com sua execução, aumentar a taxa de cobertura do sistema de 2,9% para 10% da população ocupada, ao final de 2003.

Ainda no seu âmbito, o novo desenho legal do Regime de Previdência Complementar encontra-se em discussão no Congresso Nacional. Projeto de lei complementar propõe regulamentar mecanismos importantes para estimular o crescimento do setor, como as figuras da portabilidade e do benefício diferido. Outra inovação do projeto é a criação da figura do instituidor, permitindo que entidades de classe, sindicatos e conselhos profissionais possam formar fundos de pensão para os seus associados. Essa medida ampliará o acesso da população à previdência complementar, antes restrito aos empregados de empresas.

A qualidade na prestação dos serviços é desafio constante para a Previdência Social. Sendo a rede de serviços do Governo Federal de maior capilaridade, por estar presente em mais de mil Municípios com unidades próprias e, em outros tantos, integra parcerias com prefeituras, empresas, sindicatos e outros agentes públicos, a Previdência Social é a maior interface do Governo Federal com os cidadãos-clientes.

O regime de previdência rural, que responde por 1/3 dos benefícios previdenciários, também foi revisto em 1999. O objetivo é ampliar o emprego formal no campo e permitir que o segurado, mediante contribuição, receba um benefício superior ao mínimo.

Pretende-se, com a execução do programa Previdência Complementar, aumentar a taxa de cobertura do sistema de 2,9% para 10% da população ocupada ao final de 2003.

O programa **Qualidade do Atendimento na Previdência Social** e a reestruturação do Instituto Nacional do Seguro Social estão mudando a cara da Previdência Social. Instituído em 1998, o programa vem promovendo verdadeira revolução no modelo de atendimento ao usuário, integrando serviços e aproximando-os da população.

Encontram-se em operação novas modalidades de atendimento que permitem o acesso a serviços previdenciários sem deslocamento do usuário de sua casa ou do escritório.

Pelo PREVfone, serviço grátis de teleatendimento, além de informações, o contribuinte individual pode inscrever-se sem sair do seu domicílio. Esse serviço também é canal de acesso à Ouvidoria-Geral para reclamações e sugestões. Até 2003, o PREVfone deverá estar atendendo anualmente a 19,8 milhões de usuários.

A obtenção da Certidão Negativa de Débito – CND, que demandava cerca de 15 dias, hoje pode ser obtida pela Internet no próprio escritório da empresa.

Estão sendo instalados em sindicatos de trabalhadores, associações de aposentados, entidades públicas e Serviços de Atendimento ao Cidadão dos Estados quiosques de auto-atendimento, o PREVfácil, já existente em cada agência da Previdência. No PREVfácil, estão disponíveis serviços de informações sobre processos de concessão e revisão de benefícios; sobre o Cadastro Nacional de Informações Sociais; fornecimento de extratos de pagamento de benefícios e contribuições previdenciárias e de comprovantes de rendimentos anuais, dentre outros.

A Previdência vem se mobilizando igualmente para melhor atender à população de baixa renda, levando as inovações tecnológicas às pessoas que moram nos municípios mais pobres e distantes do País. Com as novas unidades móveis de atendimento – PREVmóvel, a Previdência pretende alcançar população expressiva de excluídos que mora na área rural e em cidades onde não há pontos fixos de atendimento.

Os serviços de perícia médica também estão sendo reformulados. No novo modelo operacional, a marcação de consulta poderá ser feita por telefone e o segurado deverá sair do consultório com a concessão do seu auxílio-doença ou acidentário. Além da segurança e do controle, o novo modelo evitará que o segurado doente enfrente filas. Espera-se que a taxa de reingresso de segurados incapacitados no mercado de trabalho aumente de 40%, no final de 1998, para 70%, ao final do PPA.

A reestruturação, por outro lado, foi motivada pela necessidade de adequar a gestão administrativa ao novo modelo de atendimento. A implantação de novas Agências de Atendimento, totalmente informatizadas e com moderno sistema de gerenciamento, como projeto-piloto do atendimento integrado, foi o primeiro passo.

Embora a fusão do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – LAPAS e do Instituto Nacional da Previdência

O PREVfone, serviço grátis de teleatendimento, também é canal de acesso para reclamações e sugestões. Até 2003, o PREVfone deverá estar atendendo anualmente a 19,8 milhões de usuários.

Com as novas unidades móveis de atendimento – PREVmóvel, a Previdência pretende alcançar população expressiva de excluídos que mora na área rural e em cidades onde não há pontos fixos de atendimento.

Social – INPS tenha ocorrido em 1991, o funcionamento do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS ainda era compartimentado, preservando a identidade das instituições originárias.

Na nova estrutura, as gerências regionais de seguro social e de arrecadação e fiscalização estão sendo fundidas em gerências-executivas e os postos, transformados em agências de atendimento integrado.

Além da integração das unidades operacionais, foram extintas as representações estaduais, passando as novas gerências-executivas e as novas agências a dispor de maior autonomia administrativa e técnica. As Superintendências Estaduais ficaram restritas à representação institucional. A Direção-Geral, organizada sob a forma colegiada, será avaliada em função de metas estabelecidas pela Controladoria, unidade administrativa que responderá pela avaliação da qualidade e produtividade dos serviços prestados. Até 2003, serão implantadas e/ou reformuladas 1.125 unidades.

A Previdência Social está se consolidando como uma moderna seguradora. Em 1999, foram criadas as bases atuariais para o sistema e regras uniformes e homogêneas foram instituídas, democratizando o acesso de grande parte da população economicamente ativa, ainda sem cobertura previdenciária.

A Previdência Social está se consolidando como uma moderna seguradora. Em 1999, foram criadas as bases atuariais para o sistema e regras uniformes e homogêneas foram instituídas, democratizando o acesso de grande parte da população economicamente ativa, ainda sem cobertura previdenciária.

A profissionalização dos quadros, a redução de custos e o controle de resultados vem imprimindo eficiência administrativa à gestão da Previdência. A prova é a redução dos custos de manutenção. Enquanto em 1995, para R\$ 100 gastos com benefícios, R\$ 9,10 eram despendidos com despesas administrativas e operacionais, em 1999 esse valor caiu para R\$ 7,50.

Trata-se de um processo longo e contínuo que a Previdência vem construindo. Mas os resultados não podiam ser diferentes. Ao longo dos quatro últimos anos, a avaliação de desempenho dos serviços de concessão de benefícios revela significativo avanço nos indicadores quanto à presteza na concessão, ao cumprimento dos prazos legais e à prevenção de erros no processo de concessão de benefícios.

Atualmente, mais de 87% das gerências possuem tempo médio de concessão (TMC) menor que 15 dias e, em mais de 90% delas, o percentual de benefícios concedidos com tempo maior que 45 dias (PCD) é menor que 10%. O índice de rejeição de comandos (IRC), relativo aos erros cometidos durante o processo concessório, encontra-se menor que 3% em mais de 64% das 128 Gerências do Seguro Social.

PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Em relação à Previdência dos Servidores Públicos, foi encaminhada, em outubro de 1999, proposta de Emenda Constitucional que dispõe sobre contribuição social do servidor público aposentado e do pensionista. Considerando apenas a União, o pagamento de aposentadorias e pensões comprometerá, em 1999, R\$ 20,9 bilhões de recursos do Tesouro Nacional, equivalentes a 2% do PIB. Esse montante é maior do que o total de gastos com saúde e educação do Governo Federal, previsto no projeto de

O programa **Desenvolvimento de Regimes de Previdência Social dos Estados e Municípios** foi implantado em abril de 1999, e tem por finalidade eliminar o desequilíbrio das contas de previdência dos mesmos.

lei orçamentária de 2000. Agregando-se os gastos dos estados e municípios, esse valor ultrapassa R\$ 36 bilhões. No âmbito do programa **Previdência de Inativos e Pensionistas da União**, a expectativa é desonerar a União em relação aos gastos com inativos, reduzindo sua participação na Previdência dos Servidores Públicos Federais de 83,3% para 66,6% ao final de 2003.

O programa **Desenvolvimento de Regimes de Previdência Social dos Estados e Municípios** foi implantado em abril de 1999 e tem por finalidade eliminar o desequilíbrio das contas de previdência de estados e municípios. Assim, procura contribuir para os seus ajustes fiscais, mediante a promoção do desenvolvimento da capacidade institucional dos órgãos formuladores da política previdenciária para servidores públicos nas esferas estadual e municipal, de modo a permitir a viabilidade financeira e atuarial dos sistemas de previdência.

Financiado com recursos da União, obtidos por meio de empréstimo contraído junto ao Banco Mundial, sua execução é realizada mediante convênios de cooperação técnica entre os Ministérios da Fazenda, da Previdência e Assistência Social e do Planejamento, Orçamento e Gestão e os governos estaduais e municipais. Os investimentos previstos para o programa montam a U\$ 10 milhões, sendo US\$ 5 milhões oriundos do financiamento e US\$ 5 milhões de contrapartida da União.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

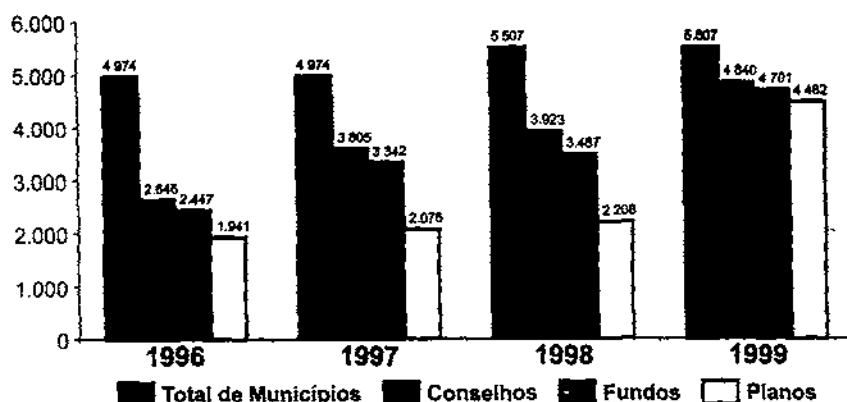
A área da assistência social avançou na modernização do Estado por meio de mecanismos de descentralização, com o fortalecimento das unidades da Federação, especialmente dos Municípios, a viabilização da participação da sociedade, por intermédio dos conselhos, e, fundamentalmente, o uso mais adequado, racional e ágil dos recursos públicos destinados aos segmentos beneficiários da assistência social.

A implantação dessa estratégia, que demonstrou ser instrumento fundamental para o gerenciamento da assistência social, requereu a elaboração de agenda de prioridades políticas e técnicas – a denominada Agenda Social – como espaço de negociação e estabelecimento de compromissos entre todos os atores sociais: governos dos diferentes níveis, conselhos, organizações da sociedade civil e empresariado.

As ações da assistência social terão tanto maior abrangência espacial e amplitude de beneficiários quanto maior for o número de Conselhos, Fundos e Planos de Assistência Social implantados pelos municípios.

As ações da assistência social terão tanto maior abrangência espacial e amplitude de beneficiários quanto maior for o número de Conselhos, Fundos e Planos de Assistência Social implantados pelos Municípios. Eles são instrumentos indispensáveis ao estabelecimento de mecanismos de co-gestão nas três esferas de Governo, envolvendo Estado e sociedade civil. Em 1999, esse processo registrou crescimento de 131% em relação a 1996.

Evolução da Instituição de Conselhos, Fundos e Planos de Assistência Social 1996/1999



Fonte: Departamento de Planejamento e Avaliação e CGD

No modelo descentralizado e participativo de Gestão, os Estados e Municípios têm responsabilidades na execução das ações e autonomia quanto aos recursos financeiros.

Viabilizando essas diretrizes, foram criadas as Comissões Intergestoras: a Tripartite (CIT), no âmbito federal, reúne União, Estados e Municípios; e a Bipartite, no âmbito estadual, reúne Estados e Municípios. Tais comissões são espaços permanentes de negociação e pactuação entre as esferas de Governo.

A Secretaria de Estado de Assistência Social vem conferindo grande importância à questão do monitoramento e avaliação das ações de assistência social, como forma de se obter melhoria nos padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede instalada.

Nesse sentido, foram elaborados subsídios técnicos para verificação dos padrões de qualidade dos serviços assistenciais de atenção a crianças carentes de até 6 anos, a pessoas portadoras de deficiência e a pessoas idosas e de manutenção de abrigos para crianças e adolescentes.

Com base nessas informações, foram desenvolvidos instrumentos de monitoramento e avaliação, com o objetivo de permitir aos Estados e Municípios obter informações sobre as entidades que compõem a rede de atendimento de assistência social, comparar os padrões de qualidade desejados com aqueles que vêm sendo obtidos e, assim, estabelecer as providências para que aqueles padrões sejam alcançados.

Espera-se, a partir do monitoramento e avaliação, a melhor identificação dos destinatários da assistência social, o direcionamento das ações em função das demandas existentes, a identificação das necessidades de capacitação de recursos humanos e a melhoria do processo de articulação institucional, com maior envolvimento dos conselhos, o estabelecimento de parcerias e a integração de ações com outras áreas (saúde, educação, trabalho, esporte, lazer e outras).

O projeto Capacitação Introdutória à Distância para Conselheiros, Gestores e Técnicos Estaduais e Municipais de Assistência Social, em parceria com o Ministério da Educação (TV Escola) e com a Associação Roquette Pinto, capacitou 12,2 mil pessoas em 870 Municípios, com investi-

O projeto Capacitação Introdutória à Distância para Conselheiros, Gestores e Técnicos Estaduais e Municipais de Assistência Social, em parceria com o Ministério da Educação (TV

Escola) e com a Associação Roquette Pinto, capacitou 12,2 mil pessoas em 870 Municípios, com investimentos de R\$ 557 mil.

O programa Atenção à Criança, desenvolvido em parceria com entidades não-governamentais, atendeu 1,4 milhão de crianças carentes em creches e pré-escolas em 1999, ao custo de R\$ 241 milhões.

O programa Erradicação do Trabalho Infantil, que beneficia famílias com filhos submetidos a trabalhos penosos, degradantes e insalubres, deu salto no seu atendimento: de 17, em 1996, para 237 municípios alcançados em 1999, com o atendimento de 145.507 crianças e adolescentes em 14 estados.

Programa Erradicação do Trabalho Infantil
Nº de Crianças e Adolescentes Atendidas

mentos de R\$ 557 mil, incluindo a reprodução das 8 teleconferências para distribuição aos Municípios que não participaram da programação.

O projeto Capacitação de Multiplicadores em Gestão Social, na área de assistência social, treinou 62 gestores estaduais e 11 gestores municipais, em 26 Estados. No período do Avanço Brasil serão capacitadas 130 mil pessoas, entre conselheiros, gestores e técnicos de assistência social.

ATENÇÃO À CRIANÇA

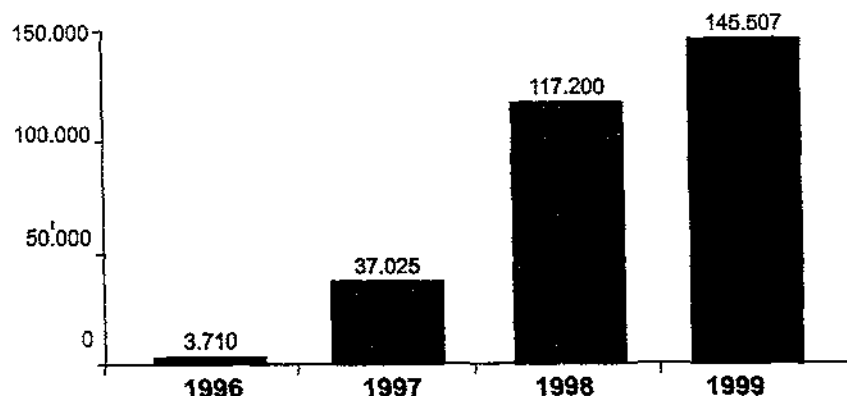
O atendimento às crianças de até 6 anos passa por período de transição, previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que resultará na sua integração ao sistema de ensino de cada Município. Essa legislação aponta a secretaria municipal de educação como o órgão responsável pela rede de creches e pré-escolas. Esse fato determinou que fosse buscada parceria com o Ministério da Educação para subsidiar os Estados e Municípios no processo de integração das creches e pré-escolas assistenciais à rede de ensino.

O programa Atenção à Criança, desenvolvido em parceria com entidades não-governamentais, atendeu 1,4 milhão de crianças carentes em creches e pré-escolas em 1999, ao custo de R\$ 241 milhões, não estando computado o atendimento feito por Estados e Municípios. Com recursos que somam R\$ 1,163 bilhão, o programa pretende, até 2003, atingir anualmente 1.833.994 crianças atendidas em creches e 1.127 crianças matriculadas na educação infantil.

ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS

O Governo desenvolve na área da assistência social dois programas para a faixa etária de 7 a 14 anos: Erradicação do Trabalho Infantil e Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

O programa Erradicação do Trabalho Infantil, que beneficia famílias com filhos submetidos a trabalhos penosos, degradantes e insalubres, deu salto no seu atendimento: de 17, em 1996, para 237 municípios alcançados em 1999, com o atendimento de 145.507 crianças e adolescentes em 14 estados. Compondo a agenda de prioridades do Governo, a expansão dos recursos destinado ao financiamento de bolsas e ao atendimento de crianças/adolescentes em jornada ampliada foi extraordinária, passando de R\$ 0,93 milhão, em 1996, para R\$ 82,75 milhões em 1999.



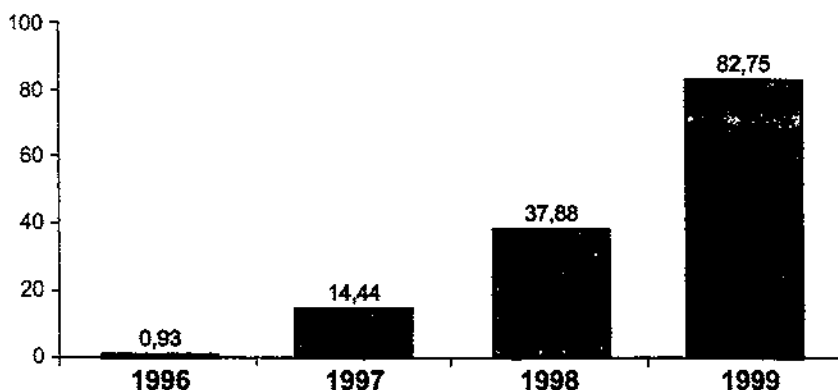
Fonte: Secretaria de Estado de Assistência Social

Programa Erradicação do Trabalho Infantil Recursos Aplicados (R\$ milhões)

A meta desse programa é reduzir o índice de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos sujeitas a trabalhos penosos, degradantes e insalubres de 11% para 5% até 2003.

Campanhas de combate à exploração do turismo sexual infanto-juvenil vêm sendo realizadas pelo Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR.

Jovens, na faixa etária de 15 a 17 anos, são formados para atuar junto às comunidades na área social.



Fonte: Secretaria de Estado de Assistência Social

A meta desse programa é reduzir o índice de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos sujeitas a trabalhos penosos, degradantes e insalubres de 11% para 5% até 2003. Integra esse programa o projeto Brasil Criança-Cidadã, que objetiva a proteção às famílias, crianças e adolescentes em situação de risco social. Em 1999, atendeu a 182.963 crianças e adolescentes, sendo 71.005 em situação de rua, 47.093 vítimas de violência familiar, 22.266 vítimas de exploração sexual, 32.169 no comércio e uso de drogas e 10.430 no trabalho em lixões. Pretende-se atingir, até 2003, a concessão de 499.915 bolsas Criança-Cidadã, atendendo 752.862 crianças em jornada escolar ampliada.

O programa **Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**, por meio do projeto Cunhatã & Curumim, atendeu 10.000 adolescentes no Estado do Amazonas, com ações integradas com os Ministérios da Educação, Saúde, Cultura e Justiça. Esse programa conta com recursos da ordem de R\$ 32 milhões e pretende atender 17.000 crianças em jornada escolar ampliada em 2003.

Campanhas de combate à exploração do turismo sexual infanto-juvenil vêm sendo realizadas pelo Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, de forma a reprimir essa forma de apelo ainda utilizado por promotores de turismo.

JUVENTUDE

Os jovens menores de 24 anos de comunidades carentes de baixa renda, em situação de risco pessoal e social, passam a ter atendimento específico por meio do programa **Centros da Juventude**.

Nos Centros da Juventude, esses jovens serão objeto de estratégia que privilegie a sua participação na criação de alternativas de esporte, lazer, trabalho, educação, cultura e informação. Em 1999, foram criados 86 centros em diversas cidades. Cada centro receberá R\$ 20 mil do Governo Federal para sua instalação, em parceria com estados e municípios.

Jovens, na faixa etária de 15 a 17 anos, são formados para atuar junto às comunidades na área social (saúde, cultura, meio ambiente, cidadania,

esporte e turismo) para habilitá-los a desenvolver um projeto pessoal de vida. Esse projeto foi inicialmente instalado em 120 Municípios, incluindo as capitais e cidades com o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH mais baixo. No período do Avança Brasil, pretende-se capacitar anualmente 3.000 jovens e implantar, em todo o Brasil, 1.050 centros da juventude.

ATENDIMENTO ÀS PESSOAS IDOSAS

O programa **Valorização e Saúde do Idoso**, além de promover a saúde das pessoas idosas e a sua independência funcional, contempla ações de assistência social destinadas à parcela carente dessa faixa etária.

As ações de atenção ao idoso em asilos, centros de convivência e atendimento domiciliar beneficiaram 264.909 idosos em 1999, com dispêndios no valor de R\$ 27 milhões. Até 2003, pretende-se expandir esse atendimento para a proteção de 279.580 idosos carentes.

À parcela da população idosa com renda familiar per capita de até 1/4 de salário mínimo vem sendo concedido, desde 1996, benefício de um salário mínimo mensal, atingindo, em 1999, o universo de 288.380 pessoas.

À parcela da população idosa com renda familiar *per capita* de até 1/4 de salário mínimo vem sendo concedido, desde 1996, benefício de um salário mínimo mensal, atingindo, em 1999, o universo de 288.380 pessoas. Pretende-se expandir a atual cobertura dessa faixa da população, atualmente no patamar de 79%, de modo a que o benefício alcance, pelo menos, 90% da população-alvo ao final do Avança Brasil.

No Ano Internacional do Idoso, dentre as demais ações desenvolvidas, destacam-se o projeto de capacitação de cuidadores de idosos, a Caminhada para o Envelhecimento Saudável, com a participação estimada de 500.000 pessoas, e a Campanha Nacional de Vacinação do Idoso, atingindo 85% da população idosa acima de 65 anos – mais de 7,6 milhões de pessoas.

ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

O programa **Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência** destina-se a assegurar os direitos e a combater a discriminação de pessoas portadoras de deficiência. Contempla os serviços assistenciais nas modalidades de estimulação precoce, prevenção de deficiências, habilitação e reabilitação, trabalho e vida independente, bem como desenvolve projetos de revitalização da rede prestadora de serviços. Integra ainda esse Programa a concessão de um salário mínimo mensal aos portadores de deficiência com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo.

Em 1999, foram atendidas cerca de 120 mil pessoas, por rede composta de 2.050 organizações não-governamentais, com recursos da União de R\$ 64,4 milhões, sendo pagos 702.905 benefícios.

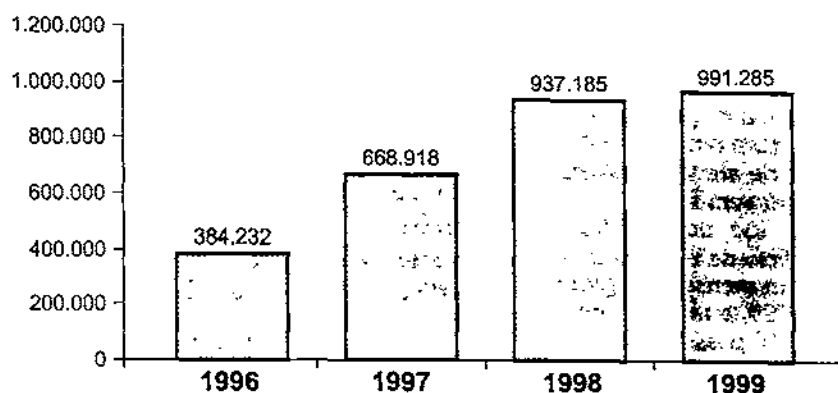
Até 2003, pretende-se atender anualmente cerca de 138 mil pessoas portadoras de deficiência com serviços assistenciais e alcançar cerca de 1,5 milhão de pessoas com direito à concessão do benefício de 1 salário mínimo.

Recursos Investidos no atendimento à criança de até 6 anos, no apoio às pessoas portadoras de deficiência e às pessoas Idosas

Programa/Ano	Recursos Investidos (R\$ milhões)			
	1996	1997	1998	1999
Crianças	209,7	221,8	217,1	241,2
Idosos	23,2	26,9	25,8	27,1
Pessoas Portadoras de Deficiência	56,9	56,6	60,5	64,4

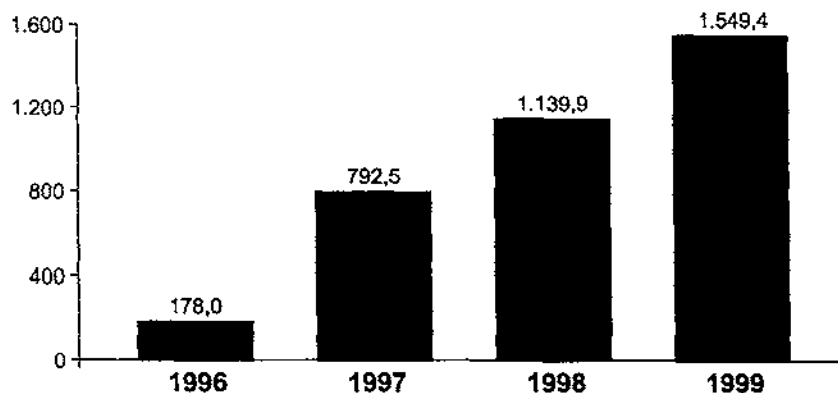
Fonte: MPAS

Evolução da Execução do Benefício Assistencial
Nº de Beneficiários



Fonte: MPAS

Evolução da Execução do Benefício Assistencial
Recursos Aplicados (R\$ milhões)



Fonte: MPAS

DESENVOLVIMENTO URBANO

A reforma institucional, empreendida em 1999, criou a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano – SEDU, no âmbito da Presidência da República, cujas principais atribuições consistem na formulação e na coordenação das políticas nacionais de desenvolvimento urbano.

As ações do Governo Federal no campo do desenvolvimento urbano enfatizam o papel estratégico dos centros urbanos no processo de globalização da economia mundial. Este processo, por um lado, oferece diferentes oportunidades para o desenvolvimento local, e, por outro, exige cada vez mais a melhoria da infra-estrutura urbana, como condição primordial para a competitividade das cidades.

Impõe-se como desafio o desenvolvimento sustentável, o que implica a necessidade de compatibilização entre o uso dos recursos naturais e o processo de expansão urbana, de forma que o ambiente construído não deteriore os fatores que preservam o ambiente natural.

Para atingir os objetivos propostos, o Governo Federal mantém os compromissos assumidos com a descentralização, a flexibilização, a transparência e a parceria com a iniciativa privada na execução de sua política de desenvolvimento urbano e na concepção dos programas que concretizam a sua realização.

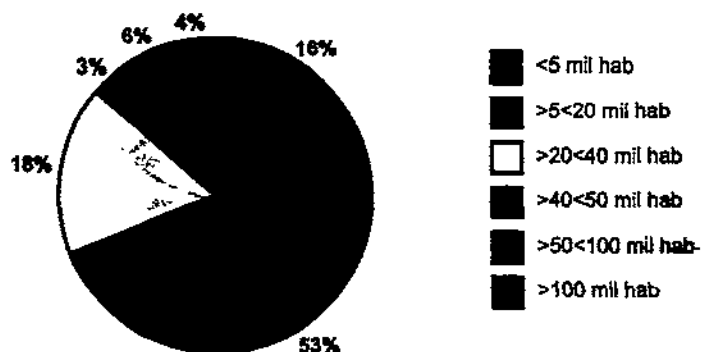
No desenvolvimento urbano, somente de 1995 a 1999, foram financiadas 1,1 milhão de habitações, com aplicação de R\$ 13 bilhões, o que permitiu criar 1,9 milhão de empregos diretos e indiretos. Destaque especial foi o exercício de 1999, quando foram financiadas 245 mil moradias, com investimentos da ordem de R\$ 4,4 bilhões, geradores de 690 mil empregos diretos e indiretos. A quitação antecipada e/ou renegociação de contratos habitacionais, com descontos que variaram entre 10% e 90% do saldo devedor, favoreceu 200 mil famílias, gerando arrecadação de R\$ 1,4 bilhão.

A descentralização das ações de desenvolvimento urbano é direcionada, preferencialmente, às administrações municipais, pois a instância local é a mais adequada para tratar dos problemas urbanos.

Os Municípios brasileiros encontram-se distribuídos, segundo as faixas de tamanho da população, segundo os últimos dados disponibilizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, da seguinte forma:

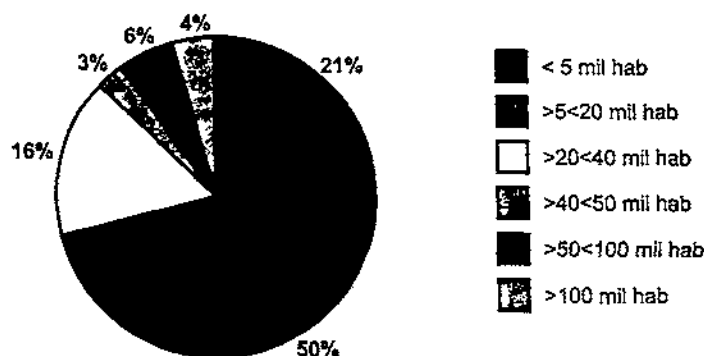
No desenvolvimento urbano, somente de 1995 a 1999, foram financiadas 1,1 milhão de habitações, com aplicação de R\$ 13 bilhões, o que permitiu criar 1,9 milhão de empregos diretos e indiretos.

Municípios brasileiros por número de habitantes em 1991



Fonte: IBGE

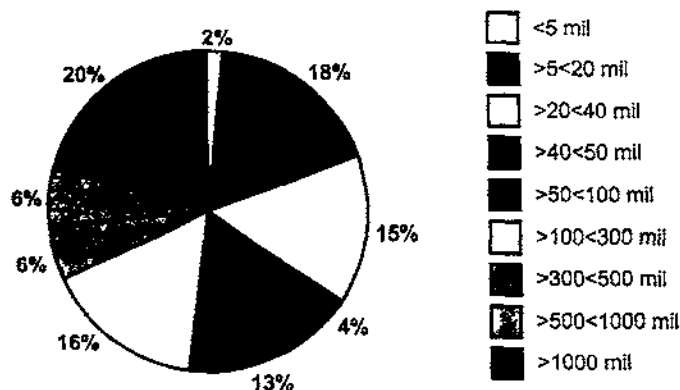
Municípios brasileiros por número de habitantes em 1996



Fonte: IBGE

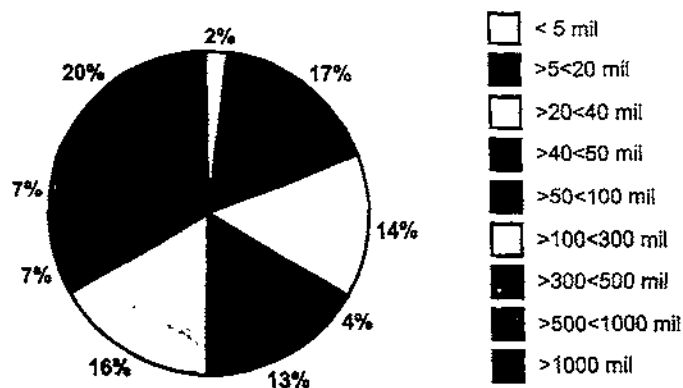
A população brasileira está distribuída pelos Municípios, conforme mostra o gráfico abaixo:

Concentração da população brasileira por Municípios em 1991



Fonte: IBGE

Concentração da população brasileira por Municípios em 1996



Fonte: IBGE

Cerca de metade da população brasileira vive em municípios com menos de 100 mil habitantes, que representam 96% dos municípios brasileiros.

Cerca de metade da população brasileira – 79 milhões de habitantes – vive em Municípios com menos de 100 mil habitantes, que representam 96% dos Municípios brasileiros. Nos 12 Municípios com mais de 1 milhão de habitantes vivem cerca de 20% da população (mais de 30 milhões de

habitantes). E nos Municípios com população entre 100 mil e 1 milhão de habitantes vivem os restantes 30% da população urbana brasileira.

O crescimento demográfico mais intenso ocorre nas cidades de porte médio e na periferia das grandes aglomerações urbanas, fenômeno este que vem reforçando o caráter descentralizado da rede urbana brasileira.

Ante desse panorama, foram desenhados os programas relacionados ao desenvolvimento urbano. As cidades passam a ser vistas como um universo completo e integrado, sem os fracionamentos produzidos pelas políticas setoriais de habitação, saneamento e transportes coletivos utilizadas no passado. As ações direcionadas ao meio urbano são regidas por política que as unificam, agrupadas segundo o objetivo que se pretende atingir.

As intervenções do Governo Federal no campo do desenvolvimento urbano não estão restritas à formulação de políticas, programas e projetos e à proposição de legislação urbana e regulatória de serviços urbanos. O Poder Executivo é responsável pelo monitoramento e avaliação de políticas, programas e agências, pela prestação de assistência técnica às instâncias estaduais e locais de desenvolvimento urbano e pela difusão da política urbana e seus instrumentos.

No âmbito do acompanhamento, monitoramento e avaliação de resultados, estão sendo concebidos dois sistemas integrados. O primeiro é o *Sistema Nacional de Indicadores Urbanos – SNIU*, que engloba amplo espectro de indicadores urbanos, abrangendo aspectos demográficos, de habitação, saneamento básico, transportes urbanos e finanças municipais, com a finalidade de avaliar os resultados da política urbana e orientar a tomada de decisão do Governo Federal no campo do desenvolvimento urbano. Os primeiros estudos foram publicados nos Cadernos *Perfil Demográfico dos Municípios Brasileiros* e *Criação de Novos Municípios*, ambos traçando perfil analítico do quadro municipal do País.

O segundo, o *Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos – SMAPP*, em fase de concepção, visa a medir e avaliar os resultados diretos dos programas já elaborados.

No campo do fomento e difusão, duas ações estão em curso. Uma delas é a Seleção e Difusão de Boas Práticas em Desenvolvimento Urbano, cujo objetivo é incentivar e disseminar práticas criativas e bem-sucedidas de habitação, serviços de saneamento e gestão urbana, que tenham tido impacto positivo sobre a qualidade de vida e o meio ambiente construído, ou que tenham melhorado a eficiência dos sistemas de gestão para o fornecimento de serviços urbanos básicos. A outra ação refere-se a estudos sobre problemática urbana ainda não contemplados pelos atuais programas, de forma a subsidiar a inclusão de novos paradigmas no desenho da política de desenvolvimento urbano.

Em articulação com a Universidade do Estado de São Paulo – USP e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, e contando com a participação de associações vinculadas ao setor de saneamento, desde 1997 vêm sendo realizados estudos para o combate ao desperdício de água, com o

O Poder Executivo é responsável pelo monitoramento e avaliação de políticas, programas e agências, pela prestação de assistência técnica às instâncias estaduais e locais de desenvolvimento urbano e pela difusão da política urbana e seus instrumentos.

Desde 1997, vêm sendo realizados estudos para o combate ao desperdício de água, com o objetivo de promover o seu uso racional para abastecimento, em benefício da saúde pública, do saneamento ambiental e da eficiência dos serviços.

objetivo de promover o seu uso racional para abastecimento, em benefício da saúde pública, do saneamento ambiental e da eficiência dos serviços.

Em uma primeira fase, foram elaborados 16 documentos técnicos de apoio (DTAs), discutidos durante o Seminário Nacional de Combate ao Desperdício de Água, realizado em março de 1998. Na segunda fase, estão sendo desenvolvidas medidas de racionalização para grandes consumidores, controle de pressão na rede, macromedição, micromedição e divulgação em meio eletrônico. Além disso, está sendo executada a experiência-piloto de Juazeiro (BA), em parceria com a Fundação Universidade de São Paulo.

Combate ao Desperdício de Água Fontes de Recursos (Em R\$ 1,00)

Recursos	1997	1998	1999
União	185.328,00	505.202,00	115.390,00
Contrapartida	30.960,00	50.172,00	82.108,00

Fonte: SEDL

O projeto Melhoria da Qualidade e Aumento da Produtividade na Construção Habitacional destina-se a apoiar a modernização da construção civil, com a redução dos custos da construção habitacional.

O projeto Melhoria da Qualidade e Aumento da Produtividade na Construção Habitacional destina-se a apoiar a modernização da construção civil, com a redução dos custos da construção habitacional. O projeto está promovendo diversas iniciativas que envolvem a indústria de materiais e empresas construtoras, agentes financiadores e promotores, universidades, centros de pesquisa e organizações não-governamentais. O objetivo é assegurar que a produção das unidades e empreendimentos acompanhem o progresso técnico e organizacional que ocorre na estrutura produtiva do País.

O programa Gestão Urbana pretende empreender uma série de estudos sobre os processos de transformação ocorridos no Brasil em decorrência do ajuste macroeconômico, da globalização da economia e do fortalecimento dos blocos regionais.

Com o objetivo de aumentar a eficiência e a eficácia da gestão urbana e da qualidade e produtividade na produção de serviços de saneamento básico e transporte urbano, o programa **Gestão Urbana** pretende empreender uma série de estudos sobre os processos de transformação ocorridos no Brasil em decorrência do ajuste macroeconômico, da globalização da economia e do fortalecimento dos blocos regionais, que ocasionaram mudanças profundas na rede urbana e na distribuição das atividades econômicas e sociais.

Os estudos e pesquisas para a identificação e a mensuração dos impactos que essas transformações impuseram ao processo de urbanização e à dinâmica das cidades são necessários para dar suporte às propostas de política e seus instrumentos. Para alcançar as propostas e soluções que estimulem as transformações e a modernização que se fazem necessárias, cabe agir a partir do conhecimento teórico e de exemplos da realidade nacional e de outros países.

As principais linhas de trabalho desenvolvidas nesse programa consistem em estudos para a otimização da prestação dos serviços de coleta e disposição final dos resíduos sólidos, na modernização e reordenamento institucional e operacional do setor de saneamento e do setor de transporte coletivo urbano, e na formulação de Planos Municipais de Desenvolvimento Urbano Sustentável. Ações específicas de consultoria nas

áreas de habitação, saneamento e infra-estrutura urbana para os municípios também serão desenvolvidas.

Os estudos para otimização da gestão dos sistemas de coleta e disposição final de resíduos sólidos contam com recursos do Orçamento da União e contrapartida dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de entidades privadas. Visam a dar suporte à estruturação dos serviços de limpeza urbana de regiões metropolitanas, fomentando o desenvolvimento tecnológico e o intercâmbio técnico entre os prestadores dos serviços de limpeza urbana.

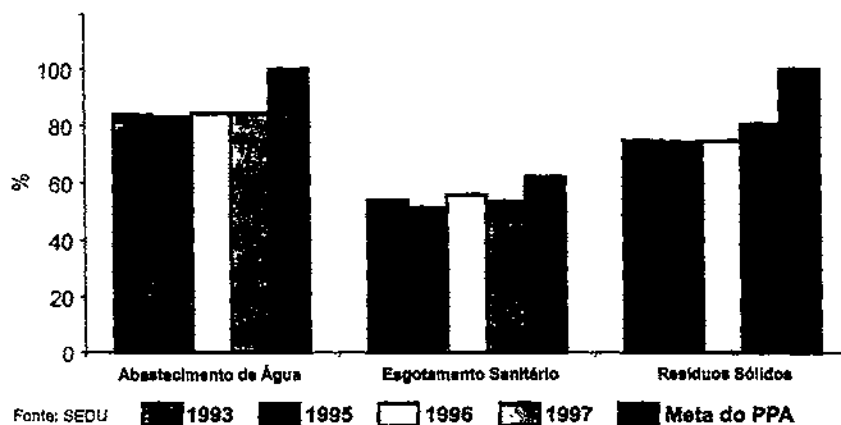
Os estudos para a modernização e o reordenamento institucional do setor de saneamento constituem instrumentos da política nacional de saneamento e visam a induzir a eficiência dos operadores públicos e a promoção da participação de empreendedores e operadores privados. Iniciado em 1993, este projeto encontra-se em fase final de execução, com encerramento previsto para junho de 2000.

O programa **Morar Melhor** objetiva universalizar os serviços de saneamento básico, reduzir o déficit habitacional e melhorar a infra-estrutura urbana para a população em estado de exclusão social. Destina-se a áreas com frágil base econômica, com renda média baixa, nas regiões de maior concentração de pobreza do País.

Integram o programa as seguintes ações: (i) implantação e ampliação de serviços de saneamento básico em Municípios com população entre 15 e 75 mil habitantes; (ii) implantação de serviços de saneamento básico integrado em Municípios com população inferior a 30 mil habitantes, definidos pelo programa Comunidade Ativa; (iii) implantação, ampliação ou melhoria de sistema de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos em Municípios com crianças que vivem do lixo, identificados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF; (iv) melhoria das condições de habitabilidade; e (v) construção de unidades habitacionais para as famílias que residem em áreas de risco.

O programa **Morar Melhor** objetiva universalizar os serviços de saneamento básico, reduzir o déficit habitacional e melhorar a infra-estrutura urbana para a população em estado de exclusão social.

Evolução dos Índices de Cobertura em Saneamento Básico – População até 3 Salários Mínimos



Os recursos para financiamento do programa provêm do Orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma

de contrapartidas, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

No período 1996-1998, foram investidos R\$ 2,5 bilhões, beneficiando cerca de 3 milhões de famílias, gerando aproximadamente 330 mil empregos diretos e indiretos. Em 1999, foram aplicados cerca de R\$ 300 milhões, para beneficiar perto de 360 mil famílias e gerar aproximadamente 40 mil empregos diretos e indiretos.

No segmento com renda mensal de até 20 salários mínimos, o programa Carta de Crédito contribui para a redução do déficit habitacional qualitativo e quantitativo da população urbana.

No segmento com renda mensal de até 20 salários mínimos, o programa **Carta de Crédito** contribui para a redução do déficit habitacional qualitativo e quantitativo da população urbana. Esse programa consiste na concessão de linha de crédito direta ao cidadão, outorgando-lhe o poder de escolher a melhor alternativa para resolver seu problema de moradia, dentro das modalidades de aquisição de unidade pronta, construção de habitação e conclusão, ampliação ou melhoria da habitação existente.

Nos segmentos populacionais de menor renda, as famílias poderão ser assistidas e orientadas, no encaminhamento da solução, por técnicos dos agentes, sem qualquer ônus adicional para o uso desse serviço.

A Carta de Crédito é um título representativo do crédito assegurado por agente financeiro credenciado para operar no Sistema Financeiro da Habitação – SFH. Ela garante ao seu titular financiamento habitacional, logo que cumpridas as formalidades necessárias para concretização da operação de crédito.

Cada cidadão interessado pode apresentar sua proposta de forma isolada, quando se tratar de solução autônoma, ou em conjunto com outros, agrupados sob forma associativa, quando se tratar de solução vinculada à realização de projeto de maior porte.

Cada cidadão interessado pode apresentar sua proposta de forma isolada, quando se tratar de solução autônoma, ou em conjunto com outros, agrupados sob forma associativa, quando se tratar de solução vinculada à realização de projeto de maior porte.

Com o objetivo de elevar a oferta no mercado de habitações, foi criada, de forma complementar, linha de crédito a pessoas jurídicas para construção de moradias. As dívidas contraídas podem ser quitadas com o uso das Cartas de Crédito realizadas com a venda das habitações do projeto.

Para melhorar a qualidade na prestação dos serviços de saneamento básico pelas concessionárias públicas e privadas, em municípios com população superior a 75 mil habitantes, o programa **Saneamento é Vida** conta com recursos fiscais, do FGTS e das próprias concessionárias.

O objetivo da participação privada no setor não se restringe à obtenção de recursos para investimentos, uma vez que busca maior eficiência operacional e incremento do desenvolvimento tecnológico, como meio de reduzir os custos do setor como um todo e melhorar seu desempenho.

Para aumentar a eficiência dos prestadores de serviços, o acesso aos recursos do programa está condicionado à consecução de metas financeiras e operacionais. Nesse sentido, o Governo Federal estabeleceu o Acordo de Melhoria de Desempenho – AMD, que deve ser firmado antes da contratação com os prestadores de serviços de água e esgoto.

Perseguindo a universalização do atendimento das populações urbanas com serviços de saneamento básico, até o ano 2010 as ações do programa Saneamento Básico, desenvolvidas pelo Ministério da Saúde, por intermédio da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, estão voltadas para a promoção da saúde e para a prevenção e o controle de doenças e agravos.

No âmbito do programa foram investidos no período 1995-1999, cerca de R\$ 3,6 bilhões, beneficiando cerca de 3,7 milhões de famílias com obras de saneamento.

Perseguindo a universalização do atendimento das populações urbanas com serviços de saneamento básico, até o ano 2010 as ações do programa **Saneamento Básico**, desenvolvidas pelo Ministério da Saúde, por intermédio da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, estão voltadas para a promoção da saúde e para a prevenção e o controle de doenças e agravos. Sistemas de abastecimento de água contribuem para a redução da morbimortalidade por doenças de veiculação hídrica, que atingem principalmente crianças. Nos anos de 1998 e 1999, foram construídos, respectivamente, 449 e 492 destes sistemas, que beneficiaram mais de 800 mil habitantes, sendo 400 mil em 1998, e 439 mil em 1999.

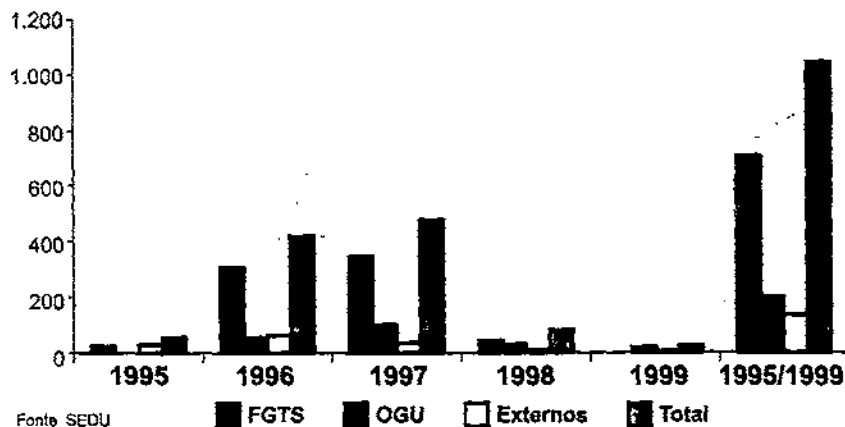
O controle das doenças parasitárias transmissíveis por dejetos contou com a construção de 228 sistemas de esgotamento sanitário, que beneficiaram 116 mil famílias.

Melhorias sanitárias beneficiaram 75.891 domicílios em 1999, com a execução e manutenção de benfeitorias do tipo individual, em domicílios (tanques, filtros, vasos sanitários e outros) e benfeitorias coletivas de menor porte, para uso público.

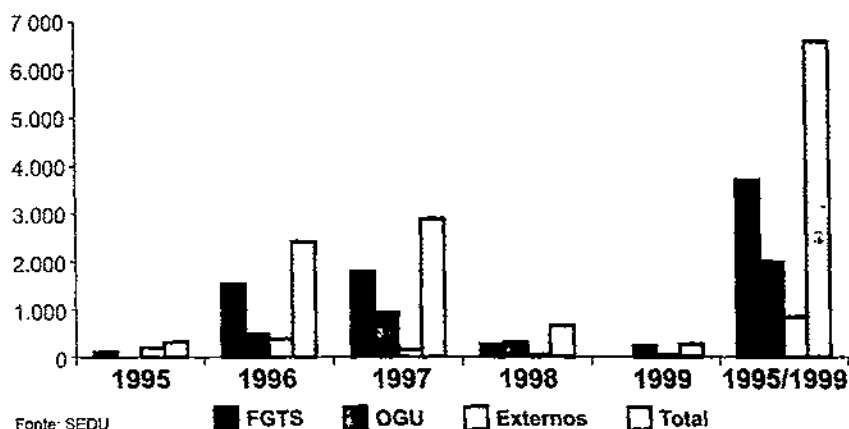
A construção de 48 sistemas de coleta e disposição final de resíduos sólidos contribuiu para a redução de doenças causadas pela proliferação de germes transmitidos por vetores, especialmente dengue e leptospirose, e para a proteção de mananciais e do meio ambiente, beneficiando mais de 110 mil famílias em 1999.

As comunidades com população inferior a 5 mil habitantes, localizadas em áreas rurais, tiveram cobertura de saneamento básico, com obras executadas em 1.219 localidades em 1998, beneficiando 306.750 famílias, e, em 1999, 1.238 localidades foram trabalhadas, beneficiando 311.850 famílias.

Evolução do nº de Empregos Gerados pelos Programas de Saneamento por Fontes
(Em mil)



Evolução do nº de Famílias Beneficiadas pelos Programas de Saneamento por Fontes
(Em mil)



A União, em parceria com os Estados, Municípios e Distrito Federal, promove o desenvolvimento urbano em áreas que oferecem pouca ou nenhuma atratividade para a iniciativa privada.

Para melhorar a condição de vida das famílias com renda de até 3 salários mínimos, que vivem em assentamentos subnormais nas aglomerações urbanas, com ações integradas de habitação, saneamento e infraestrutura urbana, foi instituído o programa **Nosso Bairro**. A União, em parceria com os Estados, Municípios e Distrito Federal, promove o desenvolvimento urbano em áreas que oferecem pouca ou nenhuma atratividade para a iniciativa privada, viabilizando a cobertura desses serviços.

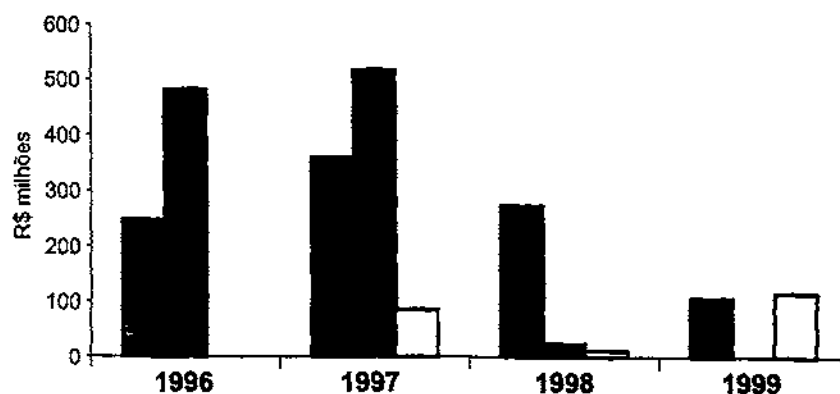
Constituem linhas de atuação do programa a implantação de melhorias habitacionais, a ampliação ou melhoria da infraestrutura urbana e a produção de conjuntos habitacionais, contando com recursos do Orçamento da União ou financiamento a Estados e Municípios, com recursos do FGTS e do BID. No período 1996-1999, foram investidos R\$ 1,37 bilhão, beneficiando cerca de 575 mil famílias e gerando 142 mil empregos diretos e indiretos.

Considerando a concentração do déficit habitacional nos segmentos da população de mais baixa renda, o Governo Federal lançou, em 1999, o programa **Minha Casa**.

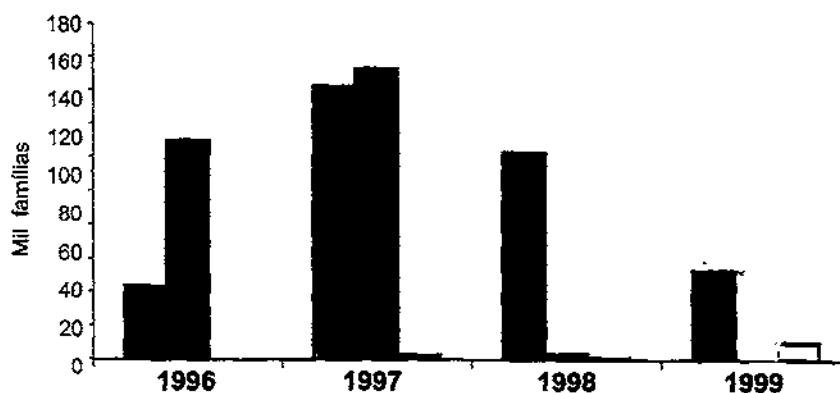
Considerando a concentração do déficit habitacional nos segmentos da população de mais baixa renda, em 1999 o Governo Federal lançou o programa **Minha Casa**, que altera o paradigma da casa própria, permitindo o acesso à moradia às famílias com rendimento mensal de até 6 salários mínimos, por meio de arrendamento residencial com opção futura de compra. Esse programa é dirigido às regiões metropolitanas e centros urbanos de grande porte, incluindo as capitais estaduais, onde o déficit habitacional brasileiro demonstra nas favelas, nos cortiços e nas áreas invadidas, sua mais cruel expressão. O programa é financiado com recursos do FGTS, previstos em R\$ 2,4 bilhões até 2003, permitindo atender a cerca de 200 mil famílias.

São parceiros do programa os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, que ajudam na identificação dos locais para implantação dos projetos, na seleção das famílias beneficiárias, na infraestrutura básica necessária e nos incentivos fiscais.

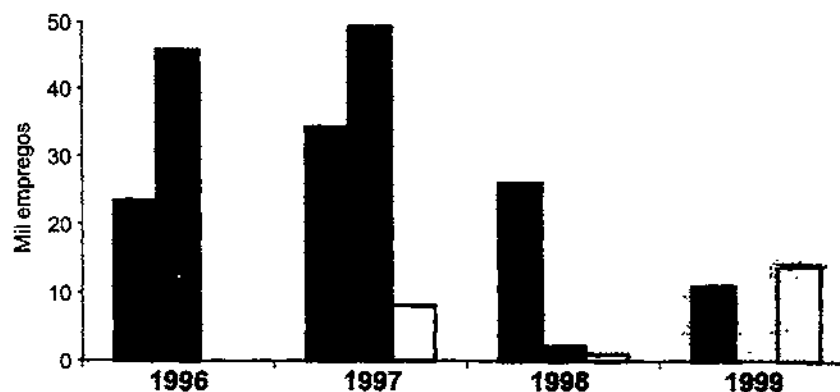
Os investimentos do Governo Federal em habitação e saneamento, nos últimos quatro anos, podem ser visualizados a seguir:

Investimentos em Habitação

Fonte: SEDU

Famílias Beneficiadas com Ações em Habitação

Fonte: SEDU

Empregos Gerados por Ações em Habitação

Fonte: SEDU

SEGURANÇA E DIREITOS DA CIDADANIA

O Governo Federal tem especial preocupação com as violações dos direitos humanos e com o elevado índice de criminalidade e violência existentes no País.

A Defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania é uma resposta firme e inarredável do Governo Federal no enfrentamento das violações graves à liberdade e à igualdade que ainda persistem no País. Inaugurando nova forma de atuar do Estado, propõe ampla e contínua discussão do assunto com setores da sociedade organizada brasileira.

Outra mudança sensível refere-se à própria reestruturação das instituições do Estado, para fazer face aos elevados e crescentes índices de criminalidade, à sofisticação progressiva do crime organizado, à insegurança no trânsito, ao insuficiente controle da presença de estrangeiros e à situação indesejável do sistema penitenciário nacional.

As condições de controle de fronteiras, prevenção e repressão ao narcotráfico e contrabando estão significativamente melhores.

O aparato de segurança pública federal está melhor organizado e coordenado. Os equipamentos são mais modernos, os recursos humanos estão mais valorizados, capacitados e instrumentalizados para enfrentar o crime, cada vez mais sofisticado. As condições de controle de fronteiras, prevenção e repressão ao narcotráfico e contrabando estão significativamente melhores, a partir dos vários sistemas de suporte que foram desenvolvidos com a finalidade de ampliar e aprimorar a presença da Polícia Federal nas áreas críticas do território nacional.

Objetivando a democratização da informação pública e o melhor e mais rápido acesso do cidadão aos atos oficiais, o Governo empenhou-se na modernização e informatização dos procedimentos de publicação.

Junto ao Congresso Nacional foram realizados esforços na atualização das leis brasileiras. Crimes cometidos contra a sociedade e pessoas, anteriormente não contemplados em Códigos ou Leis Especiais, estão merecendo destaque.

Junto ao Congresso Nacional foram realizados esforços na atualização das leis brasileiras. Crimes cometidos contra a sociedade e pessoas, anteriormente não contemplados em Códigos ou Leis Especiais, estão merecendo destaque, a exemplo das ações criminosas contra a economia popular; crimes de responsabilidade de prefeitos e vereadores; e crimes contra a previdência social. Estas medidas concretas certamente deverão melhorar a qualidade de vida do cidadão brasileiro.

No decorrer de 1999, foram instaladas diversas comissões de juristas notáveis, com a finalidade precípua de avaliar, acompanhar e apresentar propostas destinadas à alteração de dispositivos do Código Penal, do Código de Processo Civil e de leis de interesse social do País. Entre os projetos estudados vale lembrar o que trata de crimes contra a economia popular; o que proíbe a venda de armas de fogo e munição em todo o território nacional; o que tipifica o crime de usura; e o que dispõe sobre a qualificação de entidades de direito privado sem fins lucrativos.

A crescente demanda da sociedade no sentido de preservar o público de cenas de violência, sexo e drogas, principalmente as crianças e os adolescentes, levou o Ministério da Justiça a intensificar as negociações

com os representantes dos meios de comunicação de massa, para que a legislação em vigor fosse rigorosamente cumprida.

DIREITOS HUMANOS

A despeito do recrudescimento da violência, verifica-se que, nos dias de hoje, no Brasil, Governo e Sociedade estão profundamente comprometidos com os valores democráticos e de respeito aos direitos humanos consagrados na Declaração Universal. Dessa forma, o Governo tem procurado corresponder às expectativas e aos compromissos assumidos com a plena inserção do Brasil no sistema internacional de proteção e promoção dos direitos humanos.

Privilegiando ações e resultados concretos, merece destaque a formulação do **Programa Nacional de Direitos Humanos**, primeiro dessa natureza na América Latina e terceiro no mundo, elaborado em estreita colaboração com a sociedade civil e a comunidade acadêmica, e que consolidou os marcos de uma política de direitos humanos no País.

A firme disposição do Governo nessa área conduziu à elaboração do programa **Direitos Humanos, Direitos de Todos**, que tem como objetivo conscientizar a sociedade brasileira sobre seus direitos individuais, coletivos e difusos. Pretende-se assim elevar a taxa de apuração das denúncias de violação de direitos humanos, do patamar atual de 5% para 40%, até 2003.

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH prosseguiu o seu diligente trabalho de responsabilizar e punir os culpados pelas violações a direitos humanos de maior gravidade no País, suscitando, exigindo ou recomendando a ação das autoridades competentes na tomada de medidas indispensáveis para evitar a omissão e o descaso. O CDDPH, por exemplo, patrocinou, durante dois anos, as investigações sobre a criminalidade no Estado do Acre, que serviu de base para o notável trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico.

Integram esse programa os denominados Balcões de Direitos, que têm por objetivo fornecer a documentação civil básica e orientação jurídica gratuita à população carente. Essa atividade é mantida em parceria com organismos internacionais, Governos estaduais e organizações não-governamentais, e já se encontra operando há 3 anos em 10 estados.

Buscando garantir canais de acesso de todos os cidadãos à justiça, o Governo tem estimulado, desde 1997, a criação de serviços de disque-denúncia e de assistência e orientação a grupos discriminados, sendo que oito serviços dessa natureza já se encontram instalados.

Mediante parcerias com a Anistia Internacional e a Cruz Vermelha, outras esferas de governo e organizações não-governamentais, procedeu-se à capacitação de policiais civis, militares e federais em direitos humanos; à identificação e capacitação de lideranças comunitárias, como interlocutores na defesa de seus direitos perante às instituições competentes; e ao oferecimento de cursos básicos de formação política, cidadania,

O programa Direitos Humanos, Direitos de Todos pretende elevar a taxa de apuração das denúncias de violação de direitos humanos, do patamar atual de 5% para 40%, até 2003.

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana patrocinou, durante dois anos, as investigações sobre a criminalidade no Estado do Acre, que serviram de base para o notável trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico.

Mediante parcerias com a Anistia Internacional e a Cruz Vermelha, outras esferas de governo e organizações não-governamentais, procedeu-se à capacitação de policiais civis, militares e federais em direitos humanos.

democracia e direitos humanos, que objetivam informar e capacitar lideranças, dentro de uma nova forma de participação em direitos humanos.

Em 1999, realizaram-se várias campanhas de conscientização da sociedade e oficinas de trabalho e seminários para discussão e apresentação de soluções contra a violência e em busca da garantia dos direitos fundamentais no Brasil. Vale destacar a assinatura do Pacto Comunitário Contra a Violência Intrafamiliar Contra o Idoso; a Reunião Técnica com Procuradores da República e Promotores de Justiça de todo o País, com vistas a elaborar documento de orientação a todos os Ministérios Públicos para a garantia dos direitos da pessoa idosa e da pessoa portadora de deficiência; a assinatura do Protocolo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e o Ministério da Saúde, objetivando capacitar os agentes comunitários de saúde e a equipe de saúde da família em direitos humanos, para que possam divulgar às comunidades assistidas por eles noções de cidadania e direitos humanos.

Dentre os eventos de maior relevância promovidos, destaca-se o Prêmio Nacional de Direitos Humanos. O interesse e a participação da sociedade no Prêmio vêm crescendo. Em 1997 foram recebidas 800 redações; em 1998, 1.300; e, em 1999, 1.500 redações de alunos do ensino médio, bem como 70 monografias do ensino superior.

A inserção dos direitos humanos como tema nos currículos de ensino fundamental é conquista que já vem se operando há algum tempo, situação que se pretende ver consolidada com melhor acompanhamento, incorporando os conceitos atinentes ao tema, nas várias normas nacionais que regem a matéria.

De todos os projetos que vêm sendo desenvolvidos, o de maior impacto nacional foi a criação da Rede Nacional de Direitos Humanos, lançada em dezembro de 1999. Trata-se da divulgação, sistematização e consolidação de informações em direitos humanos por meio de grande rede nacional informatizada.

Integra também o elenco de ações desse programa o projeto Serviço Civil Voluntário, iniciado em 1998 como experiência-piloto, e que já capacitou 4.400 jovens no Distrito Federal e no Rio de Janeiro. Em 1999, esse serviço foi ampliado para outros 14 Estados, capacitando 6.500 jovens e criando oportunidades de trabalho junto às comunidades em que vivem.

O ano de 1999 marcou o engajamento definitivo do Governo Federal na proteção das testemunhas e vítimas de crimes, com a instituição do programa **Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas**. A Lei nº 9.807/99 estabeleceu regras gerais para garantir proteção especial a testemunhas e vítimas sobreviventes de crimes, dispondo também sobre a proteção a ser proporcionada aos indiciados, acusados ou condenados que queiram colaborar com a polícia ou com a justiça.

Graças ao trabalho participativo, envolvendo o Governo Federal, os Governos Estaduais e entidades não-governamentais, ações especiais de proteção foram implantadas em sete Estados. Até 2003, deverão ser instaladas onze novas unidades de serviços de assistência a vítimas e testemunhas.

A inserção dos direitos humanos como tema nos currículos de ensino fundamental é conquista que já vem se operando há algum tempo.

O ano de 1999 marcou o engajamento definitivo do Governo Federal na proteção das testemunhas e vítimas de crimes, com a instituição do programa Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.

O programa Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente permite o acompanhamento sistemático e contínuo das situações de violação dos direitos da criança e do adolescente.

Além disso, está sendo implantado no Departamento de Polícia Federal o Serviço de Proteção ao Depoente Especial, destinado a proteger os indiciados ou acusados que se prontifiquem a colaborar com a polícia ou a justiça na elucidação de crimes e na identificação dos demais responsáveis.

Com o objetivo específico de combater a violação dos direitos da criança e do adolescente, o programa **Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente** atuou, no período 1996-1999, no fortalecimento dos Conselhos Tutelares, com a implantação do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA, que permite o acompanhamento sistemático e contínuo das situações de violação dos direitos da criança e do adolescente.

Ainda merecem destaque diversas ações que compõem o programa **Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei**, como o apoio direto à construção, reforma e aquisição de equipamentos para 163 unidades de atendimento, com a implantação de 190 serviços de atendimento sociopsico-pedagógico a adolescentes e suas famílias, com a capacitação de 7.745 educadores no serviço de atendimento e de 33.093 operadores do sistema de garantia de direitos.

A violência nas escolas, evidenciada pelo crescimento das ocorrências policiais, por fatos diversos apresentados pela mídia e por vários estudos e pesquisas, está sendo enfrentada pelo Governo Federal por meio do programa **Paz nas Escolas**, lançado em 1999, buscando contribuir para a redução da violência entre jovens e adolescentes nas escolas do País.

Em 1999, foram criadas as secretarias executivas do programa nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Trata-se de instâncias articuladoras e promotoras, incumbidas de identificar e disseminar experiências exitosas na redução da violência nas escolas. Suas ações são exercidas por instituições reconhecidas na área de combate à violência da infância e da adolescência.

A Convocação Nacional pela Educação para a Paz e a Semana Nacional da Paz foram eventos realizados em todo o País, coordenados pelas secretarias estaduais de Educação.

O programa **Combate à Violência Doméstica contra a Mulher** tem como principal instrumento de proteção às vítimas os Centros Integrados de Assistência às Mulheres sob o risco de violência doméstica e sexual, também conhecidos como casas-abrigo, construídos e mantidos em parceria com os Estados, Municípios e do Distrito Federal.

As casas-abrigo, situadas em locais seguros, protegem as mulheres em situação iminente de risco de vida, em razão de violência doméstica. Trata-se de serviço de caráter sigiloso e temporário, onde as usuárias podem permanecer por um período determinado, após o qual devem estar preparadas para retomar o curso de suas vidas. Seu objetivo principal é garantir a integridade física e psicológica das mulheres e de seus filhos – crianças ou adolescentes – favorecendo o acesso aos meios de promoção de sua condição de cidadãos e fortalecendo sua capacidade de tomar decisões.

As casas-abrigo, situadas em locais seguros, protegem as mulheres em situação iminente de risco de vida, em razão de violência doméstica. Até 2003, deverão ser construídas 318 novas casas-abrigo.

Em 1999, foram celebrados dois convênios com Estados e Municípios para a construção e nove para manutenção de casas-abrigo, inclusive reforma e adaptação do imóvel, aquisição de equipamentos e materiais e capacitação de recursos humanos. Até 2003, deverão ser construídas 318 novas casas-abrigo.

No âmbito do programa **Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência**, em 1999, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE, com a representação da sociedade civil junto ao Estado para o planejamento, acompanhamento e avaliação das políticas públicas voltadas para os portadores de deficiência.

Destaca-se também, dentre os atos normativos importantes dessa área, a regulamentação da Lei nº 7.853/99, pelo Decreto nº 3.298/99, que estabeleceu, entre outras medidas, a promoção da saúde, da educação e do trabalho voltadas para a inclusão social das pessoas portadoras de deficiência.

A eliminação gradual e programada das barreiras arquitetônicas e ambientais, para possibilitar o acesso da pessoa portadora de deficiência aos bens e serviços comunitários, foi viabilizada por meio do apoio a nove municípios, no âmbito do projeto “Cidade Para Todos”, beneficiando diretamente cerca de 410 mil pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Em 1999, foram capacitados cerca de 5.162 técnicos de órgãos públicos estaduais e municipais, de entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, que atuam na elaboração e execução de programas de atendimento às pessoas portadoras de deficiência e no aparelhamento de instituições de reabilitação profissional. O apoio a instituições de reabilitação profissional beneficiou cerca de 71.000 portadores de deficiência.

Na defesa dos direitos dos homossexuais, o Governo apoiou a publicação de *folders* que foram distribuídos para a população homossexual, informando sobre seus direitos e os respectivos instrumentos legais de garantia.

PROTEÇÃO AO INDÍGENA

A política indigenista fundamenta-se no trinômio: demarcação, regularização de terras e respectivas ocupações; educação escolar indígena; e assistência às atividades produtivas nas áreas de agricultura, pecuária, extrativismo e no melhoramento na infra-estrutura de produção.

Há no Brasil 210 povos indígenas, falando 170 línguas distintas. O Estado com a maior população indígena é o Amazonas, seguido por Mato Grosso do Sul e Roraima.

Para proteger a integridade territorial e o patrimônio cultural e ambiental das sociedades indígenas, o programa **Território e Cultura Indígenas** promove ações de identificação, demarcação e regularização fundiária de terras indígenas, além de pesquisas sobre essas sociedades e a preservação de seus acervos culturais. Pretende-se que 82,4% das terras indígenas estejam regularizadas até 2003.

O projeto “Cidade Para Todos” beneficiou diretamente cerca de 410 mil pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

O apoio a instituições de reabilitação profissional beneficiou cerca de 71.000 portadores de deficiência.

Há no Brasil 210 povos indígenas, falando 170 línguas distintas. O Estado com a maior população indígena é o Amazonas, seguido do Mato Grosso do Sul e de Roraima. Pretende-se que 82,4% das terras indígenas estejam regularizadas até 2003.

No âmbito do programa Etnodesenvolvimento das Comunidades Indígenas, foram alavancadas diversas atividades produtivas

Em 1999, foram identificadas 54 terras indígenas em 15 estados. Dentre essas terras, foram efetivadas ações de regularização de 21.479.533 hectares, beneficiando uma população de 58.467 indígenas. Estão em processo de licitação para demarcação 25 áreas indígenas, totalizando 9.927.756 hectares em nove estados.

No âmbito do programa Etnodesenvolvimento das Comunidades Indígenas, foram alavancadas atividades produtivas nas áreas de agricultura, pecuária, extrativismo e melhoramento na infra-estrutura de produção, resultando no cultivo de subsistência e de frutíferas em 26.520 hectares; na produção de óleo de castanha em 5.000 hectares; e no desenvolvimento de 17 projetos de apicultura.

Na área de ensino e aprendizagem, respeitando os processos próprios indígenas, em articulação com o Ministério da Educação e secretarias estaduais e municipais de educação, foram desenvolvidas ações de apoio à formação e à capacitação de professores e técnicos em educação intercultural, à escolarização de índios e ao funcionamento de escolas indígenas. As parcerias com aquelas secretarias complementam as ações de fornecimento de merenda e material escolar, acompanhamento e regularização de escolas indígenas, assim como oferecem aos professores prática pedagógica de respeito aos princípios constitucionais, interesses e perspectivas das comunidades indígenas.

Essas ações permitiram regularizar 1.440 escolas indígenas, acompanhar 1.986 professores indígenas (de aproximadamente 35 etnias), manter 83.782 alunos indígenas, sendo 71.782 alunos do ensino fundamental nas aldeias, 10.608 alunos do ensino fundamental fora das aldeias, 1.200 alunos do ensino médio fora das aldeias, e 192 alunos do ensino superior. A meta para 2003 é aumentar de 11,8% para 25% as matrículas de estudantes indígenas em escolas.

DIREITOS DO CONSUMIDOR

A defesa dos direitos do consumidor e da livre concorrência, como princípio constitucional da ordem econômica, visa a garantir não só um justo desenvolvimento econômico e social, mas também a consolidação da cidadania no Brasil.

Procurando resguardar os interesses do consumidor, o Governo tem pautado suas ações na consolidação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, promovendo educação e a informação para o consumo. A atuação repressiva do Poder Público procura coibir os abusos contra os consumidores.

O programa Defesa dos Direitos do Consumidor pretende dotar, até 2003, Municípios com mais de 20 mil habitantes com serviços do PROCON ou de entidades civis de defesa do consumidor, incentivando a sua criação ou dando suporte técnico para sua atuação.

O programa Defesa dos Direitos do Consumidor pretende dotar, até 2003, Municípios com mais de 20 mil habitantes com serviços do PROCON ou de entidades civis de defesa do consumidor.

O combate aos abusos do poder econômico e a defesa da concorrência estão a cargo do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – SBDC.

Pretende-se também criar o Núcleo de Educação para o Consumo, implantar o Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas e instalar Serviços de Atendimento ao Consumidor.

O combate aos abusos do poder econômico e a defesa da concorrência, pela prevenção e repressão às infrações da ordem econômica, estão a cargo do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – SBDC, que é o responsável pelo programa **Defesa Econômica e da Concorrência**.

O SBDC é composto por três órgãos: Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE, Secretaria de Direito Econômico – SDE e Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. A SEAE tem como função a emissão de pareceres econômicos sobre atos de concentração e condutas anticompetitivas. A SDE elabora pareceres com enfoque jurídico. O CADE funciona como tribunal do SBDC julgando os atos de concentração, utilizando como subsídio os pareceres da SEAE e da SDE. Ele é o órgão judicante da esfera administrativa e suas decisões podem ser objeto de recurso no Poder Judiciário.

Hoje, o Poder Público não exerce apenas o papel de agente econômico, mas também estabelece diretrizes de interesse público que regulam as relações de mercado, atendendo às demandas da sociedade. Tem como cenário, de um lado, o processo de privatização e, de outro, o incremento no número de fusões e de outras formas de associação entre empresas antes concorrentes. Em 1999, foram concluídos e remetidos ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, para apreciação, 218 atos de concentração, representando incremento superior a 16% em relação ao ano de 1998, de 541% em relação a 1997, e de 891% em relação a 1996, refletindo o esforço no sentido de aprimorar os fluxos de trabalho e os instrumentos de investigação do Ministério da Justiça.

O CADE vem emitindo, no cumprimento de seu papel preventivo, decisões de relevância impar para o adequado funcionamento da economia brasileira.

O CADE vem emitindo, no cumprimento de seu papel preventivo, decisões de relevância impar para o adequado funcionamento da economia brasileira. Essas decisões vão desde a aprovação, do ponto de vista concorrencial, da privatização do Sistema Telebrás, até a adoção de medida cautelar determinando à empresa AMBEV a abstenção da prática de atos capazes de alterar a estrutura do mercado de cervejas, até o julgamento da pretendida fusão.

Igualmente importante é a repressão de infrações à ordem econômica, valendo lembrar a aplicação de multa equivalente a R\$ 51,5 milhões a empresas siderúrgicas pela formação de cartel na fixação de preços de aços planos.

ESTRANGEIROS

No âmbito do programa **Atendimento e Legalização de Estrangeiros no País**, que objetiva regularizar, até 2003, o ingresso e permanência de 98% dos estrangeiros no País, destaca-se a concessão de 40 mil registros a anistiados pela Lei nº 9.675/98; 1.107 naturalizações; 3.236 perma-

nências; 4.814 prorrogações do prazo de estada; e a aprovação de 178 pedidos de refúgio.

Em 1999, foi consolidado o Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE, responsável pela decisão dos pedidos de refúgio e pela orientação da política nacional sobre o tema.

Para o ano 2000, estão previstas a criação da Central de Atendimento ao Estrangeiro, a reedição do Guia Prático para Atendimento ao Estrangeiro no Brasil, a revisão das resoluções que disciplinam a admissão de estrangeiros no Brasil e a elaboração de substitutivo para o Projeto de Lei nº 1.813/91, que tramita no Congresso Nacional.

SISTEMA PENITENCIÁRIO

A situação do Sistema Penitenciário Nacional é extremamente grave, sendo classificada pela Anistia Internacional como a pior da América Latina.

No sentido de reduzir o déficit de vagas nas penitenciárias de 183% para 152%, até 2003, e de promover a reintegração do preso à sociedade, o programa **Reestruturação do Sistema Penitenciário** define um conjunto de ações que vão desde a profissionalização anual de 2.800 detentos, a assistência ao preso, à vítima e ao egresso, contemplando 2.000 pessoas, até a formação de pessoal penitenciário, além da construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais, de modo a criar 21.390 vagas até 2003.

A crescente população carcerária, de aproximadamente 194.074 presos, vem demandando a ampliação do número de vagas, mediante a construção e reforma das penitenciárias, tendo sido criadas 9.684 novas vagas desde 1995. Em 1999, foram geradas 12.052 novas vagas, totalizando 27.676 no período 1995-1999.

Paralelamente, está se desenvolvendo um projeto-modelo de penitenciária de segurança média, com capacidade para até 210 vagas, destinadas a sentenciados de baixa periculosidade e para aqueles que cumprem pena no regime semi-aberto.

Outra ação em andamento é o Mutirão na Execução Penal, cuja finalidade é examinar a situação processual dos detentos sem recursos para contratar advogado. Desde 1995, foram firmados convênios com várias unidades da federação, beneficiando 2.300 detentos e, atualmente, mantêm-se projetos em andamento com os Estados, que podem beneficiar cerca de 5.454 detentos.

A aplicação de penas alternativas, a partir de 1998, permitiu o apoio, controle, aplicação e fiscalização das penas restritivas de direito. Estima-se em 10.000 o número de sentenciados beneficiados com essa ação em 1998, e cerca de 8.000 atendidos em 1999.

Outra atividade relevante é o Cadastro da População Carcerária, destinado a informatizar as secretarias estaduais de segurança e unidades

Outra ação em andamento é o Mutirão na Execução Penal, cuja finalidade é examinar a situação processual dos detentos sem recursos para contratar advogado.

prisionais dos Estados. De 1995 a 1999, foram firmados convênios nesse sentido com 23 Estados.

O projeto "Pintando a Liberdade" é iniciativa pioneira e tem como objetivo a ressocialização e profissionalização dos internos do sistema penal, por meio da utilização da mão-de-obra ociosa dos presidiários na produção de materiais esportivos. Em contrapartida, além da remuneração pelo trabalho executado, o interno pode ser beneficiado com a redução da pena, na proporção de um dia para cada três trabalhados.

Com o apoio dos Poderes Executivo e Judiciário, o projeto hoje já está implantado em 12 Estados, com 18 núcleos e produção de 209.004 artigos esportivos. Esse material foi distribuído para 1.730.493 crianças e adolescentes carentes.

SEGURANÇA PÚBLICA

A modernização da capacidade operacional do aparelho policial, com ênfase na melhoria da capacitação dos profissionais de segurança pública, é o objetivo do programa **Segurança do Cidadão**.

Em 1999, foi desenvolvida a proposta de Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão, que visa à compatibilização dos currículos de formação dos referidos profissionais, segundo princípio de equidade dos conhecimentos e modernização do ensino policial.

O projeto **Treinamento em Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário para as Polícias Militares** destina-se a integrar os princípios de direitos humanos e humanitários na atuação prática diária das polícias militares.

O projeto **Treinamento em Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário** para as Polícias Militares, em parceria com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, destina-se a integrar os princípios de direitos humanos e humanitários na atuação prática diária das polícias militares. Em 1999, formaram-se mais 310 oficiais das polícias militares, como instrutores especializados no ensino e na integração das técnicas policiais compatíveis com o respeito aos direitos humanos e à dignidade da pessoa, elevando o total de formados no período 1998-1999 a 665 instrutores.

O Sistema de Integração Nacional das Informações de Justiça e Segurança Pública – INFOSEG é uma rede informatizada que possibilita aos diversos órgãos de segurança pública a troca de informações, otimizando o trabalho de investigação e de prisão de criminosos, visando a reduzir a criminalidade nos locais de maior incidência. Fazem parte do Sistema os cadastros de identificação criminal, mandados de prisão, armas de fogo e veículos furtados ou roubados. O projeto-piloto foi iniciado em 1997, interligando a Polícia Federal e os Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Atualmente, todos os Estados estão incorporados e prosseguem as instalações de outros módulos imprescindíveis para a complementação do projeto original.

No âmbito do programa **Combate ao Crime Organizado**, a Polícia Federal apresenta números expressivos, e pretende expandir de 60 para 85% o número de inquéritos policiais concluídos.

Em 1999, foram apreendidas 5,7 toneladas de cocaína, 62,3 toneladas de maconha, 627kg de pasta-base de cocaína e 2.957 armas de fogo de diversas procedências e calibres, e erradicados 3.452.468 pés de maconha; foram efetuadas importantes prisões, desde assassinos ou mandantes de assassinatos até fraudadores do dinheiro público. A essas, acrescente-se a prisão de pessoas ligadas à máfia, ao tráfico internacional e à biopirataria.

Dentre as operações combinadas entre a Polícia Federal, Polícias Estaduais e as Forças Armadas, destacam-se a Operação Arco-Íris, desenvolvida nos Estados do Amazonas, Mato Grosso do Sul e Rondônia; a CPI no Estado do Acre, para o combate ao crime organizado naquele Estado; a CPI do Narcotráfico; o apoio e a proteção de testemunhas ameaçadas e a Operação Porteira Fechada Norte, nos Estados do Amazonas e Pará, para controle e bloqueio de áreas de fronteiras, procurando evitar o tráfico de drogas, o contrabando de armas, mercadorias, madeiras e animais silvestres, bem como o crime contra as comunidades silvícolas.

A Polícia Marítima, com atuação nos portos e no mar territorial brasileiro, dedica-se à prevenção e à repressão de ilícitos praticados a bordo, contra ou em relação a embarcações na costa brasileira e à fiscalização do fluxo migratório no Brasil. Assim, em decorrência da execução de convênio firmado entre o Ministério da Justiça e o Comando da Marinha, foi efetivada a transferência de cinco embarcações de 33 pés para o Departamento de Polícia Federal. O emprego dessas embarcações já resultou, em fase pré-operacional, na redução a zero do número de atos de pirataria nos portos do Rio de Janeiro e de Sepetiba, no período de abril a outubro, e na redução de ocorrências no porto de Santos.

O Governo Federal criou o **Programa Nacional Antidrogas**, coordenado pela Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD, vinculada ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, objetivando prevenir o uso de entorpecentes e promover a recuperação de usuários de drogas, de acordo com proposta acordada, em 1999, nas Nações Unidas.

Uma rede capilar de informações preventivas já alcança todos os Estados, e foram estabelecidas parcerias com segmentos da sociedade civil organizada, parte de uma adequada e eficiente política nacional.

No chamado polígono da maconha, o projeto Moxotó-Pajeú abriu linha de financiamento e apoio a agricultores, introduzindo culturas substitutivas à maconha, além de ações cívico-sociais. Trabalhos foram realizados em conjunto com outros Ministérios visando resgatar a dignidade do dependente em face do dever ético do Estado, cuja presença é necessária para restabelecer a tranquilidade e paz social. Parte do trabalho foi feita pela operação complementar denominada Mandacari.

Acordos de cooperação internacional foram firmados com a Espanha, o Peru e a Romênia. O Brasil incentivou e aprovou o procedimento de Mecanismo de Avaliação Multilateral, que entrará em vigor no ano 2000. Trata-se de instrumento de aferição de políticas, de modo a atender ao

O Governo Federal criou o Programa Nacional Antidrogas, objetivando prevenir o uso de entorpecentes e promovendo a recuperação de usuários de drogas.

compromisso de responsabilidade compartilhada, para enfrentamento da questão das drogas.

Sendo a criminalidade um grave problema de dimensões nacionais e internacionais, a promoção do intercâmbio de experiências e informações entre as nações torna-se imperiosa. Nesse contexto, os adidos policiais junto às embaixadas do Brasil na Argentina, Colômbia e Paraguai têm por missão promover o intercâmbio de informações, dados técnicos, notícias e experiências relativas à segurança pública, visando ao interesse comum de prevenção e repressão de ilícitos penais.

Foi celebrada cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas – UNDCP, intitulado Fortalecimento do Controle de Precursores Químicos, objetivando ampliar a capacidade institucional e o controle descentralizado de precursores químicos em todo o País, reduzindo o desvio de substâncias para mercados ilícitos de produção de drogas ou produtos afins.

O programa **Controle do Tráfego Internacional em Portos, Aeroportos e Fronteiras** controla a entrada e saída de pessoas nos portos, aeroportos e fronteiras do País. Inclui ações de modernização, agilização e aprimoramento da segurança da fiscalização do tráfego internacional e do passaporte brasileiro, em resposta à prática de atos ilícitos relacionados com a imigração, decorrentes tanto da falsificação e adulteração do passaporte brasileiro, quanto da entrada e saída de pessoas.

Esse programa promoverá a modernização da infra-estrutura de atendimento de requerentes de passaportes, emissão eletrônica e expedição de novos modelos e vistos consulares, nos postos de serviço do Ministério das Relações Exteriores, no Brasil e no exterior, em estrita concordância com as recomendações da Organização de Aviação Civil Internacional – OACI. É também uma importante ferramenta para a prevenção e a repressão ao crime organizado. O tempo médio de expedição de passaportes será reduzido de 36 para 24 horas até 2003.

O programa **Modernização da Polícia Federal**, integrado pelos projetos Pró-Amazônia, componente importante dos Sistemas de Proteção e de Vigilância da Amazônia (SIPAM-SIVAM), e pelo projeto Ampliação e Modernização das Unidades Operacionais do Segmento Técnico-Científico da Polícia Federal (Promotec), objetiva aprimorar a estrutura operacional, gerencial e a capacidade executiva do policiamento federal em todo o território nacional. O processo de modernização deverá atingir 80% das unidades do Departamento de Polícia Federal.

O sucesso previsto apóia-se na base tecnológica a ser implantada e na diferença radical em relação à abordagem tradicional de gestão dos meios de prevenção e repressão ao crime. Constitui uma inovadora concepção de combate integrado, na redução de custos operacionais e na desburocratização das ações policiais. Trata-se de sistema multiusuário de gestão estratégica, que combina sistemas de obtenção de informações, comunicações e banco de processamento de dados, inclusive de imagens, exercendo importante papel na garantia da segurança pública.

O programa Controle do Tráfego Internacional em Portos, Aeroportos e Fronteiras controla a entrada e saída de pessoas nos portos, aeroportos e fronteiras do País.

TRÂNSITO

Vigente desde 1998, o novo Código de Trânsito Brasileiro marca importante vitória da cidadania, da paz e da vida no cotidiano de nossa sociedade. Entre 1997 e 1998, em valores absolutos, as mortes provocadas por acidentes de trânsito caíram de 24.107 para 20.020, o que significa que 4.087 vidas humanas foram poupadas no primeiro ano de vigência do Código.

O programa Educação e Segurança no Trânsito objetiva reduzir o número de acidentes de trânsito no País, tendo como meta a redução da taxa de mortalidade deles decorrente de 12,2 para 7,32% até 2003.

O importante conjunto de mudanças consubstanciadas no programa **Educação e Segurança no Trânsito**, que objetiva reduzir o número de acidentes de trânsito no País, tem como meta a redução da taxa de mortalidade deles decorrente de 12,2 para 7,32% até 2003.

A adesão da população brasileira traduziu-se em comportamentos mais seguros, como uso obrigatório do cinto de segurança e do crescente respeito à faixa de pedestre. Verifica-se controle cada vez mais eficaz na emissão de carteiras de habilitação, na incidência da pontuação referente às infrações e na rede de formação de condutores. Novos centros de formação de condutores, em conformidade com as exigências do Código, já estão implantados em 15 Estados. Outra grande inovação institucional foi a municipalização da gestão do trânsito, que já cobre 80% da frota nacional, com cerca de 250 Municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito.

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF fiscaliza a malha viária federal, de acordo com o programa **Segurança nas Rodovias Federais**, que visa a reduzir a incidência de acidentes de trânsito nas rodovias federais. Trabalha com um efetivo de 8.323 policiais rodoviários federais, em regime de escala, duas mil viaturas operacionais e seis helicópteros de policiamento e resgate.

Apesar do crescimento da frota brasileira e da melhoria no sistema rodoviário, o DPRF vem mantendo estáveis e até reduzindo os índices de acidentes e mortes nas rodovias federais.

Em 1998, no comparativo com 1997, reduziu-se o total de acidentes em 4,39%. Em 1999, a queda foi de 2,77 em relação a 1998.

Em 1998, no comparativo com 1997, reduziu-se o total de acidentes em 4,39%. Em 1999, a queda foi de 2,77% em relação a 1998. No que diz respeito ao número de mortes, a redução também é significativa: 13% em 1998 e 3,13% em 1999.

A Polícia Rodoviária Federal intensificou a repressão a outros tipos de crimes no âmbito das rodovias federais. Como resultado, em 1999, foram apreendidos 16,4 toneladas de maconha, 410 kg de cocaína, 1.830 armas de fogo, e recuperados 3.410 veículos roubados.

CULTURA

A cultura brasileira é resultante de processo histórico para o qual contribuíram três vertentes distintas: as populações indígenas que povoavam a região antes da chegada dos portugueses, os africanos, para cá trazidos durante três séculos de tráfico de escravos, e os imigrantes que, além dos portugueses, acorreram ao Brasil a partir do século XIX. Como resultado dessa miscigenação, temos uma cultura rica e diversificada, formada por bens materiais e imateriais representativos da identidade e da memória nacionais.

O Governo Federal formulou políticas que garantem os direitos culturais do cidadão.

Consciente da riqueza que representa essa diversidade cultural, o Governo Federal formulou políticas que garantem os direitos culturais do cidadão, abandonando o papel de executor, para assumir o de estimulador, normalizador e fornecedor de infra-estrutura capaz de viabilizar as manifestações oriundas das diversas iniciativas dos segmentos culturais.

O Ministério da Cultura reorganizou-se, em 1999, por áreas temáticas, reforçando a democratização de informações e manifestações culturais. Procurando diversificar as fontes de financiamento, divulgou a legislação de incentivo à cultura e fortaleceu parcerias com governos estaduais e municipais, organismos internacionais e iniciativa privada. Realizou ações culturais que se consolidaram no desenvolvimento de onze programas, com investimentos da ordem de R\$ 292 milhões, sendo R\$ 132 milhões do orçamento anual e R\$ 160 milhões decorrentes de incentivos fiscais.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Com a finalidade de conservar e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro, o programa **Brasil Patrimônio Cultural** desenvolveu várias formas de preservação, com ampla abrangência geográfica, e em parcerias com entidades públicas e com a iniciativa privada. A execução de importantes projetos trouxe reflexos positivos na formação de mão-de-obra especializada nos ofícios de restauração e conservação.

Foram restauradas a Igreja de Nossa Senhora do Pilar, importante monumento barroco de Goiás; a Igreja de Santa Bárbara de Goiás, construída no século XVIII; a Igreja Matriz de São Gonçalo dos Campos (BA); a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Lourdes, em Conquista (MG); a Casa Velha de Tiradentes, em Ouro Branco (MG) e a Casa de Câmara e Cadeia de Itanhaém (SP).

Realizaram-se os inventários de bens móveis e integrados, no Norte e Nordeste: o Teatro Amazonas, em Manaus (AM), o Centro Histórico de São Cristóvão (SE) e a Igreja de Penedo (AL). Foram levantados os bens imóveis dos Centros Históricos de Belém (PA), de São Luís (MA), de Olinda (PE) e dos núcleos dos municípios baianos de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabralia: Caraíva, Trancoso, Vale Verde, Arraial D'Ajuda, Porto Seguro e Santa Cruz.

O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural aprovou os tombamentos do Centro Histórico de Sobral (CE), do Distrito de Igatu, na Chapada Diamantina, do Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, em Salvador (BA); da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro e da Faculdade de Direito e do Observatório Astronômico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A cidade mineira de Diamantina foi eleita Patrimônio Cultural da Humanidade pelo comitê da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, em Marrakech, no Marrocos. A candidatura da cidade de Goiás (GO), ao mesmo título, foi apresentada e será analisada no ano 2000.

Deu-se continuidade ao repatriamento de fontes documentais da nossa história depositadas nos arquivos europeus. Como parte das comemorações do V Centenário do Descobrimento, será trazida para o Brasil a maior coleção de documentos sobre o período colonial do País, guardados, ainda hoje, no Arquivo Ultramarino de Lisboa.

No Arquivo Nacional foram preservados e restaurados 95.369 documentos microfilmados, resguardando o patrimônio histórico e cultural. A concessão do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa possibilitou a edição de teses de doutorado e mestrado.

Foi editado o Catálogo de Documentos e Manuscritos Avulsos da Capitania do Ceará, e estão em andamento os trabalhos para a publicação do Catálogo dos Documentos da Capitania de Mato Grosso e para a confecção de CD-ROMs das Capitanias de Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro, Colônia do Sacramento, Paraíba e Goiás, assim como para a microfilmagem de documentos das Capitanias do Pará, Pernambuco, Maranhão, Piauí e Rio de Janeiro.

Essa documentação ficará disponível para pesquisa e consulta em microfiches, CD-ROMs e catálogos no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, no Espaço Cultural Sérgio Motta, em Brasília, e via Internet, devendo também ser distribuída para universidades, arquivos, bibliotecas e centros de pesquisa.

Para revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos e sítios arqueológicos de interesse histórico, dando condições para a sua sustentabilidade, foi criado o programa **Monumenta: Preservação do Patrimônio Histórico**, que será financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$ 62,5 milhões, do Governo Federal e da iniciativa privada. Inicialmente serão contempladas as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Ouro Preto, São Luís, Recife, Olinda e Salvador.

Para a elaboração do Sistema Nacional de Referência de Sinalização de Sítios Históricos e Arqueológicos, foram realizadas parcerias com o Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, visando a padronizar as informações referentes aos sítios históricos e arqueológicos tombados. Serão incluídos novos símbolos

No Arquivo Nacional foram preservados e restaurados 95.369 documentos microfilmados, resguardando o patrimônio histórico e cultural.

Para revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos e sítios arqueológicos de interesse histórico, dando condições para a sua sustentabilidade, foi criado o programa Monumenta: Preservação do Patrimônio Histórico.

no Manual de Sinalização Turística de acordo com a definição de elementos a serem utilizados na sinalização de estradas.

MUSEUS

O programa **Museu Memória e Futuro** objetiva revitalizar os museus da União, criando condições de sustentabilidade e tem como meta expandir a frequência de visitação.

O programa **Museu Memória e Futuro** objetiva revitalizar os museus da União, criando condições de sustentabilidade, e tem como meta expandir a frequência de visitação das 2.250.000 pessoas atendidas em 1998 para 3.150.000 pessoas em 2003.

Nesse sentido, foram desenvolvidas ações de restauração e de preservação de 29.003 peças, inventariadas 3.000 unidades museológicas e promovidos 32 eventos, incluindo exposições e encontros. Destacaram-se a restauração e recuperação de acervos e dos espaços físicos do Museu Casa de Rui Barbosa e anexo (RJ); a aquisição e a instalação de equipamentos de climatização nas salas de exposições do Museu Histórico Nacional (RJ); a implantação do sistema de segurança na "Casa do Trem" (RJ); a exposição de tapeçarias dos séculos XVI a XVIII de coleções de museus franceses e a aquisição e recuperação de equipamentos nos Museus da República (RJ), Castro Maia (RJ) e Cinemateca Brasileira (RJ).

A maior coleção brasilianista do País em mãos particulares, com mais de 3.500 peças do século XIX, e o casarão do século XVIII, pertencentes à família Geyer, agora fazem parte do acervo do Museu Imperial (RJ).

O Sítio Roberto Burle Marx, no Rio de Janeiro, comemorou os 50 anos de sua criação e os 90 anos de nascimento do seu fundador, com a abertura da casa principal à visitação pública.

Como parte das comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, o Paço Imperial (RJ) apresentou a exposição "O Brasil Redescoberto", abrangendo o século XIX, a partir de 1808, quando da mudança de Dom João VI e da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro.

PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL

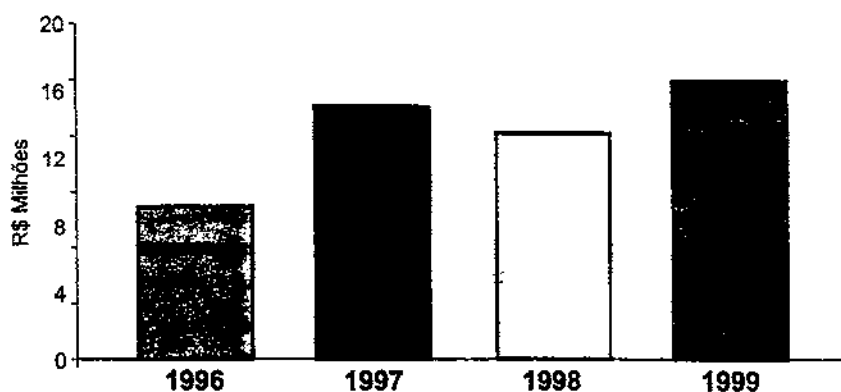
O programa **Produção e Difusão Cultural** caracterizou-se por notável expansão de produtividade, estimulando manifestações e o acesso aos bens e serviços culturais.

Com o objetivo de aumentar a produção e a difusão cultural para resgatar e consolidar a identidade nacional no País e no exterior, o programa **Produção e Difusão Cultural** caracterizou-se por notável expansão de produtividade, estimulando manifestações e o acesso aos bens e serviços culturais.

Em 1999, os investimentos atingiram o patamar de R\$ 18,8 milhões, com o apoio a projetos, no País e no exterior, com destaque para a ampliação de 4.300 acervos, o aumento de 118 espaços culturais, a produção de 100.130 unidades de livros, discos, jornais, revistas e CD-ROMs e a concessão de 5 prêmios para os diversos segmentos culturais, bem como o suporte a 1.310 artistas.

O gráfico a seguir mostra o comparativo dos investimentos realizados, no período 1996-1999, que somaram em torno de R\$ 65 milhões.

Evolução das aplicações Produção e Difusão Cultural



Fonte: SPOA/MINC

Como reflexo dessas ações, o público atendido em espaços culturais elevou-se em 42% no período: de 800.000 pessoas, em 1996, para 1.134.000, em 1999.

Das iniciativas realizadas no exterior, destacam-se a parceria com o Ministério das Relações Exteriores para a promoção da imagem do Brasil; a ampliação no mercado externo dos produtos, bens e serviços representativos da nossa cultura; e o intercâmbio com outros órgãos como a União Latina, a Prefeitura de Paris e empresas brasileiras e francesas para a exposição de 350 peças da arte barroca, em Paris, com uma seção especial dedicada ao mestre Aleijadinho.

Já se encontram na Internet várias informações de cunho cultural, dentre as quais se destacam os 3.718 projetos apresentados pela comunidade cultural para a captação de recursos junto à iniciativa privada.

No período 1996-1999, foram captados no mercado, a título de investimentos como renúncia fiscal, recursos de mecenato no montante de R\$ 899,8 milhões, para a realização de 3.253 projetos. Somente em 1999, foram captados R\$ 187,9 milhões, que financiaram 828 projetos: 138 em artes cênicas, 168 em produção audiovisual, 170 em música, 65 em artes plásticas, 83 em patrimônio, 136 em humanidades, e 68 em áreas integradas.

AUDIOVISUAL

O mercado audiovisual brasileiro é hoje um dos 10 maiores do mundo, movimentando quase US\$ 8 bilhões por ano nos segmentos cinema, vídeo, filme publicitário, TV por assinatura e TV aberta.

O mercado audiovisual brasileiro é hoje um dos 10 maiores do mundo, movimentando quase US\$ 8 bilhões por ano nos segmentos cinema, vídeo, filme publicitário, TV por assinatura e TV aberta. No entanto, a ocupação do mercado pelo produto nacional, particularmente nas salas de cinema, é ainda muito baixa, pois as políticas adotadas no início da década reduziram significativamente a participação da cinematografia nacional. Enquanto em meados dos anos 70 os filmes brasileiros ocupavam cerca de 35% do mercado de exibição, na presente década essa participação não conseguia alcançar o índice de 1%.

A partir do advento das Leis nº 8.313/91 (Rouanet) e 8.685/93 (Audiovisual) e da inclusão do setor audiovisual entre as 19 Metas Mobilizado-

Atingir o percentual de 20% de participação do filme nacional no mercado brasileiro é a meta até 2003.

ras do PBQP – Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, esse índice voltou a crescer, e hoje já se encontra em patamar superior a 8%.

Atuações estratégicas estão sendo realizadas no sentido de consolidar a indústria audiovisual no País. Com o programa **Cinema, Som e Vídeo** busca-se aumentar a participação da indústria nacional nas atividades audiovisuais, preparando-a para a inserção competitiva do produto nacional no mercado internacional. Atingir o percentual de 20% de participação do filme nacional no mercado brasileiro é a meta até 2003.

A produção cinematográfica continuou avançando, e mais de 30 filmes foram lançados em 1999. Ao aprimoramento técnico e criativo desta nova safra, soma-se acelerada desconcentração dos pólos produtores, com reflexo altamente significativo para a difusão de nossa diversidade étnica, social e humana.

A desconcentração do setor audiovisual foi estimulada, em 1999, por meio de apoio à realização de 13 festivais, de seminários sobre cultura e globalização e de concursos de curta-metragens, documentários e roteiros, nos quais foram premiados 32 filmes, 12 documentários e 40 roteiros.

O incremento da visibilidade do cinema nacional foi assegurado mediante o projeto A Redescoberta do Cinema Nacional, que promove o reencontro do povo brasileiro com as suas bases históricas e culturais.

O incremento da visibilidade do cinema nacional foi assegurado mediante o projeto A Redescoberta do Cinema Nacional, que promove o reencontro do povo brasileiro com as suas bases históricas e culturais, com as raízes de seu imaginário coletivo e com a formação de platéias. Iniciado em setembro de 1999, esse projeto vem divulgando a riqueza da cinematografia nacional relacionada com quatro áreas temáticas: Origens do Brasil, Formação Sociocultural Brasileira, Brasil Moderno e Brasil Contemporâneo.

O “Cinema na Praça” procurou resgatar o sentido histórico do cinema itinerante, exibindo os filmes brasileiros mais ligados à construção de nossa identidade em praças públicas de cidades de médio porte, contribuindo, dessa forma, para o resgate dos laços de solidariedade entre os cidadãos brasileiros e estimulando o compartilhamento de linguagens e de ícones simbólicos constitutivos da nacionalidade.

No exterior, a presença do cinema brasileiro foi assegurada com a exibição de filmes brasileiros nos principais festivais mundiais, incluindo o Oscar. Foram reafirmados os acordos internacionais de co-produção Brasil – Portugal e Ibermedia e estão em negociação a renovação dos acordos com Itália e Alemanha. Pretende-se dar continuidade e expandir a atuação internacional, mediante a constituição de *show-rooms* de filmes brasileiros no exterior e a promoção do contato de distribuidores estrangeiros com produtores brasileiros.

Foi assinado Protocolo de intenção que institui linha de financiamento de R\$ 80 milhões para projetos de finalização, pós-produção, produções novas, distribuição e exibição cinematográficas durante o biênio 1999/2000, constituindo o projeto Mais Cinema.

Com impactos previstos nos âmbitos culturais, sociais e econômicos, foi assinado Protocolo de Intenções formalizando a parceria entre o Ministério da Cultura, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o Banco do Brasil e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, que institui linha de financiamento de R\$ 80 milhões para projetos de finalização, pós-produção, produções novas, distribuição e exibição cinematográficas durante o biênio 1999/2000, constituindo o projeto Mais Cinema.

MÚSICA E ARTES CÊNICAS

Com o propósito de aumentar a produção e a difusão da música e das artes cênicas, o programa **Música e Artes Cênicas** desenvolveu ações, no valor de R\$ 15,6 milhões, que compreenderam a apresentação de 407 artistas e estudiosos em 86 eventos nacionais e internacionais, a distribuição de 7.200 instrumentos musicais a 400 bandas, o apoio a 12 orquestras, a concessão de 29 bolsas para aperfeiçoamento de profissionais ligados à produção artística e cultural e o financiamento reembolsável de 20 projetos para montagem de espetáculos de música, teatro, dança e ópera, para a gravação e produção de CDs e para aquisição de instrumentos musicais, atividades circenses e equipamentos de teatro.

Em 1999, foram apoiados 27 teatros e espaços cênicos, com recursos destinados a obras de infra-estrutura e equipamentos, destacando-se o Teatro Municipal de Tarauca (AC), o Teatro Tobias Barreto em Aracaju (SE), o Teatro Municipal de São João Del Rei (MG) e o Teatro Municipal de Ilhéus (BA).

A edição do *Livro da Música Brasileira*, constituído de composições de 500 músicos populares brasileiros, e do *Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira*, importante registro dos acontecimentos da música popular brasileira, representam marcos realizados em 1999, na preservação da memória musical.

No mesmo ano, realizaram-se 113 eventos de música e artes cênicas, com destaque para os Festivais de Música Colonial Brasileira e Música Antiga, o Festival de Dança do Triângulo, a Bienal de Música Contemporânea, a II Mostra Brasileira de Teatro de Grupo, o 8º Festival Internacional de Artes Cênicas de São Paulo, o IX Seminário Internacional de Dança de Brasília, o V Festival Nacional de Arte da Paraíba, o VIII Festival de Teatro de Curitiba e o III Festival de Ópera de Manaus.

LITERATURA

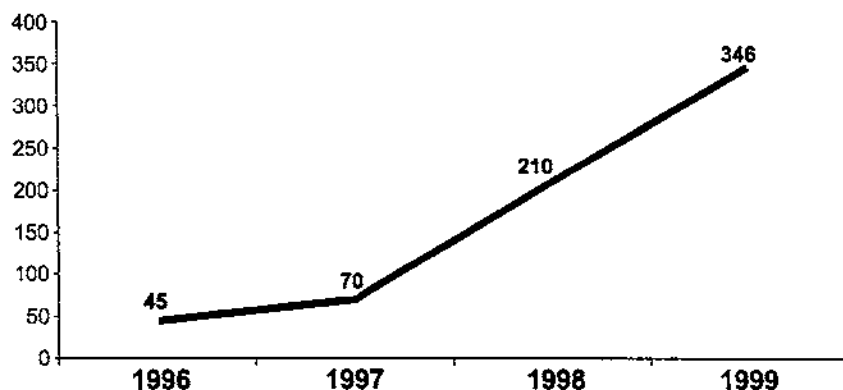
O programa Livro Aberto pretende, até 2003, triplicar o número de livros impressos no País e ampliar para 71% os Municípios dotados de bibliotecas públicas.

Com a finalidade de estimular o hábito da leitura, o acesso do cidadão ao conhecimento continuou recebendo especial atenção, por meio do programa Livro Aberto, que pretende, até 2003, triplicar o número de livros impressos no País e ampliar para 71% os municípios dotados de bibliotecas públicas.

Em 1999, foram implantadas 346 bibliotecas, com investimentos da ordem de R\$ 13,7 milhões, que incluíram uma biblioteca virtual na Biblioteca Nacional, uma biblioteca Braille, em Arapiraca (AL), e três unidades móveis em Itiruçu (BA), Araxá (MG) e Belém (PA). Tal montante representa substancial evolução, comparativamente aos anos anteriores: em 1996 foram implantadas 45 bibliotecas; em 1997, 70; e em 1998, 210.

No período 1996-1999, foram instaladas 671 bibliotecas, cujos investimentos totalizaram R\$ 27 milhões.

Bibliotecas Implantadas



Fonte: SLU/SPOA/MINC

Também a qualificação dos serviços prestados pelas bibliotecas da União foi objeto de atenção. A Biblioteca Nacional atendeu a 500.000 usuários, em decorrência também da redução do tempo de atendimento de 30 para 20 minutos e da ampliação do tempo semanal de funcionamento.

Para compor a biblioteca básica da cultura brasileira foram editados dez títulos de obras de autores brasileiros contemporâneos e distribuídos às bibliotecas públicas; produzidas 89.000 unidades de livros, discos e jornais, compreendendo a produção e distribuição de 82.000 unidades de material informativo sobre leitura.

Foram promovidos 38 eventos literários, com destaque para “A Cruzada dos Meninos de Rua” e a IX Bienal Internacional do Livro, no Rio de Janeiro. Deu-se continuidade ao projeto “Ler é Saber”, em bairros e regiões menos favorecidas de São Paulo, com implantação de salas e agentes de leitura.

Em função do Protocolo Cultural entre o Brasil e Portugal, foi concedido o Prêmio Luiz de Camões à escritora portuguesa Sophia de Mello Breyner. Escritores brasileiros nas diferentes categorias da produção literária receberam cinco prêmios. Foram concedidas quinze bolsas de tradução e publicação de títulos de autores brasileiros em diversos idiomas às editoras estrangeiras. Obras e autores brasileiros ganharam o público exterior através da participação do Brasil em oito feiras internacionais.

A CULTURA E A MEMÓRIA AFRO-BRASILEIRAS

As iniciativas do Governo Federal para a inclusão qualificada da população negra brasileira no processo de desenvolvimento do País favoreceram o surgimento de várias atividades desenvolvidas em parcerias entre o setor empresarial, movimentos negros e Estados e Municípios.

As iniciativas do Governo Federal para a inclusão qualificada da população negra brasileira no processo de desenvolvimento do País, visando a preservar a cultura e a memória afro-brasileiras, consolidadas no programa **Cultura Afro-Brasileira**, favoreceram o surgimento de várias atividades desenvolvidas em parcerias entre o setor empresarial, movimentos negros e estados e municípios.

Os parâmetros curriculares passaram a incluir orientações para o tratamento adequado do multiculturalismo brasileiro e do negro em particular. Está sendo iniciada a produção de material didático destinado ao en-

sino fundamental, que promove os valores da igualdade e da tolerância, bem como enfatiza o papel da comunidade negra, entre outros grupos étnicos, na formação da identidade nacional.

Está em execução projeto de alfabetização em áreas de concentração de população negra, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo e em 33 comunidades remanescentes de quilombos, nas Regiões Norte e Nordeste, realizado em parceria com o projeto Alfabetização Solidária.

Experiência-piloto foi executada, em parceria com a iniciativa privada, que, além de assegurar graduação universitária para 21 jovens negros de São Paulo, inclui 17 escolas públicas com 30.000 alunos, a produção de material para toda a rede escolar, inclusive pela TV Escola, transformando temas e situações de discriminação em oportunidades de debate e valorização da diversidade nacional.

Na promoção e garantia dos direitos humanos da população negra e no atendimento a vítimas de discriminação racial, foram estabelecidas parcerias com dez organizações não-governamentais ligadas ao Movimento Negro.

Na promoção e garantia dos direitos humanos da população negra e no atendimento a vítimas de discriminação racial, foram estabelecidas parcerias com dez organizações não-governamentais ligadas ao Movimento Negro. O Ministério Público apoiou nos Estados a criação de delegacias especializadas. O projeto Balcões de Direitos estendeu suas ações ao quilombo Kalunga, em Goiás.

Está sendo incentivada e sistematizada a preservação da memória da participação negra na vida nacional, por meio dos acervos de museus, bibliotecas e arquivos públicos, bem como na produção cultural do País.

Outras ações em andamento consistem no tombamento e recuperação de patrimônio religioso afro-brasileiro, representado pelo museu Ilê Ohum Lahai do Opô Afonjá, na delimitação da área do Gantois e no cadastro e na classificação das áreas remanescentes de quilombos, estimando-se um aumento de 7% para 24% no reconhecimento e titulação dessas áreas até 2003.

ESPORTES

Pela primeira vez na história do País, o esporte ganhou um ministério próprio, o Ministério do Esporte e Turismo, cuja missão é exercer o papel do Estado no fomento às práticas esportivas, contribuindo para a construção da cidadania, a inserção social, a melhoria da qualidade de vida da população e da imagem do País.

O Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte, desenvolvido no curso de 1999, irá balizar a gestão do esporte nacional no próximo quadriênio, incorporando políticas e diretrizes modernas que abrangem as manifestações esportivas oriundas de todos os segmentos da sociedade brasileira.

Outro marco institucional para o esporte nacional advém da mudança na Lei Pelé. O Governo Federal editou Medida Provisória, proibindo que mais de uma entidade de prática desportiva seja controlada, gerenciada, ou de qualquer forma influenciada em sua administração por idêntica sociedade civil de fins econômicos, incluindo sua controladora ou controlada, ou por idêntica sociedade comercial admitida na legislação em vigor, evidenciando a preocupação do Poder Público com a possibilidade de formação de cartéis no esporte, especialmente no futebol.

O Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte, desenvolvido no curso de 1999, irá balizar a gestão do esporte nacional no próximo quadriênio.

ESPORTE SOCIAL

O objetivo do programa **Esporte Solidário** é diminuir a situação de exclusão e risco social de jovens e adolescentes carentes, na faixa etária de 10 a 24 anos, pela intensificação da prática desportiva.

O objetivo do programa **Esporte Solidário** é diminuir a situação de exclusão e risco social de jovens e adolescentes carentes, na faixa etária de 10 a 24 anos, pela intensificação da prática desportiva.

O programa já está implantado em 26 Estados, mediante parcerias efetivadas com outros órgãos do Governo Federal, com governos estaduais e municipais ou organizações não-governamentais.

Destaque deve ser dado a convênio celebrado em 1999 com a Fundação Banco do Brasil, que possibilitou a ampliação do número de crianças e adolescentes atendidos pelo programa, alcançando 157.336, distribuídos em 560 municípios e 750 núcleos de funcionamento em comunidades de baixa renda, o que representa acréscimo de 38% em relação ao ano de 1998 e de 600% em comparação ao ano de 1996.

Esse programa apresenta três linhas de frente bem definidas: implantação de projetos de esporte educacional nas escolas públicas de ensino fundamental; implantação, desenvolvimento e manutenção de projetos esportivos; e implantação de infra-estrutura esportiva, em áreas de reconhecida carência e de população de baixa renda.

O projeto de esporte educacional tem como missão garantir a prática do esporte como instrumento de desenvolvimento integral dos indivíduos para a formação da cidadania pelas crianças e adolescentes de escolas públicas de ensino formal. A premissa de democratização do esporte procura criar oportunidades de práticas esportivas e educacionais às populações menos favorecidas.

Em 1999, foram apoiados 10 projetos esportivos educacionais, atendendo diretamente cerca de 140.000 crianças e adolescentes e capacitando cerca de 1.000 profissionais.

Os projetos de implantação de infra-estrutura esportiva em comunidades carentes, que objetiva fornecer apoio, em especial às prefeituras, para a construção, modernização e adequação de quadras, ginásios e outros espaços esportivos, nas áreas de reconhecida carência e de população de baixa renda, em 1999, beneficiaram 350 comunidades.

Os projetos-padrão de infra-estrutura esportiva foram criados para a construção de quadras e ginásios esportivos, com o objetivo de reduzir custos para as prefeituras e facilitar a fiscalização. As obras são fiscalizadas pela Caixa Econômica Federal.

O programa **Esporte Direito de Todos** tem por objetivo contribuir para a inserção social, a melhoria da qualidade de vida e a formação da cidadania.

O programa **Esporte Direito de Todos** tem por objetivo contribuir para a inserção social, a melhoria da qualidade de vida e a formação da cidadania, por meio da prática esportiva e do lazer, levando em conta as dimensões culturais e educacionais.

As principais ações desse programa são a implantação e a manutenção de núcleos de esporte, que beneficiarão idosos, portadores de deficiência e jovens, em diferentes modalidades.

Quanto às pessoas portadoras de deficiência, o objetivo maior é dar-lhes acesso e permanência na prática de atividades físicas, esportivas e de lazer, contribuindo para o seu processo de educação, reabilitação, manutenção da saúde e equiparação de oportunidades, atuando como elemento facilitador de sua inclusão social e integração na comunidade.

Em atenção aos dispositivos da Lei nº 9.615/98, as principais ações para as pessoas portadoras de deficiência consistem na implantação e na manutenção de núcleos, que possibilitam a prática da atividade física, esportiva e de lazer e na qualificação de profissionais para atuar nessa área.

No período 1996-1999, o programa promoveu a implantação de 35 núcleos de atendimento esportivo, apoiou a realização de 9 cursos de capacitação, 12 eventos científicos, um encontro de avaliação e 100 competições esportivas nacionais e 41 internacionais, voltados para o atendimento de pessoas portadoras de deficiência.

As atividades físicas, esportivas e de lazer para a terceira idade, que vêm sendo executadas desde 1997, visam à melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa, à promoção de sua autonomia e de sua participação efetiva na sociedade, bem como à capacitação técnica de pessoal especializado para atendimento.

O programa mantém 7 núcleos de atendimento à terceira idade, tendo proporcionado, em 1999, a assistência a 3.000 idosos e promovido a realização de cursos em 10 capitais, para treinamento de 100 professores, além de ter conferido apoio à elaboração e publicação de livro didático nessa área.

Quanto às crianças e adolescentes, destaca-se o incentivo para a popularização da prática de esportes náuticos àqueles na faixa etária de 8 a 15 anos, regularmente matriculados na rede pública de ensino. Busca-se desenvolver o espírito de equipe e liderança, o raciocínio rápido e a capacidade de concentração, bem como despertar valores de preservação ambiental, formação e detecção de novos talentos e o aperfeiçoamento do nível técnico desportivo na vela, remo e canoagem.

Apesar dessa modalidade de projeto ter sido iniciada em 1999, já conta com 7 núcleos implantados em 4 Estados, oferecendo atendimento a 1.120 crianças e adolescentes.

A promoção de eventos esportivos de identidade cultural busca promover e estimular as manifestações populares de caráter esportivo vinculadas às nossas raízes étnicas e históricas. A maior realização, em 1999, foi o apoio dado aos II Jogos dos Povos Indígenas, em Guará (PR), que congregou 31 tribos, em 7 modalidades, e teve a participação de 570 atletas.

Esses eventos visam, ainda, à capacitação técnica na área das atividades desportivas de identidade cultural, à transmissão de informações etno-históricas e à difusão das manifestações das atividades desportivas de identidade cultural, preservando suas características.

A capacitação de recursos humanos, feita em conjunto com professores da Fundação Getúlio Vargas, foi objeto de Curso de Gestão/Administração Esportiva, aplicado em 10 cidades brasileiras.

A promoção de eventos esportivos de identidade cultural busca promover e estimular as manifestações populares de caráter esportivo vinculadas às nossas raízes étnicas e históricas.

O programa Brasil Potência Esportiva objetiva melhorar o desempenho do atleta brasileiro, em competições nacionais e internacionais, bem como promover a imagem do País no exterior.

ESPORTE DE RENDIMENTO

O programa **Brasil Potência Esportiva** objetiva melhorar o desempenho do atleta brasileiro, em competições nacionais e internacionais, bem como promover a imagem do País no exterior, elevando a taxa de atletas com índice internacional do nível atual de 0,24 para 0,4% em 2003.

Merece especial destaque, em 1999, a realização dos XIII Jogos Pan-americanos, em Winnipeg, Canadá, evento apoiado financeiramente pelo Governo Federal, que envolveu 453 atletas e 206 dirigentes. Trata-se de competição de alto rendimento, envolvendo todos os países do continente americano em 36 modalidades esportivas, tendo por finalidade principal a preparação de atletas para as seleções olímpicas.

Nadando, correndo, lutando, arremessando, sacando e muito mais, o Brasil se superou em Winnipeg. Pela primeira vez, em 48 anos de história dos Jogos Pan-americanos, o País atinge a casa de três dígitos no quadro de medalhas. Foram 101 medalhas (25 de ouro, 32 de prata e 44 de bronze) conquistadas na 13ª edição do evento. É a melhor participação brasileira de todos os tempos.

Outra competição importante apoiada foram os Jogos Mundiais Universitários de Verão – “Universíade 99”, realizados em Palma de Maiorca, Espanha. Esse evento, bienal, reúne cerca de 7.000 participantes e visa ao conagraçamento mundial dos estudantes de ensino superior, propiciando a descoberta de novos talentos. A delegação brasileira contou com 118 atletas, 46 dirigentes e 8 árbitros.

No cômputo geral, o programa atendeu, em 1999, a 81 eventos esportivos, com 1.932 atletas e 657 dirigentes de 28 modalidades. Esse número manteve-se praticamente estável em relação ao ano anterior. No período 1996-1999, foram realizadas 291 competições esportivas.

Visando ao treinamento e aclimação da delegação brasileira para os Jogos Olímpicos de Sidney, Austrália, em 2000, integrada por 300 membros de 20 modalidades esportivas, foi efetuado o pagamento de duas parcelas do aluguel das instalações desportivas do Instituto Australiano de Esportes.

Quanto ao esporte de rendimento praticado por pessoas portadoras de deficiência, em 1999, o programa atendeu a aproximadamente 1.000 atletas e a 300 dirigentes de 13 modalidades esportivas em campeonatos brasileiros e mundiais, Pan-americano, Copa Mundial e Olimpíadas Nacionais. É de se destacar que no Pan o Brasil conquistou o segundo lugar geral, trazendo para o País 212 medalhas, sendo 107 de ouro, 67 de prata e 38 de bronze, tendo conquistado, também, o tri-campeonato na natação.



A política governamental de transportes tem como objetivo elevar os níveis de investimento, modernizar as estruturas institucionais e descentralizar as ações e responsabilidades antes concentradas na esfera federal.

INFRA-ESTRUTURA

TRANSPORTES

A política governamental de transportes tem como objetivo elevar os níveis de investimento, modernizar as estruturas institucionais e descentralizar as ações e responsabilidades antes concentradas na esfera federal. Como nos demais setores de infra-estrutura, trata-se de reduzir o papel do Estado, como provedor e operador direto dos serviços, e reforçar suas atribuições de coordenação, normatização e supervisão, inerentes ao poder concedente.

Nesse sentido, foi encaminhado ao Congresso Nacional projeto de lei que pretende criar a Agência Nacional de Transportes – ANT, para regular e fiscalizar os serviços concedidos na área de transportes, e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DINFRA, como responsável pela política de transportes.

TRANSPORTE TERRESTRE

Desde o início de 1999, o Governo vem atuando de maneira diferente na administração das rodovias, por meio do programa **Manutenção da Malha Rodoviária Federal**, investindo prioritariamente na conservação, sinalização e restauração das estradas, e secundariamente em construção.

Os serviços de restauração têm custo total estimado em US\$ 1,25 bilhão, sendo US\$ 500 milhões do BID, US\$ 500 milhões do Banco Mundial e US\$ 250 milhões de contrapartida da União. Foram concluídos 1.200 km de restauração de rodovias e transferidos 3.866 km de rodovias aos Estados.

Em 2000, será iniciado o programa **Manutenção de Rodovias em Regime de Gestão Terceirizada**, com o objetivo de recuperar e manter em bom estado trechos de rodovias federais sob gestão terceirizada.

Busca-se estabelecer nova forma de gestão da malha rodoviária, mediante a execução integrada de serviços de restauração e manutenção de trechos rodoviários contínuos, com extensão não inferior a 200 km, envolvendo contratos de preços fixos, avaliados por desempenho. Na primeira etapa serão executados serviços em cerca de 5.800 km de rodovias pavimentadas, com custo aproximado de US\$ 230 milhões.

A infra-estrutura do transporte ferroviário viveu longo período em que a falta de investimentos promoveu o sucateamento da malha, fazendo com que as ferrovias no Brasil perdessem competitividade, o que se está revertendo com a privatização da rede existente.

Após a conclusão da privatização das malhas da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, em 1997, e da malha da Ferrovia Paulista S.A. – FEPASA, em dezembro de 1998, as ações do Governo, agora estruturadas no programa **Serviços de Transporte Ferroviário de Carga**, estão

dirigidas à garantia da qualidade da prestação dos serviços, mediante a fiscalização das operações, de incentivos à expansão e a investimentos na malha, saindo da operação direta do sistema ferroviário de cargas.

Atente-se que, com os arrendamentos da malha ferroviária federal, a União arrecadará mais de R\$ 4,5 bilhões nos próximos trinta anos, enquanto os concessionários das malhas já investiram R\$ 1,03 bilhão até dezembro de 1999.

Para melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros e operar o serviço até sua transferência integral aos governos locais, o programa **Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros** reúne ações a serem desenvolvidas em oito capitais até 2003.

Apesar da operação dos sistemas de trens de São Paulo e Rio de Janeiro já ter sido transferida à iniciativa privada, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU continuou realizando investimentos nesses sistemas, em função de compromissos assumidos com os Estados.

Em 1999, a CBTU deu seqüência às ações de descentralização, com vistas à transferência dos sistemas de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza e Salvador, ainda operados pela Empresa, para os Estados e Municípios.

No sistema de Belo Horizonte, o ano de 1999 foi marcado pelo início efetivo das obras de implantação do Metrô no trecho Calafate – Barreiro e pela continuação da expansão do Metrô na linha existente até Via Norte, atingindo 65% de execução das obras civis até 1999. As ações empreendidas no trecho já em operação possibilitaram alcançar recordes históricos de transporte, com a média de passageiros transportados por dia útil, em dezembro de 1999, 15% superior à verificada no ano anterior.

No sistema de Recife, a implantação do Metrô na Linha Sul e sua extensão na Linha Centro até o Timbi, cujas obras foram iniciadas em 1998, teve seu ritmo substancialmente incrementado, atingindo 21% de execução na Linha Sul e 26% na Linha Centro, sem prejuízos no volume total de passageiros transportados.

Em Fortaleza, o projeto do Metrofor, amparado por empréstimos de US\$ 268 milhões do *The Export-Import Bank of Japan* – Eximbank, e de US\$ 84,7 milhões do Banco Mundial, além de US\$ 100,3 milhões de recursos da União, teve o efetivo início das obras civis em 1999. As ações institucionais necessárias à transferência do sistema de Fortaleza para o Governo local já estão em fase final, e serão concluídas em 2000.

Para o sistema de Salvador, 1999 representou o equacionamento financeiro para a implantação de moderno sistema de transportes, o Metro-sal, nos trechos Calçada-Paripe e Lapa-Pirajá. O projeto prevê investimentos de US\$ 307,8 milhões, e deverá contar com recursos do Banco Mundial, no valor de US\$ 150 milhões, cuja autorização para contratação foi aprovada pelo Congresso Nacional em novembro de 1999, e ainda com US\$ 40 milhões da União e US\$ 117,8 milhões do Governo da Bahia.

Também nos sistemas de Natal, João Pessoa e Maceió foram efetuados investimentos, possibilitando a melhoria do transporte urbano nas respectivas regiões metropolitanas.

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – TRENSURB, após concluir, em dezembro de 1997, o trecho de 3,9 km de extensão entre Sapucaia do Sul e Unisinos, responsável por incremento de aproximadamente 18 mil passageiros por dia útil, está construindo o trecho de 2,6 km entre Unisinos e São Leopoldo, todo em elevado.

O projeto básico de engenharia da Linha 2 e o estudo de viabilidade técnico-econômica para ampliação da Linha 2 em direção a Viamão, Alvorada, Cachoeirinha e Gravataí, contratados em 1998, têm previsão de conclusão em junho de 2000.

TRANSPORTE MARÍTIMO

Passados quatro anos desde o início do processo de desestatização dos portos no Brasil, o setor já apresenta redução significativa nos custos em vários segmentos de cargas e nas tarifas portuárias, com impacto expressivo sobre o “custo Brasil” (70% de redução na tarifa do porto de Santos, por exemplo).

O País conta atualmente com 38 portos públicos, sendo que todos já estão com as operações portuárias sob administração privada e com o processo de arrendamento em estágio avançado.

O País conta atualmente com 38 portos públicos, sendo que todos já estão com as operações portuárias sob administração privada e com o processo de arrendamento em estágio avançado (143 contratos assinados, 41 em licitação e 114 a serem licitados a médio prazo). Até 1996 havia 1,4 km² de áreas portuárias arrendadas, atingindo cerca de 7,3 km² em 1999, com acréscimo de 421%. A expectativa é de se transferir até 2000 todas as áreas e instalações ao setor privado, permitindo o incremento da competitividade no setor portuário.

As Companhias Docas foram transformadas em Autoridades Portuárias, e não mais operam carga e descarga de mercadorias, tornando-se responsáveis pela administração e fiscalização de todo relacionamento operacional e administrativo entre as empresas que fazem parte do condomínio portuário.

A partir de 1996, o Governo Federal retomou os investimentos nas hidrovias, modal que há muitos anos não recebia a devida atenção. As ações dirigidas ao transporte hidroviário interior têm resultado na aproximação dos seus custos aos valores internacionais e são prosseguimento do esforço para reequilibrar a matriz de transporte interior brasileira.

Para estimular o desenvolvimento e a melhoria da prestação do serviço de transporte da navegação interior, de cabotagem e de longo curso, foram aplicados, em 1999, R\$ 137 milhões, no âmbito do programa **Qualidade e Fomento ao Transporte Aquaviário**.

Foram entregues 38 embarcações destinadas à navegação interior, aumentando consideravelmente a oferta de transporte hidroviário, propiciando melhor escoamento das safras agrícolas destinadas ao mercado interno e à exportação.

A navegação de cabotagem, intensamente utilizada em outros países, especialmente naqueles de dimensões continentais como o nosso, vem crescendo e a tendência é aumentar nos próximos anos.

O Governo estuda a expansão do mercado *off-shore*, que trará revigoração à indústria de construção naval em 2000 e o financiamento ao transporte hidroviário de passageiros para atender à urgente demanda na Região Amazônica.

A navegação de cabotagem, intensamente utilizada em outros países, especialmente naqueles de dimensões continentais como o nosso, vem crescendo e a tendência é aumentar nos próximos anos, beneficiando-se da modernização dos portos, da privatização das ferrovias e da flexibilização das regras de operação.

O transporte de grãos, sólidos e líquidos, tem um crescimento compatível com o desenvolvimento da economia. São movimentados anualmente doze milhões de toneladas de grãos sólidos, e mais de quarenta milhões de toneladas de grãos líquidos.

A movimentação de carga geral vem evoluindo de forma intensa. Hoje está operando incessantemente entre nossos portos uma frota de onze navios, movimentando cargas com cerca de 2 milhões de toneladas anuais, algo equivalente a 50.000 carretas rodoviárias.

A Marinha, no âmbito do programa **Segurança e Proteção ao Tráfego Aquaviário**, efetuou as gestões necessárias à aprovação da Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário – LESTA, assim como sua regulamentação, contribuindo para a salvaguarda da vida humana e para a prevenção da poluição ao meio ambiente.

A atividade de socorro e salvamento marítimo é executada pelo Serviço de Busca e Salvamento, por força de acordos internacionais, em toda a extensa área de responsabilidade do Brasil, que equivale a uma vez e meia o território nacional. É ação extremamente importante, que envolve intensamente as aeronaves da Marinha, os navios das Forças Distritais e os meios da própria Aeronáutica.

A Marinha dispõe do Comando e Controle do Teatro de Operações Marítimo – CCTOM, instrumento que conta com moderna rede de computadores, que possibilita a tomada de decisões adequadas e oportunas, nas diversas situações onde seja requerido o emprego e a aplicação do Poder Naval. O CCTOM acompanhou, em 1999, cerca de 17.000 travessias de navios brasileiros e estrangeiros, com a média de 250 contatos por dia.

O CCTOM também é utilizado no Serviço de Busca e Salvamento. Em 1999, a Marinha atendeu cerca de 95 pedidos de busca, socorro e salvamento marítimo, incluindo naufrágios, colisões, homens ao mar e avarias.

Outras atividades de destaque são a confecção e atualização das cartas náuticas brasileiras; a construção, operação e manutenção da rede de sinalização náutica, que hoje tem cerca de 3.300 sinais, entre faróis, radiofaróis, faróletes, balizas e bóias de demarcação; o estabelecimento e fiscalização das regras para o tráfego de aproximação dos portos brasileiros; e a aprovação dos planos de construção e a inspeção periódica das condições de segurança das embarcações.

TRANSPORTE AÉREO

A infra-estrutura aeroportuária conta atualmente com rede de 710 aeródromos públicos.

A infra-estrutura aeroportuária conta atualmente com rede de 710 aeródromos públicos: 401 são administrados pelo Comando da Aeronáutica, 242 pelos Estados e Municípios e 67 pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO.

O País possui a segunda maior infra-estrutura aeroportuária do mundo, e o Comando da Aeronáutica tem por responsabilidade assegurar a manutenção dos níveis de serviço e da segurança dos aeroportos, em prol dos usuários do transporte aéreo.

Merecem destaque, em 1999, as seguintes ações integrantes do programa **Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária**: construção, ampliação, conservação, pavimentação e instalação de balizamentos em pistas de pouso e decolagem, e a aquisição de caminhões de combate a incêndio, caminhões-pipa e caminhões autobomba-tanque.

CORREDORES MULTIMODAIS

No âmbito do programa **Corredor Araguaia-Tocantins** prosseguem as obras da eclusa de Tucuruí, que teve contratado o fornecimento e a montagem dos equipamentos eletromecânicos em 1999, equivalente a 25% do investimento previsto.

A utilização da hidrovía Araguaia-Tocantins permitirá o escoamento das safras da Região Centro-Oeste para os portos do Maranhão e do Pará, reduzindo custos e permitindo o desenvolvimento dessas áreas.

A utilização da hidrovía Araguaia-Tocantins permitirá o escoamento das safras agrícolas da Região Centro-Oeste para os portos do Maranhão e do Pará, reduzindo custos e permitindo o desenvolvimento dessas áreas. Nesse sentido, foram realizadas obras de balizamento e sinalização em 2.200 km dos rios Araguaia e Tocantins, o que já permitiu considerável redução no custo do frete.

A ferrovia Norte-Sul, administrada pela Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., teve concluídas as obras referentes aos 120 km previstos entre Imperatriz e Estreito (MA), inclusive a construção de oito pontes de concreto.

No programa **Corredor Fronteira Norte**, a rodovia BR-174, com aproximadamente 1.000 km de extensão, no trecho entre Manaus e a fronteira do Brasil com a Venezuela (marco BV-8), com investimento de R\$ 168 milhões, financiados pela Corporación Andina de Fomento – CAF, deverá estar concluída em abril de 2000, restando a construção de quatro pontes de concreto no Estado de Roraima e a ponte sobre o rio Branco, com 700 m de extensão.

No programa **Corredor Nordeste**, os investimentos públicos na área portuária tiveram como destaque as obras dos portos de Suape e Pecém, que já estão mostrando resultados, gerando empregos e induzindo o desenvolvimento nas suas áreas de influência.

Suape, próximo a Recife, encontrava-se, no final de 1999, com 93% das obras executadas, tendo sido concluídas as dragagens da área externa e interna e de regeneração do solo sob o cais, a abertura da entrada do porto

interno e a recuperação da avenida que dá acesso ao porto. Suaape vai representar importante corredor multimodal, combinado com a hidrovia do São Francisco e a ferrovia Transnordestina.

O porto de Pecém (CE) encontra-se com 75% das obras executadas. Já foram concluídas a ponte de acesso ao píer 1, a rodovia que liga o porto à BR-222, dois armazéns para carga geral, prédios administrativos e as linhas de transmissão Cauapé-Pecém-Porto. Estão em andamento as obras *off-shore* (no mar) e *on-shore* (em terra), com 92% e 76% de realização, respectivamente.

No programa **Corredor Oeste-Norte**, a recuperação das BR-364 e 163 possibilitará o escoamento de grãos do extremo Oeste com menores custos. As obras incluem o restabelecimento de condições adequadas de tráfego em 520 km de trechos estratégicos nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Acre, e a construção de 40 km da BR-364 em Minas Gerais. Cerca de 78% das obras encontram-se executadas.

As obras de balizamento e sinalização em 1.056 km da hidrovia do rio Madeira já permitem considerável redução no custo do frete.

Entre as obras mais importantes do programa **Corredor Sudoeste**, está a Ferronorte, cuja primeira etapa está concluída. São 410 km que ligam Aparecida do Taboado (MS) a Alto Taquari (MT), garantindo alternativa eficaz para o transporte da produção agrícola, que interligada aos 900 km da FERROBAN – Ferrovia Bandeirantes S.A., por meio da maior ponte rododiferroviária do mundo (com 2.600 m de extensão sobre o rio Paraná) até o porto de Santos, permitirá redução dos fretes em pelo menos 30%.

Importantes avanços foram realizados na elaboração de regulamentos únicos a serem adotados na Hidrovia Paraguai-Paraná pelos cinco países partícipes de sua exploração econômica. A unificação de procedimentos a serem adotados na hidrovia, após totalmente implantados pelos Estados-Partes, tornará a navegação mais segura desde Cáceres (MT), até Nova Palmira, na bacia do Prata.

No programa **Corredor São Francisco**, foram realizadas obras de balizamento e sinalização em 1.317 km do rio São Francisco, o que já permitiu considerável redução no custo do frete. Em 1999, foram liberados pelos órgãos ambientais importantes intervenções de engenharia no rio São Francisco.

Nos programas **Corredor do Leste**, **Corredor Transmetropolitano** e **Corredor Mercosul**, pode-se destacar a ligação rodoviária entre Belo Horizonte (MG) e Osório (RS), estratégica para o processo de integração regional. É a maior obra de duplicação de rodovias em andamento no mundo. Seu primeiro trecho, a duplicação da rodovia Fernão Dias (BR-381), ligando Belo Horizonte a São Paulo, envolvendo recursos de aproximadamente US\$ 1,2 bilhão, encontra-se com 82% das obras executadas, estando sua conclusão prevista para julho de 2001. No trecho entre São Paulo, Curitiba e Florianópolis (BR-116, BR-101 e BR-376), com custo estimado em US\$ 1,7 bilhão, cerca de 81% dos serviços de duplicação e recuperação estão executados, prevendo-se a conclusão das obras para o

Importantes avanços foram realizados na elaboração de regulamentos únicos a serem adotados na Hidrovia Paraguai-Paraná pelos cinco países partícipes de sua exploração econômica.

terceiro trimestre de 2001. A duplicação do trecho entre Florianópolis e Osório encontra-se em fase adiantada de negociação do financiamento com instituições internacionais, estando o seu projeto executivo em fase final de elaboração.

Ainda no programa **Corredor Transmetropolitano**, a hidrovía Tietê-Paraná encontra-se com 95% das obras executadas.

ENERGIA

PETRÓLEO E GÁS NATURAL

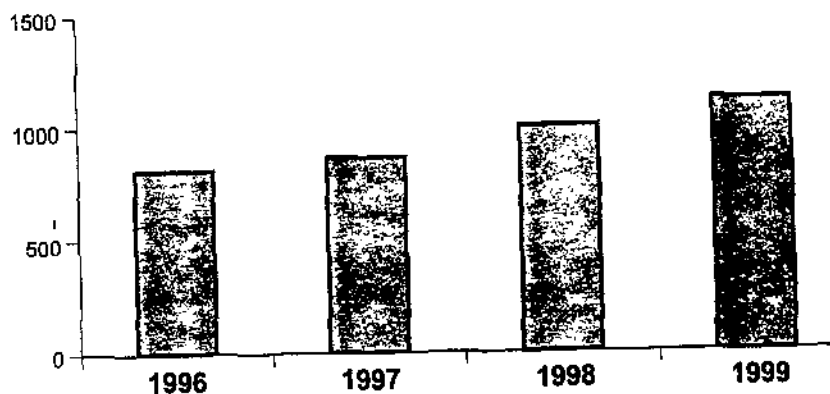
As principais diretrizes do Governo Federal, no segmento de petróleo e gás estão direcionadas a (i) consolidar o marco regulatório setorial instituído pela Emenda Constitucional nº 9, que reorientou o monopólio estatal do petróleo; (ii) aperfeiçoar a capacitação dos agentes institucionais, particularmente da Agência Nacional do Petróleo – ANP, no papel de regulador e fiscalizador, e da Petrobrás, em suas funções empresariais; (iii) promover oportunidades de investimentos e a dinamização dos processos autorizativos e licitatórios de concessões; e (iv) garantir o atendimento das demandas de derivados de petróleo e de gás natural, em conformidade com as necessidades dos consumidores.

As ações voltadas para a busca contínua de maior oferta de petróleo e gás natural ao mercado, integrantes do programa **Oferta de Petróleo e Gás Natural**, permitiram que a produção interna atingisse em 1999 a média de 1.132 mil barris por dia, ou seja, 13% a mais do que a média registrada em 1998, em razão do significativo acréscimo de produção na bacia de Campos e dos aumentos verificados nos Estados de Sergipe, Alagoas, Espírito Santo e Amazonas. Estes compensaram as quedas de produção apuradas na Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará, bem como nos campos situados no Sul do País.

Na produção de gás natural, os bons resultados obtidos são traduzidos em uma produção média diária de 32,5 milhões de m³, representando aumento de 9,1% em relação ao ano anterior.

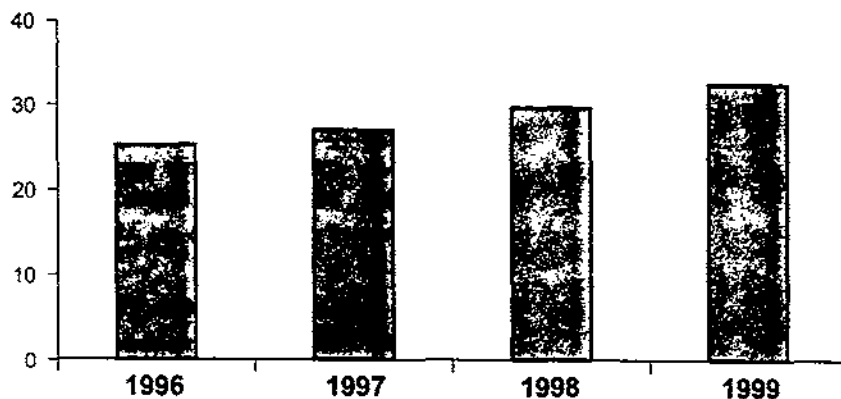
A produção interna de petróleo atingiu em 1999 a média de 1.132 mil barris por dia, ou seja, 13% a mais do que a média registrada em 1998.

Produção de Óleo – País
Mil barris/dia



Fonte: Petrobrás

**Produção de Gás
Natural – País**
Milhões m³/dia



Fonte: Petrobrás

Os investimentos em exploração e produção foram da ordem de R\$ 4,12 bilhões, dos quais R\$ 2,08 bilhões com recursos próprios da Petrobrás, e resultaram em seis descobertas nas bacias terrestres e duas nas bacias marítimas.

Uma das descobertas marítimas, na bacia de Santos, revestiu-se de particular importância, devido à excelente qualidade do óleo encontrado e aos volumes potenciais descobertos, que podem chegar a 700 milhões de barris.

A Petrobrás dispõe de 94 blocos exploratórios, além das 283 concessões que contêm campos em produção ou em desenvolvimento da produção.

Nas parcerias em projetos de exploração e de desenvolvimento da produção foram oferecidos ao mercado, pela Petrobrás, 32 projetos distribuídos por 14 bacias sedimentares brasileiras, dos quais 7 foram assinados em 1998 e 16 em 1999, restando 9 a serem firmados. Os 23 projetos contemplam investimentos estimados em US\$ 2,9 bilhões, em atividades de exploração e desenvolvimento da produção nos próximos 7 anos.

A Petrobrás continua líder mundial de produção em águas profundas, posição ratificada pelo recorde alcançado em janeiro de 1999 no campo de Roncador, colocando em produção a uma lâmina d'água de 1.853 m.

É oportuno destacar que entrou em operação, no campo de Marlim, a unidade flutuante de produção P-35, com capacidade de 100.000 barris por dia de produção. Igualmente importante foi a chegada ao País, em novembro de 1999, da plataforma P-36, montada no Canadá, para conclusão dos testes de condicionamento e instalação do sistema de ancoragem antes de seu deslocamento para campo de Roncador. A plataforma tem capacidade prevista para processamento de 180.000 barris de petróleo, maior capacidade até hoje projetada, com previsão de entrada em operação em abril de 2000.

Até 2003, pretende-se atingir a produção média diária de 52,8 milhões de m³ de gás natural e de 1.750 mil barris de petróleo.

Procurando ampliar e otimizar o parque de refino de petróleo, adequando-o às exigências ambientais e de qualidade do mercado, como definido no programa **Refino de Petróleo**, o processamento de petróleo nas refinarias da Petrobrás atingiu a média diária de 1.550 mil barris (4,5% superior a 1998), destacando-se o recorde, alcançado em junho de 1999, de 1.610 mil barris por dia.

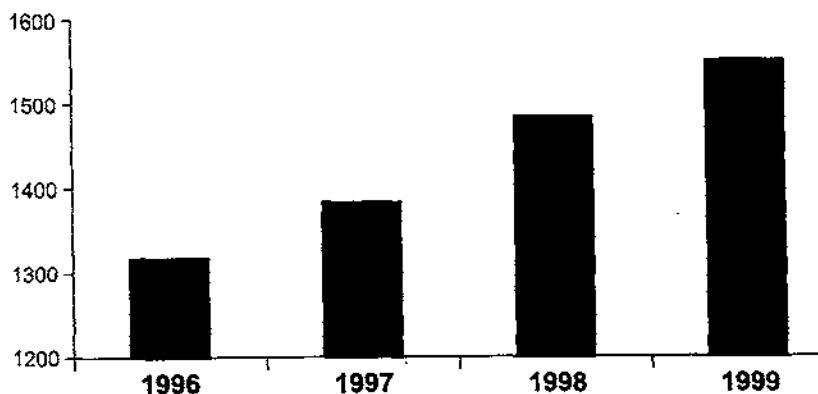
A Petrobrás continua líder mundial de produção em águas profundas, posição ratificada pelo recorde alcançado em janeiro de 1999 no campo de Roncador, colocando em produção a uma lâmina d'água de 1.853 m.

No período 1996-1999 o crescimento da carga processada foi de 17,7%. Dos investimentos realizados no parque de refino em 1999, de R\$ 607 milhões, cabe destacar: a continuidade da implantação das unidades de craqueamento catalítico de resíduo nas refinarias Landulpho Alves (RLAM), com conclusão prevista para abril de 2001; na de Capuava (RECAP), com conclusão para janeiro de 2000; e da unidade de destilação atmosférica na refinaria de Manaus (REMAN), com conclusão prevista para abril de 2000.

Para o período 2000-2003 estão previstos investimentos em 10 refinarias da Petrobrás, com objetivo de ampliar e otimizar o parque, devendo o processamento de petróleo atingir 1.807 mil barris por dia, em 2003.

Petróleo Processado

Mil barris/dia

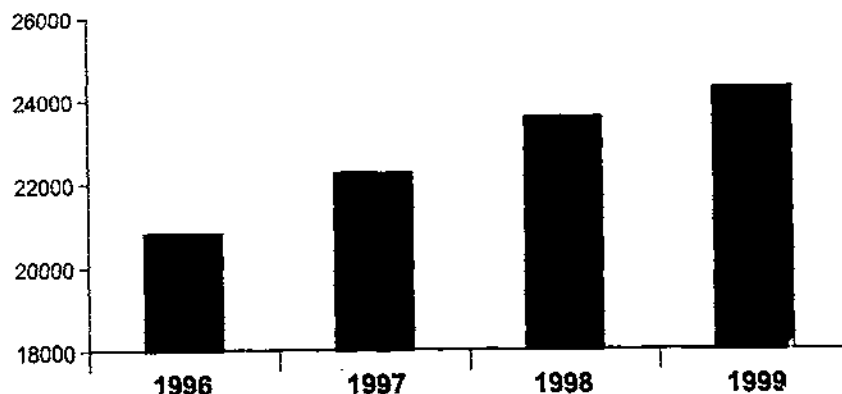


Fonte: Petrobrás

Os trabalhos destinados à ampliação da infra-estrutura de transporte dutoviário de petróleo, derivados e gás natural, visando à garantia do atendimento ao mercado, conforme proposto no programa **Transporte Dutoviário de Petróleo, Derivados e Gás Natural**, resultaram no transporte de 24.306 milhões de m³.km de petróleo e derivados em dutos em 1999, volume 3,1% superior ao do ano anterior (23.577 milhões de m³.km). Os investimentos atingiram R\$ 188 milhões, com destaque para a ligação Urucu-Solimões.

Transporte de Petróleo e Derivados em Dutos

Milhões m³.km



Fonte: Petrobrás

Entre os projetos referentes ao gás natural, destaca-se o gasoduto Bolívia-Brasil, que envolve investimentos totais de US\$ 2 bilhões.

Entre os projetos referentes ao gás natural, destaca-se o gasoduto Bolívia-Brasil, que envolve investimentos totais de US\$ 2 bilhões. Em fevereiro de 1999, foi inaugurado o trecho Norte do gasoduto, que liga Rio Grande, na Bolívia, a Guararema (SP), num total de 1.977 km. A operação comercial desse trecho teve início em julho de 1999. O trecho Sul, de Campinas (SP) a Porto Alegre (RS), teve sua conclusão mecânica em dezembro de 1999.

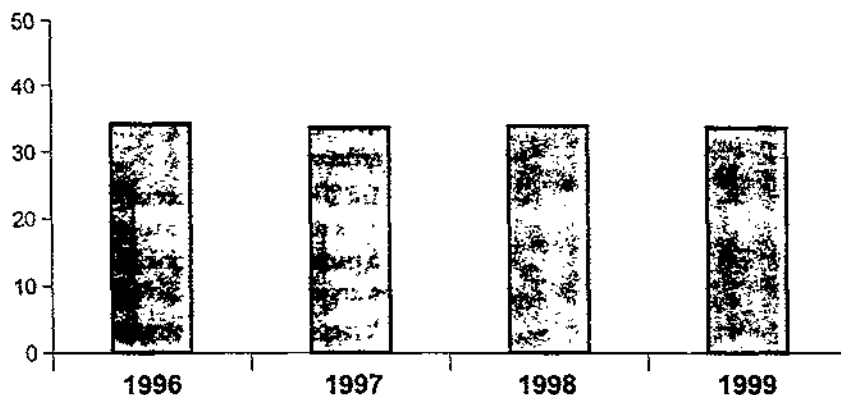
Prosseguem as negociações com os Governos dos Estados do Amazonas e de Rondônia, as suas distribuidoras, o BNDES, a Eletrobrás e a Eletronorte, assim como com possíveis parceiros privados, no sentido de viabilizar a implementação integral do projeto que prevê, além da já concluída construção do gasoduto Urucu-Coari, um gasoduto ligando Coari a Manaus, com 420 km de extensão, e um outro ligando Urucu a Porto Velho, com 500 km de extensão.

Integram ainda esse programa outros investimentos que possibilitarão que a participação do transporte dutoviário, que hoje é de 19% do total transportado, passe para 24% em 2003, quando a capacidade da rede de dutos para o transporte de óleo e derivados deverá alcançar 49.092 milhões de m³.km e, no caso do gás natural, 5.259 bilhões de m³.km, representando acréscimo de 11% e 39%, respectivamente, em relação a dezembro de 1998.

No atendimento às necessidades de movimentação de transporte, no âmbito do programa **Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados**, foram transportados 193 bilhões de toneladas.milha, montante 10,2% inferior ao de 1998 (215 bilhões de toneladas.milha). Observa-se que o volume de transporte marítimo foi reduzido em função do aumento da produção de petróleo nacional. Para 2003, estima-se que o volume transportado de petróleo e derivados seja de 41,6 milhões de toneladas.milha, superior em 25% ao transportado em 1998.

A Petrobrás Distribuidora S.A. (BR) manteve sua liderança, com 33,7% de participação, em mercado cada vez mais desregulamentado e competitivo, contando com mais de 7.200 postos de serviços, sendo presença destacada em todos os Estados. Para o período 2000-2003, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 900 milhões no programa **Distribuição de Derivados, Gás Natural e Alcool Combustível**, com o objetivo de oferecer melhor serviço ao cliente na distribuição de derivados, gás natural e álcool combustível.

Participação de Mercado da BR
%



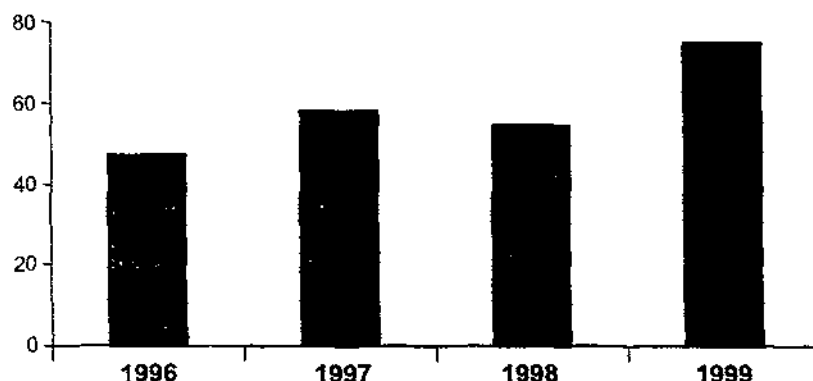
Fonte: Petrobrás Distribuidora S.A.

Buscando incorporar novas reservas e aumentar a participação do sistema Petrobrás no mercado externo de petróleo, derivados e gás natural, com o programa Atuação Internacional na Área de Petróleo, a Petrobrás Internacional S.A. - Braspetro ampliou sua atuação no exterior.

Produção de Óleo - Exterior

Mil barris de óleo equivalente/dia - BOE/dia

Buscando incorporar novas reservas e aumentar a participação do sistema Petrobrás no mercado externo de petróleo, derivados e gás natural, com o programa Atuação Internacional na Área de Petróleo, a Petrobrás Internacional S.A. - Braspetro ampliou sua atuação no exterior, com o ingresso na Guiné Equatorial e no Casaquistão, além de prosseguir suas atividades em Angola, Cuba, Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, Estados Unidos, Líbia, Nigéria, Peru, Reino Unido e Trinidad e Tobago. A produção de óleo, líquido de gás natural e gás natural atingiu, em dezembro de 1999, 75 mil barris de óleo.



Fonte: Petrobrás Distribuidora S.A.

O programa **Abastecimento de Petróleo e Derivados** que tem como objetivo garantir as condições para satisfação da demanda atual e futura de petróleo, derivados de petróleo e gás natural em todo território nacional, produziu os primeiros resultados em 1999, consolidando o novo marco regulatório da indústria de petróleo no País.

A efetiva quebra do monopólio deu-se com a realização da primeira rodada de licitação de blocos para a contratação das atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, em 1999. Nessa rodada, foram licitados 27 blocos, representando 2% da área das bacias sedimentares brasileiras, dos quais 12 foram concedidos a diferentes empresas. Caso as referidas empresas tenham sucesso nos levantamentos iniciais, passando aos períodos exploratórios subsequentes em todos os blocos, serão alcançados 57 poços exploratórios, a serem perfurados em até nove anos.

A ANP definiu os critérios para realização dos processos licitatórios, as regras para a exploração e produção, determinou parâmetros para a aplicação das participações governamentais, e regulamentou as atividades de exportação de petróleo, bem como as de construção, ampliação e operação de refinarias.

Até 2003, com a execução das ações previstas nesse programa, espera-se que as reservas de petróleo e gás natural que hoje são suficientes para manter a produção atual por 21 anos, sejam elevadas de modo a garantir os mesmos níveis de produção por 25 anos.

Perseguindo o objetivo do programa **Proteção dos Interesses dos Consumidores de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Alcool Combustível**, de proteger seus interesses quanto a preço, qualidade e oferta desses produtos essenciais, a ANP pretende fiscalizar, a cada ano, a totalida-

de das distribuidoras e revendedoras de derivados de petróleo e álcool combustível (10.200 instalações), bem como aperfeiçoar seus canais de comunicação com os consumidores e orientá-los quanto aos seus direitos e deveres.

Deve ser registrado que já foram realizados cerca de 3.100 levantamentos, envolvendo distribuidoras, bases e postos revendedores de gasolina e álcool hidratado.

Com o objetivo de ampliar a abrangência do monitoramento inerente aos combustíveis, a ANP continua investindo em tecnologia mediante aquisição de equipamentos científicos de última geração e estabelecimento de novos convênios com universidades, em diversos Estados, buscando assegurar a qualidade do produto comercializado, desde o refino até o posto revendedor.

Paralelamente à atividade de controle da qualidade dos produtos, a ANP realizou operações de fiscalização nas atividades de distribuição e revenda, visando a avaliar a segurança e o exame da documentação dos postos de revenda e bases de distribuição. Foram realizadas até novembro cerca de 8.300 operações de fiscalização, sendo apuradas 1.343 denúncias, gerando 478 interdições e 2.030 autuações.

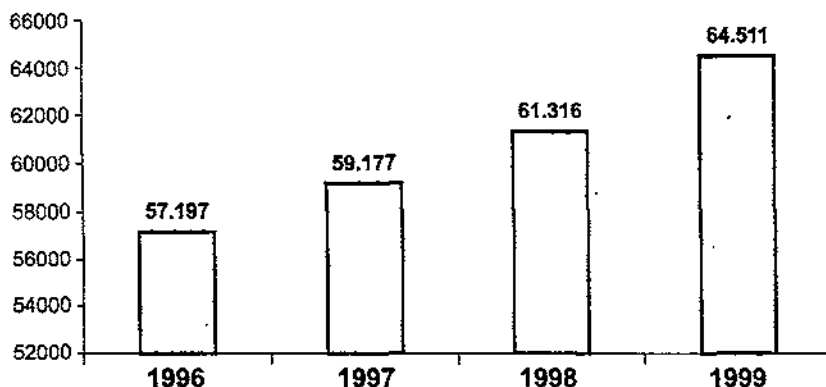
São três as principais diretrizes governamentais para o setor de energia elétrica.

ENERGIA ELÉTRICA

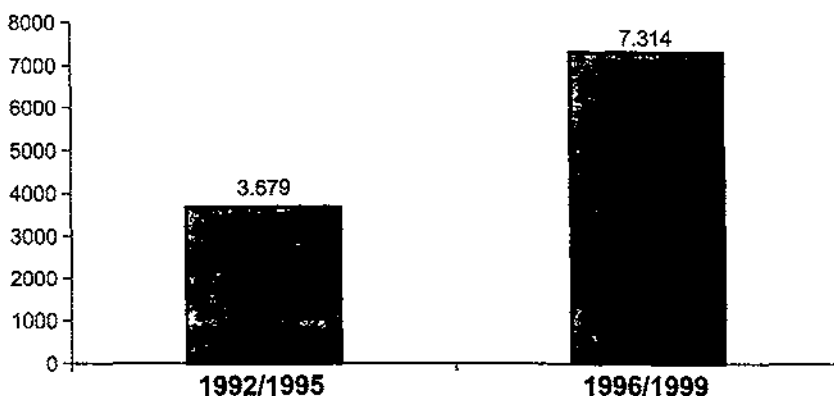
As principais diretrizes governamentais para o setor de energia elétrica consistem em: (i) consolidar o marco regulatório como balizador do funcionamento do novo modelo setorial, visando a garantir os direitos do consumidor quanto à oferta, qualidade do serviço e modicidade de tarifas, e a segurança para o investidor privado; (ii) capacitar os agentes institucionais, públicos e privados, para o novo modelo de forte participação da iniciativa privada, na busca do equilíbrio das relações entre produtores, distribuidores, comercializadores e consumidores; e (iii) promover construção de usinas termelétricas nos principais centros de carga do País, para melhor equilíbrio da Matriz de Energia Elétrica, no curto prazo, e diminuir os riscos de déficit dos sistemas.

No período 1996-1999, a capacidade total de geração de energia elétrica do País elevou-se de 57.197 MW para 64.511 MW.

Capacidade Instalada de Geração (MW) (*)



(*) Considera 50% da Itaipu Binacional
Fonte: Ministério de Minas e Energia

**Acréscimo Total de
Potência
(MW)**

Fonte: Ministério de Minas e Energia

Com o objetivo de otimizar o aproveitamento do potencial hidrológico dos sistemas energéticos Norte/Nordeste e Sul/Sudeste e suprir de energia elétrica a região compreendida pelos Estados de Goiás, do Tocantins, o Distrito Federal e o Sudeste do Estado do Pará, o programa **Interligação Elétrica Norte/Sul** permitiu concluir, em 1999, a interligação elétrica Norte/Sul. Uniu as malhas responsáveis por 98% do consumo de energia elétrica do País, com 1.280 km de linhas de transmissão, em 500 kV, interligando as subestações de Imperatriz (MA) e Samambaia (DF), envolvendo cinco trechos de linhas e três novas subestações (Colinas, Miracema e Gurupi, no Tocantins), além de ampliações nas subestações de Imperatriz, Presidente Dutra, Marabá, Serra da Mesa e Samambaia.

No âmbito do programa **Energia nos Eixos do Centro-Oeste**, merece destaque a implantação da UHE de Manso, com capacidade de 210 MW e previsão de entrada em operação em dezembro de 2000.

A interligação do Brasil à Venezuela, com linha de transmissão, em 230 kV, com 195 km de extensão (lado brasileiro) e potência de 200 MW, integra o programa **Energia no Eixo Arco Norte**, para atendimento à cidade de Boa Vista e ao interior do Estado de Roraima, suprimindo suas necessidades até 2018, com substituição gradativa das unidades a diesel. A obra foi concluída no trecho brasileiro, e a parte venezuelana encontra-se em execução, porém com atraso de cerca de um ano.

Outro importante empreendimento do programa é a ampliação da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes, com a implantação da terceira unidade geradora de 27 MW no início deste ano, melhorando o suprimento de energia elétrica para o Estado do Amapá.

Continua em ampliação a UHE Tucuruí, para a implantação de 11 unidades de 375 MW cada, estando a primeira unidade prevista para entrar em operação em 2002.

Na área de abrangência do programa **Energia nos Eixos do Nordeste** estão sendo implantados dois importantes sistemas de transmissão:

- a linha de transmissão, em 500 kV, com 410 km, entre Xingó, Jardim II e Camaçari, que escoará a energia da UHE Xingó até os grandes centros consumidores dos Estados de Sergipe e Bahia, atenderá ao

A interligação do Brasil à Venezuela integra o programa Energia no Eixo Arco Norte, para atendimento à cidade de Boa Vista e ao interior do Estado de Roraima, suprimindo suas necessidades até 2018, com substituição gradativa das unidades a diesel.

crescimento da região, proporcionando maior confiabilidade e otimização da operação do sistema interligado Norte/Nordeste; e

- a linha de transmissão, em 500 kV, com 180 km, entre Recife II e Messias, auxiliando o escoamento da energia da UHE Xingó, beneficiará os Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas.

Continuam em andamento a construção do reforço na Interligação Norte/Nordeste, por meio da linha de transmissão, em 500 kV, com 753 km, entre Presidente Dutra e Fortaleza II, proporcionando a ampliação da capacidade de recebimento de energia da Região Nordeste.

Continuam em andamento a construção do reforço na Interligação Norte/Nordeste, por meio da linha de transmissão, em 500 kV, com 753 km, entre Presidente Dutra e Fortaleza II, proporcionando a ampliação da capacidade de recebimento de energia da Região Nordeste, evitando riscos de restrições do atendimento, principalmente aos Estados do Piauí e Ceará. O trecho entre Sobral e Fortaleza estará operando em 500 kV a partir de abril de 2000.

A construção da linha de transmissão, em 230 kV, com 352 km, interligando as subestações de Recife II e Natal II, beneficiando o atendimento de grande parte da região do agreste do Estado de Pernambuco, permitiu melhorar o nível de tensão em Natal e Campina Grande, que são considerados pontos críticos de atendimento no Nordeste.

No âmbito do programa **Energia na Rede Sudeste**, destacaram-se as seguintes realizações:

- conclusão da UHE Igarapava, com 210 MW, melhorando o suprimento de energia elétrica para o Estado de Minas Gerais, e das UHEs Canoas I e II, com 82,5 e 72 MW, respectivamente;
- conclusão das três primeiras unidades geradoras da UHE Porto Primavera, correspondendo a 302,4 MW;
- ampliação da UHE Três Irmãos, com a implantação da 5ª e última unidade geradora de 161,5 MW, atendendo ao suprimento do Estado de São Paulo; e
- ampliação da Subestação de Campos (RJ), com o incremento de 675 MVA.

Prosseguem as obras da Usina Termonuclear de Angra II (1.309 MW), estando em fase final de montagem e testes, devendo entrar em operação comercial em 2000, melhorando o suprimento de energia elétrica ao Estado do Rio de Janeiro.

A conclusão da UHE Salto Caxias, com 1.240 MW, melhorando o suprimento de energia elétrica aos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul foi o principal destaque do programa **Energia no Eixo Sul**.

Encontram-se em execução as obras de construção das UHEs Itá (1.450 MW) e Machadinho (1.040 MW), na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e a UHE Dona Francisca (125 MW), no Rio Grande do Sul.

As obras de Interligação com a Argentina, no trecho entre Itá e Santo Ângelo, em 500 kV, visando à alimentação da subestação daquela

Prossegue a construção do 3º circuito do sistema de transmissão de Itaipu, com 910 km, tendo sido energizados os 331 km do trecho entre Foz do Iguaçu e Ivaiporã, em 750 kV, aumentando a confiabilidade da malha Sul/Sudeste.

localidade, encontram-se em andamento, devendo estar concluídos os seus 375 km de extensão entre Garabi e Itá no ano 2000.

Prossegue a construção do 3º circuito do sistema de transmissão de Itaipu, com 910 km, tendo sido energizados os 331 km do trecho entre Foz do Iguaçu e Ivaiporã, em 750 kV, aumentando a confiabilidade da malha Sul/Sudeste. Os serviços de construção dos trechos entre Ivaiporã e Itaberá e entre Itaberá e Tijucu Preto, com energização global prevista para 2000, darão maior flexibilidade operacional aos sistemas das Regiões Sul e Sudeste.

Integram os programas **Energia na Rede Sudeste**, **Energia no Eixo Madeira-Amazonas**, **Energia nos Eixos do Nordeste**, **Energia nos Eixos do Centro-Oeste** e **Energia no Eixo Sul** planos de expansão termelétrica, utilizando o gás natural como combustível.

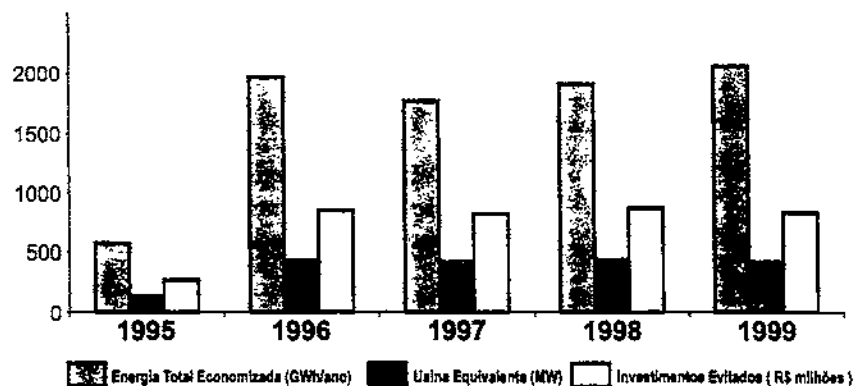
Está prevista a construção de usinas termelétricas a gás, usando gás natural importado e nacional, bem como abrindo espaço para a iniciativa privada na geração de energia elétrica como mais uma alternativa para o aumento da oferta.

A previsão da participação de termelétricas a gás natural na capacidade instalada total de termelétricas evoluirá de 11,1% em 2000 para 36,6% em 2003. Em termos de capacidade instalada total do País, a participação do gás natural em 2003 será de 6,2%, representando grande esforço para aumento de sua participação na matriz energética brasileira.

O programa **Combate ao Desperdício de Energia Elétrica** – PROCEL promoveu o combate ao desperdício com uso eficiente e racional da energia elétrica, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços, reduzindo os impactos ambientais e proporcionando economia de energia de 2.100 GWh por ano, equivalente à produção de uma usina com capacidade instalada de 487 MW, e R\$ 974 milhões em investimentos evitados.

O programa Combate ao Desperdício de Energia Elétrica – PROCEL promoveu o combate ao desperdício com uso eficiente e racional da energia elétrica.

Resultados Anuais do PROCEL



Fonte: Ministério de Minas e Energia

Para suprir de energia elétrica, de maneira sustentável, as populações rurais não-atendidas pela eletrificação convencional, mediante o aproveitamento e fontes de energia renováveis descentralizadas, foi instituído o programa **Energia das Pequenas Comunidades**.

No meio rural, destaca-se o projeto Luz do Campo, que tem como meta levar energia elétrica a 1 milhão de propriedades e domicílios rurais até o final de 2002.

Em 1999, suas ações foram especialmente direcionadas ao combate à seca na Região Nordeste, tendo o Governo Federal colocado à disposição de Estados e Municípios, para instalação, 1.124 sistemas de bombeamento d'água e 785 sistemas elétricos de energia solar, visando a atender as comunidades isoladas e beneficiando 341.400 pessoas. Para 2000, está previsto o atendimento a 3.114 comunidades.

No meio rural, destaca-se o projeto Luz do Campo, que tem como meta levar energia elétrica a 1 milhão de propriedades e domicílios rurais até o final de 2002, com previsão de recursos a serem aplicados de R\$ 3,2 bilhões. Esse projeto trará benefícios econômicos à agricultura e à pecuária, bem como aos produtores rurais.

No bojo do programa **Abastecimento de Energia Elétrica**, que tem por objetivo assegurar condições para o pleno atendimento aos consumidores de energia elétrica, o Governo Federal promoveu, entre 1998 e 1999, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, licitações de nove empreendimentos de geração hidrelétrica, que totalizaram 2.800 MW, assim como autorizou a implantação de 41 usinas termelétricas, envolvendo produtores independentes de energia, autoprodutores e serviços públicos, totalizando uma capacidade de 745 MW.

Os investimentos programados para os aproveitamentos hidráulicos equivalem a R\$ 5,7 bilhões, dos quais R\$ 5 bilhões são provenientes da iniciativa privada. Os valores a serem pagos pelas concessionárias, referentes às outorgas de concessão, chegarão a R\$ 1,1 bilhão, cabendo destacar que, em 1999, foram assinados 17 contratos de concessão de geração com agentes, representando o total de 7.642 MW.

Pretende-se que a potência total instalada alcance 82 GW em 2003, com crescimento de 36 % em relação a dezembro de 1998.

Para assegurar a prestação de serviço adequado aos consumidores de energia elétrica, o programa **Qualidade do Serviço de Energia Elétrica** pretende implantar registradores automáticos para medição da qualidade dos serviços e sistema de aferição de medidores, bem como realizar campanhas educativas sobre direitos e deveres dos consumidores de energia elétrica.

Em 1999, foi alcançada a ambiciosa meta de fiscalizar todas as concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Além de avaliar o desempenho das empresas nas diversas áreas, o processo de fiscalização contemplou também a verificação do cumprimento das determinações e recomendações emitidas pela ANEEL em 1998.

COMUNICAÇÕES

A partir da criação da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, uma agência reguladora forte, independente e com poder de sanção, o Estado passou a zelar, de forma efetiva, pela defesa da ordem econômica no setor.

A partir da criação da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, uma agência reguladora forte, independente e com poder de sanção, o Estado passou a zelar, de forma efetiva, pela defesa da ordem econômica no setor. É sua missão proteger a competição na prestação de serviços, defender os direitos dos usuários e fiscalizar as empresas concessionárias quanto aos objetivos de universalização assumidos com o Governo.

Em 1999, foi concluída, dentro do processo de privatização das empresas de telecomunicações no Brasil, a abertura da competição para as empresas de telefonia fixa, tendo sido realizadas com sucesso as licitações para as empresas-espelho que irão concorrer com as empresas já privatizadas.

As diretrizes governamentais de eficiência operacional e melhoria da qualidade dos serviços são ambiciosas, e estão consubstanciadas no programa **Qualidade dos Serviços de Telecomunicações**, para que em nenhum momento se perca de vista o direito dos cidadãos de contar com serviços acessíveis, ágeis, inteligentes e confiáveis no campo das telecomunicações.

Em 1999, foi concluída, dentro do processo de privatização das empresas de telecomunicações no Brasil, a abertura da competição para as empresas de telefonia fixa, tendo sido realizadas com sucesso as licitações para as empresas-espelho que irão concorrer com as empresas já privatizadas.

O leilão encerrou a venda dos 26 itens do plano de reestruturação das telecomunicações brasileiras, formado por 4 *holdings* de telefonia fixa, 8 do Sistema Móvel Celular – SMC e mais 14 licenças novas para as empresas-espelho, que asseguraram recursos de R\$ 30,5 bilhões, sendo R\$ 22 bilhões referentes às empresas privatizadas e R\$ 8,5 bilhões às licitadas.

Como forma moderna, precisa e eficiente de realizar a fiscalização das radiocomunicações no Brasil, a ANATEL promoveu, por meio de concorrência internacional, a aquisição de sistema de gestão e monitoragem do espectro. Esse pacote é composto por 28 estações móveis que, brevemente, estarão operando em todas as capitais brasileiras, assim como por 56 estações fixas que serão instaladas nas principais cidades brasileiras.

Em 1999, foram entregues duas unidades móveis de radiomonitoragem. Foram vistoriadas 75.097 estações e lacradas 2.986, enquanto em 1998 as vistorias atingiram 15.443, tendo sido lacradas 3.015 estações.

No âmbito do programa **Telefonia Fixa**, que tem como objetivo universalizar a prestação do serviço telefônico fixo comutado, elevando até 2003 os índices de telefones fixos individuais, de 15 para 23 por 100 habitantes e de telefones públicos em serviço, de 4,3 para 10,3 por 100 habitantes, teve início em julho de 1999 a consolidação da competição no segmento, deflagrada com a introdução dos códigos das prestadoras do serviço nas chamadas de longa distância e que se concretizará com a entrada em operação das empresas-espelho.

Os investidores que assumiram as empresas do Sistema Telebrás estão cumprindo plano de metas que prevê a redução de tarifas e o aumento da oferta de telefones, o que exige investimentos acima dos atualmente praticados. As empresas terão ainda que arcar com as despesas de comercialização para venda dos seus serviços, além das despesas de renovação das concessões a partir de 2006. As exigências incluem ainda queda para 4% nas taxas de congestionamento das chamadas locais e prazo máximo de uma semana para instalação de uma linha até 2003.

Em agosto de 1999, foi anunciado o vencedor do último leilão da empresa que vai disputar o mercado de telefonia fixa, concluindo importante etapa do processo de privatização e de reestruturação dos serviços de telecomunicações no País.

Para permitir competição equilibrada, a regulamentação das empresas-espelho é mais flexível. A partir de 2000, o usuário terá duas opções

Em agosto de 1999, foi anunciado o vencedor do último leilão da empresa que vai disputar o mercado de telefonia fixa, concluindo importante etapa do processo de privatização e de reestruturação dos serviços de telecomunicações no País.

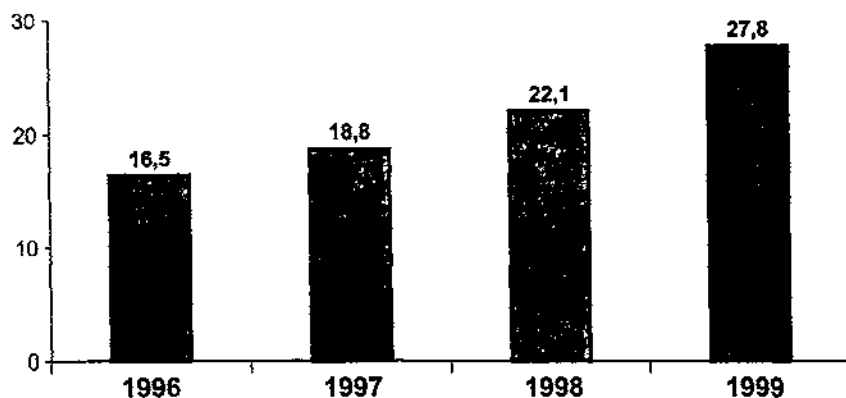
para o serviço local, quatro para longa distância intra-regional, e duas opções para longa distância inter-regional e internacional. A partir de 2001, deixará de existir limite quanto ao número de prestadoras. As empresas que cumprirem as metas de universalização antes do prazo previsto poderão operar no regime de competição, ou seja, entrar em outras áreas, conforme previsto no Plano Geral de Outorgas.

As concessionárias autorizadas poderão operar com o Sistema de Acesso Fixo sem Fio, sendo que as concessionárias só poderão utilizar o serviço dois anos após o contrato de concessão, a não ser em municípios com menos de 50 mil habitantes. Para as autorizadas, não existem restrições.

Estão sendo extintas as filas de participantes em planos de expansão. Para chegar a esse resultado, a ANATEL vem aplicando penalidades às prestadoras de serviço telefônico e fazendo prevalecer o direito do usuário. Em um ano de privatização, as empresas aumentaram os terminais fixos em cerca de 20%. No período 1996-1999 o volume de terminais fixos instalados em todo o País saltou de 16,5 milhões para 27,8 milhões, superando os 25,1 milhões obrigatórios pelos contratos de concessão.

No período 1996-1999, o volume de terminais fixos instalados saltou de 16,5 milhões para 27,8 milhões.

Telefonia Fixa (milhões de acessos)

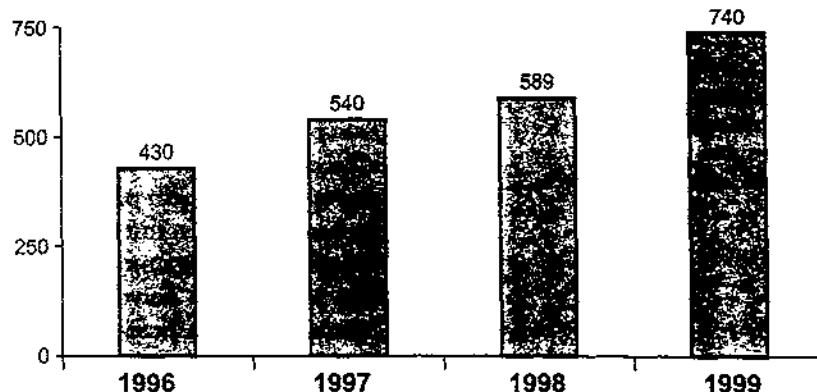


Fonte: ANATEL

Tais resultados decorrem da instalação de 11,3 milhões de acessos adicionais àqueles existentes no País ao final de 1996, representando crescimento de 64,4%. Em decorrência, o número de acessos fixos instalados por 100 habitantes atingiu 16,9 em 1999, correspondendo ao crescimento de 59,8% no período de 1996-1999.

A quantidade de telefones de uso público atingiu 740 mil em dezembro de 1999, em decorrência da instalação de 310 mil telefones adicionais àqueles existentes no País ao final de 1996, representando crescimento de 66,9%.

Telefones Públicos (mil)



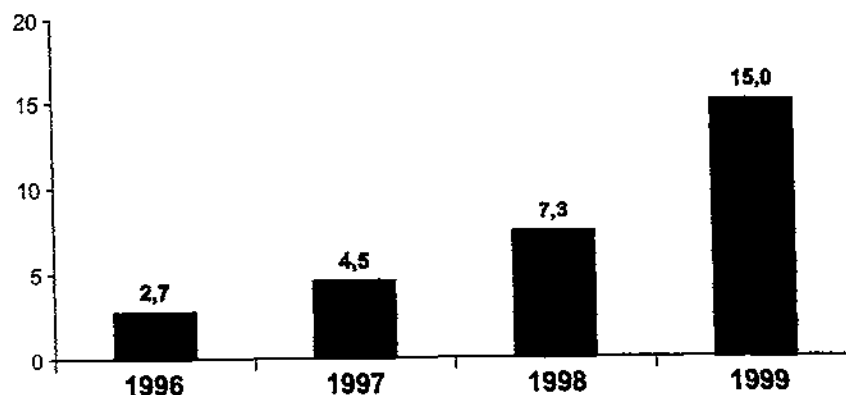
Fonte: ANATEL

No âmbito do programa **Serviços Privados de Telecomunicações**, a competição no Sistema Móvel Celular teve início em dezembro de 1997, tendo sua consolidação sido efetivada com a entrada em operação da Banda B, na região 8, em outubro de 1999.

Outros avanços que beneficiaram o usuário do serviço telefônico fixo foram o aumento do índice de digitalização das redes, de nível inferior a 50% em 1994, para 84,6% em 1999, e a introdução da competição nos serviços via satélite, antes exclusivamente do sistema Telebrás.

No âmbito do programa **Serviços Privados de Telecomunicações**, a competição no Sistema Móvel Celular teve início em dezembro de 1997, tendo sua consolidação sido efetivada com a entrada em operação da Banda B, na região 8, em outubro de 1999. Um dos principais resultados esperados pelo programa é a expansão da quantidade de acessos de 4,5 por 100 habitantes em 1997 para 13,9 até 2003.

Telefonia Celular (milhões)



Fonte: ANATEL

Com a ativação da planta das empresas da Banda B e com a expansão das empresas da Banda A houve acréscimo de 75% na oferta de acessos no exercício de 1999. Encontra-se em andamento um segundo processo licitatório, com o fim de se obter mais um competidor para o setor.

Em 1999, foram emitidos dez atos conferindo às prestadoras brasileiras acesso direto a satélites do Intelsat, consolidando-se o regime de competição com o término do primeiro processo licitatório de "Direito de Exploração de Satélite Brasileiro".

Em 1999, foram emitidos dez atos conferindo às prestadoras brasileiras acesso direto a satélites do Intelsat, consolidando-se o regime de competição com o término do primeiro processo licitatório de "Direito de Exploração de Satélite Brasileiro". Houve crescimento de aproximadamente 15% nas estações terrenas instaladas e redução nos preços com a entrada em operação de outros satélites.

Com o objetivo de garantir a prestação dos serviços de comunicação de massa com qualidade e preço acessíveis à população, o programa **Serviços de Comunicação de Massa** concluiu 11 licitações que resultaram na assinatura de 79 contratos com operadoras de TV a Cabo e 49 assinaturas de Termos de Autorização com operadoras de TV por assinatura em Microondas (MMDS), beneficiando 74,7 milhões de habitantes e arrecadando R\$ 274 milhões. Encontram-se em andamento 7 licitações para atendimento de 503 áreas, cuja arrecadação mínima prevista é de R\$ 102,6 milhões.

O serviço de TV a cabo já está disponível para 15,6 milhões de domicílios, enquanto a TV por assinatura, na modalidade MMDS (microondas terrestres), já atinge 7,4 milhões de residências em todo o País.

No campo da televisão por assinatura, em suas várias formas de transmissão, havia, em 1998, cerca de 2,6 milhões de assinantes, segundo a Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura – ABTA. Com a expansão do setor, foi alcançado, em 1999, o total de 75 milhões de assinantes, com 19 milhões de domicílios atendidos em 297 municípios brasileiros.

Estão em fase de execução os processos referentes a 33 estações de MMDS, 77 de TV a cabo, 4 de DTH e 7 de TVA, totalizando 121 novas outorgas.

A radiodifusão é um dos mais poderosos instrumentos de integração nacional. Faz parte do cotidiano de 160 milhões de brasileiros. O Governo, buscando promover maior abrangência e disponibilidade desses serviços, instituiu o programa **Universalização dos Serviços de Radiodifusão**, pretendendo expandir a taxa de Municípios com serviços de radiodifusão instalados de 20% para 50% até 2003.

Em 1997, foram lançados quatro lotes de licitação para 517 outorgas, sendo 351 para emissoras de rádio FM, 118 para emissoras de rádio AM e 48 para geradoras de televisão, dando-se prioridade às localidades ainda não atendidas pelo serviço.

A atratividade do setor é expressiva, considerando que nos primeiros quatro lotes participaram 1.955 empresas interessadas em explorar o serviço de radiodifusão, tendo sido apresentadas 2.436 propostas.

Em 1998, foram concedidas as primeiras 75 outorgas referentes ao primeiro lote, com base nos novos critérios estabelecidos pelo Decreto nº 2.108/96, que corrigiu a situação anterior, com a instituição de normas mais rigorosas para a concessão e permissão do serviço de radiodifusão.

O resultado das propostas técnicas do lote 2, referente às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste foi divulgado em dezembro de 1999, e o resultado da documentação de habilitação do lote 3, compreendendo todo

o território nacional, foi divulgado em novembro de 1999. Esses resultados possibilitarão que as outorgas decorrentes da licitação ocorram até maio de 2000.

Se ocorrer o mesmo ágio sobre o preço mínimo do primeiro lote, de aproximadamente 450%, o valor previsto para ser apurado, nos três últimos lotes de licitação, é de R\$ 110 milhões. Em janeiro de 2000, foi autorizada a abertura de Edital para 177 novas outorgas, entre emissoras de Frequência Modulada, Ondas Médias e Televisão.

Em 1998, foi lançado o Serviço de Radiodifusão Comunitária que resultará, nos próximos anos, em aproximadamente 2.000 outorgas de emissoras de FM em baixa potência e cobertura. Em 1999, foram liberadas as primeiras 50 outorgas. O grande interesse das comunidades em obter autorização para prestar esse tipo de serviço culminou com a apresentação de aproximadamente 10.000 processos, que se encontram em análise.

Na área de retransmissão de televisão, foram executados os procedimentos necessários à autorização para funcionamento de 466 novas estações em todo território nacional.

Do total de R\$ 186,1 bilhões definidos como oportunidades de investimentos no País pelo Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, para o período 2000-2007, R\$ 71,1 bilhões referem-se a área de telecomunicações.

O Brasil está mobilizando recursos e implantando medidas destinadas a dotar o País de avançada infra-estrutura de comunicações. O Programa Avança Brasil, que vai muito além da mera expansão dos serviços telefônicos, busca incluir sistemas modernos, abrangentes e rápidos, nas diversas modalidades de comunicação. Do total de R\$ 186,1 bilhões definidos como oportunidades de investimentos no País pelo Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, para o período 2000-2007, R\$ 71,1 bilhões referem-se à área de telecomunicações.

As necessidades de investimentos deverão ser cobertas pela adoção de formas alternativas de financiamento e de parcerias, levando em consideração, inclusive, a atração que o Brasil exerce sobre a massa de recursos internacionais disponível para investimentos privados em telecomunicações.

SERVIÇOS POSTAIS

A reforma postal brasileira, consolidada no projeto da Lei Geral do Sistema Nacional de Correios, que o Governo encaminhou ao Congresso Nacional, foi o fato mais importante e marcante do setor em 1999.

Destaca-se, a propósito, a criação do Sistema Nacional de Correios, que reunirá e organizará as operadoras que hoje atuam no País, sem qualquer regulamentação específica. O projeto de lei, além de consolidar a *performance* postal em seu estágio atual, promove a abertura legal do setor à iniciativa privada, incentivando a geração de postos de trabalho, em patamar de igualdade com reformas que vêm ocorrendo em outros países.

A Agência Nacional de Serviços de Correios, que se pretende criar, acompanhará o modelo de gestão pública que privilegia a função reguladora e fiscalizadora do Estado, sem perder de vista sua competência de manter o Serviço Postal com caráter de universalidade e continuidade.

A reestruturação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, objetiva dotar o operador oficial de modelo organizacional mais ágil e capaz de conviver num mercado concorrencial em igualdade de condições.

A reestruturação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, que se pretende transformar em sociedade de economia mista, com a razão social de Correios do Brasil S.A., objetiva dotar o operador oficial de modelo organizacional mais ágil e capaz de conviver num mercado concorrencial em igualdade de condições, tanto interna quanto externamente.

Com a reforma estrutural do setor postal brasileiro, da qual esse projeto de lei é peça fundamental, o Brasil estará em condições de manter sua atual presença, e participar ativamente de forma competitiva, no mercado mundial de serviços postais, um território sem fronteiras, altamente rentável.

O programa **Serviços Postais** prevê dispêndios superiores a R\$ 1 bilhão até 2003. No mesmo sentido de universalizar o acesso aos serviços postais para atender a todos os segmentos da sociedade e buscar alcançar níveis de excelência na sua qualidade.

O serviço de distribuição domiciliária será ampliado e serão instaladas novas agências de correios comunitárias. Busca-se a criação de caixas postais comunitárias, de modo a resgatar os direitos básicos de todo o cidadão brasileiro, independente de sua condição social e das características de sua moradia, sejam nas periferias dos centros urbanos, sejam nas localidades mais longínquas do território nacional.

Em 1999, cerca de 353 mil famílias, ou 1,35 milhão de habitantes, foram beneficiados pelo projeto Caixas Postais Comunitárias.

Em 1999, cerca de 353 mil famílias, ou 1,35 milhão de habitantes, foram beneficiados pelo projeto Caixas Postais Comunitárias. Para o ano 2000, a previsão é de beneficiar mais de 2 milhões de pessoas. Além disso, 80 sedes de municípios que não tinham atendimento dos Correios passaram a contar com serviços postais, levando cidadania a mais de 464 mil pessoas.

Foram implantados os serviços postais básicos, em nível mínimo de distrito, em 34 unidades, e os serviços de produtos pré-selados e o envio de objetos postais sem registro foram ofertados aos cidadãos das 12 cidades brasileiras com população igual ou superior a um milhão de habitantes.

A oferta dos serviços postais a comunidades em 32 sedes municipais já beneficia população superior a 110.000 habitantes. A ECT instalou 27 máquinas de auto-atendimento, objetivando agilizar e modernizar o acesso do cliente ao serviço. Foram modernizadas 1.753 agências, com o sistema de automação simplificado, e realizadas 24 reformas em agências, visando a oferecer mais conforto e segurança aos clientes.

Em 1999, foram realizados estudos para a adoção de conjunto de medidas facilitadoras do comércio internacional, beneficiando principalmente as micro e pequenas empresas, originando o projeto **Exporte Fácil – Correios**, que será consolidado em 2000.

Esse projeto possibilitará aos pequenos e micro empresários realizar a exportação de seus produtos por intermédio dos serviços dos Correios, com simplificação dos procedimentos operacionais – aduaneiros e cambiais – e redução de custos.

Para permitir que o **Exporte Fácil – Correios** atenda às necessidades do pequeno exportador brasileiro, a Secretaria da Receita Federal autorizou a

elevação do valor máximo para exportação, via Correios, de US\$ 3.000 para US\$ 10.000.

Com o apoio da União Postal Universal – UPU e do Correio Alemão, o Ministério das Comunicações elaborou o projeto Encomendas, que objetiva o desenvolvimento de logística própria – triagem e transporte – e de sua potencialidade comercial – pesquisa de mercado, oferta e demanda de novos produtos e serviços.



O programa Integração da Cadeia do Agronegócio, sob gestão do Banco do Brasil, tem introduzido diversas melhorias para o setor agrícola.

DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO NACIONAL

FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

No desenvolvimento da agricultura, cerca de dois terços do crédito rural aplicado vêm sendo intermediados por agentes financeiros supervisionados pelo Ministério da Fazenda. Os números produzidos até outubro de 1999 contabilizam 555 mil operações contratadas, correspondendo a aplicações da ordem de R\$ 3,7 bilhões.

O programa **Integração da Cadeia do Agronegócio**, sob gestão do Banco do Brasil, tem introduzido diversas melhorias para o setor agrícola, como o aumento da produção, a melhoria da qualidade de vida dos agricultores, a integração de produtores rurais e a redução do êxodo rural.

Para consecução dos objetivos desse programa, foram criadas 67 salas de agronegócios em nove Estados, emitidas 1.823 Cédulas de Produto Rural – CPR e realizados 817 leilões eletrônicos em 1999. Nas salas de agronegócio, empresários rurais recebem informações sobre tendências e cotações de preços físicos e futuros, previsões climáticas e produtos e serviços destinados ao mercado agropecuário. Com a CPR, atendeu-se mais de 1.200 produtores, injetando-se na agropecuária nacional cerca de R\$ 116,7 milhões. Nos leilões eletrônicos, foi comercializado um milhão de toneladas de produtos agropecuários, perfazendo R\$ 581 milhões.

No período de janeiro a outubro de 1999, foram contratadas mais de 428 mil operações, com aplicação de valores superiores a R\$ 843 milhões, gerando, em média, 612 mil empregos diretos e indiretos. Além disso, foram estabelecidas parcerias com empresas do agronegócio, visando ao aumento da captação de recursos. Dessas parcerias, foram contratadas operações no valor de R\$ 389 milhões, destacando-se a COOPERFAT, linha de crédito lastreada com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, para apoio creditício às cooperativas e associações, e os Convênios de Integração Rural – CONVIR, para estimular a realização de negócios entre agroindústrias que trabalham em regime de integração.

As aplicações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no setor agrícola, reduziram-se durante o processo de implantação do Real, por razões de natureza conjuntural da economia, não só no próprio setor agrícola, mas também no setor financeiro. Entretanto, nos últimos três anos as aplicações do BNDES em crédito rural, por intermédio do FINAME Agrícola, dobraram, de R\$ 200 milhões para mais de R\$ 400 milhões. A expectativa é de que nos próximos três anos esse valor dobre novamente.

No que se refere ao financiamento a pequenas e médias empresas, várias medidas foram adotadas no segundo semestre de 1999, para dinamizar as operações do BNDES e de suas subsidiárias.

No que se refere ao financiamento a pequenas e médias empresas, várias medidas foram adotadas no segundo semestre de 1999, para dinamizar as operações do BNDES e de suas subsidiárias. Houve mudanças de procedimentos e de condições, como a adoção do critério Mercosul de porte de empresas – o que ampliou o universo de empresas; a ampliação do percentual de participação do BNDES no valor do financiamento para aquisição de equipamentos; e ainda uma maior utilização da *Internet*, com a criação da Caixa Postal Micro, Pequena e Média Empresa, para promover o atendimento eletrônico *on line* às empresas desse segmento.

Adicionalmente, foi criado o Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade – FGPC, com o objetivo de compensar o risco existente nas operações com micro, pequenas e médias empresas que venham a utilizar linhas de financiamento do BNDES/FINAME.

Em 1999, os Fundos Constitucionais de Financiamento foram contemplados com recursos da ordem de R\$ 1,4 bilhão.

A partir de julho de 1999, o FGPC incorporou diversos aperfeiçoamentos, como o aumento da participação máxima no aval para os financiamentos garantidos, a redução do volume de informações requeridas, e a possibilidade da eliminação de exigência de garantias reais para operações de até R\$ 500 mil para as micro ou pequenas empresas. Em 1999, foram realizadas 519 operações, no valor total de R\$ 71 milhões.

Em 1999, os Fundos Constitucionais de Financiamento foram contemplados com recursos da ordem de R\$ 1,4 bilhão, sendo R\$ 837,4 milhões para o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e R\$ 279,1 milhões para os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte – FNO e Centro-Oeste – FCO, respectivamente. No período de 1996-1999, foram repassados a esses Fundos recursos em valores nominais no montante de R\$ 5,5 bilhões.

Repasse Efetuados aos Fundos Constitucionais de Financiamento – Valores Nominais R\$ milhões

Atto	1996	1997	1998	1999	Total
Fundo	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
FNE	731,4	820,8	914,3	837,4	3.303,9
FNO	243,8	273,6	304,7	279,1	1.101,2
FCO	243,8	273,6	304,7	279,1	1.101,2
TOTAL	1.219,0	1.368,0	1.523,7	1.395,6	5.506,3

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN

Sob o aspecto social, fica evidenciado o relevante papel dos Fundos Constitucionais de Financiamento, quando se considera o número de empregos gerados em decorrência dos financiamentos concedidos. Desde 1989, estima-se que os investimentos dos três fundos criaram mais de 1,1 milhão de empregos diretos.

Outro aspecto relevante é que mais de 95% dos beneficiários dos projetos financiados pelos Fundos são constituídos por micro, mini e pequenas empresas e produtores rurais, segmentos que normalmente enfrentam maiores dificuldades para a obtenção de recursos financeiros na rede bancária a custos compatíveis com a rentabilidade de suas atividades produtivas.

Os saldos das aplicações do FNE (R\$ 5,8 bilhões), do FNO (R\$ 1,5 bilhão) e do FCO (R\$ 1,7 bilhão), no montante de R\$ 9,0 bilhões, permitem vislumbrar a amplitude dos recursos injetados nas economias das Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, beneficiando atividades relevantes e essenciais para seu desenvolvimento.

Até setembro de 1999 foi repassado pela União o montante de R\$ 511 milhões para o Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM, o Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR e o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo – FUNRES.

Repasse de Recursos da União (1997-1999)

R\$ Mil

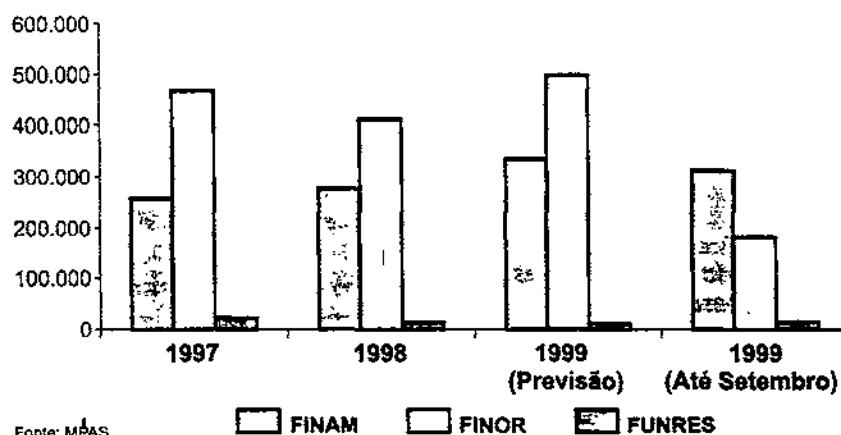
ANO FUNDOS	1997	1998	1999 (Previsão)	1999 (até set.)
FINAM	257.263	276.937	335.411	313.165
FINOR	468.044	410.360	498.139	182.300
FUNRES	22.802	13.335	11.400	15.628
TOTAL	748.109	700.632	844.950	511.093

Fonte: GERES, SUDENE E BASA.

Fonte ano 1997: MF/STN/COPIN.

Repasse de Recursos da União (1997-1999)

R\$ Mil



Os incentivos de isenção e redução do Imposto de Renda beneficiaram 1.341 empreendimentos nas áreas de influência da SUDAM e da SUDENE, no período de 1997-1999.

Aplicações de Recursos (1997 -1999)
Em R\$ Mil

Fundos	1997	1998	Até Set./99
FINAM	278.207	356.673	819.499
FINOR	387.104	364.460	238.747
FUNRES	8.128	11.683	12.198
TOTAL	673.439	732.816	1.070.444

Fonte: SUDAM/SUDENE/GERES.

Com a missão de impulsionar o desenvolvimento sustentável do Nordeste do Brasil, o Banco do Nordeste é responsável por 77,7% de todo o financiamento concedido pelas instituições financeiras na Região. Em 1999, o Banco contratou 189,7 mil financiamentos no valor de R\$ 1,4 bilhão, proporcionando a geração de 245,1 mil oportunidades de empregos. Das operações realizadas, 87% foram direcionadas aos mini e pequenos empreendedores.

Para mobilizar a comunidade em torno de ações que geram desenvolvimento nos Municípios, o Banco do Nordeste lançou o Farol do Desenvolvimento Banco do Nordeste. Trata-se de espaço para discussão e encaminhamento de soluções, objetivando eliminar entraves existentes no processo de desenvolvimento municipal.

Reunindo líderes de todos os segmentos da sociedade – do prefeito ao pequeno agricultor, passando por sindicatos, empresários, igreja e organizações não-governamentais – o Farol do Desenvolvimento vem alavancando potencialidades locais, transformando-as em ações concretas, com resultados já avaliados. Em seis meses, o Farol do Desenvolvimento foi instalado em 1.926 Municípios, o que corresponde a 98,4% do total da região.

O programa **Crediamigo** foi concebido para contribuir para o desenvolvimento do setor microempresarial de forma sustentável, oportuna, adequada e de fácil acesso, mediante oferta de serviços financeiros e de capacitação, assegurando novas oportunidades de ocupação e renda na Região Nordeste.

Em 1999, como estratégia de consolidação e expansão do programa, foram implantadas 29 agências, totalizando 80 unidades especializadas em microcréditos e 15 postos de atendimento. Como resultados dessas ações, o Crediamigo contratou, até outubro, 93 mil operações – 55% a mais que o executado em 1998 – e aplicou R\$ 66,3 milhões, montante superior ao de 1998 em 113%. Também foram realizados 355 treinamentos, envolvendo 4.012 participantes. O programa já acumula 152 mil financiamentos, com valor total aplicado de R\$ 96,5 milhões.

Outra estratégia de atuação do Banco do Nordeste são os Pólos de Desenvolvimento Integrado, áreas de grande potencial de desenvolvimento da fruticultura e da olericultura irrigadas e de beneficiamento agroindustrial. No seu âmbito, foram mobilizados 328 mil habitantes, criados 1.455 projetos e ações, financiados R\$ 335,5 milhões e gerados 89 mil empregos.

O programa **Crediamigo** foi concebido para contribuir para o desenvolvimento do setor microempresarial de forma sustentável, oportuna, adequada e de fácil acesso.

Outra estratégia de atuação do Banco do Nordeste são os Pólos de Desenvolvimento Integrado, áreas de grande potencial de desenvolvimento da fruticultura e da olericultura irrigadas. No seu âmbito, foram financiados R\$ 335,5 milhões e gerados 89 mil empregos.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A reforma administrativa de 1999 criou o Ministério da Integração Nacional, ao qual passaram a vincular-se o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a Superintendência da Amazônia e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

As atuais instituições voltadas ao desenvolvimento das Regiões Norte e Nordeste – superintendência de desenvolvimento e bancos regionais – e respectivos fundos fiscais e de investimento – FNO, FCO, FNE, FINAM e FINOR – estão dando lugar a agências de desenvolvimento regional.

A reforma administrativa de 1999 fixou novo marco em relação ao tratamento das questões relacionadas ao desenvolvimento regional ao criar, mediante transferência das competências da extinta Secretaria Especial de Políticas Regionais da Câmara de Políticas Regionais do Conselho de Governo, o Ministério da Integração Nacional, ao qual passaram a vincular-se o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF.

Ao assumir compromissos sob a égide do desenvolvimento sustentável, o Estado assume, como desafio maior, a promoção de ações que reflitam os princípios de viabilidade econômica, equilíbrio ambiental e equidade social, cabendo-lhe, ainda, atuar no sentido de minimizar os impactos negativos que a globalização produz, como as desigualdades regionais, características da realidade brasileira.

As atuais instituições voltadas ao desenvolvimento das Regiões Norte e Nordeste – superintendências de desenvolvimento e bancos regionais – e respectivos fundos fiscais e de investimento – FNO, FCO, FNE, FINAM e FINOR – estão dando lugar a agências de desenvolvimento regional. Essas agências disporão de meios e agilidade operacional para orientar e induzir os investimentos privados, em articulação com os programas dos governos federal, estaduais e municipais.

A política regional está concentrando ações para viabilizar investimentos em infra-estrutura e na área social, apoiando financeira e tecnicamente a implantação de projetos em espaços sub-regionais selecionados. Tal política corresponde a uma versão moderna dos aglomerados de empreendimentos pertencentes à mesma cadeia produtiva, cuja dinamização resulta em ganhos de competitividade nos mercados nacional e externo.

Desenha-se, dessa maneira, o novo papel que está sendo adotado pelo Estado para fortalecer os princípios federativos, por meio de proposta de integração nacional que considere, sobretudo, as diferenças inter e intra-regionais que se sobrepõem no espaço territorial brasileiro.

O ordenamento territorial busca promover o processo de ocupação e de desenvolvimento sustentável. As áreas selecionadas inicialmente para elaboração de diagnósticos estão situadas: na Região Norte, abrangendo 139 Municípios do Estado do Tocantins, 217 do Estado do Maranhão, 30 do Estado do Amazonas e todo o Estado de Roraima; na Região Nordeste, compreendendo todos os Estados e o Norte de Minas Gerais; e na Região Centro-Oeste, abrangendo 46 Municípios do Norte e Nordeste do Estado de Goiás.

Em 1999, foram realizados os diagnósticos, contendo a caracterização física e socioeconômica e o levantamento ambiental das regiões selecionadas, assim como os aspectos metodológicos para a elaboração e a execução do zoneamento ecológico-econômico.

REGIÃO NORTE

As atividades da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, com ações concentradas no programa **Desenvolvimento da Amazônia Legal**, estão voltadas à reestruturação da base produtiva, à elevação da base regional de informação e conhecimento e à valorização humana e social da Amazônia, estruturadas nos projetos GENAMAR, Pesca e de Desenvolvimento de Comunidades Fronteiriças, bem como na gestão do FNO e do FINAM.

O programa Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – Planaflo, foi concebido para viabilizar a ocupação econômica e auto-sustentada do Estado de Rondônia.

O programa **Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – Planaflo**, concebido para viabilizar a ocupação econômica e auto-sustentada do Estado de Rondônia, por meio da melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais e do manejo adequado dos recursos naturais, tem previstos US\$ 228,9 milhões, que deverão beneficiar, num prazo de seis anos, 52 mil produtores rurais, 2.400 famílias de seringueiros, 5 mil índios e 900 famílias de pescadores artesanais.

Dentre as atividades realizadas em 1999, destacam-se o apoio direto às associações comunitárias, mediante projetos em áreas indígenas, de zoneamento socioeconômico-ecológico, de licenciamento ambiental para instalação de empresas e de estudos e relatórios de impacto ambiental (EIA/RIMA) para a pavimentação de rodovias no Estado.

No período 1996-1999, foram alocados R\$ 183,1 milhões, correspondentes a 80% dos recursos orçamentários previstos.

REGIÃO NORDESTE

No âmbito do programa **Desenvolvimento da Região Nordeste**, as atividades da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE situaram-se em torno de quatro eixos básicos: a promoção de estudos e pesquisas regionais e estaduais; a elaboração do Plano Estratégico Regional; a reestruturação institucional e da intervenção regional propriamente dita – incluindo ações emergenciais de efeitos da seca – e as de gestão do FNE e do FINOR.

Para o desenvolvimento rural integrado e sustentado do semi-árido, encontra-se em negociação com o Governo da Espanha a contratação de linha de financiamento que deverá dar suporte a ações na área de atuação da SUDENE e ainda no Estado do Espírito Santo e no Nordeste de Goiás.

Encontra-se em fase inicial o desenvolvimento de projeto de formação e aperfeiçoamento dos capitais social e humano necessários ao desenvolvimento do semi-árido brasileiro, com vistas à formação de líderes da sociedade civil, do governo e do mercado para a gestão do desenvolvimento local, integrado e sustentável; à atualização permanente de agentes multiplicadores que atuarão com a população do semi-árido; à capacitação de instituições estatais e da sociedade civil; e à atualização de empreendedores que atuarão na nova estratégia do desenvolvimento sustentável.

REGIÃO CENTRO-OESTE

As ações para a promoção do desenvolvimento sustentável da Região Centro-Oeste estão concentradas no programa **Desenvolvimento da Região Centro-Oeste**. Destaca-se aqui a gestão do FCO para o financiamento de projetos de desenvolvimento industrial e agrícola.

Em 1998, foi criada a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal, com a finalidade de articulação da ação administrativa da União, dos Estados de Goiás e Minas Gerais e do Distrito Federal.

Nesse sentido, o Ministério da Integração Nacional vem concentrando esforço na elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região do Distrito Federal e Entorno, que define opções estratégicas e ações prioritárias voltadas à ampliação e consolidação da infra-estrutura, ao fortalecimento da base econômica e à diversificação das oportunidades de emprego.

O programa **Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso – Prodeagro** objetiva o desenvolvimento socioeconômico da população daquele Estado, estabelecendo um equilíbrio entre o binômio ocupação e preservação. São previstos investimentos de US\$ 285,7 milhões, beneficiando 32.100 famílias de pequenos produtores rurais e 16 mil índios, com prazo de execução de 6 anos.

Visando a minimizar a degradação ambiental decorrente do uso inadequado dos recursos naturais e da intensa ocupação, as principais ações concentraram-se na realização de estudos de viabilidade para a implantação de unidades de conservação, na demarcação de terras indígenas e de áreas de assentamento especial; no apoio direto às associações comunitárias; na elaboração de diagnóstico socioeconômico-ecológico; em serviços de recuperação e fiscalização de rodovias estaduais; na recuperação de áreas degradadas; na implantação de estações agrometeorológicas automáticas; na formação de professores e de auxiliares de enfermagem indígenas e em fiscalizações conjuntas em unidades de conservação e áreas indígenas.

Ao longo do período de execução do programa, de 1992 a 1999, foram alocados R\$ 194,5 milhões, correspondentes a 68,08% dos recursos orçamentários previstos.

MESORREGIÕES DIFERENCIADAS

Para assegurar o desenvolvimento socioeconômico em mesorregiões diferenciadas do território nacional, estão sendo promovidos estudos para que, respeitando-se as vocações de áreas selecionadas, promova-se a diversificação da base produtiva; a verticalização da atividade econômica; a agregação de valor ao produto local; a ampliação das oportunidades de geração de emprego e renda; a inclusão social, e a participação e o fortalecimento de associações de atores locais.

O programa **Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira** visa fixar o homem à terra e contribuir para a solução do problema do êxodo populacional em direção às metrópoles regionais ou nacionais.

REGIÕES DA FAIXA DE FRONTEIRA

O programa **Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira** visa ao desenvolvimento social da faixa de fronteira, fixando o homem à terra e contribuindo para a solução do problema do êxodo populacional em direção às metrópoles regionais ou nacionais.

Em novembro de 1999 o Ministério da Integração Nacional recebeu a incumbência de assumir a gerência do programa, que estava sendo executado pela extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE e, posteriormente, pelo Ministério da Defesa.

Estão sendo analisados cerca de 50 processos que tratam da realização de pequenas obras em diversos Municípios da faixa de fronteira, representando a aplicação de recursos de R\$ 5,9 milhões.

DEFESA CIVIL

O programa **Defesa Civil** objetiva prevenir e minimizar desastres, socorrer e assistir às populações afetadas e reconstruir e recuperar cenários danificados.

O programa **Defesa Civil** objetiva prevenir e minimizar desastres, socorrer e assistir às populações afetadas e reconstruir e recuperar cenários danificados. O Governo Federal vem atuando constantemente nas situações de desastres naturais, humanos e mistos e, especialmente, em inundações, vendavais, deslizamentos de encostas, secas e incêndios florestais.

Em 1999, a Defesa Civil foi coordenada pelo Ministério da Defesa.

No tocante ao crédito rural, foram alocados R\$ 13,1 bilhões para financiar a produção, com taxa de juros de 8,75% a.a., contra R\$ 9,6 bilhões desembolsados na safra anterior.

**Crédito Rural Oficial –
Financiamentos
Concedidos a
Produtores e
Cooperativas
R\$ Milhões**

Anos	Custeio	Investimento	Comercialização	Total
1996	3.907,9	560,2	350,7	4.818,8
1997	5.608,0	866,9	861,3	7.336,2
1998	6.738,6	1.831,2	1.059,5	9.629,3
1999(1)	9.100,0	2.100,0	1.900,0	13.100,0

Fonte: SISBACEN.

(1) Recursos definidos para financiamento da safra 1999/2000

O endividamento rural foi objeto de amplas negociações envolvendo o Poder Executivo, o Congresso Nacional e representantes dos produtores rurais. Como resultado, foi aprovada a Lei nº 9.866, de 9 de novembro de 1999, que dispõe sobre aspectos relacionados à securitização, inclusive do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFÉ, com os projetos de Saneamento de Ativos – PESA e de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP.

Nesse sentido, foram prorrogadas as parcelas dos financiamentos vincendas nos exercícios de 1999 e 2000, e o restante para o primeiro e segundo ano subsequentes ao do vencimento da última parcela anteriormente ajustada.

Foi também criado o bônus de adimplência de 30% para parcelas de dívida iguais ou inferiores a R\$ 50 mil, e de 15% sobre o excedente a este valor.

Na comercialização, onde o objetivo central do Governo é apoiar o processo com o mínimo de intervenção, o Ministério da Agricultura manteve o Prêmio de Escoamento do Produto – PEP, a utilização de recursos das exigibilidades na CPR e sua liquidação financeira e a internacionalização dos mercados futuros, como forma de ampliar a transferência de risco dos produtores.

Em 1999, foi aprovada a participação de investidores estrangeiros nas operações de mercado de futuros de produtos agrícolas nas bolsas brasileiras, ampliando o processo de transferência de risco, dinamizando a comercialização e aportando novas fontes de financiamento ao setor agrícola. Estão em estudos finais medidas adicionais para embasar o desenvolvimento desse mercado, referentes à ampliação e aperfeiçoamento do zoneamento, novo seguro agrícola, bem como modificações da legislação sobre classificação e armazenagem.

Para melhor proteger os produtores, os preços mínimos de garantia foram reajustados em percentuais superiores a 6,6%, em média.

Em 1999, foi aprovada a participação de investidores estrangeiros nas operações de mercado de futuros de produtos agrícolas nas bolsas brasileiras, dinamizando a comercialização e aportando novas fontes de financiamento ao setor agrícola.

**Preços Mínimos
Básicos**
R\$ por unidade

Produtos	Unidade	1998/1999	1999/2000	Variação
Algodão em caroço	15 kg	7,00	8,00	14,3%
Arroz longo fino	50 kg	10,53	10,92	3,7%
Arroz longo	60 kg	9,30	9,30	0,0%
Feijão	60 kg	26,00	28,00	7,7%
Mandioca	T	25,00	28,50	14,0%
Milho	60 kg	6,70	7,10	5,6%
Soja	60 kg	9,50	9,70	2,1%
Sorgo	60 kg	4,69	4,97	5,9%

Fonte: CONAB/MA.

Em 1999, as operações de sustentação de preços foram muito importantes para os produtores de arroz e algodão, com as Aquisições do Governo Federal – AGF totalizando 607.211 mil toneladas, no valor de R\$ 391,9 milhões.

Nas operações com o Contrato de Opção de Venda, cujo objetivo é garantir preço para o produtor na entressafra, sem tornar obrigatória a venda de sua produção ao Governo, a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB vendeu 42.617 contratos, envolvendo 1.004 mil toneladas de algodão, milho e arroz, num montante de R\$ 468,7 milhões.

A Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 2.608, de 27/05/99, entre outras regulamentações, credenciou as cooperativas centrais para exercerem fiscalização e auditoria, em nome do Banco Central, junto às cooperativas de crédito. A medida significa avanço no sentido de maior regulamentação por parte dessas instituições, para permitir-lhes o recebimento de repasses de recursos oficiais e operar com recursos equalizáveis, da mesma forma que os bancos cooperativos (Bancoob e Bansicredi).

No programa **Cesta de Alimentos**, foram entregues pela CONAB, até novembro de 1999, 16,3 milhões de cestas alimentares, no valor de R\$ 143,1 milhões.

O crescimento da agricultura brasileira, sobretudo a partir de 1990, foi baseado em ganhos consideráveis de produtividade, notadamente no que toca aos grãos. A produtividade média do milho subiu 45%, do arroz 74%, do feijão 36%, da soja 23% e do trigo 10%. Para a safra de 1999/2000, a produção deve situar-se na faixa de 83,4 milhões de toneladas de grãos.

O crescimento da agricultura brasileira, sobretudo a partir de 1990, foi baseado em ganhos consideráveis de produtividade, notadamente no que toca aos grãos. Os dados mostram que no Centro-Sul, entre 1987 e 1998, a produtividade média do milho subiu 45%, do arroz, 74%, do feijão, 36%, da soja, 23% e do trigo, 10%. Na safra 1998/1999, a produção de grãos atingiu 82,4 milhões de toneladas, sendo que, para a safra 1999/2000, os primeiros levantamentos das intenções de plantio indicam que a produção deve situar-se na faixa de 83,4 milhões de toneladas.

Com a implantação dos corredores multimodais de transportes, novas áreas deverão ser incorporadas à produção, dado o espaço ainda disponível nos cerrados (estimado em 90 milhões de hectares), com grande potencial para grãos, e no semi-árido nordestino, adequado à fruticultura.

A abertura comercial e a formação do Mercosul levaram à criação do Proleite, destinado ao financiamento da modernização do setor leiteiro, mediante investimentos em máquinas e equipamentos com tecnologia de última geração. A meta é destinar R\$ 1 bilhão, em cinco anos, para tal finalidade. Em 1999, foram colocados à disposição dos produtores R\$ 200 milhões, à taxa de juros de 8,75% a.a. e com prazo de pagamento de cinco anos, para financiamento de tanques de resfriamento, ordenhadeiras mecânicas, picadeiras, misturadores de ração, trituradores e outros equipamentos.

O programa **Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacaú** busca recuperar a renda agropecuária daquelas regiões mediante a reabilitação ou a substituição da lavoura cacaueira. Em 1999, foi inaugurada em Ilhéus, Bahia, fábrica de biofungicidas, que ofertará aos produtores fungicida natural, mais eficiente e mais barato do que os químicos hoje existentes, para combate do fungo responsável pela vassoura-de-bruxa. Em outubro foi inaugurada a biofábrica, produtora e multiplicadora de genótipos de cacaueiros produtivos tolerantes à praga. Essas ações serão as grandes armas no combate à doença.

No âmbito do programa **Desenvolvimento da Economia Cafeeira**, várias ações foram adotadas para elevar a produtividade da lavoura e sustentar a renda do produtor. Foram destinados R\$ 600 milhões para financiamentos de colheita, pré-comercialização (retenção voluntária) e custeio dos tratos culturais. O reescalonamento das dívidas de custeio tranqüilizou o mercado e, por meio de concomitante liberação de recursos para estocagem, permitiu incremento na renda dos cafeicultores.

Foram alocados R\$ 12 milhões do FUNCAFÉ para pesquisa e desenvolvimento em cafeicultura, em busca de novas variedades de café e da melhoria das técnicas de cultivo, colheita e industrialização, além de orientar o produtor para a adequação dos custos de produção aos preços recebidos, por meio do incremento da produtividade e/ou produção de cafés especiais.

Um convênio de *marketing* formalizado com a Associação Brasileira da Indústria de Café, com aporte de R\$ 9,5 milhões, dos quais R\$ 5 milhões oriundos do FUNCAFÉ e o restante da iniciativa privada, criará condições básicas para incremento do consumo de café no País e no exterior. A iniciativa, encampada pela Associação dos Países Produtores de Café, terá o comprometimento financeiro dos países produtores e da *National Coffee Association*, dos Estados Unidos da América.

O abastecimento interno foi complementado por treze leilões de café, que promoveram a venda de dois milhões de sacas, resultando na estabilidade de preços no varejo, auxiliando no combate à inflação. A venda de café dos estoques oficiais gerou R\$ 280 milhões, garantindo recursos para financiamento à cafeicultura e possibilitando a desmobilização de sete complexos armazenadores, com a conseqüente eliminação dos correspondentes custos operacionais e administrativos.

Com a liberalização do mercado de álcool combustível, o Governo suspendeu o pagamento de subsídio de competitividade ao álcool hidratado – equalização dos custos de produção e sustentação do preço desse

As exportações do segmento do agronegócio vêm tendo papel relevante no equilíbrio da balança comercial.

Comércio Agrícola na Balança Comercial Brasileira US\$ Bilhões

combustível frente à gasolina. Em novembro, o Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool – CIMA decidiu não prosseguir com as operações de financiamento de estoques (*warrantagem*) e não renovar os contratos anteriores, em face do comportamento do preço do produto. Promoveu, também, a realização de leilões de estoques para dar maior estabilidade ao mercado.

As exportações do segmento do agronegócio vêm tendo papel relevante no equilíbrio da balança comercial. Os dados preliminares indicam saldo de US\$ 11,7 bilhões na balança agrícola de 1999.

Anos	Exportações			Importações			Saldo	
	Total	Agr.	%	Total	Agr.	%	Total	Agr.
1996	47,7	15,4	32,3	53,2	7,5	14,1	(5,5)	7,9
1997	53,0	18,8	35,5	61,4	7,1	11,6	(8,4)	11,7
1998	51,1	16,6	32,5	57,5	4,9	8,5	(6,4)	11,7
1999*	46,8	15,0	32,0	48,3	3,3	6,8	(1,5)	11,7

Fonte: SECEX/MICT

* Dados preliminares

As negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC serão de fundamental relevância para o futuro das exportações agrícolas brasileiras. Todavia, a simples eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias não será suficiente para resolver as dificuldades do País no comércio agrícola mundial. A remoção de entraves domésticos, em várias áreas, sintetizados no chamado “custo Brasil”, reveste-se igualmente de grande importância.

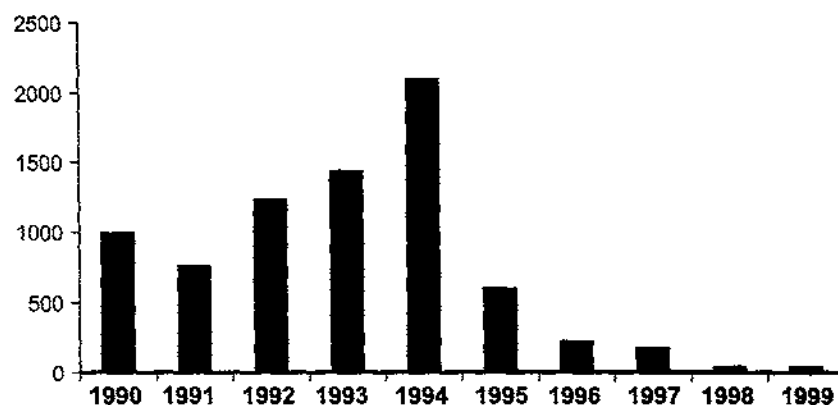
Foram conduzidas diversas negociações para a assinatura de acordos bilaterais ou ampliação de acesso a mercados, destacando-se a abertura do mercado para carne de aves no Canadá; negociações com os Estados Unidos para exportação de carne bovina; e negociações com o Mercosul sobre produtos lácteos, carne de aves e suínos. Em 1999 foram assinados acordos sanitários para facilitar o comércio de produtos agropecuários com a Rússia, a Nova Zelândia e a Hungria. Estão em curso negociações, com o mesmo propósito, com vários outros países, inclusive os Estados Unidos da América e a Alemanha.

No âmbito do programa **Erradicação da Febre Aftosa**, o exemplo das áreas livres dessa doença no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, reconhecidas pela Organização Internacional de Epizootias – OIE em maio de 1998, é seguido pelos pecuaristas do Centro-Oeste, que pretendem atingir esta condição em 2000, e também pelos pecuaristas do circuito leste, neste caso em maio de 2001. Como consequência, já se registra o aumento de 34% nas exportações de carne bovina, ampliando a renda interna e a participação brasileira no mercado internacional de carne.

No âmbito do programa Erradicação da Febre Aftosa, o exemplo das áreas livres dessa doença no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina é perseguido pelos pecuaristas do Centro-Oeste. Como consequência, já se registra o aumento de 34% nas exportações de carne bovina, ampliando a renda interna e a participação brasileira no mercado internacional de carne.

Número de Rebanhos Afetados Pela Febre Aftosa - Brasil

O gráfico a seguir demonstra os significativos avanços na erradicação da doença com a redução do número de rebanhos afetados pela febre aftosa no País, como resultado do investimento na competitividade pecuária.



Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária - MA

A obtenção de áreas livres de pragas nos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Piauí permitiu a exportação de frutas para o mercado americano.

Outro avanço substancial obtido no campo fitossanitário, em decorrência de ações do programa **Desenvolvimento da Fruticultura**, refere-se à obtenção de áreas livres de pragas nos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Piauí, fato que permitiu a exportação de frutas para o mercado americano, ampliando, assim, a participação brasileira no mercado internacional, que movimenta US\$ 23 bilhões anualmente.

Dando continuidade às ações de modernização da política nacional de defesa agropecuária, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento repassou R\$ 43 milhões aos Estados para implantação e organização das instâncias estaduais do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, envolvendo unidades locais, postos de fronteiras fixas e móveis, e controle de trânsito. Cabe assinalar ainda transferência de R\$ 5 milhões para o combate ao cancro cítrico.

No que se refere ao programa **Qualidade dos Insumos Agrícolas**, os registros de agrotóxicos e afins, no período 1996-1999, passaram de 67 para 103. Em 1999, foram fiscalizadas 159 empresas produtoras de agrotóxicos, contra 75 em 1996. O número de laboratórios credenciados para análises fitossanitárias, de sementes, de fertilizantes e corretivos, de resíduos de agrotóxicos, e de micotoxinas, passou de 228, em 1996, para 310, em 1999, e as amostras analisadas no período passaram de 65.000 para 294.000.

No âmbito do programa **Conservação de Solos na Agricultura**, foi criada, em 1998, linha de crédito pelo BNDES, com o objetivo de elevar a produtividade da agricultura, mediante adoção de práticas conservacionistas de uso e manejo do solo e da água, com dotação inicial de R\$ 300 milhões, a serem utilizados até junho de 2000. Em 1999, foram contratadas 3.309 operações, no valor de R\$ 76,6 milhões, comparativamente a 82 operações realizadas em 1998, no montante de R\$ 4 milhões.

O programa Irrigação e Drenagem prevê a reestruturação de projetos públicos de irrigação e a busca de sua emancipação.

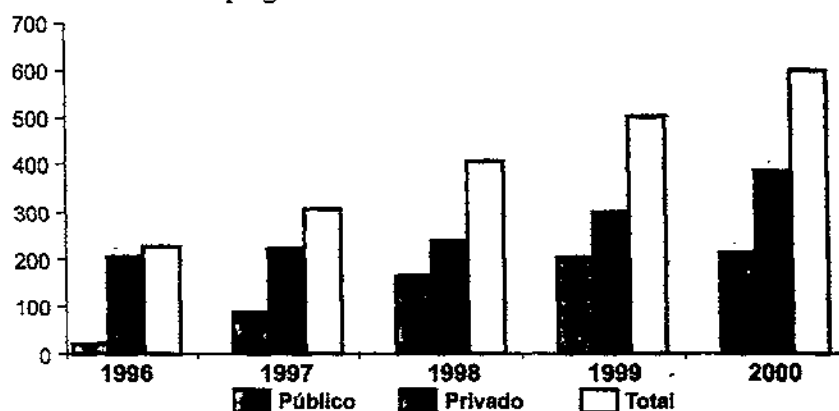
Para promover o desenvolvimento sustentável de áreas irrigadas e irrigáveis, elevando os níveis de produção e produtividade agrícola e melhorando as condições de vida do homem do campo, foi criado o programa **Irrigação e Drenagem**, que prevê a reestruturação de projetos públicos de irrigação e a busca de sua emancipação.

O apoio do Governo Federal na irrigação pública e privada está se concretizando por meio de ações de suporte técnico-institucional e de investimento em obras de infra-estrutura de uso coletivo, envolvendo a formação e a capacitação de recursos humanos, a oferta de crédito para investimento e custeio, a utilização sistemática de instrumentos institucionais e jurídicos, o desenvolvimento científico e tecnológico em agricultura irrigada sustentável, a geração e a disseminação de informações técnicas e de mercado e a obtenção e difusão de informações sobre oportunidades para irrigação.

Em 1999, foram implantados 13.759 novos hectares de áreas irrigadas, tendo sido aplicados, até outubro, R\$ 109,2 milhões, o que resultou na geração de aproximadamente 40 mil empregos diretos e indiretos.

Já para o exercício de 2000 está prevista a incorporação de 42.644 ha, o que deverá proporcionar o surgimento de cerca de 130 mil oportunidades de novos empregos.

Execução Física do Empreendimento – Área Irrigada Acumulada (ha x 1.000)



A produção agrícola anual nos perímetros de irrigação do Vale do São Francisco, entre grãos, frutas e hortaliças, é de 1,5 milhão de toneladas, no valor de R\$ 250 milhões.

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Maior articulação entre as ações de reforma agrária e da agricultura familiar é o embrião da nova política agrícola.

O setor rural brasileiro ingressa em nova época. O desenvolvimento de políticas públicas especificamente voltadas para a agricultura familiar reforça o novo perfil de desenvolvimento da agricultura nacional, mais democrático nas oportunidades de emprego e renda, e mais eficiente no uso e conservação dos recursos naturais.

Maior articulação entre as ações de reforma agrária e da agricultura familiar é o embrião da nova política agrícola, preocupada com produção, produtividade, investimentos em tecnologia, mas antes de tudo centrada no homem e em seu progresso como cidadão.

A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário foi a resposta do Governo Federal para melhorar o desempenho do setor público na gestão dessa nova política agrícola, que contribuirá substancialmente para o surgimento de um novo mundo rural.

Permeando todas estas iniciativas, está a orientação geral para que a formulação e execução de ações de desenvolvimento rural busquem sempre a participação e o envolvimento de Estados, Municípios e da sociedade civil organizada, de forma descentralizada, a partir de conselhos representativos dos atores envolvidos. Desse modo, incrementam-se a quantidade e a qualidade das políticas de reforma agrária e de desenvolvimento da agricultura familiar.

Os números atuais reafirmam a tendência de progresso constante na obtenção de metas de assentamento e de financiamento da agricultura familiar. Por essa razão, e para que passos futuros possam ser mais ousados, será necessário que os esforços para a obtenção de metas nacionais sejam compartilhados com Estados, Municípios e outras entidades interessadas, principalmente aquelas que representam os beneficiários diretos dos programas. A criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural foi uma importante iniciativa nessa direção.

Com participação dos órgãos oficiais envolvidos na formulação e execução das políticas para o setor e de entidades sindicais e de organizações voltadas à promoção do desenvolvimento rural, o referido colegiado conjugará a atuação de conselhos estaduais e municipais, que estarão referendando demandas e propondo ações a partir das realidades regionais e locais da agricultura familiar.

Em 1999, estabeleceu-se como meta da reforma agrária o assentamento de 85.000 famílias. Se acrescentarmos os assentados no período 1995-1998, o Governo Federal alcançou a expressiva marca de 372 mil famílias beneficiadas. Entretanto, a partir principalmente de 1999, a busca de maiores metas de obtenção de terras foi dividida com a preocupação da qualidade dos assentamentos implantados.

Assim, os gastos com implantação de assentamentos cresceram proporcionalmente mais que aqueles destinados à obtenção de terras. Consequentemente, os beneficiários poderão ter suas áreas demarcadas mais rapidamente, não terão de esperar longos períodos para receber créditos de habitação e de produção, e poderão antecipar a estruturação produtiva de suas áreas e o início da obtenção de renda agropecuária.

O programa Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF fixou para a safra 1999/2000 a meta de atender 1.200.000 contratantes com financiamento rural, destinando-lhes R\$ 3,4 bilhões de recursos oriundos do FAT e dos fundos constitucionais, além de valores da exigibilidade bancária. Em relação à safra 1998/1999, haverá incremento de 70% no número de operações contratadas. Esses números demonstram a potencialidade desse programa que, a despeito do pouco tempo de sua instituição,

Em 1999, estabeleceu-se como meta da reforma agrária o assentamento de 85.000 famílias. Se acrescentarmos os assentados no período 1995-1998, o Governo Federal alcançou a expressiva marca de 372 mil famílias beneficiadas.

O programa Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF fixou para a safra 1999/2000 a meta de atender 1.200.000 contratantes com financiamento rural, destinando-lhes R\$ 3,4 bilhões.

Outro instrumento importante para o fortalecimento da agricultura familiar é o Banco da Terra.

ocorrida em 1996, já apresenta resultados que atestam sua sintonia com as necessidades dos agricultores familiares.

Outro instrumento importante para o fortalecimento da agricultura familiar é o Banco da Terra. Complementarmente à desapropriação por interesse social – principal meio de obtenção de terras para a reforma agrária – o Banco da Terra aumentará as possibilidades de se implantarem novos assentamentos, pela incorporação de novas áreas, inclusive aquelas cuja situação não permitiria o uso do instrumento da desapropriação.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

A estratégia do Governo para os setores industrial e comercial compreende um conjunto de ações orientadas por quatro principais diretrizes: (i) apoio à substituição competitiva de importações; (ii) atração de investimentos em torno dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento; (iii) promoção das exportações, inclusive pela postura pró-ativa em todas as negociações internacionais, de âmbito multilateral ou bilateral, para assegurar acesso aos serviços e bens industriais ou agrícolas nacionais; e (iv) apoio sistemático às micro, pequenas e médias empresas.

COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

As dimensões do mercado doméstico e o novo regime cambial instituído em janeiro de 1999 vêm favorecendo a produção de bens finais e insumos industriais e agrícolas, anteriormente importados. Sem a concessão de incentivos fiscais, ou subsídios de qualquer natureza, poderão ser adensadas as cadeias produtivas, o que requer articulação entre os diversos setores e, eventualmente, a concessão de crédito para investimento, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

No plano regional, busca-se atração e financiamento de investimentos em torno dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, mediante atuação eficaz do BNDES e da gestão do regime automotivo.

O programa Brasil Classe Mundial tem por objetivo elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do País.

O programa **Brasil Classe Mundial** tem por objetivo elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do País, com metas relativas à geração de emprego e renda, desconcentração produtiva regional, aumento das exportações, substituição competitiva de importações, inserção das cadeias produtivas na economia internacional, capacitação tecnológica de empresas e o fortalecimento da empresa de capital nacional.

Tendo em vista as potencialidades que se apresentam para a consecução desses objetivos, foram selecionadas dez cadeias produtivas para dar início aos fóruns de competitividade: construção civil; têxtil e confecções; couro e calçados; madeira e móveis; cosméticos, higiene pessoal e perfumaria; eletroeletrônica; química; automotiva; indústria naval e marinha mercante; serviços. Os diagnósticos de cada cadeia encontram-se em fase de elaboração.

O **Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade – PBQP** visa a melhorar a qualidade e a produtividade nacionais, promovendo o aumento da competitividade dos bens e serviços produzidos no País.

Em seu último realinhamento estratégico, o PBQP foi redesenhado, passando a ter 19 Metas Mobilizadoras Nacionais e 6 Subprogramas Estruturantes.

As Metas Mobilizadoras Nacionais abordam os seguintes temas:

- Educação – toda criança na escola com qualidade;
- Indústria – mais competitiva e Marca Brasil de Classe Mundial;
- Agricultura – agronegócios: mais mercados e mais empregos, e segurança do campo à mesa;
- Saúde – sangue livre de contaminação e credibilidade hospitalar;
- Trabalho – trabalho é vida;
- Consumidor – educando e informando o consumidor;
- Administração Pública – satisfação com o serviço público e visibilidade na administração pública municipal;
- Audiovisual – mais Brasil no cinema;
- Habitação – sem desperdício;
- Turismo – cativando os turistas e certificação de profissionais de turismo;
- Micro e pequenas empresas – empresas de pequeno porte mais produtivas;
- Leitura – incremento do hábito da leitura na população brasileira;
- Normalização – agilização do processo de normalização.

Os Subprogramas Estruturantes têm como temas: recursos humanos para a competitividade; metodologias de análise de produtividade; Rede de Qualidade Brasil; integração de programas estaduais de qualidade; instrumentos para municipalização do PBQP; e uso do poder de compra.

No mesmo sentido, o programa **Metrologia e Qualidade Industrial** tem a finalidade de elevar a qualidade dos bens e serviços ofertados ao consumidor e contribuir para o aumento da competitividade dos produtos nacionais.

Dentre suas ações destacam-se as de padronização e disseminação das unidades de medida. Ao todo, foram calibrados 1.654 padrões metroológicos pelo Laboratório Nacional de Metrologia, até outubro de 1999, e credenciados 339 laboratórios para disseminar as Unidades do Sistema Internacional (SI) ao setor produtivo.

O controle metroológico visa a proteger os consumidores. Também atende aos detentores de instrumentos de medição, às indústrias de produtos pré-medidos e de instrumentos de medição. Em 1999 foram verificados cerca de 5,5 milhões de instrumentos de medição.

Ainda no âmbito do programa Metrologia e Qualidade Industrial, foram efetuadas cerca de 9,2 milhões de avaliações de conformidade em unidades de produto e outras 16,5 milhões em metragem. No intuito de reforçar a vertente garantia e educação para a qualidade, procedeu-se à análise de 60 produtos.

O programa Design Brasil tem por objetivo ampliar a competitividade dos produtos brasileiros, mediante inovações na área de design.

O programa Investimentos em Petróleo e Gás visa aumentar a participação da indústria nacional no fornecimento de bens e serviços para a indústria de petróleo.

Estudo recente realizado pela ANP indica que o índice de nacionalização dos bens e serviços fornecidos à indústria de petróleo poderá atingir entre 50 e 60%, gerando volume anual de empregos diretos e indiretos superior a 150 mil.

Já o programa **Design Brasil** tem por objetivo ampliar a competitividade dos produtos brasileiros, mediante inovações na área de *design*. Para tanto, busca-se conscientizar e envolver empresas, trabalhadores e consumidores, promover o *design* no parque industrial e criar uma identidade própria para os produtos e serviços brasileiros. Suas linhas de ação obedecem a duas lógicas: uma regional, outra setorial. Do ponto de vista regional, 14 programas estaduais estão sendo gerenciados. Sob a lógica setorial, programas específicos estão sendo desenvolvidos, abrangendo os seguintes segmentos industriais: automotivo e autopeças, brinquedos, calçados, cerâmico, embalagem, gemas e jóias, moveleiro e têxtil e confecções.

No mesmo momento em que se iniciava a primeira rodada de licitações de áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, lançou-se em junho de 1999, o programa **Investimentos em Petróleo e Gás**, que visa aumentar a participação da indústria nacional no fornecimento de bens e serviços para a indústria de petróleo.

O programa coaduna-se com a orientação estabelecida para a concessão das áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, em que a decisão dos processos licitatórios considerou, além do preço pago pela concessão, os compromissos assumidos com fornecedores locais de bens e serviços. Harmoniza-se também com a decisão da ANP de destinar parcela dos *royalties* e participações especiais para o fomento da pesquisa e desenvolvimento.

Nessa indústria, que congrega a exploração, produção, refino e transporte de petróleo e gás natural, o desenvolvimento da produção local de bens de capital e os serviços de engenharia associados, além de ampla gama de itens de alto conteúdo tecnológico, desde plataformas marítimas e sondas até embarcações, estão previstos investimentos superiores a US\$ 40 bilhões nos próximos 5 anos, como decorrência de sua maior abertura à iniciativa privada no Brasil.

No período 2000-2003, o programa contempla o financiamento, pelo BNDES, de investimentos privados destinados à implantação, ampliação ou modernização do segmento, em montantes superior a R\$ 7,6 bilhões. Ao ofertar condições de financiamento próximas àquelas a que têm acesso os fornecedores tradicionais das grandes empresas internacionais de petróleo, que passam agora a operar no País, são criadas condições para que os fornecedores locais possam beneficiar-se também das encomendas decorrentes dos novos investimentos no setor de petróleo e gás natural.

Estudo recente realizado pela ANP indica que o índice de nacionalização dos bens e serviços fornecidos à indústria de petróleo poderá atingir entre 50 e 60%, gerando volume anual de empregos diretos e indiretos superior a 150 mil.

Na mesma direção, estabeleceu-se Regime Aduaneiro Especial de Importação e Exportação de Bens Destinados à Pesquisa e Lavra de Petróleo e Gás Natural – Repetro, que confere o mesmo tratamento tributário ao bem de capital vinculado a projetos de investimento no setor, seja ele importado ou produzido localmente.

Em suma, o programa integra a política industrial estruturada para o setor de petróleo e gás natural, que visa a promover a indústria local competitiva, as exportações e o desenvolvimento tecnológico em um setor no qual o Brasil construiu base produtiva significativa, e que se apresenta como nova fronteira de oportunidades.

O denominado Regime Automotivo Geral foi instituído em junho de 1995, permitindo às empresas habilitadas redução de 90% no Imposto de Importação sobre bens de capital e de 50% sobre veículos. Em 1996, a redução de 70% foi estendida aos insumos, caindo para 55% em 1997 e para 40 % em 1998 e 1999.

Atualmente, 212 projetos estão em andamento no Regime Automotivo Geral, assim distribuídos:

**Projetos Aprovados
por Segmento
(em unidades)**

Segmentos	Empresas já Instaladas	Novas Empresas	Total
Montadoras de veículos	13	11	24
Fabricantes de autopeças	137	29	166
Outros setores	21	01	22
Total	171	41	212

Fonte: Secretaria de Política Industrial – MDIC.

Foram construídas ou estão em fase de construção quatro novas fábricas de empresas habilitadas, sendo três montadoras de veículos e um fabricante de autopeças, totalizando 45 novos empreendimentos.

O Regime Automotivo Geral está contribuindo para a desconcentração industrial no setor, com a implantação de 32 novas fábricas fora de São Paulo, principalmente no Paraná, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, que representam 71,1% dos 45 novos empreendimentos.

A distribuição espacial das habilitações das empresas já instaladas espelha a concentração espacial da indústria brasileira, localizada principalmente no Estado de São Paulo (70,7%). Todavia, o Regime Automotivo Geral está contribuindo para a desconcentração industrial no setor, com a implantação de 32 novas fábricas fora de São Paulo, principalmente no Paraná, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, que representam 71,1% dos 45 novos empreendimentos. Desde as primeiras habilitações, ocorridas em fevereiro de 1996, até setembro de 1999, foram exportados US\$ 24 bilhões pelas empresas habilitadas.

Em agosto de 1999, por meio da Lei nº 9.826, foi criado o Regime Automotivo de Desenvolvimento Regional. Constitui-se de incentivos fiscais para o desenvolvimento regional, visando a estimular empreendimentos industriais instalados nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e na Região Centro-Oeste, exceto no Distrito Federal, para fabricação de veículos automotores de passageiros, para transporte de pessoas e de mercadorias.

Até 31 de outubro de 1999, data-limite para apresentação dos projetos, nove empresas deram entrada no Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, propondo a instalação de fábricas de automóveis nas regiões abrangidas pela Lei. Os referidos projetos prevêem investimentos da ordem de US\$ 1,66 bilhões para implantação ou ampliação de fábricas de automóveis nos Estados de Goiás, Bahia e Ceará.

O programa Defesa Comercial, que objetiva proteger o sistema produtivo nacional contra práticas desleais do comércio internacional, atua em defesa da indústria brasileira contra práticas desleais de comércio e surtos de importação.

Na III Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio – OMC, em Seattle, Estados Unidos da América, o Brasil condenou com veemência a discriminação comercial e defendeu a necessidade de nova rodada de negociações multilaterais.

DEFESA COMERCIAL

O programa Defesa Comercial, que objetiva proteger o sistema produtivo nacional contra práticas desleais do comércio internacional, atua em defesa da indústria brasileira contra práticas desleais de comércio e surtos de importação, por meio da condução de investigações no Brasil e da prestação de apoio ao exportador brasileiro submetido a processo no exterior, orientando-o e participando das investigações abertas por terceiros países.

Nos últimos quatro anos, foram apresentadas 83 novas petições, das quais 73 resultaram em abertura de investigação. Foram encerradas 71 investigações, das quais 42 com aplicação de medidas de defesa comercial, o que representa cerca de 60% de sucesso para a indústria brasileira.

Em 1999, foram recebidos 23 novos pedidos de investigação, que resultaram em 19 aberturas. Considerando as investigações abertas em 1998 e ainda não encerradas, encontram-se em curso, no momento, 30 investigações. Por outro lado, foram encerradas oito investigações, todas abertas em 1998, das quais seis resultaram em aplicação de direito *antidumping*.

No que se refere à defesa dos exportadores brasileiros submetidos a processos contra práticas desleais de comércio, abertos por terceiros países, a Secretaria de Comércio Exterior já coordenou a elaboração de 23 processos, dando suporte ao empresariado nacional e a outros órgãos governamentais envolvidos, sendo dez deles em 1999.

Na III Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio – OMC, em Seattle, Estados Unidos da América, o Brasil condenou com veemência a discriminação comercial e defendeu a necessidade de nova rodada de negociações multilaterais com vistas a tratar de questões pendentes de solução, em especial o acesso de produtos agrícolas aos mercados dos países desenvolvidos. O Brasil não concorda com a prática utilizada pelas nações desenvolvidas de bloquear o acesso a seus mercados e de subsidiar suas exportações agrícolas, ao mesmo tempo em que demandam dos países em desenvolvimento maior abertura para seus produtos e serviços. O Brasil reiterou, também, sua posição de que temas como padrões ambientais e trabalhistas não devem ser incorporados à agenda do comércio internacional, devendo ser tratados nos fóruns específicos existentes.

O Brasil participou, em 1999, dos trabalhos da OMC, sobretudo de seu mecanismo de solução de controvérsias, em que esteve envolvido em painéis com o Canadá, nos quais foram examinados o apoio da linha de financiamento do Programa de Financiamento às Exportações – PROEX à Embraer e os subsídios canadenses às exportações de aeronaves.

As diretrizes para o ano 2000 em matéria de negociações comerciais permanecem voltadas para a defesa do multilateralismo e para o combate a decisões unilaterais por parte de alguns dos nossos principais parceiros. Nesse sentido, segue prioritária para o Brasil a liberalização do comércio agrícola internacional.

No plano bilateral, foi dada continuidade ao combate às barreiras contra exportações brasileiras e à melhoria do acesso aos mercados de países desenvolvidos, buscando-se assim uma contrapartida pelo amplo esforço brasileiro de liberalização comercial, iniciado em princípios da década de 90. É imperativo aumentar as vendas externas, sobretudo em um

contexto de contração de liquidez nos mercados financeiros mundiais. Nessa perspectiva, foi negociado com os Estados Unidos acordo suspensivo de investigação de subsídios contra produtos siderúrgicos brasileiros, preservando o acesso ao mercado norte-americano.

DESENVOLVIMENTO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Tendo em vista o seu grande potencial para a geração de emprego e renda, o apoio sistemático às micro, pequenas e médias empresas constitui estratégia prioritária do Governo Federal. Estão previstas medidas destinadas a promover sua inserção nas cadeias produtivas de empresas de maior porte e ampliação de sua escala de produção, com a promoção das exportações diretas ou pela formação de consórcios, parcerias ou formas inovadoras de comercialização externa.

Em outubro de 1999, por meio da Lei nº 9.841, foi sancionado o novo Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, que prevê tratamento jurídico diferenciado e simplificado nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial, nos termos dos artigos 179 e 180 da Constituição Federal.

Concomitante à sanção desse Estatuto, foi lançado o programa **Brasil Empreendedor**, com o objetivo de promover o fortalecimento econômico-administrativo das micro, pequenas e médias empresas por intermédio da ampliação de linhas de crédito, do acesso a novas tecnologias e da capacitação gerencial.

O referido programa propõe-se a estabelecer uma política de crédito assistido ou orientado, em especial para os micro e pequenos empreendedores. No primeiro ano, está prevista a mobilização de R\$ 8 bilhões, o que permite a geração e a manutenção de aproximadamente três milhões de postos de trabalho.

Outras atividades em andamento no âmbito do programa compreendem a implantação e o apoio ao funcionamento do Fórum da Micro e Pequena Empresa e a coordenação das atividades do Fórum Setorial de Franquia Empresarial.

PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

Ainda que a pauta de exportações brasileira registre a presença de produtos elaborados e semi-elaborados, ela ainda concentra-se em *commodities*. Sem prejuízo dos esforços para ampliar as exportações de tais produtos, o Governo Federal tem se preocupado em apoiar a exportação de bens com maiores densidade tecnológica e valor agregado.

Os esforços governamentais em ampliar as exportações brasileiras podem ser constatados em todas as negociações internacionais, de âmbito multilateral ou bilateral, de que o País tem participado. Boa parte desses esforços integram o programa **Promoção das Exportações e Acesso a Mercados**.

No campo da promoção comercial, renovou-se o sistema de informação e inteligência comercial, em especial por meio da "BrazilTradeNet" e do Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas (SIPRI).

O programa Brasil Empreendedor tem o objetivo de promover o fortalecimento econômico-administrativo das micro, pequenas e médias empresas por intermédio da ampliação de linhas de crédito, do acesso a novas tecnologias e da capacitação gerencial.

No âmbito regional, o Brasil aprofundou a integração com seus parceiros do Mercosul, que é hoje a quarta zona de livre comércio do mundo. O Mercosul mudou o mapa econômico do Hemisfério e consolidou-se como modalidade de regionalismo aberto.

Em 1999, deu-se sequência às negociações no Mercosul sobre serviços, compras governamentais, regime automotivo, álcool e açúcar. O Conselho do Mercado Comum decidiu avançar na identificação dos instrumentos de coordenação de políticas macroeconômicas. Foram aprovados o "Programa sobre Medidas de Simplificação Operacional de Trâmites de Comércio Exterior e de Fronteira" e o "Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários", entre outros. O Grupo Mercado Comum criou a "Comissão Sócio-Laboral do Mercosul", e adotou normas sobre o controle aduaneiro do intercâmbio postal entre cidades da região de fronteira, bem como princípios para controle sanitário e fitossanitário.

No que se refere ao relacionamento externo do Mercosul, anunciou-se, por ocasião da Cúpula Mercosul-União Européia, no Rio de Janeiro, o início de negociações visando a liberalização das trocas comerciais entre os dois blocos. Os Estados-Partes do Mercosul definiram posições comuns para as negociações com a União Européia e para as que estão em curso no âmbito da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA e da "Rodada do Milênio". Cabe mencionar, ainda, a constituição dos dois primeiros Tribunais Arbitrais *ad hoc* do Mercosul.

Quanto à Associação Latino-Americana de Integração – ALADI, a principal realização em 1999 foi a negociação do Acordo de Preferências Tarifárias entre o Brasil e a Comunidade Andina, primeiro passo em direção à conformação de zona de livre comércio entre o Mercosul e os países andinos. Também teve início processo de consultas entre o Governo e o setor privado nacional a fim de avaliar o interesse em um acordo de preferências tarifárias com o México.

Em 2000, será dada prioridade à consolidação da União Aduaneira do Mercosul e sua evolução para o estágio de Mercado Comum. São ainda prioridades as negociações para: liberalização do comércio no setor automotivo entre Mercosul e Chile; conformação de zonas de livre comércio entre Mercosul e África do Sul e entre Mercosul e Comunidade Andina; acordo de preferências tarifárias entre Mercosul e Cuba; e definição sobre o interesse em negociar o acordo com o México.

O programa **Financiamento às Exportações** visa a alavancar as exportações brasileiras. O PROEX, linha de apoio financeiro criada em 1991, que opera com recursos do Tesouro Nacional, é parte integrante desse programa, e destina-se a financiar exportações de bens e serviços nacionais, objetivando propiciar condições compatíveis com as praticadas pelo mercado internacional. O PROEX opera em duas modalidades: financiamento direto ao exportador ou ao importador (PROEX – Financiamento) e equalização de taxas de juros (PROEX – Equalização). Seu orçamento em 1999 foi de R\$ 1,6 bilhão, dos quais R\$ 803 milhões para a modalidade financiamento e R\$ 837 milhões para a equalização de taxas de juros.

Até novembro de 1999, 266 empresas exportadoras beneficiaram-se da modalidade financiamento, gerando vendas externas de US\$ 1 bilhão para 47 países. Merece destaque o aumento de 33,1% observado no número de operações do PROEX/Financiamento em 1999, comparativamente ao ano de 1998. O número de exportadores beneficiados por essa modalidade cresceu 34,3%.

Em 2000, será dada prioridade à consolidação da União Aduaneira do Mercosul e sua evolução para o estágio de Mercado Comum.

Na modalidade de equalização, o apoio governamental atingiu 227 empresas em 1999, que exportaram US\$ 13,2 bilhões para 91 países diferentes. Para 2000, está previsto o dispêndio de R\$ 818 milhões. As exportações já efetivadas com o apoio desta modalidade cresceram 4% em 1999, comparativamente a 1998.

PROPRIEDADE INTELECTUAL

O programa Propriedade Intelectual objetiva garantir a propriedade intelectual e promover a disseminação de informações, estimulando e diversificando a produção e o surgimento de novas tecnologias.

O programa Propriedade Intelectual objetiva garantir a propriedade intelectual e promover a disseminação de informações, estimulando e diversificando a produção e o surgimento de novas tecnologias.

O Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI recebe anualmente cerca de 70 mil pedidos de registro de marcas e 12 mil solicitações de novas patentes. Até setembro de 1999, o INPI averbou 1.112 contratos de transferência de tecnologia, emitiu 2.574 cartas patentes e concedeu 29.287 registros de marcas, números semelhantes aos dos dois últimos anos, excetuando-se a meta projetada para concessão de registros de marcas.

Em comparação com os anos anteriores, o quadro de desempenho operacional do programa é o seguinte:

	1999 Projeção até dez./1999	1999 Até set.	1998	1997
	1.480	1.112	1.520	1.217
	3.140	2.574	3.201	2.156
	43.500	29.287	26.474	29.428

Fonte: Instituto Nacional de Propriedade Industrial - MIDIC

DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

Na Amazônia Ocidental, o Governo Federal, por intermédio da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, vem atuando na atração de investimentos que representem aproveitamento sustentável das potencialidades e vocações regionais, ampliando a produção de bens finais e de componentes na região.

Nesse sentido, o programa Pólo Industrial de Manaus tem por objetivo fortalecer a estrutura produtiva daquela área pelo adensamento, de forma competitiva, da sua cadeia de produção. Em 1999, foram aprovados 144 projetos de implantação, ampliação e diversificação, com previsão de geração de aproximadamente 19 mil novos postos de trabalho e investimentos totais da ordem de US\$ 2,3 bilhões.

Em 1999, foram criados aproximadamente 44 mil empregos diretos no setor industrial, e as exportações da Zona Franca de Manaus passaram de US\$ 143,9 milhões em 1996 para aproximadamente US\$ 400 milhões em 1999, equivalendo a um incremento de 178%. Tal expansão decorre da reformulação da linha de apoio a exportações, cujo aprimoramento permitiu equalizar custos de transporte dos produtos exportados pela região com os do porto de Santos.

MINERAÇÃO

Dentre as diretrizes setoriais do segmento mineração destaca-se a promoção dos ajustes e aperfeiçoamentos necessários na legislação mineral brasileira, buscando a modernização de sua estrutura legal, capaz de atender aos requisitos necessários para o desenvolvimento do setor frente à concorrência de outros países.

Igualmente relevante é a reestruturação da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, com a eliminação de sua presença na produção e redirecionamento de suas funções para as de Serviço Geológico Nacional, importante para promoção e desenvolvimento do conhecimento geológico e da geociência no País, elementos básicos para o aproveitamento racional dos recursos minerais.

Como principal instrumento indutor da atividade de mineração no Brasil, o programa **Desenvolvimento da Produção Mineral** constitui-se de ações integradas de amplo espectro, que visam a atrair, até 2010, R\$ 35 bilhões em investimentos privados, necessários para cumprir a meta de triplicar a produção da indústria extrativa mineral brasileira. Caso essa meta seja alcançada, deverão ser criados cerca de 500 mil novos empregos diretos e 5 milhões de empregos indiretos na indústria de transformação mineral e nos setores fornecedores de máquinas, equipamentos, insumos e serviços à mineração.

O Governo Federal, com o objetivo de atrair capitais para o desenvolvimento do setor, está promovendo ampla programação de levantamentos aerogeofísicos e mapeamento sistemático da Amazônia Legal. Em 1999 foram executados trabalhos compreendendo 24 mil km² na Reserva Nacional do Cobre e Associados, prevendo-se para os próximos três anos levantamentos de 3,4 milhões de km² com magnetometria, gamaespectrometria e gravimetria aéreas.

Esses levantamentos aumentarão significativamente a atratividade do Brasil para capitais de risco voltados à pesquisa mineral e de petróleo, e também constituirão marco histórico no conhecimento das potencialidades da Amazônia, com expressivos efeitos no crescimento da economia regional.

A partir da edição da Lei nº 9.314, de 1996, que reinstituiu a cobrança de emolumentos e taxas para a fase de pesquisa mineral, foram substancialmente reduzidos os requerimentos “especulativos” de autorização de pesquisa. Os 39.635 pedidos em 1996 caíram para 1.277 em 1999.

A diminuição da carga burocrática com o processamento dos requerimentos meramente “especulativos” que, por não constituírem nenhum ônus ao requerente, tinham como único objetivo a reserva de áreas potenciais para posterior negociação, está permitindo que os processos de lavra sejam agilizados. Com isso, o número de concessões de lavra outorgadas aumentou 166% entre 1996 e 1999, passando de 90 para 239.

No período 1996-1999, foram expressivas as taxas de crescimento do valor da produção mineral, alcançando o índice acumulado de 39,7%, mesmo com as restrições impostas pelos desequilíbrios provocados pela crise financeira internacional.

O programa **Desenvolvimento da Produção Mineral** constitui-se de ações integradas de amplo espectro, que visam a atrair, até 2010, R\$ 35 bilhões em investimentos privados, necessários para cumprir a meta de triplicar a produção da indústria extrativa mineral brasileira.

TURISMO

Em 1999, o Governo encerrou ciclo de desenvolvimento do turismo, iniciado em 1995 com o estabelecimento da Política Nacional do Turismo.

Tal política foi alicerçada em cinco macroestágios, contemplando a implantação de infra-estrutura básica e turística; a capacitação de recursos humanos; a modernização da legislação; a descentralização da gestão do turismo e sua promoção no Brasil e no exterior.

As metas traçadas foram superadas, tendo o setor turístico contribuído com a geração de emprego e renda e com o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas do País.

Para o período 2000-2003, a nova política será embasada nos objetivos dos programas desenhados no Avança Brasil.

O programa **Municipalização do Turismo** tem por objetivo promover o desenvolvimento do turismo sustentável, atuando junto à sociedade organizada de forma a gerar emprego e renda duradouros. Pretende-se aumentar, até 2003, de 56 para 550 o número de Municípios com planos de desenvolvimento turístico.

Com cinco anos de atuação direta junto a cerca de 1.250 dos 1.570 Municípios reconhecidos pelo Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur como de potencial para o desenvolvimento do turismo, o programa treinou mais de 5.000 monitores municipais nas 476 Oficinas de Treinamento, Capacitação e Planejamento, responsáveis pela disseminação e pelo incremento da atividade turística em seus Municípios.

Ademais, contribuiu para o desenvolvimento dos Municípios e para a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, por intermédio da sensibilização e da mobilização da comunidade para a importância do turismo como fator de desenvolvimento econômico-social gerador de emprego e renda.

Como a maior queixa do turista nacional e estrangeiro reside na questão da limpeza urbana, destacaram-se, em 1999, as ações de conscientização das comunidades para a importância da limpeza urbana e de financiamento da melhoria de equipamentos de tratamento e coleta de resíduos sólidos em 15 Municípios-piloto, no valor de R\$ 900 mil, realizadas em parceria entre a Embratur e a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano – SEDU. A Embratur orientou os Municípios turísticos para a regulamentação das questões da coleta, tratamento e destinação dos resíduos sólidos, sendo que 700 deles tiveram tais dispositivos aprovados por suas Câmaras Legislativas.

Já enfocada anteriormente por meio da campanha “Onde Tem Lixo Não Tem Turista”, a questão foi aprofundada em 1999, com a campanha “Brasil Sempre Limpo”.

No intuito de aumentar o fluxo, a taxa de permanência e o gasto dos turistas no País, o programa **Turismo: a Indústria do Novo Milênio** pretende aumentar o fluxo anual de turistas estrangeiros de 4,8 para 6,5

O programa Turismo: a Indústria do Novo Milênio pretende aumentar o fluxo anual de turistas estrangeiros de 4,8 para 6,5 milhões.

Com o desafio de associar um milhão de pessoas na faixa etária acima de 50 anos, o projeto "Clube da Melhor Idade" contava, ao final de 1999, com mais de 200.000 associados.

milhões, bem como o turismo doméstico, aumentando a taxa de ocupação hoteleira de 2,73 para 2,9 no período 2000-2003.

Com o desafio de associar um milhão de pessoas na faixa etária acima de 50 anos, o projeto "Clube da Melhor Idade" contava, ao final de 1999, com mais de 200.000 associados. A implantação desses clubes busca incentivar o fluxo turístico na baixa estação, proporcionando pacotes turísticos com preços reduzidos e promovendo eventos e encontros específicos para o segmento, atraindo pessoas com tempo livre e vontade de conhecer o imenso potencial turístico do nosso País e incentivando-as a inscreverem-se nos Clubes da Melhor Idade, já existentes em todo o território nacional.

Além do turismo, esses clubes procuram desenvolver convênios e atividades diversas com empresas públicas e privadas, de sorte a aumentar o poder de consumo e garantir o bem-estar e os direitos dos cidadãos idosos. Em 1999, os associados dos Clubes da Melhor Idade passaram a contar com convênio específico com companhia aérea nacional, que lhes dá o direito de viajar por todo o território nacional usufruindo de descontos de 40% no preço das passagens.

A pesca amadora é objeto de projeto específico, executado em parceria entre a Embratur e o Ministério do Meio Ambiente – MMA, que tem por objetivo incentivar essa atividade, importante para a geração de empregos e conservação do meio ambiente.

Em 1999, foram realizadas com as comunidades ribeirinhas dos Estados do Mato Grosso do Sul, Pará, Mato Grosso, Amapá, Rondônia, Bahia e Rio de Janeiro, oficinas de treinamento e capacitação para guias de pesca, atingindo 600 profissionais.

Também foi apoiada, em 1999, a realização de 10 eventos populares significativos no Brasil, como feiras e torneios regionais, envolvendo um público estimado em 300 mil participantes, bem como outros voltados para a educação ambiental de escolares e para orientação de Estados e Municípios no sentido de regulamentar a prática da pesca.

Executado em parceria com o Instituto de Ecoturismo do Brasil – IEB e com o acompanhamento do MMA/IBAMA, o segmento de ecoturismo foi objeto de estudo de identificação e definição de pólos prioritários, tendo sido iniciado nas Regiões Sul e Centro-Oeste, em 1998, e finalizado em 1999, nas Regiões Sudeste, Nordeste e Norte.

A consolidação dos dados levantados permitiu o estabelecimento de panorama que retrata a real situação do ecoturismo no País, propiciando, a partir de 2000, a adequação e a melhoria da infra-estrutura existente, viabilizando sua prática de forma econômica e ambientalmente sustentável. Outro resultado imediato do estudo, para os turistas, são os roteiros específicos de utilização de destinos ecoturísticos em todo o País.

Entre 1996 e 1998 a Embratur apoiou projetos para implantação de infra-estrutura básica e turística no montante de R\$ 40,4 milhões. Os referidos projetos contemplaram a implantação de centros de eventos e exposições, pólos turísticos, estradas, parques ecológicos, entre outros. Em

1999, deram entrada para análise 160 projetos, no montante aproximado de R\$ 30 milhões.

A Embratur consolidou, em 1999, o projeto de cadastramento dos prestadores de serviços turísticos, tendo sido cadastrados 4.834 agências de turismo, 1.700 meios de hospedagem, 338 transportadores turísticos e 354 organizadores de eventos turísticos, tendo como resultado a redução de custos para o empresário no cumprimento de suas obrigações legais.

O Manual de Recepção e Acessibilidade de Portadores de Necessidades Especiais a Empreendimentos Turísticos, destinado a conscientizar o empreendedor a adequar seu equipamento turístico para receber este público, permitirá a inclusão no mercado de quatro milhões de portadores de deficiências.

Em 1999, foram lançadas novas peças publicitárias de incentivo ao turismo interno, reeditando-se material de cinema e televisão, ou adequando-se peças já existentes a novos formatos e conceitos criativos.

Para o fortalecimento da imagem turística brasileira no exterior, foram executadas campanhas, de maio a junho de 1999, no canal de TV a cabo CNN e na revista *Time*, com 25 inserções na América Latina, 5 inserções na Europa e 5 inserções nos Estados Unidos.

A Embratur participou, em parceria com a iniciativa privada, de diversos eventos internacionais, com destaque para o *Epcot Center - Celebração do Milênio*, para a exposição *Brasil Barroco - 500 anos de História Barroca no Brasil*, no Museu *Petit Palais*, de Paris, para o projeto *Via Brasil*, completo acervo cinematográfico de imagens das regiões brasileiras, e para o projeto *Retrato do Brasil*, que consiste na maior produção cinematográfica já realizada para a divulgação e promoção do Brasil junto aos jovens brasileiros e estrangeiros - 5.000 escolas públicas e privadas brasileiras e 5.000 entes institucionais/associativos na Europa (Espanha, Itália, Portugal, Alemanha, França e Reino Unido) e na América do Sul (Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile).

Com recursos da ordem de US\$ 670 milhões, o programa Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR abriu novo caminho para o incremento do turismo regional.

O programa **Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR** abriu novo caminho para o incremento do turismo regional, executando ações destinadas a melhorar as condições de infra-estrutura básica e de serviços públicos em locais com potencial turístico. Está atraindo a captação de recursos privados para a ampliação e modernização do parque hoteleiro existente, com vistas ao desenvolvimento sustentável de uma das regiões mais carentes do País.

Com recursos da ordem de US\$ 670 milhões, o programa está dividido em três componentes - obras múltiplas, aeroportos e desenvolvimento institucional - e contabilizou 65 projetos concluídos e 130 projetos em fase de conclusão, cujos investimentos somam US\$ 533 milhões.

As obras já concluídas, ou em andamento, beneficiarão aproximadamente 113 Municípios da região, e gerarão cerca de 930 mil empregos diretos e 1,2 milhão indiretos, contemplando a expansão ou modernização de 8 aeroportos, a construção de 46 trechos rodoviários totalizando 605 km, a

execução de 20 projetos de saneamento, beneficiando 402 mil habitantes, a preservação do meio ambiente em 6.355 hectares, a recuperação de 22.842 km² de patrimônio histórico e a estruturação ou capacitação de 50 órgãos.

O PRODETUR criou modelo de co-gestão entre as três esferas de governo e entidades privadas para que a aplicação das verbas destinadas ao desenvolvimento do turismo seja feita de forma a apresentar resultados eficientes e adequados, com previsão de encerramento em abril de 2000.

Para o período 2000-2003, dois novos programas promoverão a atividade turística na Região Nordeste: Turismo no Nordeste e Desenvolvimento da Infra-Estrutura Turística no Nordeste.

Para o período 2000-2003, dois novos programas promoverão a atividade turística na Região Nordeste: **Turismo no Nordeste e Desenvolvimento da Infra-Estrutura Turística no Nordeste.**

O programa **Turismo no Nordeste** tem como objetivo aumentar o fluxo turístico, a taxa de permanência e o gasto de turistas na Região Nordeste, implicando o aumento da taxa de ocupação hoteleira regional de 60 para 70%, no período 2000-2003.

Dentre suas principais ações, destacam-se a realização de campanhas publicitárias para a promoção do turismo, a capacitação de recursos humanos, o estudo de oportunidades de investimentos em novos segmentos turísticos, a elaboração de roteiros turísticos e a colocação de sinalização turística.

Já o programa **Desenvolvimento da Infra-Estrutura Turística no Nordeste** tem como premissa desenvolver a infra-estrutura turística nessa região, mediante a execução de ações de cadastramento da infra-estrutura turística, de construção e recuperação de rodovias e terminais aeroportuários, de financiamento de investimentos turísticos, de implantação, ampliação e melhoria de infra-estrutura urbana e de serviços de saneamento básico, de recuperação de patrimônio artístico, histórico e cultural de áreas de interesse turístico e de proteção ambiental.

Com a realização desses programas, a Região Nordeste estará melhor preparada para receber os “turistas do sol”, que para lá vão ao longo de todo o ano.

O programa **Turismo Verde**, instituído para promover o ecoturismo como alternativa de desenvolvimento econômico sustentável na Amazônia Legal, encontra-se em fase de preparação para início de seu funcionamento, já tendo sido aprovado pedido de financiamento pelo Comitê de Empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. A meta é elevar a participação do turismo na atividade econômica da Região para 2%.

Em 1999 os recursos previstos para o programa foram utilizados em estudos de inventário e viabilização do ecoturismo e em apoio à implantação de infra-estrutura receptiva.

BRASIL 500 ANOS

As comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil irão até o dia 22 de abril de 2001.

As comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil irão até o dia 22 de abril de 2001, com maior concentração de eventos entre 1º de janeiro e 27 de abril de 2000, e tendo como ponto alto a semana de 22 a 27 de abril de 2000.

Dentre os eventos previstos e realizados, destacam-se a construção do Pavilhão do Brasil, na Feira de Hannover, a restauração de obras artísticas e monumentos históricos, a realização de feiras, exposições, manifestações culturais e seminários no Brasil e no exterior, a construção de "Marcos Urbanos dos 500 anos", o projeto "Sinfonia Brasil 500 Anos", para a criação de sinfonias alusivas aos 500 Anos do Brasil, o concurso "O Negro nos 500 anos do Brasil", com a apresentação de 726 trabalhos e entrega de prêmios, e a edição de CD's, textos, revistas, encartes e livros com temas definidos pelo Comitê Executivo das Comemorações do V Centenário.

Em 1999, foram executadas diversas ações nos 83 km de extensão na denominada Costa do Descobrimento e na implantação do Museu Aberto do Descobrimento, a ser inaugurado em abril de 2000, em convênio com o Governo da Bahia, bem como a construção do Centro Cultural e de Eventos do Descobrimento, em Porto Seguro, e a revitalização do Arraial da Coroa Vermelha, em Cabralia.

Ainda em 1999, destaca-se o apoio à construção da "Porta do Mar", em Joinville (SC), à restauração de edificação existente para o Memorial de Tordeilhas, em Laguna (SC), à restauração da Fortaleza Nossa Senhora da Conceição e à construção da Cidade Cenográfica Juazeiro do Padre Cícero (CE).

Vem sendo apoiada a construção da réplica da Nau Capitânia, do final do século XV, em parceria com o Instituto Memorabilia, mediante a conjugação de esforços dos partícipes, executada na Base Naval de Aratu, com gerenciamento do Clube Naval do Rio de Janeiro.

Foram realizados os Congressos Brasil-Portugal 2000, em junho de 1999, em Lisboa e Coimbra, sobre os temas "Geografia e Direitos Novos" e, em setembro, em Brasília e Recife, sobre os temas "Economia, Antropologia e Sociologia".

Encontram-se em andamento os três eventos componentes da "Chama do Conhecimento", atividade representada por fogo simbólico aceso no dia 26 de novembro na Serra da Capivara (PI), pela comunidade indígena, no dia 1º de dezembro, pela comunidade negra do Quilombo dos Calungas (GO), enquanto no dia 11 de dezembro, em Lisboa, foi acesa a Chama do Conhecimento Lusitano.

As chamas representativas do conhecimento dos povos que originaram a nação brasileira encontraram-se na cidade do Rio de Janeiro e, juntas, acenderam os fogos de boas-vindas ao ano 2000 naquela cidade; agora, fundidas numa só chama, percorrerão diversas cidades do Brasil, iluminando as melhores ações nas áreas de educação, saúde, voluntariado, até chegar à cidade de Porto Seguro (BA), no dia 22 de abril de 2000, onde acenderão os fogos dos 500 Anos.



INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

A inovação de processos, produtos e serviços é fator determinante para a competitividade das empresas e aumento das exportações. Contém a solução de questões fundamentais relacionadas à saúde, educação, energia e ao meio ambiente.

Nesse contexto, a base científica e tecnológica de um país assume papel estratégico. Trata-se de alocar os investimentos segundo critérios de uma política de inovação para solução dos problemas mais emergenciais da sociedade, colocando o capital científico e tecnológico do País a serviço do aumento da competitividade das empresas e das necessidades dos mercados.

EXPANSÃO DA BASE NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

No programa Expansão e Consolidação do Conhecimento Científico e Tecnológico, destaca-se o fomento à pesquisa básica, à pesquisa aplicada, e ao desenvolvimento tecnológico. No período 2000-2003 pretende-se investir mais de R\$ 430 milhões neste programa.

A ampliação e o ajuste da base técnico-científica do País às necessidades do mercado de conhecimento e de serviços em ciência é a missão do programa **Expansão e Consolidação do Conhecimento Científico e Tecnológico**. Dentre suas principais ações, destaca-se o fomento à pesquisa básica, à pesquisa aplicada, e ao desenvolvimento tecnológico, buscando sua articulação com as prioridades econômicas, sociais e regionais, investimentos fundamentais para o processo de desenvolvimento. No período 2000-2003 pretende-se investir mais de R\$ 430 milhões nesse programa.

O programa adota como estratégia o estabelecimento de parcerias, com a promoção da pesquisa cooperativa e a descentralização espacial das atividades de ciência e tecnologia – C&T no País. No fomento à pesquisa, os investimentos, em 1999, somaram R\$ 65 milhões, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, e R\$ 119 milhões, da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP (até outubro). Um conjunto de linhas de fomento da FINEP dirigem-se ao desenvolvimento tecnológico nas empresas nacionais, à gestão ambiental, tecnológica e da qualidade, bem como à educação para a competitividade e ao pré-investimento ou elaboração de planos, estudos de viabilidade e às diferentes etapas de projetos de engenharia.

Outra ação importante do programa é o fomento aos Núcleos de Excelência (PRONEX), que têm a finalidade de fixar, consolidar e reproduzir a competência técnico-científica do País. Sua implementação viabilizou a contratação de 162 projetos de pesquisa, por 4 anos, com investimentos de R\$ 85,5 milhões, até outubro de 1999.

Em 1999, foram apoiados 354 projetos de pesquisa, abrangendo os setores de tecnologia de ponta, em parceria com 161 empresas privadas, por meio do projeto Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PADCT, outro importante instrumento do programa. Na execução desses projetos, houve a participação efetiva de 1.580 pesquisadores, distribuí-

O Laboratório Nacional de Luz Sincrotron – LNLS, em 1999, operou a fonte de luz sincrotron por 3.500 horas, tendo atendido mais de 250 projetos de pesquisas, realizados por cientistas de instituições do Brasil e do exterior.

No âmbito do programa Capacitação de Recursos Humanos para a Pesquisa, foram investidos, em 1999, R\$ 367 milhões. Para o período 2000-2003 serão qualificados e formados 70 mil pesquisadores.

Integra também o programa, a concessão de incentivos fiscais ao desenvolvimento científico e tecnológico da indústria e da agropecuária e o apoio à inovação tecnológica nas micro e pequenas indústrias.

dos pelas universidades, centros, institutos de pesquisas e empresas, com dispêndios de R\$ 24,3 milhões.

Integram ainda o programa as ações do Laboratório Nacional de Luz Sincrotron – LNLS que, em 1999, operou a fonte de luz sincrotron por 3.500 horas, tendo atendido mais de 250 projetos de pesquisa, realizados por cientistas de instituições do Brasil e do exterior. Novos equipamentos científicos foram instalados, expandindo a capacidade de pesquisa. A Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Sincrotron, organização social que opera o LNLS, iniciou projeto de apoio financeiro aos pesquisadores de fora de São Paulo.

Também em 1999, entrou em operação o Centro Nacional de Microscopia Eletrônica de Alta Resolução, que conta com o mais avançado microscópio eletrônico da América do Sul, financiado mediante parceria entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Outro desenvolvimento importante foi a implantação do Laboratório de Biologia Molecular Estrutural.

No âmbito do programa **Capacitação de Recursos Humanos para a Pesquisa**, que tem por objetivo ampliar a capacidade de resposta do Sistema Nacional de C&T às demandas de conhecimento e de serviços técnico-científicos da sociedade, mediante a formação e qualificação de pesquisadores, foram investidos, em 1999, R\$ 367 milhões. Para o período 2000-2003 serão qualificados e formados 70 mil pesquisadores.

Outro instrumento para a expansão da base tecnológica do País consiste no programa **Inovação para a Competitividade**, que pretende desenvolver e difundir soluções e inovações tecnológicas voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas e das condições de inserção da economia brasileira no mercado internacional, elevando assim a participação dos gastos em pesquisa e desenvolvimento em relação ao faturamento bruto das empresas brasileiras de 1% para 2%, até 2003.

Nesse sentido, o programa desenvolve trabalho de mobilização de empresários, trabalhadores, universidades e Governo, promovendo treinamento e intercâmbio de experiências.

Integra também o programa, a concessão de incentivos fiscais ao desenvolvimento científico e tecnológico da indústria e da agropecuária e o apoio à inovação tecnológica nas micro e pequenas indústrias, instituídos pela Lei nº 8.661. No seu âmbito, foram aprovados 104 projetos de desenvolvimento tecnológico industrial e agropecuário, representando, no período 1994-2003, investimentos previstos de R\$ 3,85 bilhões, com a contrapartida de R\$ 1,08 bilhão em renúncia fiscal.

Para cada real de renúncia fiscal do Governo Federal, as empresas investirão, em média, R\$ 3,57. Até abril de 1999, data da última atualização de valores informados pelas empresas beneficiárias, foram efetivamente realizados investimentos da ordem de R\$ 973 milhões, com o usufruto de incentivos fiscais no montante de R\$ 101,1 milhões.

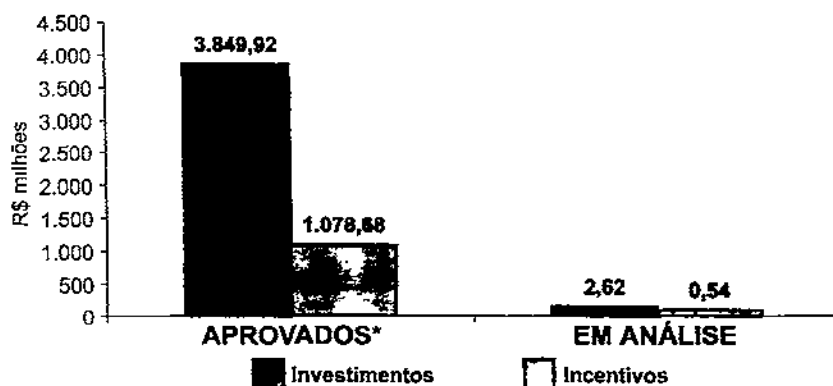
O programa **Sistemas Locais de Inovação** tem por objetivo ampliar a capacidade local e regional para gerar e difundir o progresso técnico, visando à competitividade econômica e à qualidade de vida da população, duplicando, até 2003, os produtos e processos gerados por empresas incubadas e graduadas.

Em 1999, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, que participa do programa, lançou edital para apoio à consolidação de incubadoras de empresas já instaladas, enquanto o Ministério da Ciência e Tecnologia está firmando convênio com a Confederação Nacional da Indústria – CNI, para realização de estudo sobre a situação atual das empresas que já foram “graduadas” pelas incubadoras de empresas existentes no País.

Incentivos à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico

Lei nº 8.661 – Setor Industrial e Agropecuário

Valores acumulados previstos no período 1994-2003



* R\$ 3,57 de investimentos previstos pelas empresas para cada R\$ 1,00 de renúncia fiscal estimada
Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

Atualmente, mais de 3 milhões de usuários movimentam um mercado anual de bens e serviços avaliado em R\$ 3 bilhões. Até 2003, pretende-se expandir o número de usuários da Internet no Brasil para 5,6 milhões, bem como o número de domínios de 67 milhões para 368,5 milhões.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Com a abertura da Internet à operação comercial em 1995, o Governo brasileiro cumpriu o primeiro ciclo de desenvolvimento de redes no País. Atualmente, mais de 3 milhões de usuários movimentam um mercado anual de bens e serviços avaliado em R\$ 3 bilhões. Até 2003, pretende-se expandir o número de usuários da Internet no Brasil para 5,6 milhões, bem como o número de domínios de 67 milhões para 368,5 milhões.

O Governo Federal vem monitorando e avaliando o desenvolvimento das redes brasileira e mundial, além de propor alternativas para a próxima fase da Internet no Brasil, consolidadas no programa **Sociedade da Informação – Internet II**.

O programa tem como objetivo incrementar o grau de inserção do País na sociedade de informação e conhecimento globalizados, devendo cuidar da fase II da Internet, mediante a articulação e coordenação do desenvolvimento e utilização segura de serviços e suas aplicações.

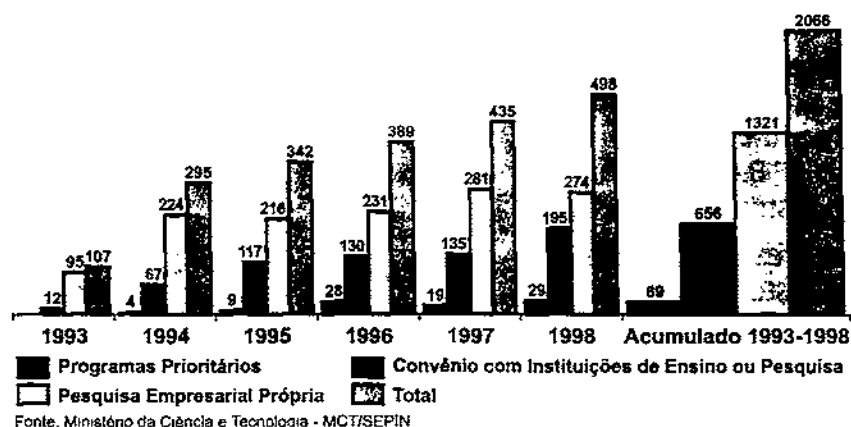
O mercado brasileiro de tecnologias da informação destaca-se na América Latina, com volume de comercialização bruta, em 1999, estimado

O mercado brasileiro de tecnologias da informação destaca-se na América Latina, com volume de comercialização bruta em 1999 estimado em US\$ 18,8 bilhões.

em US\$ 18,8 bilhões, e com significativa base de recursos humanos qualificados com cerca de 100 mil empregos diretos, sendo que 30 mil em empresas incentivadas pelo Governo Federal.

O setor de tecnologia da informação é um dos segmentos que mais investe em pesquisa e desenvolvimento – P&D, proporcionalmente ao seu faturamento (5,0%), em parceria com as principais universidades e centros de pesquisa do País. No período 1993-1998, o valor acumulado das aplicações em P&D foi superior a R\$ 2 bilhões, sendo R\$ 1,3 bilhão em pesquisa empresarial própria, R\$ 650 milhões em parcerias com instituições de ensino e pesquisa e R\$ 96 milhões em programas prioritários do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT.

Aplicações em P&D Empresas Beneficiárias dos Incentivos da Lei nº 8.248/91 R\$ milhões



São instrumentos desse programa e orientadoras da política para o setor de tecnologias da informação as Leis nº 8.248 (Lei de Informática), a Lei nº 9.609 (Lei de *Software*), a Lei nº 8.387 (Lei da Zona Franca de Manaus) e a Lei nº 8.010 (Lei de Importações de Bens Destinados à Pesquisa Científica e Tecnológica).

O projeto de desenvolvimento tecnológico do setor tem como estratégias a mudança de foco da indústria de informática brasileira: de *hardware* para *software*, do mercado doméstico para o internacional, da produção em pequena escala para em grande escala.

A Sociedade Brasileira para Promoção da Exportação de *Software* — SOFTEX, entidade civil sem fins lucrativos, foi designada para atuar como gestora do projeto, com vistas a atingir outra meta do programa: exportar, em 2003, R\$ 425 milhões em *softwares* brasileiros.

TECNOLOGIA EM SAÚDE

Sob a gerência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, o programa **Fomento à Pesquisa em Saúde** objetiva promover a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologia de produtos e processos aplicáveis em saúde pública.

O programa Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde, sob a gerência da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, pretende desenvolver e divulgar tecnologia de produtos e processos aplicáveis em saúde pública.

O programa funciona como sistema dinâmico de geração de conhecimentos e como sistema articulado de indução social da produção científica e tecnológica em saúde. O avanço tem contribuído decisivamente para o combate eficaz, preventivo e terapêutico a um amplo leque de doenças, possibilitando a melhoria dos indicadores de morbidade e de mortalidade e favorecendo o aumento da expectativa e da qualidade de vida da população.

Já o programa **Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde**, sob a gerência da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, pretende desenvolver e divulgar tecnologia de produtos e processos aplicáveis em saúde pública em cinco áreas: pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico de processos e produtos, ensino em saúde e ciência e tecnologia, prestação de serviços de referência em saúde, informação e comunicação em saúde e C&T.

O campo da tecnologia de produção de vacinas foi marcado pela assinatura de acordo de transferência de tecnologia que capacitou o Laboratório Bio-Manguinhos a produzir, em 1999, a vacina conjugada contra *Hemophilus influenzae* tipo b (Hib), o que abre espaço para a produção de outras vacinas conjugadas, como a da meningite meningocócica e de pneumococos.

BIOTECNOLOGIA E BIODIVERSIDADE

O programa Biotecnologia e Recursos Genéticos – GENOMA objetiva conservar recursos genéticos e desenvolver produtos e processos biotecnológicos relevantes para a produção industrial, agropecuária e para a saúde humana.

O programa **Biotecnologia e Recursos Genéticos – GENOMA** objetiva conservar recursos genéticos e desenvolver produtos e processos biotecnológicos relevantes para a produção industrial, agropecuária e para a saúde humana, envolvendo recursos da ordem de R\$ 270 milhões para os próximos quatro anos. Contempla a área de saúde, a caracterização e a conservação de recursos genéticos, o uso sustentável da biodiversidade, a biossegurança e até a propriedade industrial advinda da exploração dos recursos genéticos nacionais.

Uma das ações do programa relaciona-se com a questão da regulamentação das atividades envolvendo organismos geneticamente modificados (OGMs) no Brasil.

O programa **Ciência e Tecnologia para a Gestão de Ecossistemas** tem por finalidade desenvolver pesquisas para a exploração sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade, e para o gerenciamento racional dos ecossistemas brasileiros.

Integra esse programa o projeto Mamirauá, que visa a preservar a biodiversidade da várzea amazônica, melhorando a qualidade de vida da comunidade local.

O projeto desenvolve atividades de pesquisa e extensão para a implantação e monitoramento da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, com área total de 1.124.000 ha, localizada na região do Médio Solimões, no Amazonas. Os trabalhos estão sendo desenvolvidos em uma área focal de 260.000 ha, com a participação de 60 comunidades e usuários da reserva, aproximadamente 5.000 pessoas.

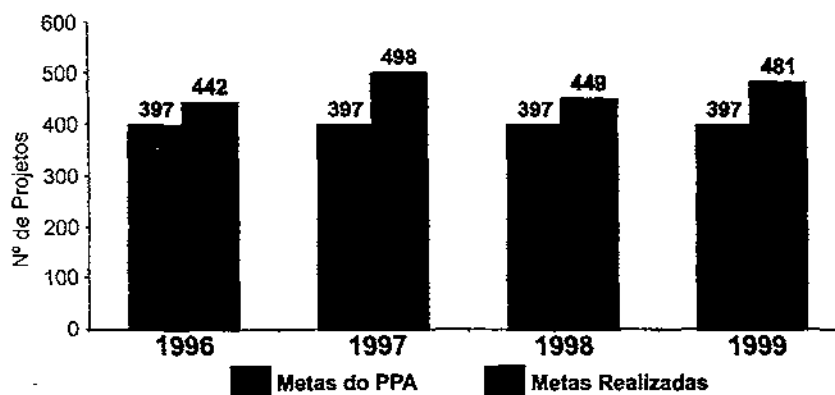
Do mesmo modo, é parte integrante desse programa a componente de Ciência e Tecnologia do programa-piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), que tem por objetivo promover a geração e a disseminação de conhecimentos científicos e tecnológicos relevantes à conservação das florestas tropicais e ao desenvolvimento sustentável da Região Amazônica, atuando em duas direções: consolidação do Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA como centros de excelência, e a execução de projetos de pesquisa dirigida, com investimentos de US\$ 30 milhões.

Já foram contratados 53 projetos de pesquisa, sendo que 30 foram iniciados em 1999, nos quais foram investidos US\$ 11 milhões. Estão em negociação a contratação de US\$ 12 milhões adicionais, para a continuidade dos investimentos no INPA e no MPEG, e a realização de novo edital de pesquisa dirigida, tendo em vista o término da fase 1 do componente de Ciência e Tecnologia do PPG-7.

No tocante à pesquisa agropecuária, o gráfico a seguir mostra a evolução numérica dos projetos de P&D executados pela Empresa de Pesquisa Agropecuária S.A. – Embrapa, comparativamente às metas previstas no PPA 1996-1999.

Os projetos de pesquisa foram desenvolvidos nas áreas de geração de tecnologia para a modernização da produção animal, de produção de grãos, de biotecnologia, de recursos genéticos, de agricultura familiar e de recursos naturais, entre outros.

Evolução quantitativa dos projetos de P&D executados pela Embrapa e metas do PPA – 1996/1999



Fonte: Embrapa

No PPA 2000-2003, as atividades de pesquisa da Embrapa foram estruturadas em programas que visam a elevar a performance dos rebanhos e a produtividade das principais culturas.

No PPA 2000-2003, as atividades de pesquisa da Embrapa foram estruturadas em programas que visam a elevar a *performance* dos rebanhos e a produtividade das principais culturas, denominados **Produtividade da Avicultura**, **Produtividade da Bovinocultura**, **Produtividade da Caprinocultura** e da **Ovinocultura**, **Produtividade da Suinocultura**, **Produtividade de Cereais**, **Produtividade de Cítricos**, **Produtividade de Oleaginosas**, **Produtividade de Olerícolas**, **Produtividade do Algodão** e de **Outras Fibras** e **Desenvolvimento da Fruticultura**.

TECNOLOGIA NO SETOR DE ENERGIA

Para a promoção da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico aplicados na indústria do petróleo e gás natural, o Governo instituiu o programa **Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico no Setor Petrolífero**, visando a expandir em 50%, até 2003, o número de entidades científicas e tecnológicas atuando no setor, e a duplicar o pessoal técnico em P&D na área.

Em 1999, com recursos provenientes dos *royalties* do petróleo, foram comprometidos R\$ 67 milhões com 307 projetos de desenvolvimento nos setores de gás e petróleo. Para 2000-2003, serão mais de R\$ 666 milhões, envolvendo 390 projetos e a capacitação de 2 mil profissionais.

O programa Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico na área de Petróleo e Gás, desenvolvido pela Petrobrás, contemplou investimentos de US\$ 140 milhões, correspondentes a 1% do faturamento líquido da empresa em 1998.

No mesmo sentido, o programa **Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico na área de Petróleo e Gás**, desenvolvido pela Petrobrás, contemplou investimentos de US\$ 140 milhões, correspondentes a 1% do faturamento líquido da empresa em 1998, gerando relação benefício/custo igual a cinco. Nos últimos cinco anos, o total de investimentos da Petrobrás em pesquisa e desenvolvimento atingiu o montante de US\$ 684 milhões.

A Petrobrás chegou ao final de 1999 com soluções econômicas e seguras para a instalação de oleodutos, gasodutos e novos sistemas de produção *offshore*. Um exemplo bem-sucedido foi a substituição do aço por plástico reforçado nas grades de piso das plataformas da bacia de Campos, gerando benefícios de US\$ 290 milhões.

A continuidade do programa permitirá que a taxa de incorporação de tecnologia na Petrobrás seja elevada de 82%, em 1998, para 85%, em 2003.

Para adaptar às condições brasileiras tecnologias de energia já disponíveis ou em desenvolvimento, foi constituído o programa **Pesquisa Aplicada na Área Energética**.

O Centro de Pesquisa de Energia Elétrica – CEPEL compôs, em 1999, carteira de 102 projetos Institucionais de pesquisa e desenvolvimento para o sistema Eletrobrás.

Na área de energia elétrica, o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL compôs, em 1999, carteira de 102 projetos institucionais de pesquisa e desenvolvimento para o sistema Eletrobrás (Eletrobrás, Furnas, CHESF, Eletrosul e Eletronorte), visando a solucionar problemas e encerrar inovações demandadas por essas empresas. Foram também desenvolvidos cerca de 50 projetos para clientes diversos, como empresas de distribuição, fabricantes de equipamentos e consultoras.

O CEPEL, utilizando sua infra-estrutura laboratorial de porte único no hemisfério sul, vem conduzindo pesquisas nas áreas de sistemas e equipamentos elétricos, diagnósticos e monitoramento em instalações de geração, transmissão, distribuição e supercondutividade, além do apoio técnico para os novos agentes do setor, tais como: a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e a Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – ASMAE.

Com o objetivo de ampliar a capacidade de pesquisa de fontes novas e renováveis de energia, estão sendo executados projetos nas áreas de desenvolvimento, construção e implantação de aerogeradores de pequeno

porte, de geração de energia a partir de óleos vegetais, para valorização da biodiversidade em comunidades isoladas de reservas extrativistas; de mini-central hidrelétrica de baixa queda, de energização solar fotovoltaica, de biodigestor e de aproveitamento de energia solar e eólica na secagem de pescado.

TECNOLOGIA AEROESPACIAL

O programa Nacional de Atividades Espaciais foi marcado por alguns eventos de grande significância. Há que se destacar o lançamento, muito bem-sucedido, do primeiro satélite sino-brasileiro de recursos terrestres, o CBERS-1.

O CBERS-1, o terceiro satélite nacional em operação, veio possibilitar razoável grau de autonomia na utilização de imagens de sensoriamento remoto para um sem-número de aplicações cotidianas que dependiam inteiramente de satélites estrangeiros.

O sucesso desse empreendimento veio premiar esforço conjunto do Brasil e da China, iniciado em 1988, que se constituiu em importante demonstração, perante a comunidade internacional, da viabilidade de cooperação entre países em desenvolvimento no campo da alta tecnologia. O CBERS-1, que passa a ser, depois dos SCD-1 e 2, o terceiro satélite nacional em operação, veio possibilitar razoável grau de autonomia na utilização de imagens de sensoriamento remoto para um sem-número de aplicações cotidianas que dependiam inteiramente de satélites estrangeiros. Há que se enfatizar, também, que o desenvolvimento desse satélite, com cerca de uma tonelada e meia de massa e empregando tecnologias de grande complexidade, representou oportunidade única de capacitação da engenharia e de qualificação de empresas nacionais.

O Centro Tecnológico da Aeronáutica - CTA desenvolve o projeto de Veículos Lançadores de Satélites (VLS).

O Centro Tecnológico da Aeronáutica - CTA desenvolve o projeto de Veículos Lançadores de Satélites (VLS), que visa a capacitar o País na elaboração de projeto, desenvolvimento e construção de veículos lançadores de cargas úteis suborbitais e de satélites, contribuindo para a maior qualificação do parque industrial brasileiro e de sua integração competitiva no mercado internacional.

No período 1995-1999, o projeto VLS obteve avanços definitivos, alcançando o estágio de lançamento experimental em 1997. Após homologado, o VLS poderá colocar satélites de até 350kg em órbitas equatoriais circulares de 250 a 1000km de altitude, inscrevendo o Brasil no restrito mundo dos países que dominam esse tipo de tecnologia.

Merecem ainda destaque: o lançamento do foguete de sondagem VS-30 XV04, produzido pelo CTA, a execução de nove rastreios do satélite SPOT 2, 11 lançamentos e rastreios do foguete de teste SBAT 70 e oito rastreios de foguetes ARIANE lançados da Base Guianense de Kourou.

Encontram-se em andamento no CTA, dez pesquisas e desenvolvimentos igualmente importantes, como o imageador infravermelho termal, centrais inerciais, sensores ópticos, materiais cerâmicos, materiais carbonosos, fibras estruturais, sensores infravermelhos, análise aerolástica de aeronaves, túnel transônico-supersônico e laboratório de turbinas.

No período do PPA 2000-2003 serão investidos R\$ 278,3 milhões para capacitar o País no desenvolvimento e utilização de tecnologias espaciais.

TECNOLOGIA NUCLEAR

Como resultado do programa **Produção de Componentes e Insumos para a Indústria Nuclear e de Alta Tecnologia**, pretende-se que 69,8% das etapas do ciclo do combustível nuclear disponham de processo de produção nacional.

Como resultado do programa **Produção de Componentes e Insumos para a Indústria Nuclear e de Alta Tecnologia**, pretende-se que 69,8% das etapas do ciclo do combustível nuclear disponham de processo de produção nacional, até 2003.

Em 1999, os resultados alcançados foram: a prontificação e início de operação das unidades de produção de pó e de pastilhas de urânio; a prontificação e entrega da carga inicial de combustível do núcleo da usina Angra II; a prontificação do novo complexo mineroindustrial, em Caetité e Lagoa Real (BA); a conclusão das negociações necessárias à instalação de unidade industrial para enriquecimento de urânio, nas Indústrias Nucleares do Brasil S/A, com tecnologia dominada pela Marinha – que permitirá ao País operar, em escala industrial, praticamente todo o ciclo do combustível nuclear; a modernização da unidade de tratamento de minerais pesados, em Buena (RJ); e a prontificação da fábrica de tratamento químico da monazita, em Caldas (MG). Para o período 2000-2003, serão mais de R\$ 480 milhões investidos na produção de elementos combustíveis para reatores e equipamentos das usinas brasileiras.

Em relação ao programa **Produção de Equipamentos para a Indústria Pesada**, foram entregues as seções do casco resistente do quarto submarino nacional; conseguiu-se a nacionalização de câmara hiperbárica para testes de materiais com simulação de pressão equivalente a 3.000 metros de profundidade; realizadas pesquisa, desenvolvimento e produção de equipamentos para a usina nuclear de Angra II; e fabricados equipamentos para plantas nucleares, unidades químicas e usinas hidrelétricas.

Na âmbito do programa **Segurança Nuclear**, cabe destacar a realização, em novembro, do Exercício Geral de Emergência Angra – 99, no qual foram testados os planos de emergência de todos os órgãos do sistema, que foram recentemente revisados. O exercício serviu para verificar procedimentos e foi acompanhado por observadores internacionais e parlamentares federais. Para o período 2000-2003 serão investidos R\$ 53,6 milhões na segurança das atividades nucleares, bem como do pessoal, da população e do meio ambiente.

O programa **Aplicações Nucleares na Área Médica** visa a atender a demanda nacional de produtos e técnicas nucleares para diagnóstico e tratamento terapêutico.

Em 1999, o resultado de maior impacto social foi o acréscimo de 10% na produção e distribuição de radiofármacos utilizados em radiodiagnóstico e radioterapia, possibilitando o atendimento a 1,5 milhão de pacientes. Foi iniciada a produção e distribuição de três novos produtos para terapia e aplicações clínicas: Flúor-18; Iodo-131 em cápsulas; Iodo-123

ultrapuro, especialmente utilizados em exames cardíacos e tratamentos da tireóide.

Destaque-se ainda a obtenção do certificado ISO 9002 para a produção e controle de qualidade dos radiofármacos produzidos no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares – IPEN. No período 2000-2003, será ampliada a capacidade de produção, para estender o atendimento a 2,5 milhões de pacientes.

No âmbito do programa Tecnologia de Uso Naval, a Marinha pretende prosseguir as pesquisas em áreas de Interesse estratégico – cujo acesso à tecnologia esteja vedado ao País – utilizando a indústria nacional.

No âmbito do programa **Tecnologia de Uso Naval**, a Marinha pretende prosseguir as pesquisas em áreas de interesse estratégico – cujo acesso à tecnologia esteja vedado ao País – utilizando a indústria nacional. Terão prioridade as pesquisas para desenvolvimento de capacidade tecnológica autônoma para projetar, construir e operar plantas nucleares, de produção de combustíveis e de propulsão.

O desenvolvimento das instalações da propulsão nuclear para submarinos vem proporcionando ao parque industrial brasileiro a possibilidade de investimentos em tecnologia de ponta, uma vez que grande parte de seus sofisticados componentes são encomendados à iniciativa privada nacional.

A capacitação obtida com o desenvolvimento e a construção da instalação protótipo de propulsão nuclear habilitará o País a produzir centrais do tipo PWR, que representam 67% das centrais nucleares existentes no mundo. Vale ainda citar o efeito de “arraste” representado pela grande gama de materiais, componentes e equipamentos que não eram projetados e fabricados no País e que hoje são utilizados em diversos outros campos.

CLIMA E METEOROLOGIA

O programa Climatologia, Meteorologia e Hidrologia tem por objeto ampliar a antecedência e a confiabilidade das previsões de tempo e clima, protegendo a sociedade, o meio ambiente e os setores produtivos.

O programa **Climatologia, Meteorologia e Hidrologia** tem por objetivo ampliar a antecedência e a confiabilidade das previsões de tempo e clima, protegendo a sociedade, o meio ambiente e os setores produtivos.

Nesse sentido, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE ampliou sua infra-estrutura de supercomputação, passando da capacidade de processamento de pico de 3,2 Gflops (bilhões de operações aritméticas por segundo), para 16 Gflops. Foi desenvolvido projeto que calcula diariamente o armazenamento de água no solo para toda a área de abrangência da SUDENE, e indica regiões onde pode haver quebra de safras. No tocante à previsão de tempo, foi inaugurado novo sistema de maior resolução espacial (100km x 100km) com ganhos na qualidade e confiabilidade nas previsões de tempo.

O programa **Mudanças Climáticas** tem por objetivo desenvolver informações científicas relativas à emissão de gases que provocam o efeito estufa, para subsidiar a definição da política de atuação em mudanças climáticas.

Em 1999, foram alcançados bons resultados nos estudos realizados para a *elaboração da Comunicação Nacional sobre Mudanças Globais*, tendo sido desenvolvidos trabalhos por diversos especialistas no campo de energia, indústria, floresta, agropecuária e tratamento de resíduos.

O programa **PROANTAR** tem como propósito a realização de pesquisas conjuntas visando ao conhecimento científico dos fenômenos antárticos. Pretende ampliar a taxa de execução das pesquisas programadas, que estava em 62%, em 1998, para 100%, até 2003.

A Secretaria Executiva do Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas – CONAPA, em articulação com o Grupo de Assessoramento do PROANTAR, promoveu a seleção, a avaliação e a implementação de 24 projetos de pesquisa.



A política ambiental está orientada para o desenvolvimento sustentável, buscando garantir a melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento econômico, em consonância com o uso sustentável e a preservação dos recursos naturais.

MEIO AMBIENTE

Em 1999, expressivos resultados foram alcançados na gestão ambiental. O tema ocupa lugar de destaque nas agendas das políticas públicas governamentais, conforme explicitado nas Orientações Estratégicas do Presidente da República para o Plano Plurianual 2000-2003.

A política ambiental está orientada para o desenvolvimento sustentável, buscando garantir a melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento econômico, em consonância com o uso sustentável e a preservação dos recursos naturais.

Seus preceitos estratégicos básicos, que constituem o processo de implantação da Gestão Integrada da Política do Meio Ambiente, são: (i) a internalização da questão ambiental nas diversas esferas de Governo; (ii) a descentralização das ações, com o fortalecimento dos Estados e Municípios e o envolvimento da sociedade civil organizada no processo de gestão ambiental; e (iii) a integração e articulação interinstitucional, para multiplicação e racionalização dos esforços e recursos dispersos nos diversos setores governamentais.

Dentre as proposições aprovadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, em 1999, destacam-se: os subsídios para a formulação de Política Nacional de Resíduos Sólidos e as diretrizes para a Gestão de Resíduos Sólidos.

Em razão do excelente desempenho financeiro do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, o Governo Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID assinaram, em maio de 1999, acordo que garante a segunda fase de atuação do FNMA. Foram negociados US\$ 75 milhões, dos quais US\$ 45 milhões já estão comprometidos com projetos que serão executados nos próximos cinco anos. Na primeira fase, foram repassados US\$ 30 milhões.

Em dez anos de atuação, o FNMA investiu recursos em mais de 570 projetos de pequeno e médio portes, inclusive os de iniciativa de ONGs e Municípios com menos de 120 mil habitantes, para a conservação, uso ou manejo adequado dos recursos naturais. Em 1999, foram aplicados mais de R\$ 1,8 milhão em 78 projetos.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, aprovou documento contendo compromissos de mudança do padrão de desenvolvimento no próximo século, denominando-o Agenda 21.

O Brasil, assim como os demais 178 países signatários da ECO-92, assumiu o compromisso de elaborar e implantar a sua própria Agenda 21 de acordo com suas peculiaridades. Foi criada a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável – CPDS, para definir a metodologia e as premissas a serem seguidas na elaboração da Agenda 21 brasileira e seus temas básicos. Os temas estruturais de máxima prioridade nacional foram assim definidos:

idades sustentáveis, agricultura sustentável, gestão de recursos naturais, redução das desigualdades sociais, infra-estrutura e integração regional e ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável.

A Comissão convalidou os seis documentos temáticos da Agenda e foram realizados, entre janeiro e março de 1999, seis *workshops* com especialistas e seis seminários abertos ao público com a participação de cerca de 800 pessoas, representantes de diferentes entidades públicas e privadas.

Como resultado, produziu-se o documento “Agenda 21 Brasileira – Bases para Discussão”, que tem como objetivo principal facilitar e motivar nova rodada de debates na sociedade, para construir os pactos necessários à elaboração da Agenda 21 brasileira – um plano estratégico de desenvolvimento sustentável para o País.

O programa **Amazônia Sustentável**, que objetiva o desenvolvimento da Amazônia com o uso sustentável de seus recursos naturais, pretende quintuplicar a taxa de participação dos produtos oriundos do uso sustentável de recursos naturais no PIB regional, elevando-a de 0,1% para 0,5% até 2003.

Integra o programa o projeto Expansão e Consolidação de um Sistema de Áreas Protegidas, que objetiva expandir a área de proteção ambiental da Amazônia para 55 milhões de hectares, equivalentes a 10% da área da região.

A implantação desse projeto atende à orientação estratégica de conservar e usar de forma sustentável os recursos naturais da região, pela proteção estrita e pela promoção de práticas de uso do solo, da floresta e de seus recursos hídricos, de forma a assegurar a integridade ecológica e a biodiversidade regional, em toda a sua extensão. O cumprimento desse desiderato resultará em efetiva proteção de importante fração da biodiversidade do planeta.

Como meta do projeto, está prevista a incorporação de 35 milhões de novos hectares de florestas protegidas e a consolidação de 66 Unidades de Conservação existentes (19 milhões de hectares), no período 2001-2010.

O documento “Agenda 21 Brasileira – Bases para Discussão” tem como objetivo principal construir um plano estratégico de desenvolvimento sustentável para o País.

Unidade de Conservação na Amazônia

CATEGORIAS	QUANTIDADE	AREA (ha)	".. (1)
TOTAL GERAL	152	55.200.174	11,02
de Uso Indireto	36	14.307.314	2,86
de Uso Direto	44	18.692.333	3,73
de Uso Indireto	30	4.921.238	0,98
de Uso Direto	42	17.279.289	3,45

(1) – em relação à área da Amazônia Legal (500.631.680 ha).
Fonte: Instituto Sócio-Ambiental - ISA.

O Projeto-Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG-7, busca encontrar formas de conservar as florestas tropicais e da Mata Atlântica.

O Projeto-Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, que busca encontrar formas para conservar as florestas da Amazônia e da Mata Atlântica, tem o objetivo de maximizar os benefícios ambientais das florestas, de modo consistente com as metas de desenvolvimento do Brasil e de sua população. O projeto desenvolve quatro linhas de ação: Experimentação e Demonstração, Conservação, Fortalecimento Institucional e Pesquisa Científica. Os recursos, estimados em US\$ 250 milhões, são oriundos dos países do G-7, do Tesouro Nacional e da União Européia.

O projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO conta com recursos de US\$ 20 milhões, sendo US\$ 10 milhões do *Global Environmental Facility* – GEF, e US\$ 10 milhões do Governo Federal. Já apoiou financeiramente 28 subprojetos em 8 Estados e no Distrito Federal.

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO é o maior fundo privado para o apoio a projetos de diversidade biológica já instituído no Brasil, contando com US\$ 25 milhões, dos quais US\$ 20 milhões do GEF e US\$ 5 milhões de outras fontes.

Atualmente o FUNBIO apóia financeiramente 10 projetos de conservação e uso sustentável da biodiversidade e 6 projetos e empreendimentos comerciais de geração de trabalho e renda, envolvendo pequenas cooperativas e pequenas empresas, tendo como princípio a utilização sustentável de recursos biológicos.

No âmbito do programa **Educação Ambiental**, o Ministério do Meio Ambiente promoveu o lançamento, em outubro de 1999, do projeto Mobilização Nacional Pró-Meio Ambiente “Rede de Protetores da Vida”, trazendo a Brasília 135 jovens de 10 a 14 anos, cursando da 5ª a 8ª séries, que construíram a Carta dos Princípios de Proteção à Vida. Essa carta, o material produzido nas oficinas e a metodologia utilizada serão oferecidos à rede escolar, com a publicação do Caderno de Protetores da Vida.

Os programas **Florestas Sustentáveis**, que pretende aumentar a oferta de produtos e subprodutos florestais oriundos de áreas plantadas, e **Florestar**, que tem por finalidade a promoção do uso sustentável dos recursos florestais, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua preservação, desenvolvem projetos voltados à proteção da diversidade biológica associada a cada ecossistema, ao desenvolvimento do comércio externo e à cooperação internacional em questões florestais.

Em 1999, foi definida a Política Nacional de Florestas e a identificação dos mecanismos mais apropriados à realidade brasileira, sobre o acesso e utilização dos recursos florestais em terras públicas.

Houve ainda a conclusão da metodologia para ampliação do mercado e do comércio de produtos florestais, no âmbito nacional e internacional, definindo os documentos referenciais sobre o mogno e a virola, como propostas de agenda exploratória de cooperação dos países-parte do Tratado Amazônico.

Vem sendo promovida a revisão do Código Florestal Brasileiro, que dispõe sobre a Reserva Florestal Legal.

Encontram-se em curso outras ações voltadas à criação de novas Florestas Nacionais, à instalação do projeto Pró-Manejo sobre políticas públicas para o setor florestal e à consulta nacional sobre critérios e indicadores de sustentabilidade florestal.

Também se acham em preparação o pré-projeto para o bioma Caa-tinga, com ênfase na área da Chapada do Araripe, e o plano de ação para a Mata Atlântica, ambos a serem submetidos ao GEF. Em parceria com o Instituto de Estudos Florestais – IEF/MG, o projeto-piloto de reflorestamento para a recuperação de áreas degradadas na região do Médio Rio Doce, em Minas Gerais, será submetido à Organização Internacional de Madeiras Tropicais – OIMT.

A implantação desses projetos permitirá expressiva expansão das áreas de florestas manejadas e plantadas, conforme quadro abaixo. Tal incremento permitirá o suprimento das necessidades de exploração comercial aliado à grande diminuição de pressões exploratórias sobre as áreas de florestas naturais

Área Florestal Plantada (ha)	
1999	2003
5 milhões (acumulado)	5,64 milhões

Área Florestal Pública de Produção (ha)	
1999	2003
12 milhões	40 milhões

Área Florestal Manejada (ha)	
1999	2003
4 milhões	11,5 milhões

Foram implantados os sistemas de controle e monitoramento do uso dos recursos florestais que, dentre outros aspectos, tratou da sistematização das formas de exploração florestal mediante planos de manejo, com ações relacionadas ao contingenciamento e ao controle da exportação de madeiras e à implantação de Sistema de Acompanhamento do Fluxo de Madeira – SISMAD.

Outro marco foi a implantação do Sistema de Controle de Produtos Florestais – SISPROF, que trata do fluxo de matéria-prima florestal desde a aprovação e o acompanhamento dos planos de manejo, emissão de autorizações de desmatamento para uso alternativo do solo e utilização de matéria-prima florestal, até o controle da comercialização, por meio da declaração de venda de produtos florestais. O sistema contempla ainda o controle de áreas plantadas vinculadas à reposição florestal e ao abastecimento de grandes consumidores de matéria-prima florestal. Como projeto-piloto, o SISPROF foi instalado nos Estados do Pará, Tocantins, Mato Grosso, Amazonas e Amapá.

O projeto Reservas Extrativistas – RESEX, voltado para a auto-sustentação do homem e do meio ambiente, prestou assistência técnica e social, inclusive com o apoio do projeto Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo – PRODEX, a aproximadamente 1.200 comunidades de populações tradicionais extrativistas, inclusive de pescadores artesanais. Organizou atividades de produção e serviços, com destaque para a implantação de miniusinas comunitárias de beneficiamento, além de treinamentos em organização comunitária, melhoria da produção e alfabetização de adultos.

O programa **Pantanal** objetiva promover o desenvolvimento sustentável da bacia do Alto Rio Paraguai, incentivando atividades econômicas ambientalmente compatíveis com o ecossistema.

Suas ações atingem 40 Municípios nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, beneficiando diretamente cerca de 2 milhões de habitantes com infra-estrutura de saneamento. Atendeu comunidades indígenas, implantando 19.000 *kits* de saneamento nas diversas aldeias, e prestou assistência técnica aos produtores da planície pantaneira, sobre o uso sustentável dos recursos naturais.

O programa promove a ampliação de áreas protegidas, por meio da consolidação das unidades existentes e a implantação de estradas-parque, com o incremento do ecoturismo, ordenando a atividade e propiciando, de forma direta, maior rentabilidade econômica associada à preservação dos ecossistemas do Pantanal.

Para execução em cinco anos, são previstos investimentos de US\$ 400 milhões, com recursos do BID, da União e dos Estados.

O programa **Parques do Brasil**, que pretende ampliar a conservação, no local, dos recursos genéticos e o manejo sustentável dos parques e áreas de proteção ambiental, tem como metas a expansão das taxas de proteção integral dos biomas de 2,6% para 3,6%, e de uso sustentável dos biomas de 6,4% para 8,4%, até 2003.

O programa **Pantanal** objetiva promover o desenvolvimento sustentável da bacia do Alto Rio Paraguai, incentivando atividades econômicas ambientalmente compatíveis com o ecossistema.

Merece destaque a implantação de seis Centros de Referência de Conservação, localizados nos Parques Nacionais de Brasília (DF), Foz do Iguaçu (PR), Tijuca (RJ), Teresópolis (RJ), Aparados da Serra (RS) e Itatiaia (RJ). Estes centros funcionaram como áreas-modelo de gestão para o manejo e a conservação da natureza, sensibilizando a população em geral, e especialmente os usuários dessas unidades, sobre os benefícios advindos com a preservação e conservação do patrimônio ecológico.

Cabe destacar, igualmente, as ações de fiscalização efetivadas em 253 Reservas Particulares do Patrimônio Natural, reconhecidas e registradas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

O programa Prevenção e Combate a Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais tem a finalidade de manter a integridade das florestas nacionais.

O programa **Prevenção e Combate a Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais** tem a finalidade de manter a integridade das florestas nacionais, impedindo a ação imprópria de queimadas sem controle, incêndios e desmatamentos ilegais. Para tanto vem buscando melhorar o processo de monitoramento e a ação preventiva no combate aos sinistros.

No contexto desse programa insere-se o projeto Controle e Prevenção de Queimadas e Incêndios Florestais no Arco do Desmatamento – PROARCO, que desenvolveu, em 1999, as seguintes ações: (i) assinatura do Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial; (ii) assinatura de convênios com Estados e Municípios para a implantação de Planos Estaduais de Prevenção a Incêndios e a formação de brigadas municipais de combate a incêndios florestais; (iii) doação de equipamentos de combate a incêndios florestais para corpos de bombeiros estaduais e municipais; (iv) distribuição de material educativo direcionado à prevenção de incêndios florestais em vários Municípios dos Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Amazonas, Pará, Maranhão e Tocantins.

No âmbito do projeto Prevenção e Combate a Incêndios Florestais – PREVFOGO, outro componente do programa, as ações foram concentradas na realização de Cursos de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais para: bombeiros militares, em Porto Velho (RO), na formação de agentes multiplicadores, no Estado do Amapá, e de brigadas nos Estados de Roraima, Goiás, Bahia, Amapá, Pará e no Distrito Federal.

Foi implantado o projeto Manejo de Fogo, que visa a minimizar os danos causados por incêndios florestais em unidades de conservação, com a reformulação dos Planos de Manejo de Fogo em Parques Nacionais (Aparados da Serra, Serra Geral, Emas, Itatiaia, Brasília, Chapada dos Veadeiros, Grande Sertão Veredas e Monte Pascoal), o planejamento de prevenção e combate a incêndios florestais em Unidades de Conservação do Rio de Janeiro e a realização de 28 cursos de queimada controlada para produtores rurais de assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, contando com a participação de aproximadamente 900 produtores rurais.

O programa, utilizando novas tecnologias e promovendo a recuperação de áreas degradadas, a capacitação de produtores rurais e comunidades tradicionais, dentre outras providências, espera reduzir até 2003 a ocorrência de desmatamentos e focos de calor aos níveis registrados na tabela a seguir.

Área Desflorestada (km ² / ano)	
1999	2003
13.227	10.000

Focos de Calor (unidade) – Amazônia Legal	
1999	2003
107.007	50.000

O programa *Problema da Amazônia* tem por objetivo ampliar as oportunidades de investimentos na Amazônia, tendo por base a biodiversidade e a aplicação da biotecnologia, estimulando o desenvolvimento da bioindústria na região.

Fonte: MMA/IBAMA/INPE.

O programa **Problema da Amazônia** possibilitará agregar valor econômico à biodiversidade. Seu objetivo é ampliar as oportunidades de investimentos na Amazônia, tendo por base a biodiversidade e a aplicação da biotecnologia, estimulando o desenvolvimento da bioindústria na região. Será fundamental que o Brasil busque alternativas de desenvolvimento que permitam, a um só tempo, conservar a natureza e alcançar o desejável desenvolvimento social, tecnológico e econômico.

Pretende-se articular redes de laboratórios e grupos de pesquisas, no sentido de implantar complexo laboratorial – o Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA, em Manaus (AM). Esse Centro será destinado à pesquisa e ao desenvolvimento em biotecnologia e química de produtos naturais (remédios, cosméticos, corantes, aromatizantes, óleos essenciais, bioinseticidas seletivos e outros), possibilitando novo padrão de desenvolvimento sustentável que inclui o uso racional da flora e da fauna.

A meta é decuplicar a participação de produtos e serviços derivados da biodiversidade da Amazônia no PIB regional de 0,01% para 0,1%, até 2003.

A organização social Bioamazônia, constituída para implantar o Centro, permite maior agilidade e flexibilidade na articulação de atividades produtivas, de conservação e de redistribuição de benefícios, que se iniciam na coleta, caracterização e bioprospecção de recursos biológicos, seguindo até a produção em escala por bioindústrias da Região Amazônica.

O engajamento dos institutos de pesquisa amazônicos – Museu Paraense Emílio Goeldi e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – vêm contribuindo para o sucesso do programa. O CNPq tem concedido bolsas de estudo e de pesquisa, essenciais à consolidação do programa.

No que se refere à promoção do uso sustentável dos recursos pesqueiros, o programa **Recursos Pesqueiros Sustentáveis**, direciona suas ações para o ordenamento das principais pescarias brasileiras, seja no ambi-

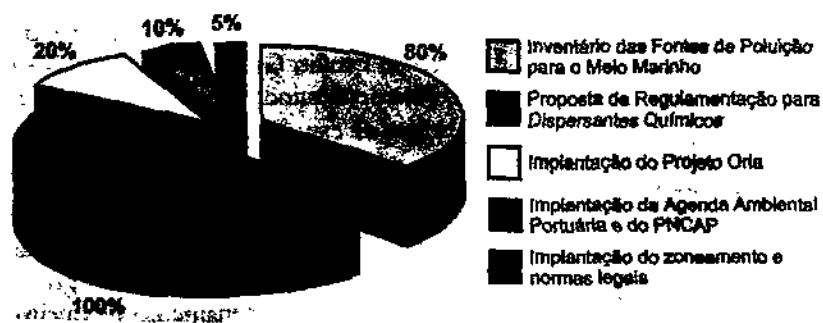
ente marinho, seja nas bacias hidrográficas federais, com a formulação de vários Planos de Ordenamento Pesqueiro. Merecem destaque a pesca da lagosta no litoral nordeste, da sardinha e de camarões no litoral sudeste/sul, além do ordenamento da pesca nas bacias hidrográficas dos rios Amazonas, São Francisco, Araguaia, Tocantins e Paraná, cujo trabalho alcançou inúmeras colônias de pescadores em várias comunidades pesqueiras.

O projeto Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva – REVIZEE, que contou com R\$ 3,4 milhões em 1999, visa a garantir os direitos exclusivos de soberania, para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos vivos da Zona Econômica Exclusiva – ZEE. Além da coleta e divulgação das informações necessárias ao manejo dos recursos pesqueiros, proteção e uso sustentável da biodiversidade marinha, o projeto constitui importante instrumento delineador de ações exploratórias. Abrange cerca de 3,5 milhões de km², compreendidos entre o limite exterior do Mar Territorial (de 12 milhas náuticas de largura) e 200 milhas náuticas da costa.

Em 1999, foram desenvolvidas operações oceanográficas, campanhas de prospecção pesqueira e estudos da dinâmica de populações e avaliação de estoques nas quatro regiões da ZEE. Assim, foi possível elevar o patamar de conhecimento dos recursos vivos marinhos nacionais, tanto em termos da descoberta de novos recursos, como o caranguejo vermelho, *Chaceon noctalis*, da Região Sul, quanto em termos de melhor compreensão da dinâmica dos recursos tradicionais.

Como parte integrante do programa **Zoneamento Ecológico-Econômico**, a gestão integrada dos ambientes costeiros e marinhos (GERCO) contempla diversas atividades: (i) a Proteção do Ambiente Marinho das Atividades Baseadas em Terra (PGA), com a realização de inventário das principais fontes poluidoras ou contaminantes da zona costeira; (ii) o controle da poluição derivada de atividades marítimas e portuárias, dando-se ênfase na elaboração do Plano Nacional de Contingência para Derrame de Óleo no Mar; (iii) as ações de proteção da orla marítima, consolidadas no projeto Orla, de gestão da ocupação e do uso dos recursos ambientais localizados nessa faixa densamente habitada da zona costeira; e (iv) a instrumentalização dos estados costeiros para a prática descentralizada do gerenciamento costeiro, definindo-se plano estratégico, com metas e indicadores de desempenho para os próximos quatro anos.

Realizações do Gerenciamento Costeiro no Ano de 1999



Fonte: MMA

No âmbito do programa **Qualidade Ambiental**, o projeto **Eliminação da Produção e do Consumo das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio** garantiu a internalização de recursos, em 1999, de US\$ 4,7 milhões, destinados à conversão industrial das tecnologias das empresas nacionais, providência que permitirá a eliminação de aproximadamente 300 toneladas anuais de substâncias destruidoras da camada de ozônio.

Em 1998, foi constatada queda de 8%, equivalente a 650 toneladas, no consumo dessas substâncias. A partir dessa indicação pode-se concluir que as ações promovidas no âmbito do projeto brasileiro permitirão ir além das metas previstas no Protocolo de Montreal, que preconizam apenas o congelamento no volume consumido.

RECURSOS HÍDRICOS

O programa Águas do Brasil visa a contribuir para a melhoria da qualidade e da quantidade de água, mediante a implantação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos.

O programa **Águas do Brasil** visa a contribuir para a melhoria da qualidade e da quantidade de água, mediante a implantação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos: enquadramento, outorga, cobrança, monitoramento e implantação de sistema de informações, integrando todos os múltiplos usuários deste importantíssimo recurso natural.

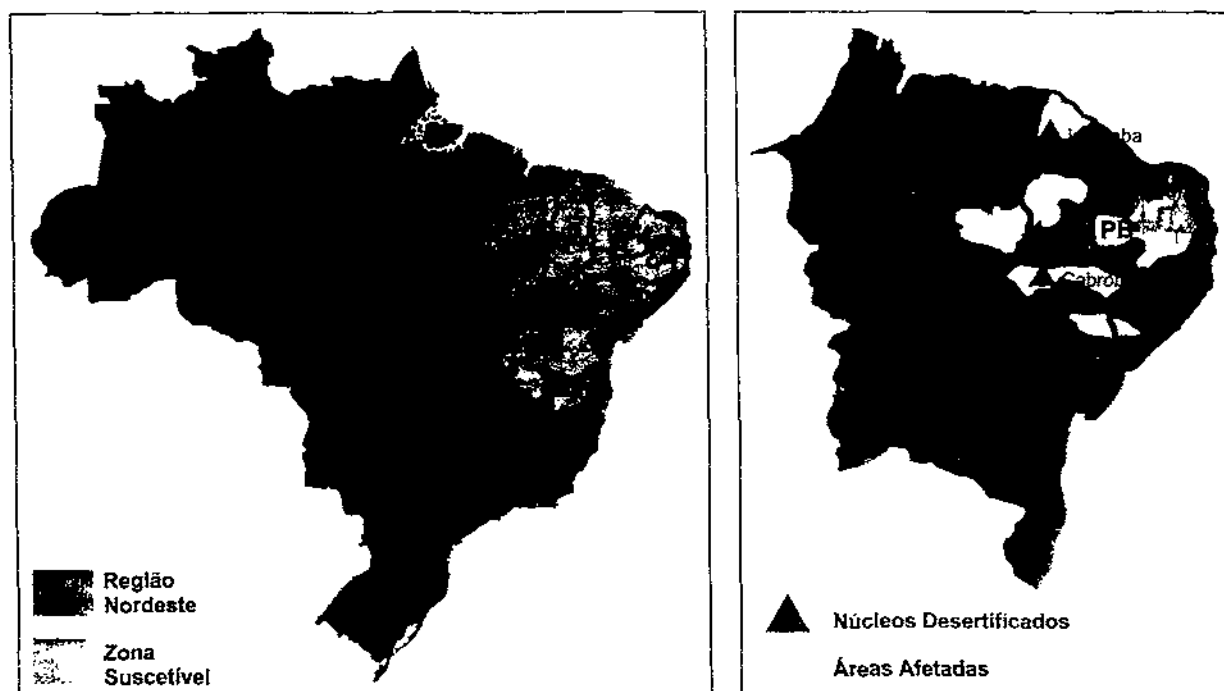
O Governo tem procurado apoiar os gestores de bacias hidrográficas, principalmente naquelas que ainda não dispõem de comitês, na busca do envolvimento e da participação comunitária e institucional, seja por meio de projetos demonstrativos, de ações de conservação e revitalização dos recursos hídricos, de incentivo à consolidação da *consciência hidroecológica* ou da criação de ambiente adequado e receptivo à instalação do processo de interação.

Quanto ao combate à desertificação, destaca-se a realização, em novembro de 1999, da III Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação, em Recife, evento promovido pelas Nações Unidas.

Pretende-se elaborar Plano Nacional de Combate à Desertificação, tendo por base diagnósticos existentes e áreas já identificadas. Serão concentrados esforços em Gilbués (PI), Irauçuba (CE); Cabrobó (PE), e Seridó (RN), Municípios onde estão caracterizados os problemas mais agudos.

O mapa da susceptibilidade à desertificação no Brasil, elaborado a partir de trabalho realizado pelo Centro de Sensoriamento Remoto do IBAMA, determinou três categorias de susceptibilidade: alta, muito alta e moderada. As duas primeiras referem-se respectivamente às áreas áridas e semi-áridas definidas pelo índice de aridez. A terceira é resultado da diferença entre a área do Polígono das Secas e as demais categorias.

Do total de 980.711,58 km² de áreas suscetíveis, 238.644,47 km² são de susceptibilidade muito alta, 384.029,71 km² são de susceptibilidade alta e 358.037,40 km² são moderadamente suscetíveis. Os estudos disponíveis indicam que a área afetada de forma muito grave é de 98.595 km², 10,1% do semi-árido, e as áreas afetadas de forma grave atingem 81.870 km². Deve-se acrescentar que as demais áreas sujeitas ao antropismo, 393.897 km², sofrem degradação moderada.

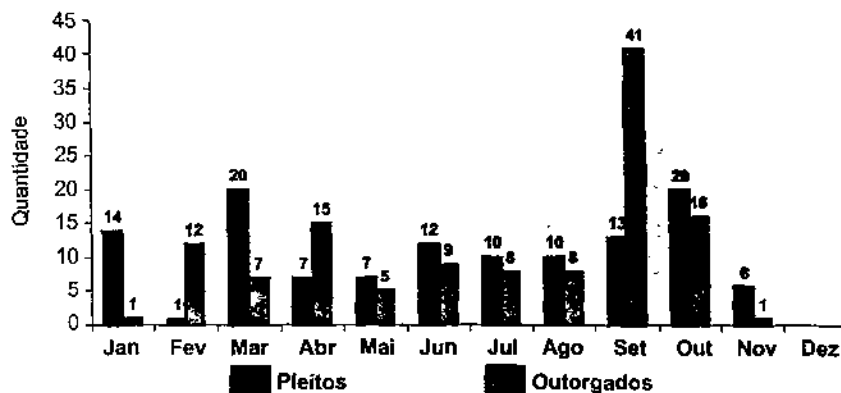


As principais metas dizem respeito à realização de projetos, no âmbito do programa **Proágua-Gestão**, de estruturação da gestão de recursos hídricos, de recuperação de áreas degradadas e de recuperação e proteção de encostas e nascentes e de áreas de recarga de aquíferos e de captação para abastecimento urbano; de despoluição de bacias hidrográficas; de dragagem e desassoreamento de corpos d'água, de perfuração e reabilitação de poços; de dessalinização de águas subterrâneas e do mar; de controle de erosão e do assoreamento e de transposição e integração de bacias.

Em 1999, foi iniciado processo de estabelecimento de diretrizes para enquadramento de corpos d'água em classes, segundo os usos preponderantes, com envolvimento dos membros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH e das secretarias estaduais responsáveis pela gestão. Em novembro iniciou-se o desenvolvimento de metodologia para o instrumento, que fornecerá subsídios para o enquadramento de corpos d'água de domínio federal, atividade prevista para o ano 2000.

Foram realizadas 200 análises de pleitos de outorga de direito de uso dos recursos hídricos de domínio da União.

Pleitos de outorga de direitos de uso dos recursos hídricos (1999)



Fonte: Secretaria de Infra-estrutura Hídrica

A melhoria das condições de suprimento de água, particularmente no semi-árido, transcende às ações que privilegiam os projetos de acumulação hídrica, passando a incorporar procedimentos que possibilitem o transporte racional de água, mediante a construção de adutoras e canais.

Em complementação à gestão dos recursos hídricos, o programa **Proágua Infra-Estrutura** representa a vertente executiva, assegurando a ampliação da oferta de água de boa qualidade para o consumo humano e para a produção, por meio da conclusão de obras estruturantes e prioritárias: barragens, açudes e adutoras.

O referido programa foi desenvolvido em consonância com as diretrizes estratégicas da Política de Recursos Hídricos, considerando as desigualdades sócio-econômicas regionais e dando prioridade ao término de obras hidráulicas iniciadas e não-concluídas, que apresentem viabilidade técnica, econômica e ambiental.

A melhoria das condições de suprimento de água, particularmente no semi-árido, transcende às ações que privilegiam os projetos de acumulação hídrica, passando a incorporar procedimentos que possibilitem o transporte racional de água, mediante a construção de adutoras e canais.

No que se refere ao armazenamento, foram construídas 17 barragens no triênio 1996-1998, com previsão de acúmulo de 6,6 bilhões de m³, enquanto em 1999, foi iniciada a construção de 11 barragens, com capacidade de acumulação de 8,5 bilhões de m³ de água; dentre as quais destaca-se a de Castanhão (CE), com capacidade de armazenamento de 6,7 bilhões de m³.

Foram implantados 254km de adutoras, correspondendo a acréscimo de 22,5% em relação à média anual do triênio 1996-1998, que totalizou 623km.

O programa Transposição de Águas do Rio São Francisco representa o primeiro grande empreendimento estruturador voltado a solucionar um dos principais entraves na luta contra as secas no semi-árido brasileiro.

A conclusão do conjunto de obras em andamento ampliará em 32% o volume acumulado de 6,6 bilhões de m³ de água e beneficiará uma população estimada em 3,9 milhões de habitantes, correspondendo a 780 mil famílias.

O programa Transposição de Águas do Rio São Francisco representa o primeiro grande empreendimento estruturador voltado a para solucionar um dos principais entraves na luta contra as secas no semi-árido brasileiro, na medida que proporcionará melhor utilização, gestão e planejamento do uso dos recursos hídricos escassos na região, permitindo a oferta de água de boa qualidade.



Como órgão central da política de defesa nacional, cabe ao Ministério da Defesa a modernização e a racionalização das Forças Armadas, além de promover o relacionamento ágil e harmônico com a sociedade.

DEFESA NACIONAL

A criação do Ministério da Defesa, agregando organicamente as três Forças Singulares, é importante marco para o aperfeiçoamento do preparo e atualização do País para as modernas necessidades da defesa, responsabilidade de toda a Nação.

A estrutura do Ministério da Defesa preserva os avanços conquistados, as tradições, usos e costumes, visando, entre outros objetivos, racionalizar o preparo e o emprego das Forças Armadas.

Como órgão central da política de defesa nacional, cabe-lhe, no âmbito interno, otimizar a capacidade de defesa do País, a modernização e a racionalização das Forças Armadas, além de promover o relacionamento ágil e harmônico com a sociedade nas áreas de sua atuação.

No âmbito externo, a globalização, a multipolaridade e a evolução científico-tecnológica, características marcantes do mundo atual, vêm acarretando significativa ampliação do relacionamento do Brasil na área internacional. Os conflitos localizados que ocorrem, na atualidade, em quase todos os continentes, o recrudescimento de extremismos étnicos, nacionalistas e religiosos, bem como o fenômeno da fragmentação observados em diversos países tornam evidente que continuam a ter relevância conceitos tradicionais como soberania, autodeterminação e identidade nacional.

Nessa fase de transição, em que se estabelecem novas regras políticas e econômicas de convivência entre as nações, caracterizada pela ausência de paradigmas claros e pela participação crescente de atores não-governamentais, o País procura determinar, livre de matizes ideológicos, sua inserção estratégica e suas prioridades na área internacional.

O fortalecimento do Mercosul, o Tratado de Cooperação Amazônica, a Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul, resultado de ação diplomática positiva e concreta, conformam verdadeiro anel de paz em torno do País.

O fortalecimento do Mercosul, o estreitamento de relações com os países amazônicos – desenvolvido no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica, a intensificação da cooperação com os países africanos de língua portuguesa e a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul, resultado de ação diplomática positiva e concreta, conformam verdadeiro anel de paz em torno do País.

Contudo, apesar de conviver pacificamente na comunidade internacional, o País não está inteiramente livre de riscos, podendo ser compelido a envolver-se em conflitos gerados externamente, por ameaças ao seu patrimônio e a seus interesses vitais. No âmbito regional, persistem zonas de instabilidade que podem contrariar interesses brasileiros. A ação de bandos armados e grupos guerrilheiros que atuam em países vizinhos, nos lindes da Amazônia brasileira, e o crime organizado internacional são alguns dos pontos a provocar preocupação.

A atuação do Ministério da Defesa, por meio das Forças Armadas, tem apoiado a política externa brasileira em seu objetivo de projetar o Brasil no concerto das nações e aumentar sua inserção no processo decisório mundial. Como medidas efetivas, podemos citar: participação ativa do País na Conferência dos Exércitos Americanos, promovendo encontros bilaterais com os exércitos dos países vizinhos; participação em regimes internacionais que objetivam a não-proliferação e a eliminação de armas de destruição em massa, como o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, o Tratado de Tlatelolco, a Convenção para Eliminação das Armas Químicas; a convenção para eliminar certas armas convencionais consideradas excessivamente danosas ou cruéis e a participação em entendimentos internacionais visando ao controle das exportações de itens sensíveis, como o Grupo de Fornecedores Nucleares (NSG) e o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR).

A atuação do Ministério da Defesa na área internacional tem contribuído para a projeção da política externa brasileira, permitindo que o País demonstre, de forma firme e transparente, sua determinação em viver em paz e harmonia, segundo os princípios e as normas do direito internacional, e em respeito aos compromissos assumidos.

Entretanto, é conveniente lembrar que o Brasil está situado em uma das regiões mais desarmadas do mundo, graças às relações de confiança existente entre seus vizinhos, possuindo um território de grandes dimensões, com imensas riquezas naturais ainda inexploradas e um avançado estágio de modernização e crescimento de sua economia. Esses fatores são mais do que suficientes para recomendar que o País mantenha Forças Armadas fortes e preparadas para gerar dissuasão eficaz a qualquer perigo, compatível com a estatura político-estratégica do Brasil.

De fato, coerentes com a política de defesa nacional, as Forças Singulares adequaram seus planos estratégicos, e prepararam-se para enfrentar desafios futuros, privilegiando a atuação no Atlântico Sul, na Amazônia e em operações de manutenção de paz e humanitárias.

Deu-se continuidade à implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite – SISCOMIS, que se constitui na base física de telemática do Sistema Militar de Comando e Controle, visando a prover o Co-

Deu-se continuidade a implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite – SISCOMIS, que se

constitui na base física de telemática do Sistema Militar de Comando e Controle.

mando Supremo de sistema de comunicações estratégicas de alta capacidade, confiabilidade e segurança, integrando ainda a Presidência da República e os Ministérios das Relações Exteriores, Justiça e Fazenda.

A estrutura inicial do SISCOMIS, concluída em 1996, constitui-se de três estações terrenas localizadas em Brasília, Rio de Janeiro e Curitiba, que se interligam por meio de *transponders* em banda C dos satélites BRASILSAT, e centralizam redes locais formadas por enlaces privativos de fibras ópticas e rádios digitais.

Em 1999, entraram em operação as estações terrestres em banda C, de Manaus (AM), Belém (PA) e Campo Grande (MS). Iniciou-se também a operação da rede móvel do SISCOMIS, composta de uma estação terrena fixa central, oito estações táticas transportáveis e uma estação móvel naval, interligadas por meio de *transponders* em banda X dos satélites BRASILSAT B1 e B2, permitindo a comunicação de usuários móveis.

Para o ano 2000, está prevista a conclusão dos segmentos espaciais das estações terrestres de Manaus, Belém e Campo Grande, a implantação das novas estações terrenas secundárias e suas respectivas estações terrestres, localizadas em Porto Alegre (RS), Santa Maria (RS), Salvador (BA), Natal (RN) e Santos (SP), bem como a conclusão da integração dos demais Ministérios ao SISCOMIS.

PARTICIPAÇÃO EM OPERAÇÕES DE PAZ

O Brasil prossegue como um dos tradicionais contribuintes de militares para missões de paz das Nações Unidas e de outros organismos internacionais.

O Brasil prossegue como um dos mais tradicionais contribuintes de militares para missões de paz das Nações Unidas confirmando sua vocação de defesa da paz e da solução pacífica dos conflitos.

Na América Central, o Brasil participa da Missão de Assistência à Remoção de Minas (MARMINCA), sob a égide da Organização dos Estados Americanos, e ainda da Missão das Nações Unidas na Guatemala (MINUGUA).

Em meados do ano passado, foi completada, com pleno êxito, a Missão de Observadores Militares Equador - Peru (MOMEP), na qual o Ministério da Defesa participou, junto com o Ministério das Relações Exteriores, das negociações que consolidaram o processo de paz. Ao longo de quatro anos, 192 militares das Forças Armadas cooperaram eficazmente para o restabelecimento das relações entre os dois países-irmãos.

Em meados do ano passado, foi completada, com pleno êxito, a Missão de Observadores Militares Equador - Peru (MOMEP), na qual o Ministério da Defesa participou, junto com o Ministério das Relações Exteriores, das negociações que consolidaram o processo de paz entre aqueles dois países. A participação brasileira foi efetiva: ao longo de quatro anos, 192 militares das Forças Armadas cooperaram eficazmente para o restabelecimento das relações entre os dois países-irmãos.

Na Europa, prosseguem as Operações de Manutenção de Paz da ONU no Chipre (UNFICYP) e na Península Prevlaka - Croácia (UNMOP).

Entre março e novembro de 1999, o Exército Brasileiro manteve instalada em Luanda - Angola, uma unidade médica, que apoiou a missão das Nações Unidas naquele país.

Desde junho, o Exército Brasileiro integra a Missão de Paz da ONU no Timor Leste (UNAMET), inicialmente enviando Oficiais de Ligação e, após, contribuindo com o apoio da Polícia do Exército para a Força Internacional (INTERFET).

A Marinha também participou, em 1999, da Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA), da Força de Proteção das Nações Unidas na antiga Iugoslávia (UNPREDEP) e da Missão de Assistência das Nações Unidas no Timor Leste (UNAMET).

ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES

A Marinha envida esforços para dar continuidade à renovação e à modernização de seus meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, com ênfase na construção naval brasileira. O programa **Adestramento e Operações Militares da Marinha**, objetivando preparar o poder naval e manter seu aprestamento para o cumprimento da missão constitucional da Marinha, pretende ampliar a capacidade de pronto emprego dos seus meios operativos de 54%, em 1998, para 100% até 2003.

Os frutos desse esforço começam a ser reconhecidos até no exterior, como demonstram os acordos com a Argentina para a manutenção de seus submarinos no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Com o programa **Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica**, pretende-se elevar a taxa de esforço aéreo de 50% em 1998 para 75% até 2003.

O Exército Brasileiro, por seu turno, deverá ampliar a taxa de preparo do efetivo militar dos 60% em 1998 para 62% até 2003 com o programa **Adestramento e Operações Militares do Exército** proposto no PPA 2000/2003.

PRESENÇA E VIGILÂNCIA NA AMAZÔNIA

O programa Calha Norte tem por objetivo aumentar a presença do poder público na região ao norte do rio Solimões/Amazonas.

O programa **Calha Norte** tem por objetivo aumentar a presença do poder público na região ao norte do rio Solimões/Amazonas e contribuir para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região. Para tanto, estão sendo criadas condições de pronto emprego das Forças, especialmente em ações ofensivas e defensivas.

Nesse sentido, deu-se prosseguimento à implantação do Pelotão Especial de Fronteira de Pari-Cachoeira, na fronteira com a Colômbia, e da 1ª Base Logística e do 33º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva, ambos situados em Boa Vista (RR). Cabe mencionar o treinamento militar conjunto realizado com sucesso em Querari, fronteira com a Colômbia, para desestimular a incursão de grupos guerrilheiros daquele país em território nacional.

A Marinha e a Força Aérea estão presentes na Amazônia, prestando atendimento médico, por meio dos Navios-Patrolha e Navios de Assistência Hospitalar, e transportando gêneros alimentícios e pacientes.

A Marinha e a Força Aérea estão presentes na Amazônia, prestando atendimento médico, por meio dos Navios-Patrolha e Navios de Assistência Hospitalar – os chamados “navios da esperança”, fiscalizando a extensa malha fluvial e transportando, por via aérea, nas denominadas “missões de misericórdia” gêneros alimentícios e pacientes que necessitem de tratamento em hospitais com maiores recursos.

Diversas ações de suporte foram empreendidas, cabendo destacar: conservação de rodovias, construção e manutenção de pequenas centrais hidrelétricas, reparação de hospitais e restauração dos pavilhões comunitários.

O programa Proteção da Amazônia objetiva proteger a Amazônia Legal brasileira de pressões ao meio ambiente e do exercício de atividades ilícitas.

O cronograma do SIPAM/SIVAM, que está sendo cumprido sem atrasos, corresponde a financiamentos no valor de US\$ 1,4 bilhão, a serem pagos em 18 anos.

As Forças Singulares desenvolvem ações de defesa civil, assistência social, assistência médico-odontológica em comunidades ribeirinhas, transporte de carga e pessoas e construção de infra-estrutura.

Diversas ações de suporte foram empreendidas, cabendo destacar: conservação de rodovias (BR-307, de São Gabriel da Cachoeira a Cucuí, na fronteira com a Venezuela); construção e manutenção de pequenas centrais hidrelétricas ao longo da faixa de fronteira norte; construção, restauração e reaparelhamento de hospitais; aquisição de equipamentos de tratamento de água e restauração dos pavilhões comunitários, destinados a abrigar entidades e órgãos civis governamentais e não-governamentais.

Com a execução do programa, pretende-se ampliar a densidade populacional da região de 0,75 para 1 habitante por km² e reduzir a extensão média de fronteira entre cada núcleo de povoamento integrado à pequena unidade militar de 460km, em 1998, para 400km até 2003.

Com base no programa **Proteção da Amazônia**, que objetiva proteger a Amazônia Legal brasileira de pressões ao meio ambiente e do exercício de atividades ilícitas, mediante vigilância permanente, o Governo Federal, por meio do Ministério da Defesa, continua a implantação dos Sistemas de Proteção e de Vigilância da Amazônia. Os sistemas do SIPAM/SIVAM compõem vasta rede, baseada em altas tecnologias, que cobrirá todo o território amazônico, com mais de 5 milhões de km².

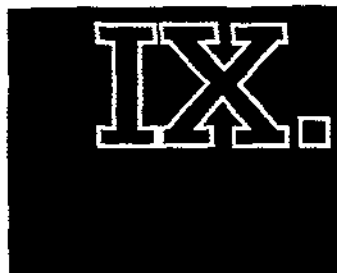
Com esta rede, assegurar-se-ão informações e comunicações de interesse para a defesa nacional e o controle do tráfego aéreo, bem como para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das populações. Tornando amplamente disponível em tempo real enorme gama de informações, permitirá não só o efetivo controle do espaço aéreo, como também da ocupação do território, do uso dos recursos hídricos, da biodiversidade, da prevenção e combate aos desmatamentos e queimadas, do assentamento e movimentação das populações, inclusive indígenas, e do apoio à repressão ao contrabando, ao narcotráfico, à garimpagem ilegal e a outras ações ilícitas.

Quando concluído, o projeto utilizará de forma integrada 12 aviões, 7 satélites, 25 radares, 83 estações meteorológicas, 200 plataformas de coleta de dados, facilidades de telecomunicações e de informática.

O cronograma do SIPAM/SIVAM, que está sendo cumprido sem atrasos, corresponde a financiamentos no valor de US\$ 1,4 bilhão, a serem pagos em 18 anos, com cinco anos de carência. No prazo máximo de cinco anos, todos os sistemas estarão em funcionamento, sendo que, em agosto do ano 2000, entrará em atividade a primeira fase, baseada em Manaus, e o órgão central, situado em Brasília.

ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO À SOCIEDADE CIVIL

As Forças Singulares desenvolvem diversas ações de assistência e cooperação à sociedade civil, consolidadas no PPA 2000-2003, nos programas **Assistência e Cooperação da Aeronáutica à Sociedade Civil**, **Assistência e Cooperação da Marinha à Sociedade Civil**, **Assistência e Cooperação do Exército à Sociedade Civil**, contribuindo com os órgãos responsáveis em ações de defesa civil, assistência social, assistência médico-odontológica em comunidades ribeirinhas, transporte de carga e pessoas e construção de infra-estrutura.



O Brasil fortalece seu prestígio diplomático no cenário mundial, tanto junto a países desenvolvidos e em desenvolvimento, quanto diante de organismos internacionais e de novos atores, como organizações não-governamentais.

O Brasil defende a transformação da atual globalização assimétrica em globalização solidária.

POLÍTICA EXTERNA

Ao completar cinco séculos de história, o Brasil fortalece seu prestígio no cenário mundial, tanto junto a países desenvolvidos e em desenvolvimento, quanto diante de organismos internacionais e de novos atores, como organizações não-governamentais. Seja pelo seu peso específico como Nação, em virtude de suas dimensões territoriais e do volume e vigor de sua população, seja pela pujança de sua economia e pelos progressos políticos e sociais alcançados, seja ainda pela defesa de valores como paz, direitos humanos, democracia, desenvolvimento e soberania, o Brasil encerra os anos noventa com sua credibilidade renovada, sua liderança reconhecida, seu potencial reafirmado.

Dez anos após o fim da Guerra Fria, permanece indefinida a ordem mundial, que oscila entre a multipolaridade e a hegemonia unipolar. A globalização intensificou os fluxos transnacionais, e a interdependência entre os países acelerou o tempo dos processos decisórios e exigiu amplas reformas estruturais para um novo padrão de inserção internacional. Ameaças à segurança nacional, como o narcotráfico e o crime organizado, ganharam nova dimensão. Nesse panorama mundial, cada vez mais complexo e incerto, o Brasil figura como um fator de estabilidade: o País tem respondido aos novos desafios, no plano interno, por meio das reformas, e, no externo, pela ativa participação nos grandes eventos e debates multilaterais sobre temas da agenda internacional.

O Brasil defende uma governança progressista em escala global, com a promoção da justiça social e da eficiência e modernização econômica. Somente dessa forma poderão as nações transformar a atual globalização assimétrica em globalização solidária.

Com a maior inserção do Brasil na economia mundial, o País recebeu volume crescente de capital estrangeiro e recuperou seu crédito internacional. Promoveu-se melhor conhecimento sobre a economia nacional junto a investidores, aprimorando-se a percepção do "risco país". Por outro lado, persiste a incapacidade do sistema financeiro internacional de prevenir e minimizar crises, como a asiática, cujo impacto desestabilizador provocou elevado custo social, minando a confiança nas economias emergentes. Como consequência, o Brasil tem apresentado ao Grupo dos Sete (G-7) e a instituições financeiras multilaterais propostas de reforma da arquitetura financeira internacional no sentido de prevenir e controlar flutuações bruscas provocadas pelos capitais voláteis, assegurando maior previsibilidade e estabilidade nas trocas internacionais.

Na área de política comercial multilateral, tem-se constatado desigualdades na repartição dos benefícios gerados pela ampliação das trocas internacionais. O Brasil, por sua vez, desde o fim da Rodada Uruguai, vem passando por profundo processo de transformação, avançando rapidamente rumo a uma maior integração na economia mundial. As exportações brasileiras, porém, não apresentaram igual dinamismo, o que se pode

atribuir à queda dos preços internacionais de inúmeros produtos vendidos pelo País, assim como à persistência de práticas protecionistas nos países ricos.

O programa **Relações do Brasil com Estados Estrangeiros e Organizações Internacionais** tem por finalidade apoiar as ações de representação e de negociação dos interesses brasileiros perante Estados estrangeiros e organizações internacionais, e manter o Governo brasileiro informado sobre a evolução político-econômica internacional.

Na área bilateral, durante o ano de 1999, o Presidente da República fortaleceu pessoalmente o relacionamento externo do País com suas visitas a Alemanha, Argentina, Bolívia, Cuba, Itália, Peru, Portugal e Reino Unido. Como evidência do interesse de nossos parceiros internacionais em estreitar laços de amizade e cooperação, visitaram o Brasil os Presidentes e Primeiros-Ministros da Argentina, Colômbia, Guiana, Guiné-Bissau, México, Namíbia, Uruguai, Venezuela e Zimbábue. Em 2000, deverão visitar o Brasil os Mandatários da Bolívia, Cingapura, Filipinas, Gâmbia, Gana, Itália, Japão, Mali e Portugal, além dos Reis da Espanha e da Jordânia e do Príncipe Herdeiro da Arábia Saudita. O Presidente da República deverá visitar os seguintes países: Coreia do Sul, Costa Rica, Equador, Líbano, Noruega, Países Baixos, Peru, Suécia e Venezuela.

Há percepção ampla, na Argentina, de que o desenvolvimento do país está associado à qualidade do relacionamento bilateral com o Brasil e ao aprofundamento do Mercosul.

No Cone Sul, manteve-se a política de estreitamento de vínculos econômicos com a Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai e as iniciativas no campo da integração reforçaram os canais de negociação e coordenação política. Há percepção ampla, na Argentina, de que o desenvolvimento do país está associado à qualidade do relacionamento bilateral com o Brasil e ao aprofundamento do Mercosul. Apesar do quadro econômico desfavorável em 1999, há convergência política no relacionamento bilateral e na atuação de ambos os países nos cenários regional e mundial. A intensidade das relações bilaterais foi demonstrada pela frequência dos encontros presidenciais. Quanto ao Paraguai, nos difíceis momentos enfrentados pelo país em 1999, o Presidente da República empenhou-se para que fosse encontrada solução dentro do marco institucional democrático. Implementaram-se medidas de cooperação bilateral com o objetivo de auxiliar a reconversão produtiva daquele país e amainar os efeitos da recessão econômica.

Para o ano 2000, figuram como prioridades para o Brasil na região o adensamento dos excelentes níveis de diálogo com os países do Cone Sul e o entendimento em torno de novas iniciativas no âmbito regional, bem como a continuidade de projetos nas áreas de cooperação fronteiriça e de integração física e energética.

O relacionamento com a Bolívia foi marcado pela inauguração do Gasoduto Bolívia-Brasil.

Em 1999, foram intensificadas as relações entre o Brasil e seus vizinhos amazônicos. O relacionamento com a Bolívia foi marcado pela inauguração do Gasoduto Bolívia-Brasil e pela assinatura de acordo para impedir o uso ilegal de precursores e substâncias químicas para o processamento de entorpecentes. Colômbia e Brasil empenharam-se em fortalecer o relacionamento bilateral. Altas autoridades visitaram o Brasil com o objetivo de esclarecer o processo de paz construído com base nas negociações entre

O Brasil prestará o apoio que lhe for solicitado pela Colômbia no processo de paz, mantendo sua oposição a qualquer ingerência externa no conflito.

No âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica – TCA, deverá ser concluída no ano 2000 a transição entre a Secretaria Pro Tempore e a Secretaria Permanente, a ser instalada em Brasília.

Um dos objetivos da política brasileira consiste no retorno de Cuba ao pleno convívio hemisférico. Importante marco, nesse sentido, foi a realização da primeira reunião de consulta Brasil-Cuba sobre direitos humanos.

A Europa tem sido tradicionalmente o mais importante parceiro econômico brasileiro, responsável por um terço do nosso comércio exterior.

o Governo e os movimentos insurgentes. O Brasil pretende prestar o apoio que lhe for solicitado pela Colômbia no processo de paz, mantendo, porém, sua oposição a qualquer ingerência externa no conflito. Já o relacionamento com o Peru foi dinamizado nas áreas de cooperação amazônica e de combate ao narcotráfico. Com a Venezuela, destacaram-se as ações de interligação elétrica e a cooperação militar.

No que se refere ao Tratado de Cooperação Amazônica – TCA, deverá ser concluída no ano 2000 a transição entre a Secretaria *Pro Tempore* e a Secretaria Permanente, a ser instalada em Brasília. A transformação do Tratado em organismo internacional dotado de personalidade jurídica, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, dará novo impulso à cooperação e ao desenvolvimento sustentável amazônico.

O relacionamento com os Estados Unidos reflete convergência cada vez maior de pontos de vista sobre temas da agenda global e crescente fluidez do diálogo na agenda bilateral. Merecem destaque, em 1999, o encontro entre os Presidentes brasileiro e americano e a ampla troca de visitas de autoridades governamentais. As relações com o Canadá e com o México foram marcadas, no primeiro caso, pela convergência em temas da agenda multilateral – direitos humanos e meio ambiente – e, no segundo, pela retomada dos entendimentos com vistas à negociação de um acordo tarifário.

O Presidente da República participou da IX Conferência Ibero-Americana, em Havana. Um dos objetivos da política brasileira consiste no retorno de Cuba ao pleno convívio hemisférico. Importante marco, nesse sentido, foi a realização da primeira reunião de consulta Brasil-Cuba sobre direitos humanos.

No âmbito da Organização dos Estados Americanos – OEA, o Brasil participou ativamente das discussões em torno de itens da agenda interamericana, tais como o fortalecimento das instituições democráticas, a segurança hemisférica, a proteção dos direitos humanos e o combate ao narcotráfico. O Brasil aderiu à Convenção contra a fabricação e tráfico ilícitos de armas de fogo e contribuiu para a aprovação da convenção sobre transparência na aquisição de armas convencionais, importantes instrumentos para o fortalecimento da transparência, confiança e segurança interamericanas. No ano 2000, serão realizadas, no Brasil, as Reuniões de Ministros da Defesa e do Trabalho das Américas.

A ação diplomática do Brasil junto aos países europeus gerou expressivos resultados em 1999. Diversas iniciativas foram implementadas, tanto no nível das parcerias individuais, em particular com Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Espanha, Portugal e Rússia, quanto em nossas relações com a União Europeia. A Europa tem sido tradicionalmente o mais importante parceiro econômico brasileiro, responsável por um terço do nosso comércio exterior e por investimentos da ordem de 50 bilhões de dólares. O continente constitui uma das bases do equilíbrio que caracteriza a inserção do Brasil no mundo. É de nosso interesse manter e reforçar essa parceria, em paralelo a iniciativas como a integração hemisférica Área de Livre Comércio das Américas – ALCA. O aprofundamento das relações

O lançamento do satélite sino-brasileiro de sensoriamento remoto CBERS-1 reafirmou a importância do acordo de cooperação espacial com esse país.

com a Europa conheceu o seu momento mais elevado na realização da Cimeira América Latina e Caribe/União Européia, no Rio de Janeiro.

No plano asiático, merece menção a celebração do 25º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e China. O lançamento do satélite sino-brasileiro de sensoriamento remoto *CBERS-1* reafirmou a importância do acordo de cooperação espacial com esse país. Merecem destaque, ainda, o diálogo bilateral em matéria de direitos humanos e a participação brasileira nas cerimônias de transferência de soberania de Macau para a China. Com o Japão, estreitaram-se e diversificaram-se os tradicionais laços de cooperação. A realização da VIII Reunião Conjunta do Comitê de Cooperação Econômica Nipo-Brasileira, em Tóquio, desempenhou importante papel na dinamização das relações bilaterais.

Com o objetivo de dar maior densidade às relações com os países da África, ampliou-se, em 1999, o diálogo entre Governo e instituições nacionais interessadas naquele continente. Os contatos com o Congresso foram estreitados pela Frente Parlamentar Brasil-África, o que facilitou a interlocução sobre temas africanos, particularmente sobre Angola e outros países lusófonos. Foram doados remédios e alimentos a Angola e Guiné Bissau, que enfrentam grave crise sócio-econômica. O Brasil tem emprestado ao Governo de Angola importante apoio diplomático no seu processo de paz e se dispõe a expandir negócios naquele país. No âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, os principais temas tratados foram relacionados com a situação sócio-econômica da Guiné Bissau e Angola, além, naturalmente, do Timor Leste.

O Governo brasileiro manifestou seu apoio à criação de um Estado Palestino, respeitados os Acordos de Oslo.

No Oriente Próximo, o Brasil acompanhou, em 1999, o processo de paz, em particular as negociações israelo-palestinas. O Governo brasileiro manifestou seu apoio à criação de um Estado Palestino, respeitados os Acordos de Oslo. O Presidente da República aceitou convite para integrar o Comitê Internacional do Projeto “Belém 2000”. O Governo acompanhou e intermediou contatos entre cidadãos e empresas brasileiras e a Comissão de Compensação das Nações Unidas, responsável pelas indenizações referentes aos prejuízos provocados pela invasão do Kuwait pelo Iraque (1990/1991).

O Brasil encerrou, em 1999, sua 8ª participação no Conselho de Segurança. Nesse período, lidou com crises importantes, notadamente as do Iraque, Angola, Kosovo e Timor Leste.

Na esfera da diplomacia multilateral, o Brasil participou ativamente de todas as atividades no âmbito da Organização das Nações Unidas – ONU, em especial dos esforços para a manutenção da paz e da segurança internacionais e para a promoção do desenvolvimento. O País atuou de forma construtiva nos debates sobre a reforma daquela organização, com o propósito de dotar o sistema de maior legitimidade, eficiência e representatividade.

O Brasil encerrou, em 1999, sua 8ª participação no Conselho de Segurança. Nesse período, lidou com crises importantes, notadamente as ocorridas no Iraque, em Angola, em Kosovo e no Timor Leste. O Representante do Brasil presidiu o Conselho e coordenou painéis técnicos destinados a retomar o diálogo com o Iraque. Durante a presidência brasileira,

O Brasil continua participando das missões na Guatemala, em Chipre e na antiga Iugoslávia. Ademais, fora do âmbito da ONU, o Brasil participa com peritos em remoção de minas em Costa Rica, Guatemala, Honduras e Nicarágua.

No Timor Leste, tropas brasileiras integraram a Força Internacional, e um brasileiro – Sérgio Vieira de Mello – está à frente da Autoridade Transitória das Nações Unidas.

O Brasil liderou a aprovação, pela Assembleia Geral da ONU, de resolução sobre a "Nova Agenda para o desarmamento nuclear".

Os progressos na política nacional de direitos humanos têm sido reconhecidos mundialmente. Fortaleceu-se o diálogo com entidades da sociedade civil e com o Congresso Nacional.

foram aprovadas importantes resoluções renovando mandatos de missões de paz, bem como declarações no campo humanitário.

No tocante às operações de paz, as Nações Unidas expandiram suas responsabilidades com o estabelecimento de novas missões. A participação do Brasil em Forças de Paz ampliou-se com o envio de unidade médica a Angola e de peritos eleitorais, observadores policiais e oficiais de ligação ao Timor Leste. O Brasil continua participando das missões na Guatemala, em Chipre e na antiga Iugoslávia. Ademais, fora do âmbito da ONU, o Brasil participa com peritos em remoção de minas na Costa Rica, Guatemala, Honduras e Nicarágua.

No Timor Leste, tropas brasileiras integraram a Força Internacional aprovada pelo Conselho de Segurança, e um brasileiro – Sérgio Vieira de Mello – está à frente da Autoridade Transitória das Nações Unidas. A sociedade brasileira, imbuída aos timorenses pelo idioma, pela cultura e pela história, rejubilou-se pelo resultado do plebiscito em favor da sua independência e se consternou diante da violência naquele território. O Brasil defende a autodeterminação do povo timorense e acompanha o processo de formação de seu Estado nacional.

O Brasil é Parte de todos os instrumentos internacionais no campo do desarmamento e da não-proliferação de armas de destruição em massa. Em 1999, o País participou dos principais foros sobre a matéria e das discussões relativas ao controle de armas convencionais. Avançou-se na cooperação com a Argentina, Coreia do Sul, União Europeia, Rússia e Estados Unidos sobre o uso pacífico da energia nuclear. O Brasil condena as ações contrárias ao regime de não-proliferação e defende que os Estados nuclearmente armados e os capacitados a produzir tais artefatos eliminem as armas nucleares. Nessa perspectiva, o Brasil liderou a aprovação, pela Assembleia Geral da ONU, de resolução sobre a "Nova Agenda para o Desarmamento Nuclear".

O Brasil atribui prioridade à questão do acúmulo e do comércio de armas pequenas, que estão intimamente vinculados ao crime organizado e ao narcotráfico. Nesse sentido, o País defende a celebração de conferência internacional sobre o tráfico ilícito de armas e confere especial relevo à elaboração de convenção contra o crime organizado transnacional.

Na área dos direitos humanos, a imagem externa do Brasil foi significativamente aprimorada, graças ao fornecimento tempestivo de informações aos órgãos competentes das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos – OEA, bem como a entidades atuantes na matéria. Os progressos na política nacional de direitos humanos têm sido reconhecidos mundialmente. Fortaleceu-se o diálogo com entidades da sociedade civil e com o Congresso Nacional, garantindo ampla convergência entre a política externa nessa área e as aspirações da sociedade brasileira.

Vale destacar que, no momento em que se comemora o 30º Aniversário da Convenção Americana de Direitos Humanos, um juiz brasileiro – Antônio Augusto Cançado Trindade – preside a Corte Interamericana. No ano 2000, o País continuará a contribuir para o fortalecimento dos sistemas

internacional e interamericano de promoção e proteção dos direitos humanos. Participará também da Conferência das Nações Unidas contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância.

O Brasil, que teve participação ativa nas negociações para a adoção do Estatuto do Tribunal Penal Internacional – TPI, aprovado na Conferência de Roma, em 1998, está promovendo debate interno sobre os aspectos políticos e jurídicos da criação do Tribunal e da eventual assinatura e ratificação de seu estatuto. Nesse contexto, realizou-se, em Brasília, em 1999, o Seminário Internacional “O TPI e a Constituição Brasileira”, que contou com a participação de autoridades de renome, brasileiras e estrangeiras, dos meios jurídico, diplomático, parlamentar e acadêmico.

Na área ambiental, o Brasil estabeleceu relacionamento especial com os países mais atuantes na matéria – Estados Unidos, Índia, Alemanha e Canadá – por meio da assinatura de agendas comuns que prevêem mecanismos de consultas e cooperação. Em 1999, o País participou das principais reuniões internacionais sobre camada de ozônio, diversidade biológica, recursos genéticos para agricultura e alimentação, biossegurança, mudança do clima, florestas e espécies ameaçadas de extinção. No Recife, realizou-se a 3ª Conferência da Convenção de Combate à Desertificação.

O Brasil participou, em 1999, do ciclo de conferências da ONU sobre população, desenvolvimento social, assentamentos humanos, trabalho, previdência social, saúde, portadores de deficiência, segurança alimentar, política fundiária, mulheres, jovens e idosos. Comissões tripartites integradas por Governo, patronato e trabalhadores emitiram pareceres favoráveis à ratificação das convenções da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre trabalho infantil, que foram encaminhados pelo Presidente da República ao Congresso Nacional. No contexto da implementação da Plataforma de Ação sobre a situação da Mulher, será celebrada, em 2000, Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas. O Presidente da República criou comitê nacional para assessorar a participação brasileira no evento.

O Brasil participará da “Assembleia do Milênio” – 55ª Assembleia Geral das Nações Unidas, no ano 2000 – que deverá incluir, entre as atividades programadas, uma “Cúpula do Milênio”. O País continuará a propugnar o fortalecimento do multilateralismo, sobretudo em matéria de segurança internacional. O Brasil não favorece medidas militares adotadas à margem da Organização e defende que a comunidade internacional demonstre igual disposição em solucionar conflitos que apresentem grande dimensão humanitária.

O Brasil continuará a defender uma ordem plural baseada em instituições multilaterais eficazes.

Se o unilateralismo e a força forem percebidos como princípios ordenadores das relações internacionais, as nações se verão tentadas a relativizar a segurança jurídica e política presente nas regras e instituições multilaterais e a investir perigosamente nos recursos de poder militar, gerando um mundo instável e inseguro. O Brasil continuará a defender uma ordem plural baseada em instituições multilaterais eficazes, especialmente o

Conselho de Segurança, instância máxima da garantia da paz e segurança internacionais e a única a poder empregar legitimamente ações coercitivas.

No campo dos atos internacionais negociados pelo Brasil, em 1999 foram firmados 104 atos (72 bilaterais e 32 multilaterais). Encaminharam-se ao Congresso Nacional 36 atos (17 bilaterais e 19 multilaterais). O Legislativo aprovou 50 atos (31 bilaterais e 19 multilaterais), a maioria dos quais submetidos em legislaturas anteriores. O Presidente da República promulgou 42 atos (21 bilaterais e 21 multilaterais) e ratificou 19. Sobressaem em número os atos sobre cooperação técnica, meio ambiente e entorpecentes.

Quanto à cooperação técnica bilateral e multilateral, foi formulado o programa **Cooperação Científica e Tecnológica Internacional**, visando aprofundar a cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e os países com os quais mantém relações diplomáticas.

No ano de 1999 a Agência Brasileira de Cooperação – ABC expandiu a oferta de acordos a países em desenvolvimento, com prioridade para a América Latina, o Caribe e a África, sobretudo de língua portuguesa.

No ano de 1999 a Agência Brasileira de Cooperação – ABC expandiu a oferta de acordos a países em desenvolvimento, com prioridade para a América Latina, o Caribe e a África, sobretudo de língua portuguesa. Foram adensadas as relações de cooperação com o Japão, Canadá, Alemanha, França, Reino Unido, Espanha, Itália e Estados Unidos. Importantes projetos de cooperação técnica foram desenvolvidos em parceria com organismos internacionais para atender a órgãos do Governo Federal, Estados, Municípios, empresas privadas e organizações não-governamentais. A carteira de cooperação técnica cobre as áreas de educação, saúde, geração de emprego e renda, desenvolvimento social, reforma do Estado, administração e finanças públicas, meio ambiente, agricultura, pesca, indústria, energia, transportes, planejamento urbano, telecomunicações, direitos humanos e terceiro setor.

Prosseguindo a política de expansão da rede consular brasileira, foi desenvolvido o programa **Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior**, com vistas a prestar assistência a cidadãos brasileiros no exterior, instituindo, em 1999, sete novos Consulados Honorários, na Alemanha, Estados Unidos, Reino Unido, França e Bangladesh. Foram realizadas mais de 30 missões itinerantes, beneficiando a comunidade brasileira com a prestação de ampla gama de serviços, sobretudo nas áreas de Nova York, São Francisco, Tóquio e Nagóia.

Com o propósito de prestar assistência consular aos brasileiros que se deslocam ao exterior para eventos esportivos, foram abertos, em 1999, escritórios de apoio ao torcedor no Paraguai (Copa América) e em Winnipeg, Canadá (Jogos Olímpicos de Inverno). Para o ano 2000, está previsto o funcionamento de escritório em Sydney, Austrália (Jogos Olímpicos). Além disso, para melhor conhecer as necessidades dos mais de 200 mil brasileiros que moram no Paraguai, os Consulados-Gerais em Assunção e Ciudad del Este restabelecerão o programa de visitas.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil da Presidência da República
Secretaria de Comunicação de Governo

ORGANIZAÇÃO E CONTEÚDO Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Srs. Congressistas, ontem tive oportunidade de dizer do orgulho que tenho de presidir o Senado Federal, dado o trabalho eficiente dos meus queridos colegas Senadores.

Não tenho dúvida de que o Presidente Michel Temer pensa do mesmo modo em relação aos seus colegas Deputados Federais. Demos um testemunho, ainda nesta convocação extraordinária, do excelente trabalho realizado pelo Legislativo em benefício do País.

Muitos, céticos, não salientam esse trabalho e assim procuram, sem querer ou querendo, enfraquecer o regime democrático. Nós responderemos sempre, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com o nosso trabalho eficiente, sobretudo com o nosso trabalho em benefício dos segmentos sociais mais carentes: nós responderemos sempre com trabalho àqueles que não acreditam na democracia.

Nós também – e combinamos isso ainda hoje, os Presidente da Câmara e do Senado Federal – faremos, pelos meios de comunicação, os esclarecimentos necessários à opinião pública sobre nossa atuação. Temos o dever de mostrar ao povo o que somos e o que fazemos em benefício da Pátria – e o faremos.

Ao instalar os trabalhos da 2ª Sessão Legislativa, ficamos felizes com o reconhecimento público de S. Exa., o Sr. Presidente da República, ao trabalho realizado no Congresso Nacional. Isso nos estimula, mas não é suficiente. Continuaremos a trabalhar, sobretudo nos projetos em tramitação, muitos dos quais

modificarão totalmente os rumos da sociedade brasileira. Para isso não se distinguem partidos nem ideologias. Temos contado, tanto na Câmara quanto no Senado, com a colaboração de governistas e oposicionistas, todos unidos pelo bem do Brasil. Daí por que – repito – estou muito feliz em presidir o Congresso Nacional, sinto-me honrado por esta oportunidade.

Desejo dizer aos Srs. Deputados e aos Srs. Senadores que trabalharemos sempre com o mesmo espírito, para que possamos olhar de frente, como estamos olhando hoje, nos nossos Estados e no País inteiro, para a nossa sociedade.

O Congresso Nacional tem cumprido o seu dever. A Câmara acaba de bem cumpri-lo. O Senado também. Eis por que, na instalação desta Sessão Legislativa, achei por bem dizer estas palavras de estímulo e sobretudo de justiça aos Congressistas brasileiros.

Agradeço a todas as autoridades civis, militares, diplomáticas e eclesiásticas a presença. Agradeço, em particular, ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que sempre tem demonstrado, mesmo antes de exercer essa função, respeito e admiração pelo Poder Legislativo.

A todos os senhores, muito obrigado.

Continuaremos a trabalhar pelo Brasil! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 46 minutos.)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PRESIDENTE: Senador GILBERTO MESTRINHO (PMDB/AM)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado JOVAIR ARANTES (PSDB/GO)

2º VICE-PRESIDENTE: Senador ROMERO JUCÁ (PSDB/RR)

3º VICE-PRESIDENTE: Deputado JOÃO COSER (PT/ES)

Relator-Geral do Orçamento: Deputado CARLOS MELLES (PFL/MG)

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTE

PFL

ANTÔNIO C. KONDER REIS
CARLOS MELLES
CÉSAR BANDEIRA
JORGE KHOURY
JOSÉ LOURENÇO
JOSÉ MELO
LAEL VARELLA
LAURA CARNEIRO
NEUTON LIMA
OSVALDO COELHO
PAES LANDIM
PAULO BRAGA
SANTOS FILHO
WILSON BRAGA

1 - JOÃO RIBEIRO
2 - LUÍS BARBOSA
3 - PAULO MARINHO
4 - SÉRGIO BARCELLOS
5 - ZILA BEZERRA
6 - AROLDO CEDRAZ
7 - DEUSDETH PANTOJA
8 - JAIME MARTINS
9 - LUCIANO CASTRO
10 - CIRO NOGUEIRA
11 - FRANCISCO GARCIA
12 - ARACELY DE PAULA
13 - JOSÉ CARLOS COUTINHO
14 - JOSÉ THOMAZ NONÔ

PMDB

ARMANDO ABÍLIO
DAMIÃO FELICIANO
FREIRE JÚNIOR
JOSÉ CHAVES
JOSÉ PRIANTE
OSVALDO REIS
PEDRO CHAVES
RENATO VIANNA
WILLAS BRASILEIRO
ALDEMIR MOKA
WILSON SANTOS
EUNÍCIO OLIVEIRA

1 - DARCÍSIO PERONDI
2 - JOSÉ BORBA
3 - JOÃO HENRIQUE
4 - JORGE ALBERTO
5 - MILTON MONTI
6 - MÚCIO SÁ
7 - NORBERTO TEIXEIRA
8 - OLAVO CALHEIROS
9 - PEDRO NOVAIS
10 - PHILEMON RODRIGUES
11 - RICARDO NORONHA
12 - ALCESTE ALMEIDA

PSDB

ALBERTO GOLDMAN
BASÍLIO VILLANI
JOÃO LEÃO
NÁRCIO RODRIGUES
PEDRO HENRY
JOVAIR ARANTES
ANIVALDO VALE
PAULO FEIJÓ
DANILO DE CASTRO
ROMMEL FEIJÓ
ROBERTO ROCHA
PAULO MOURÃO

1 - JOÃO ALMEIDA
2 - FÁTIMA PELAES
3 - PEDRO CANEDO
4 - RAIMUNDO G. MATOS
5 - MÁRIO NEGROMONTE
6 - MARCUS VICENTE
7 - B. SÁ
8 - JÚLIO SEMEGHINI
9 - RICARTE DE FREITAS
10 - LÍDIA QUINAN
11 - SÉRGIO GUERRA
12 - ALEXANDRE SANTOS

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTE

PT

BEN - HUR FERREIRA
CARLITO MERSS
FERNANDO MARRONI
JOÃO COSER
JOÃO FASSARELLA
NILSON MOURÃO
VIRGÍLIO GUIMARÃES

1 - ANTONIO PALOCCI
2 - PEDRO CELSO
3 - JOSÉ PIMENTEL
4 - GILMAR MACHADO
5 - JOÃO PAULO
6 - LUIZ SÉRGIO
7 - JOÃO GRANDÃO

PTB

ALMIR SÁ
CLEONÂNIO FONSECA
IBERÉ FERREIRA
MÁRCIO REINALDO MOREIRA
NELSON MEURER
ROBERTO BALESTRA
VADÃO GOMES

1 - JOÃO TOTA
2 - ELISEU MOURA
3 - PEDRO CORRÊA
4 - Dr. BENEDITO DIAS
5 - RICARDO BARROS
6 - VAGO
7 - VAGO

PDT

FÉLIX MENDONÇA
JOSÉ CARLOS ELIAS
FERNANDO GONÇALVES

1 - EDUARDO PAES
2 - RENILDO LEAL
3 - NELSON MARQUEZELLI

BLOCO (PSB/PC do B)

SÉRGIO MIRANDA
GONZAGA PATRIOTA
DJALMA PAES

1 - GIVALDO CARIMBÃO
2 - PEDRO EUGÊNIO
3 - AGNELO QUEIROZ

BLOCO (PL/PST /PMN/ PSD/PSL)

EUJÁCIO SIMÕES
JOÃO CALDAS

1 - MARCOS CINTRA
2 - VAGO

SENADORES

TITULARES

SUPLENTE

PMDB

RAMEZ TEBET
WELLINGTON ROBERTO
LUIZ ESTEVÃO
JOSÉ ALENCAR
GILBERTO MESTRINHO
NABOR JÚNIOR
MAURO MIRANDA

1 - MARLUCE PINTO
2 - CARLOS BEZERRA
3 - ALBERTO SILVA
4 - GILVAM BORGES
5 - NEY SUASSUNA
6 - JOÃO ALBERTO SOUZA
7 - VAGO

PFL

MOZARILDO CAVALCANTI
MOREIRA MENDES
EDISON LOBÃO
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
JONAS PINHEIRO

1 - CARLOS PATROCÍNIO
2 - ROMEU TUMA
3 - HUGO NAPOLEÃO
4 - VAGO
5 - VAGO

PSDB

ROMERO JUCÁ
ANTERO PAES DE BARROS
LUIZ PONTES
LÚCIO ALCÂNTARA

1 - VAGO
2 - SERGIO MACHADO
3 - LUZIA TOLEDO
4 - VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)

ANTONIO C. VALADARES
EDUARDO SUPLICY
SEBASTIÃO ROCHA
TIÃO VIANA

1 - ROBERTO SATURNINO
2 - VAGO
3 - VAGO
4 - VAGO

PPB

LUIZ OTÁVIO

1- ERNANDES AMORIM

Atualizado em 8/12/1999.

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTE

PT

BEN - HUR FERREIRA
CARLITO MERSS
FERNANDO MARRONI
JOÃO COSER
JOÃO FASSARELLA
NILSON MOURÃO
VIRGÍLIO GUIMARÃES

1 - ANTONIO PALOCCI
2 - PEDRO CELSO
3 - JOSÉ PIMENTEL
4 - GILMAR MACHADO
5 - JOÃO PAULO
6 - LUIZ SÉRGIO
7 - JOÃO GRANDÃO

PPB

ALMIR SÁ
CLEONÂNIO FONSECA
IBERÊ FERREIRA
MÁRCIO REINALDO MOREIRA
NELSON MEURER
ROBERTO BALESTRA
VADÃO GOMES

1 - JOÃO TOTA
2 - ELISEU MOURA
3 - PEDRO CORRÊA
4 - Dr. BENEDITO DIAS
5 - RICARDO BARROS
6 - VAGO
7 - VAGO

PTB

FÉLIX MENDONÇA
JOSÉ CARLOS ÉLIAS
FERNANDO GONÇALVES

1 - EDUARDO PAES
2 - RENILDO LEAL
3 - NELSON MARQUEZELLI

PDT

AIRTON DIPP
GIOVANNI QUEIROZ
EURÍPEDES MIRANDA

1 - POMPEO DE MATTOS
2 - CELSO JACOB
3 - FERNANDO CORUJA

BLOCO (PSB/PC do B)

SÉRGIO MIRANDA
GONZAGA PATRIOTA
DJALMA PAES

1 - GIVALDO CARIMBÃO
2 - PEDRO EUGÊNIO
3 - AGNELO QUEIROZ

BLOCO (PL/PST /PMN/ PSD/PSL)

EIJÁCIO SIMÕES
JOÃO CALDAS

1 - MARCOS CINTRA
2 - VAGO

SENADORES

TITULARES

SUPLENTE

PMDB

RAMEZ TEBET
WELLINGTON ROBERTO
LUIZ ESTEVÃO
JOSÉ ALENCAR
GILBERTO MESTRINHO
NABOR JÚNIOR
MAURO MIRANDA

1 - MARLUCE PINTO
2 - CARLOS BEZERRA
3 - ALBERTO SILVA
4 - GILVAM BORGES
5 - NEY SUASSUNA
6 - JOÃO ALBERTO SOUZA
7 - VAGO

PFL

MOZARILDO CAVALCANTI
MOREIRA MENDES
EDISON LOBÃO
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
JONAS PINHEIRO

1 - CARLOS PATROCÍNIO
2 - ROMEU TUMA
3 - HUGO NAPOLEÃO
4 - VAGO
5 - VAGO

PSDB

ROMERO JUCÁ
ANTERO PAES DE BARROS
LUIZ PONTES
LÚCIO ALCÂNTARA

1 - VAGO
2 - SERGIO MACHADO
3 - LUZIA TOLEDO
4 - VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)

ANTONIO C. VALADARES
EDUARDO SUPLICY
SEBASTIÃO ROCHA
TIÃO VIANA

1 - ROBERTO SATURNINO
2 - VAGO
3 - VAGO
4 - VAGO

PPB

LUIZ OTÁVIO

1- ERNANDES AMORIM

Atualizado em 8/12/1999.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4208	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES MEMBROS SUPLENTEs

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6484
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DINARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5983	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JÚLIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:

* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III

GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

<http://www.camara.gov.br> (botão de Comissões Mistas)

e mail - mercosul@abordo.com.br

SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr.

FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

EDIÇÃO DE HOJE: 232 PÁGINAS